

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

GISLANE CRISTIANE MACHADO TÔRRES

O PODER E AS LETRAS:
POLÍTICAS CULTURAIS E DISPUTAS LITERÁRIAS EM TERESINA NAS DÉCADAS
DE 1960 E 1970

TERESINA-PI
2010

GISLANE CRISTIANE MACHADO TÔRRES

**O PODER E AS LETRAS:
POLÍTICAS CULTURAIS E DISPUTAS LITERÁRIAS EM TERESINA NAS DÉCADAS
DE 1960 E 1970**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

TERESINA-PI
2010

GISLANE CRISTIANE MACHADO TÔRRES

O PODER E AS LETRAS:
POLÍTICAS CULTURAIS E DISPUTAS LITERÁRIAS EM TERESINA NAS DÉCADAS
DE 1960 E 1970

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação avaliada pela banca examinadora em 05 de julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Rios Magalhães (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr.^a Edwar de Alencar Castelo Branco (Suplente)
Universidade Federal do Piauí

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Ao meu avô Zito Machado, *in memoriam*, uma doce pessoa.

AGRADECIMENTOS

Ao final de um trabalho de pesquisa convém agradecer a todos aqueles, que de várias maneiras e em momentos variados, contribuíram para sua construção. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, companheiro em todas as situações, por iluminar meus caminhos e dar-me forças para enfrentar os diversos desafios da vida.

À minha família, em especial aos meus pais, Neves Tôrres e José Medeiros, pelo amor, confiança e pelas oportunidades ofertadas para meu desenvolvimento profissional, e à minha irmã Gislene Tôrres pelo carinho e pelo auxílio na pesquisa, desde a escuta das angústias e descobertas ao auxílio nas transcrições das fontes.

À minha orientadora Dr.^a Teresinha Queiroz, pela amizade, confiança, respeito, leitura atenta e zelosa do trabalho, sempre segura em orientar-me na construção de uma pesquisa histórica, auxiliando, assim, minha construção enquanto historiadora.

À minha querida amiga Iara Guerra, que esteve presente em todos os momentos desta pesquisa, desde as aventuras de descobertas das fontes à ajuda nas transcrições, em momentos sempre permeados por diálogos enriquecedores, e sobretudo, pelo ser humano maravilhoso que é, exemplo de dedicação e respeito às pessoas e à História. Ao sempre amigo, Orlando Lima, pelo carinho e por motivar-me a seguir em frente, bem como pelo auxílio na formatação final deste trabalho.

Aos queridos amigos do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, pela companhia, pelos diálogos travados e pelo carinho construído de maneira generosa. Agradeço, em especial, a Mara Lígia, pela amizade sincera e pelo auxílio na revisão da ABNT do texto final. Agradeço também ao mestrando Ernani Júnior por disponibilizar fontes fundamentais para a escrita deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento e Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco pelas contribuições durante o exame de qualificação, e aos professores Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes e Dr.^a Áurea da Paz Pinheiro, pela dedicação durante as disciplinas ministradas.

Agradeço, de modo especial, aos professores do curso de História, Dr. João Kennedy Eugênio e Dr. Paulo Ângelo de Meneses Souza pelo incentivo constante e ao Ms. Antônio

Fonseca dos Santos Neto, pelo carinho e disponibilização de fontes fundamentais para esta escrita.

Às funcionárias da Coordenação do Programa de Pós- Graduação em História, D. Eliete, e da Coordenação de História, Virgínia Cury pelo incentivo e pelas conversas agradáveis.

Ao escritor José Pereira Bezerra pela gentileza em narrar-me suas memórias, enquanto literato marginal atuante no meio literário dos anos 1970, apresentando personagens importantes, vivências e dando suporte para o entendimento das disputas literárias no Piauí no período analisado.

Aos funcionários das instituições em que pesquisei, a Academia Piauiense de Letras, em especial, a bibliotecária Goreth e a Cremisa, pelo empenho em ajudar-me na pesquisa. À Ana Maria, funcionária do Conselho Estadual de Cultura, pelas fontes disponibilizadas e aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, em especial, ao Sr. Sebastião, pela colaboração atenta e localização de documentos.

Aos amigos Geuid Cavalcante, Tancredo Fontineles, Irlene Pereira, Alan Figueredo, Samuel Barbosa, Roberval Soares e Joel Amorim, pela escuta paciente e pela confiança. Agradeço também ao Fábio Andrade, cuja amizade já se delineia de modo especial. Agradeço, de modo especial à família Furtado que acompanhou meu crescimento e formação profissional, incentivando-me em todas as situações.

Agradeço também à Prof. Dr^a Maria do Socorro Rios Magalhães, pela leitura e participação na banca de defesa, pelas contribuições ofertadas, bem como pela revisão ortográfica da versão final.

Por fim, agradeço a todos que auxiliaram na construção desta pesquisa e que apoiaram meu crescimento enquanto historiadora.

RESUMO

Este trabalho analisa as disputas em torno da produção literária piauiense nos anos 1960 e 1970 a partir das práticas discursivas de grupos culturais como a Academia Piauiense de Letras e o Círculo Literário Piauiense no que diz respeito às possibilidades de produção, editoração, divulgação e circulação de obras literárias. Destaca o investimento estatal na produção literária, a partir da implementação do Conselho Estadual de Cultura e do Plano Editorial do Estado (1972), reforçando os objetivos destes para a construção de uma identidade piauiense, com a divulgação de obras consideradas básicas para a formação do homem piauiense bem como seus limites de atuação no período estudado. Busca de modo específico compreender como a literatura produzida relaciona-se ao desenvolvimento econômico desejado para o Piauí apresentando alguns grupos culturais que atuavam no cenário cultural do Estado, descrevendo suas propostas e as formas de utilização dos espaços culturais da cidade, bem como se processou, ao longo dos anos, a construção de representações, estratégias e táticas no interior dessas práticas que formulavam disputas literárias e jogos de poder em torno do processo de produção literária. Utiliza como fontes os documentos oficiais das instituições pesquisadas (atas, memorandos, boletins informativos, revistas) e jornais periódicos e alternativos de Teresina. Ressalta que as disputas sobre a construção das memórias dessas práticas são importantes instrumentos para o entendimento de como se constituiu o cenário literário dos anos 1960 e 1970.

Palavras- Chaves: Literatura Piauiense. Instituições culturais. Práticas discursivas.

ABSTRACT

This paper analyses the disputes literary about the production on Piauí in 1960 and 1970 from the discursive practices of cultural groups as the Academy of Arts Piauiense and Circle Literary Piauiense with regard to the possibilities of production, publishing, dissemination and circulation of literary works. Featuring state investment in the literary production from the implementation of the State Council for Culture and the Editorial Board of the State (1972) reinforce these goals to build an identity with the release of Piauí works used for basic training and understanding of man Piauí and their limits of performance in the period studied. We seek a specific way to understand how the literature produced is related to economic development desired for Piauí and thus present some cultural groups who worked in the cultural landscape of the state describing their proposals and ways to use their space to the city, and is sued over the years to formulate representations, strategies and tactics within those practices formulating literary squabbles and power plays around the process of literary production. We used as official documents of the institutions surveyed (minutes, memos, newsletters, magazines) and newspapers and periodicals alternative Teresina. Featured are still disputes over the construction of memories of these practices are important for understanding how it was the literary context of the 1960s and 1970s.

Key-words: Piauienses Literature. Cultural institutions. Discursive practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CIDADE E A CULTURA: TERESINA E OS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960 E 1970	22
2.1 O Desenvolvimento estatal a partir dos anos 1950: tentativas de modernização	22
2.2 Teresina, de “aldeia grande” a moderno cartão-postal do Piauí	35
2.3 Anos 1960 e 1970: o Estado interfere na cultura	48
2.4 Cultura nos tempos de ditadura: a cidade e a cultura desejada e produzida pelos jovens	62
3 POLÍTICAS CULTURAIS NO PIAUÍ NOS ANOS 1960 E 1970	83
3.1 Relações entre Estado e cultura	83
3.2 Conselho Estadual de Cultura: ações de um órgão consultivo	95
3.3 Plano Editorial do Estado: por um imperativo de civismo e brasilidade.....	108
4 DISPUTAS LITERÁRIAS EM TERESINA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....	126
4.1 Existe Literatura Piauiense?	126
4.2 Jogos de Palavras, Jogos de Poder	135
4.2.1 Discursos Institucionalizados: Arimathéa Tito Filho e José Miguel de Matos	137
4.2.2 Os Discursos Alternativos do Círculo Literário Piauiense (CLIP).....	160
5 CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS.....	193

1 INTRODUÇÃO

Em pesquisas realizadas durante a graduação em História na Universidade Federal do Piauí, analisamos a produção literária denominada marginal, que emergiu em Teresina nos anos 1970. Com essa pesquisa, percebemos que aquelas produções se caracterizavam por manter uma postura à margem do sistema formal de edição, distribuição, bem como pela utilização de novas maneiras de relacionar-se com os espaços da cidade, transformando-as em possibilidades para o entendimento do seu cotidiano, no período.¹ Através da análise das obras produzidas pelo grupo marginal, compreendemos que estas são bastante heterogêneas, sendo marcadas por posturas próprias em relação à produção, temáticas trabalhadas, modos de consumo e circulação, além da postura de seu produtor e da relação que este mantinha com o aparelho estatal no tocante ao financiamento das obras.

Nessa pesquisa, observamos, ainda, que durante os anos 1960 a 1970, houve forte tentativa do Estado brasileiro, marcado pela ditadura civil-militar (1964 a 1985), de controlar o setor cultural, não apenas através da censura, mas, sobretudo, a partir do incentivo dado a alguns intelectuais, para a produção e edição de suas obras. Tal postura serviu, em alguns casos, para legitimar o modelo político estabelecido e assegurar produções menos críticas em relação aos rumos tomados pela administração nacional. Os incentivos destinados ao setor cultural surgiam das mais variadas formas, como, por exemplo, através da convocação de intelectuais para fazer parte dos quadros públicos, da abertura de editais visando apoio e premiações, do lançamento de concursos e projetos editoriais que privilegiavam determinado tipo de produção, e que poderia promover o afastamento de grupos emergentes do cenário cultural. Essa exclusão devia-se ao fato de que, naquela época, o poder público constituía-se como mecenas da cultura no Piauí, destinando recursos ao setor cultural, cujas disputas se tornavam bastante acirradas.

Diante do exposto, passamos a questionar como, no Piauí, os gestores do Estado, investiram na produção cultural do período. Deparamo-nos com uma realidade extremamente complexa de criação de instituições culturais, de fomento a alguns grupos já atuantes no campo cultural, como a Academia Piauiense de Letras, marcada pela atuação de seus membros e por suas produções, constituindo-se em uma instituição tradicionalmente reconhecida na sociedade piauiense, além da formulação de políticas públicas destinadas ao

¹ TORRES, Gislane Cristiane Machado. *Pelas margens*: geração mimeógrafo no Piauí na década de 1970. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

setor cultural, a exemplo das que objetivavam a edição de obras inéditas e a reedição de obras fundamentais para as letras do Estado. Visando à efetivação desses projetos, o aparelho estatal instituiu alguns mecanismos de intervenção na cultura, representados especialmente pelo Conselho Estadual de Cultura, implantado em 1965, pela Secretaria de Cultura, criada em 1974 e pela política cultural denominada Plano Editorial do Estado, posta em execução a partir de 1972.

Além de promover o auxílio a instituições como a Academia Piauiense de Letras, o Estado parecia favorecer, entre alguns intelectuais, uma relação de dependência, baseada em pactos que beneficiavam instituições e intelectuais, caso estes agissem de modo a assessorar a cultura, entendida como o conjunto de manifestações artísticas e intelectuais, produzida em parceria com o poder público, contribuindo para o desenvolvimento da nação brasileira, a partir de uma produção cultural que valorizasse a identidade nacional. Nesse sentido, alguns escritores associavam-se ao poder público, a fim de possibilitar incentivos financeiros para suas obras, visando a sua edição e distribuição, ou mesmo a compra de obras já publicadas pelo Estado, bem como, a aquisição de cargos públicos e a conquista de legitimidade para suas produções.

No entanto, haviam produções que se caracterizavam pela adoção de práticas de distanciamento dos incentivos estatais, apesar de acarretar dificuldades para a edição e circulação da obra, preservava-se a autonomia do escritor. O transitar por tais práticas em Teresina, levava os intelectuais a assumirem variadas posturas, que iam desde o apoio e o enquadramento em torno das ações culturais desenvolvidas pelo Estado, até a segregação, por meio de críticas e desqualificações, de outros escritores, em especial, os jovens literatos, que participavam de movimentos diferenciados que visavam também à promoção cultural no Estado.

Os questionamentos para a construção deste trabalho reúnem uma gama de personagens, grupos e instituições culturais, na busca para o entendimento de como os intelectuais piauienses agiram no Piauí, durante os anos 1960 e 1970, diante das práticas de fomento propiciadas pelo Estado, além de perceber como se desenvolveram as disputas de grupos e instituições por esses recursos, pois, estes não conseguiam atender a todos os produtores culturais, construindo assim, uma série de lutas, jogos de interesses, construções de representações em torno das práticas de produção, de modo a legitimar a escolha de alguns grupos e escritores em detrimento de outros.

Entre as agremiações literárias existentes nas décadas em estudo, estão a Academia Piauiense de Letras (APL), o Círculo Literário Piauiense (CLIP), a União Brasileira de

Escritores – secção do Piauí (UBE-PI) e a Geração Marginal,² que não se instituiu formalmente como as demais, e entre estas se travavam disputas simbólicas, buscando angariar os recursos financeiros, postos em disposição pelo Estado, utilizando como argumento favorável para a defesa de seus interesses, a definição daquilo que para cada grupo seria a legítima produção literária piauiense. Essa necessidade de definição decorria das incertezas que marcavam o cenário cultural e, por conseguinte, as relações sociais, após a emergência de movimentos contraculturais³ que promoviam uma nova maneira de ver e entender a cultura, a sociedade e suas transformações, a partir da contestação das formas tradicionais de produção.

A discussão travada nesse período sobre a definição do que era literatura e sobre o que esta deveria representar para a sociedade, além da justificativa para o financiamento de obras que corroborassem com os interesses do poder público em detrimento das novas formas de produção literária, promovia a descaracterização do cânone literário já estabelecido por grupos que já atuavam na cultura piauiense, como a Academia Piauiense de Letras. A partir dos anos 1960, o campo cultural, em especial, o literário, passava por profundas modificações, com o fortalecimento das novas propostas de produção, e onde paulatinamente, aspectos como a técnica e a estética das obras foram postos em discussão, abandonando o caráter já consolidado das produções em nome de formas próprias e próximas das inquietações do momento.

Para a construção desta dissertação, procuramos nos aproximar dos debates que analisavam as diversas maneiras de se produzir e consumir literatura. Dessa maneira, encontramos pesquisadores como Nicolau Sevcenko⁴ e Teresinha Queiroz⁵ que nos afirmam que o momento de produção de uma obra literária ou o momento em que esta é posta em

² Por Geração Marginal no Piauí entende-se o conjunto de práticas que emergem a partir de 1974 com a publicação do livro-apostila *Tudo é melhor que nada* a partir das quais os jovens literatos (poetas, contistas e cronistas) apresentaram suas obras. O grupo marginal pode ser entendido também a partir da análise de suas temáticas que buscam associar arte e vida, pela forma de edição em geral com auxílio do mimeógrafo e pelo tipo de venda destas em geral feitas pelo próprio autor em locais de reuniões de jovens, como bares, universidades e praças. No Piauí este movimento apresenta pelo menos três vertentes: em Parnaíba (representados pelo grupo ligado a Alcenor Candeira Filho) e em Teresina com as ações da Geração Pós-69 (grupo ligado ao editor e poeta Cineas Santos) e pela Geração Mimeógrafo (atrelados ao contista José Pereira Bezerra).

³ Por contracultura entende-se “as novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas. Enfim, um outro universo de significados e valores, com suas regras próprias”. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1992. Conferir também: ROSNAK, Theodore. *Contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁵ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/ EDUFPB, 1998.

circulação e passa a ser lida, comentada, criticada, enfim, consumida pelo público leitor, revela importantes características da sociedade que a produziu. No caso da literatura piauiense, produzida sob auxílio estatal durante os anos 1960 e 1970, em um primeiro momento percebemos que as obras seguiam um modelo de apresentação e discussão de temas que buscavam contribuir para o desenvolvimento do Estado, a partir da identificação do homem piauiense com sua história e sua cultura. Tal postura era associada aos interesses da Doutrina de Segurança Nacional, a qual fomentava o fortalecimento dessas discussões, e em casos extremos, cerceava as liberdades de expressão política e cultural, caso estas não se enquadrassem nos padrões e discussões desejados.

A criação de instituições culturais e órgãos oficiais de amparo à cultura no período buscavam, dessa maneira, controlar e oferecer um modelo para as produções que viessem a ser realizadas no Piauí e que desejassem apoio estatal. A implantação em 1965, do Conselho Estadual de Cultura no Piauí, órgão de assessoria do Governo do Estado, revelava o desejo de intervenção e valorização de um determinado tipo de cultura, muito embora tal órgão tenha agido de modo pouco efetivo na realização desses projetos, sendo muitas vezes substituído pela Academia Piauiense de Letras ou por comissões especiais nomeadas pelo governo. Entretanto, sua atuação deveria auxiliar o desenvolvimento cultural do Estado a partir do “estudo e proposição de programas relacionados com a defesa do patrimônio cultural do Estado, [...] promoção e defesa da cultura e aperfeiçoamento do povo piauiense.”⁶

Outro instrumento de intervenção colocado em prática na década de 1970 pelo governo estadual foi o Plano Editorial do Estado que objetivava editar livros de autores que discutiam o Piauí, de modo a pôr em circulação obras de História, Geografia e Literatura. A execução desse projeto teve bastante impacto no desenvolvimento da cultura do Estado na década de 1970, e sua análise possibilita o entendimento de como os governantes piauienses financiavam as obras locais, quais temas eram privilegiados, e a partir disto, quais foram as disputas travadas entre os intelectuais para terem seus textos contemplados pelos projetos político-culturais.

Em consonância com essas observações, buscamos compreender como os grupos culturais que surgiram entre as décadas de 1960 e 1970 atuaram no Estado, como faziam para produzir e dar continuidade aos seus projetos, e o que ocorria quando não eram beneficiados com os recursos públicos, inserindo-se nas disputas em torno do desenvolvimento cultural e das formas de acesso aos incentivos públicos, sendo suas ações, na maioria dos casos,

⁶ MOURA, Francisco Miguel de. Pequena história de um grande conselho. In: SANTANA, R.N. Monteiro de. *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 161.

criticadas pelos grupos já estabelecidos, os quais tinham propostas bem definidas de fomento cultural para o Estado. Considere-se também que a falta de apoio estatal propiciava aos literatos e demais escritores, maior liberdade de expressão e crítica dos acontecimentos que se passavam no Estado e no país.

Para a elaboração deste trabalho, dialogamos com autores que discutem a produção literária, relacionando-a com os contextos em que estas foram produzidas, e com os escritores que se manifestavam nesse cenário de lutas pelo direito de dizer o que era literatura piauiense, as maneiras como esta deveria ser entendida, produzida e valorizada. Ao trabalharmos com as obras produzidas nas décadas de 1960 e 1970, em especial com os seus prefácios, percebemos que neles existiam jogos de poderes camuflados em jogos de representações, que dão a entender como alguns escritores buscaram prestígio, portanto, poder simbólico que favorecesse mudanças efetivas em suas realidades, inclusive materiais.

Roger Chartier, com o conceito de representação, nos auxilia a entender as práticas sociais desses sujeitos como um “trabalho de classificação e de recorte que [estes] produz[em e] as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída por diferentes grupos que compõem uma sociedade.”⁷ A partir desse conceito podemos refletir, como, em meio às disputas em torno dos recursos financeiros, os sujeitos nelas envolvidos no campo literário constroem, por meio de práticas e representações, imagens sobre si e a dos grupos aos quais se filiam, procurando reforçar aspectos de suas propostas em detrimento das produzidas por outros.

O conceito de representação exposto no fragmento acima também permite pensar as relações entre poder e a identidade social dos indivíduos e dos grupos literários. O privilégio simbólico a grupos ou personagens reforça a coesão dos grupos e instituições, além de conferir identidades próprias, como também foi abordado por Michel Pollack, em seus estudos relacionando memória e identidade social,⁸ a partir da elaboração de modos uniformes de narrar suas trajetórias, tendo em vista a construção de imagens positivas sobre si e suas ações. As leituras de Roger Chartier e de Michel Pollack reforçam a ideia de que são variadas as formas de representação, e estas encontram-se em disputas constantes visando definir a dominação simbólica sobre um indivíduo ou um grupo.

⁷ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002. p. 73.

⁸ Exemplo das análises que relacionam os trabalhos da memória com a identidade social está em: POLLACK, Michel. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

Segundo Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*,⁹ a formulação e execução dessas práticas estão relacionadas ao lugar social do indivíduo, que influencia a manutenção de suas posições ou propicia mudanças sociais. Diante dos conceitos de estratégia e tática construídos com a observação do universo militar, o autor percebe que através de estratégias variadas, os homens buscam constantemente representar sua coletividade ou subjugar suas individualidades, agindo com atitudes astuciosas que minam ou reforçam essas estratégias, criando discursos novos no seio de disputas pelo poder de significar as práticas de consumo.

O par conceitual estratégia-tática torna-se útil para a construção deste trabalho, pois, por meio deles é possível entender como alguns grupos ao longo das décadas de 1960 e 1970 passam a ser representativos da literatura piauiense. Face ao lugar social que ocupam, esses utilizam múltiplas estratégias, como a palavra escrita em periódicos, e que por outro lado, são questionadas pela ação de grupos alternativos, que através de inúmeras formas de resistência, reagem à sua exclusão do cenário cultural piauiense.

O conceito de estratégia de Michel de Certeau refere-se a uma macropolítica nas relações sociais e é apresentado como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.”¹⁰ Em relação a esta pesquisa, os sujeitos de poder encontram-se identificados pelo Estado e por instituições culturais como a Academia Piauiense de Letras. Esses grupos atuam no âmbito cultural buscando definir um padrão de produção literária, pois desejam o poder de nomeação dos códigos de vivência e produção cultural. Convém destacar que, para Michel de Certeau, o poder é relacional e está em disputa entre aqueles que desejam legitimar um projeto e determinar homogeneidade nas práticas culturais.

Para entender que as ações do governo estadual e da Academia Piauiense de Letras são pautadas por estratégias, é preciso considerar os mecanismos públicos de fomento à cultura que visavam controlar o que deveria ser produzido e difundido nas obras literárias e históricas, a fim de que estas fossem editadas, e ao mesmo tempo, fosse construída a imagem do governo como amigo das artes.

À revelia da historiografia, que considera que durante o período ditatorial, em especial a partir de 1968, com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a censura como a responsável pela exclusão e o silenciamento de escritores e outros produtores culturais, percebemos que a censura e a repressão não foram as únicas medidas tomadas para evitar a

⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁰ CERTEAU, 1994, p. 99.

disseminação de literaturas e produtos culturais críticos ao *status quo*, mas que nesse contexto, a cooptação ou o auxílio dado às produções e a seus produtores, apresentou-se como importante base de sustentação do regimes autoritário.

A compreensão das ações estatais voltadas para a cultura no Piauí como estratégicas possibilita perceber e questionar as resistências dos grupos culturais aos mecanismos autoritários e excludentes de acesso ao apoio às produções literárias. Em períodos em que as ações públicas são insuficientes para o fomento cultural, os grupos emergentes, usando modos variados de ação, agem de maneira coletiva e independente visando à promoção de atividades culturais.

Nos anos 1960 e 1970, grupos como o Círculo Literário Piauiense (CLIP), de 1966-1967, a União Brasileira de Escritores – Secção Piauí (UBE-PI), de 1973 e a Geração Mimeógrafo, de 1974, oferecem resistência a uma produção basicamente relacionada ao Estado, e promovem saraus, palestras, círculos de leitura, recitais, publicações de livros, criação de editoras independentes, fundação de entidades representativas, e até mesmo a venda de mão-em-mão, ou nas poucas livrarias da cidade, de textos e obras produzidas em gráficas de pouca estrutura ou mesmo na forma de mimeógrafos.

Para Michel de Certeau, os movimentos de resistência podem ser entendidos como táticas que “segundo critérios próprios, selecionam fragmentos tomados nos vastos conjuntos da produção para, a partir deles compor histórias originais.”¹¹ As táticas produzidas por esses grupos de literatos piauienses embora não fossem homogêneas e nem mesmo contemporâneas umas das outras, são encaradas por seus produtores como desviantes e astuciosas e teriam efetivamente contribuído para a formação e o desenvolvimento da literatura piauiense. As táticas são apresentadas por Michel de Certeau como movimentos que buscam destruir o jogo de poder estabelecido, formulando um novo mecanismo de poder, sendo então uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio... [esta] tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário... É astúcia.”¹²

Em conjunto com os aportes teóricos mencionados - em especial os conceitos de representação, estratégia e tática - utilizamos também autores que analisaram a produção cultural e a sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970. Nesse sentido, torna-se fecundo o diálogo com Renato Ortiz, sociólogo que identificou e analisou os objetivos das instituições culturais e dos investimentos estatais na produção cultural brasileira, sobretudo, a partir dos

¹¹ CERTEAU, 1994, p. 98.

¹² CERTEAU, 1994, p. 100-101.

anos 1950. A obra *Cultura brasileira e identidade nacional*,¹³ oferece contribuição, sobretudo, ao auxiliar na identificação dos projetos culturais relativos à construção da identidade nacional e ao mostrar as tentativas de legitimação dos governos a partir do fomento à cultura durante o período ditatorial.

Flora Sussekind aponta as características da ação do poder público no cenário cultural, afirmando que, em muitos casos, a censura e a repressão associadas às estratégias governamentais, não foram as únicas formas através das quais o Estado dialogou com os intelectuais durante o período de 1964 a 1985. Em *Literatura e vida literária*,¹⁴ a autora apresenta algumas estratégias utilizadas pelos grupos políticos no tocante ao campo cultural, como, por exemplo, as permissões para expansão das redes televisivas que ao mesmo tempo em que possibilitavam maior acesso a informações e ao lazer dos brasileiros, permitia também o controle da população, a partir dos programas a serem exibidos. O apoio dado a determinados intelectuais em troca da elaboração de obras que correspondessem aos interesses estatais, recebendo esses, em contrapartida, privilégios e incentivos para escrever e editar foi associado à criação e ao fortalecimento dos meios de cultura e comunicação de massa.

Constituem-se como objetivos desta dissertação a compreensão de como os diversos grupos que atuavam no Piauí nos 1960 e 1970 e, em especial, em Teresina, produzem literatura e como se comportaram diante dos investimentos estatais, cujos fins eram auxiliar o desenvolvimento e a integração do Estado. A interface das relações entre Estado e cultura, bem como, as disputas entre grupos e instituições serão vistas, a partir dos seguintes questionamentos: 1) Como a cultura produzida no período relacionou-se com o desenvolvimento econômico do Estado, e com a melhoria na estrutura urbana de Teresina? 2) De que forma os grupos e as instituições que atuavam no cenário cultural teresinense, em especial a Academia Piauiense de Letras (APL) e o Círculo Literário Piauiense (CLIP), colocavam-se diante da possibilidade ou não da edição de suas obras? 3) Quais as formas de utilização dos espaços culturais da capital, isto é, como se dava o consumo pelos produtores culturais? 4) Qual era o contexto de criação de órgãos e políticas públicas destinadas a cultura, como o Conselho Estadual de Cultura e o Plano Editorial do Estado, seus objetivos, e o modo como atuaram no cenário cultural do Estado? 5) Quais foram os jogos de

¹³ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁴ SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

representações e os interesses que caracterizaram as atividades dos intelectuais, grupos e instituições culturais teresinenses diante da oportunidade de fomento para suas publicações?

Variadas fontes e metodologia nos permitiram o acesso a informações referentes à produção literária piauiense dos anos 1960 e 1970. O estudo dessas fontes associado à leitura da bibliografia sobre a temática permitiu o embasamento necessário à interpretação do contexto político, econômico e social que caracterizaram o período estudado. Pesquisamos também em jornais e revistas produzidos no Piauí, seja de circulação diária ou em formato alternativo.

A utilização dos jornais como fontes para o conhecimento do cotidiano da cidade, justifica-se, na medida em que, nesses periódicos Teresina aparece diariamente, em contínua construção e desconstrução, destacada na escrita de cronistas e comentaristas locais, os quais apontam os aspectos positivos e negativos da cidade, bem como os avanços, as tensões e os retrocessos das ações estatais implantadas em sua malha urbana. Por meio dessas fontes, percebemos a movimentação política e cultural do Estado, além dos personagens e agentes culturais mais atuantes no período. Sendo os sujeitos desta dissertação homens de letras, suas inserções no meio jornalístico da cidade propiciaram o entendimento das relações de poder que se firmam a partir da veiculação de críticas positivas e/ou negativas aos projetos culturais postos em prática por diversos agentes.

Entre os jornais pesquisados, destacamos *O Dia*, que circulou ao longo das duas décadas em análise e que manteve, durante alguns períodos, colunas destinadas à discussão cultural, assinadas por membros da Academia Piauiense de Letras ou por membros de grupos culturais alternativos. Pesquisamos também *O Estado*, em especial o ano de 1975, período em que a Secretaria de Cultura divulgou em suas páginas, o informativo semanal Caderno de Divulgação Cultural, composto por entrevistas, artigos, comentários, trechos de obras, além do resumo das atividades desenvolvidas pelo poder público e sua agenda cultural.

Entre as revistas pesquisadas destacamos a *Revista da Academia Piauiense de Letras* criada em 1918, contudo, apenas analisamos as que foram editadas nas décadas referidas, com o fim de observarmos as atividades dessa instituição. Em suas páginas podemos acompanhar através da seção Movimento Editorial, os lançamentos de livros de autores piauienses dentro e fora do Estado, fossem com incentivo estatal, ou por iniciativa particular. Na revista há também, discursos de posse e recepção de seus membros, o que contribui para a compreensão do modo como esses entendem sua participação no cenário cultural do Estado, bem como os critérios que justificam e norteiam suas escolhas.

Do acervo da Academia Piauiense de Letras utilizamos também as atas das reuniões ocorridas entre 1971 e 1992, período em que essa instituição foi presidida por Arimathéa Tito Filho. Essa documentação possui a particularidade de ter sido escrita pelo próprio presidente, que relatava os eventos anuais da instituição durante a sua gestão. Tal fonte pode ser entendida como suporte da memória¹⁵ de seu produtor que nela rememora o que lhe parecia significativo para a história da Casa de Lucídio Freitas. Além das atas, utilizamos o boletim *Notícias Acadêmicas* que, embora tenha surgido apenas em 1986, traz fragmentos de memórias e referências a acontecimentos e personagens atuantes nas décadas de 1960 e 1970.

Outro jornal analisado foi o *Gamma*, elaborado por jovens escritores no ano de 1972. Embora este tenha circulado em apenas dois números, apresenta significativos aspectos das novas formas de produção cultural do período. Em meio a entrevistas, trechos de obras, frases soltas e críticas literárias, percebemos o dinamismo, o posicionamento dos jovens sobre os acontecimentos culturais da cidade, bem como os modos de pensar e produzir cultura, sobretudo de maneira alternativa.

Utilizamos ainda a revista *Presença*, órgão oficial da Secretaria de Cultura e, posteriormente do Conselho Estadual de Cultura. Defendida por seus produtores e colaboradores como importante instrumento de valorização da cultura piauiense, em especial, no âmbito da história, literatura, patrimônio histórico e das manifestações populares é uma fonte privilegiada por ser um documento do período em estudo, que surgiu no contexto das discussões sobre o desenvolvimento da cultura no Estado e sobre os meios apropriados para sua produção. A revista traz entrevistas e textos de agentes culturais relacionados às políticas públicas, além de críticas, opiniões, realizações e projetos relacionados à cultura piauiense.

Outra publicação periódica analisada foi *Cadernos de Teresina*, da Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMC), que surgiu no ano de 1987. Embora fuja do recorte analisado, esta fonte foi útil por trazer entrevistas com literatos e produtores culturais atuantes nos anos 1960 e 1970, permitindo entender como significavam à época, as ações promovidas no campo da cultura. A revista possui a seção denominada Agenda, que traz informações sobre obras publicadas e reeditadas durante o período em estudo, permitindo observar informações e repercussões em torno das novas edições.

Outros conjuntos de fontes analisadas foram as mensagens governamentais enviadas anualmente à Assembleia Legislativa, e as atas e os documentos avulsos do Conselho

¹⁵ Para a discussão sobre a memória e os lugares de memória conferir: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Estadual de Cultura. Ao analisarmos as mensagens governamentais identificamos a síntese de ações do Estado, os objetivos a que se propunham, bem como elementos sobre a execução, ou não, de tais projetos. Sendo um instrumento oficial de prestação de contas dos administradores a Assembleia Legislativa, o discurso contido nessas mensagens é limitado e registra as ações e práticas consideradas positivas e de vital importância para o Estado, sendo excluído dessas narrativas o processo de execução dos projetos, e as tentativas que fracassaram. Usando dessa mesma linha metodológica, analisamos as informações constantes no *Diário Oficial do Estado*, onde são publicadas as licitações e a legislação estatal como decretos estatais, notícias sobre as ações do poder público, incluindo as relacionadas ao setor cultural.

As atas e os documentos avulsos, em especial, memorandos, ofícios e do Conselho Estadual de Cultura são fontes que dão visibilidade ao cotidiano dessa instituição, a partir do momento de sua criação. Investigamos memorandos internos onde foi possível perceber a frágil estrutura física do poder administrativo do Conselho Estadual de Cultura. Os documentos tratam de pedidos da presidência para suprir o órgão de móveis, automóveis, materiais de escritório, de limpeza e lanches para os conselheiros, além de passagens aéreas para reuniões em nível federal para participarem de encontros, congressos e conferências. As atas, a despeito de serem registros irregulares, apresentam o registro das reuniões semanais dos conselheiros, as discussões que aconteciam em torno da cultura no momento, as resoluções tomadas, o andamento de projetos, as disputas internas entre os conselheiros, os apadrinhamentos, as tomadas de posição diante de fatos e personagens, revelando jogos de poder que marcavam sua atuação no cenário piauiense nos anos 1960 e 1970.

O texto foi estruturado em três sessões. O primeiro capítulo, **A cidade e a cultura: Teresina e os espaços de produção cultural nos anos 1960 e 1970**, busca compreender as relações entre o cenário da cidade e as práticas culturais nela desenvolvidas. Procuramos apresentar uma cidade que, mesmo a partir do cenário desenvolvimentista que se delineava a partir dos finais dos anos 1950, convivia com problemas estruturais e com dificuldades diversas, o que originava críticas ao modelo político vigente, favorecendo o surgimento de discursos modernizantes que se fortalecem nos anos 1970 e que modificam os modos como os seus habitantes se relacionaram com o seu espaço. A cidade foi vista como palco em que conviveram e disputaram variadas produções culturais, sejam em espaços legitimados como cinemas, teatro, faculdades, grêmios literários, etc, sejam em novos espaços, como bares, quintais, calçadas de residências e gramados de praças. A partir de ressignificações em torno

da cultura e de suas formas de produção e consumo, procuramos refletir sobre os modos de vivência cultural na cidade, observando o consumo cotidiano dessa produção, bem como as críticas e o apoio aos projetos existentes.

O segundo capítulo, **Políticas culturais no Piauí nos anos 1960 e 1970** analisa as razões pelas quais o Estado investe na produção cultural, em especial literária, nas décadas em estudo, bem como seus interesses e as limitações decorrentes dessa prática, considerando que o apoio institucional à produção cultural não é um fenômeno recente no Brasil, e que falar em cultura brasileira é falar em relações de poder. A partir da análise da documentação de instituições culturais - atas, memorandos, boletins informativos, jornais, revistas e das obras publicadas no período - apontamos as características dos administradores, suas ações no campo cultural e o tipo de cultura desejado pelos governantes do período, isto é, aquela que buscava a promoção da integração nacional e da valorizar da cultura e da história local. O aspecto central dessa discussão é a análise de projetos editoriais e editais de concursos literários promovidos em nível municipal e estadual, em especial, o Plano Editorial do Estado (1972), que tinha como um dos princípios norteadores, “maior estudo e preservação dos bens de valor cultural, por um imperativo de civismo e brasilidade.”¹⁶

No terceiro capítulo, **Disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970**, tendo em vista a possibilidade de interferência estatal na produção literária, abordamos os diversos motivos, como a vontade pessoal ou do grupo ao qual se filiavam, aproximação ou afastamento das propostas e temáticas valorizadas, que faziam os intelectuais se relacionarem ou não às políticas de fomento cultural. Esse capítulo destaca as discussões de projetos sobre a literatura piauiense, ressaltando as posturas de grupos e agentes da Academia Piauiense de Letras e do Círculo Literário Piauiense. A partir da análise de trajetórias e opiniões de membros desses grupos, apresentamos os investimentos e as críticas em torno dos projetos culturais, destacando aspectos que levavam determinados grupos e personagens a serem reconhecidos culturalmente, e posteriormente receberem financiamento do Estado, bem como quais discursos existiam em torno da produção cultural teresinense, revelando o cotidiano de sua produção e circulação, valorizando a tensão existente entre os literatos e o Estado, e principalmente, em relação às disputas literárias.

¹⁶ DECRETO 1416. *Diário oficial*, Teresina, 28 jan. 1972. p. 2.

2 A CIDADE E A CULTURA: TERESINA E OS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960 E 1970

Este capítulo apresenta o cenário cultural do Piauí, sobretudo o da capital, Teresina, nos anos 1960 e 1970 em suas relações com os acontecimentos políticos e econômicos e com os discursos em torno do desenvolvimento estadual do período. Inserido no contexto nacional que passava por amplas reformulações políticas e econômicas, o Piauí nesse momento passa a manifestar o desejo de fuga da condição de extrema precariedade de sua economia, o que se tornou visível, desde os fins da década de 1940, período em que cessam os ciclos de extrativismo vegetal baseados na exportação da cera de carnaúba, do babaçu e da borracha de maniçoba, que eram a base da economia piauiense.

Reformas econômicas e estruturais eram constantemente apontadas como modos de estimular o comércio e a indústria visando a sua integração à economia nacional, o que viabilizaria o desenvolvimento do Piauí, colocando-o num cenário de crescimento. Investir em obras públicas e modernizar as cidades, além de alocar os investimentos no setor educacional, tornam-se marcas desse processo, que buscava aliar mudanças estruturais à ascensão de novas atitudes e saberes em torno do desenvolvimento da cidade. Teresina será *locus* privilegiado desse processo de modernização, em virtude de ser a capital do Estado, o que lhe possibilita o papel de irradiadora de ações. A cidade abrigou em seu seio os desejos, as expectativas, e foi incorporando, embora lentamente, os novos modos de agir e consumir da vida urbana. Neste capítulo a ênfase será dada às mudanças que ocorriam na cidade em interface com o campo cultural.

2.1 O Desenvolvimento estatal a partir dos anos 1950: tentativas de modernização

Estado cuja economia foi inicialmente voltada para o setor primário, em especial, para as atividades da pecuária, da agricultura e do extrativismo vegetal, o Piauí chega ao final da década de 1950 almejando, a partir de intervenções políticas e administrativas efetivas, a captação de recursos junto ao governo federal, por meio de empréstimos e investimentos

visando à superação da fragilidade econômica que marca sua trajetória. A economia piauiense a partir dos anos 1950 encontra-se fragilizada pelo fim dos ciclos econômicos extrativistas, até então bases de sua sustentação, e pela dependência dos investimentos federais que eram utilizados, buscando minimizar os efeitos das secas em algumas regiões, o pagamento do funcionalismo público, bem como a construção de obras de infraestrutura que possibilitassem o crescimento econômico¹⁷. Tal situação forçava os administradores a procurar saídas para o desenvolvimento estadual.

A elaboração de projetos com o fim de propiciar o desenvolvimento da economia piauiense encontra favorecimento e impulso, a partir da segunda metade da década de 1950, pois coincide com as iniciativas do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) em fomentar o processo de integração nacional. As políticas nacionais, com o fim de facilitar o desenvolvimento industrial do país, passavam principalmente pela superação dos problemas infraestruturais das cidades, em especial os relacionados ao abastecimento energético, com a construção de hidrelétricas, o impulso às redes de comunicação entre regiões, com a construção de pontes e rodovias, além do investimento na criação e desenvolvimento de indústrias. Essas medidas caracterizadas pelo formato desenvolvimentista viabilizariam a inserção mais aprofundada do país no mundo capitalista, sobretudo a partir do incentivo à industrialização nacional.

No cenário político do Estado, entretanto, processava-se um acirramento das disputas partidárias, o que dificultava a transformação da realidade econômica, haja vista as variadas visões de como deveria ocorrer o desenvolvimento, bem como os modos através dos quais deveria ser efetivado. Contudo, o poder público traça estratégias para romper com uma economia extremamente fragilizada, marcada pelo declínio das exportações dos produtos extrativistas. Essa nova situação gerou o quadro de dependência do Estado dos recursos federais para a efetivação de ações administrativas e estruturais, em virtude da quase inexistência de indústrias e da dependência de outras regiões para o abastecimento local de produtos manufaturados. Em relação aos anos 1950, a economia piauiense foi assim caracterizada:

[...] o mercado interno era abastecido pelo pequeno excedente extraído do setor de subsistência, no tocante a produtos primários; por alguns

¹⁷ MARTINS, Agenor de Sousa. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

estabelecimentos industriais, no que se refere à transformação de produtos primários locais; pelos Estados vizinhos, quanto a produtos manufaturados leves; e pelo setor de mercado externo, para bens que exigissem maior elaboração industrial, como bens duráveis e máquinas.¹⁸

A partir de 1956, com a posse do governador Jacob Manuel Gayoso e Almendra,¹⁹ o Piauí insere-se nas disputas para usufruir dos incentivos da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, agindo, para tanto, na organização interna da administração do Estado, “especialmente na área das finanças, e, [...] criando naquele mesmo ano a Comissão de Desenvolvimento do Estado.”²⁰ A referida Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE) teria a função de identificar os pontos frágeis dos setores produtivos piauienses, além de elaborar projetos e executar ações visando estimular os investimentos públicos de maneira a favorecer o desenvolvimento do Estado.

A CODESE instituiu-se assim como órgão de assessoria do governador, levando a este sugestões que viabilizassem a integração do Estado no processo de formação de um parque industrial nacional. A partir da análise das condições estruturais do Estado e dos relatórios produzidos, o setor energético foi elevado à condição de setor primordial a ser desenvolvido, posto que “a falta de energia elétrica e a inexistência de créditos industriais de longo prazo constituíam-se nos grandes obstáculos à expansão de indústrias locais.”²¹ A partir das análises desta comissão, o setor público ampliou a procura de estratégias visando dotar o Piauí de infraestrutura básica, como setor energético, de transportes e de comunicações. Nesse momento o poder público investia na criação de órgãos e empresas, como Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA, em 1959), Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA, em 1962) e Agroindústrias do Piauí S/A (AGRINPISA, em 1959), a fim de favorecer o desenvolvimento do Estado. Seguindo esses investimentos, foram criadas também órgãos como o Banco do Estado do Piauí S/A (BEP, em 1958), Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA, em 1957) e Telefones do Piauí S/A (TELEPISA, em 1960), visando respectivamente, incentivar o crédito

¹⁸ MARTINS, Agenor de Sousa. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p. 135.

¹⁹ Governou o Piauí no período 1955-1959 eleito sob a sigla do Partido Social Democrático (PSD). Nasceu em Teresina em 1889 e faleceu em 1976. Militar e historiador, atuou como deputado estadual e federal além de secretário de Fazenda do Estado. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. É autor de obras como *O feudo da Casa da Torre no Piauí: povoamento, luta pela propriedade* (1953).

²⁰ MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p. 187.

²¹ MARTINS, 2003, p. 146.

e o acúmulo de rendas no Estado, a organização do abastecimento de carne, bem como favorecer a comunicação dentro e fora do Estado.

A criação de tais órgãos tinha por objetivo dotar o Estado de mecanismos básicos que possibilitassem o investimento e criação de indústrias no Piauí. Acreditava-se que somente com investimentos nesses setores o Piauí se desenvolveria e atrairia investimentos, pois a ausência desses recursos, principalmente a energia elétrica, impossibilitava o funcionamento de máquinas, além de interferir no cotidiano da população, ao impedir o acesso e consumo de novas tecnologias e produtos que se popularizavam à época. A posição defendida pelo governador era a de que:

[...] a solução de nossos problemas sociais, a elevação do nível de vida de nosso povo e o enriquecimento coletivo só serão possíveis se forem antes resolvidos os nossos problemas de infraestrutura econômica – energia e transportes – e se nos lançarmos à industrialização de nossas matérias-primas, à extinção do latifúndio improdutivo, à racionalização de nossa agricultura e à adoção de métodos modernos e científicos de criação de nossos rebanhos.²²

A falta de um eficiente sistema de distribuição energética interfere no cotidiano da cidade e afeta seus habitantes aparece em críticas dos articulistas que utilizam os espaços dos periódicos, para mostrar a passividade do governo na resolução do problema. Estas formulações feitas nos periódicos da cidade, além de deixarem entrever a posição e o alinhamento político dos jornais e de seus editores, foram utilizadas também como desculpas junto aos leitores pela qualidade do jornal que chegava às suas mãos. Em trecho do jornal *O Dia* o articulista assim se posiciona:

[...] Este jornal se sente na obrigação de cientificar os seus prezados leitores de que a redução das suas habituais seis páginas para quatro se deve exclusivamente ao irregular fornecimento de energia elétrica por parte do IAEE. Com esta explicação, o *O Dia* faz um apelo à autarquia ora dirigida pelo Dr. José Guilherme do Rego Monteiro no sentido de que regularize a situação já acarretadora, nesta altura, de prejuízos incalculáveis à vida teresinense.²³

²² ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1961*. Teresina, 1961. p. 13.

²³ AOS LEITORES. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 766, 24 abr. 1960, p. 4.

Outro setor que emerge como potencial meio para romper o subdesenvolvimento do Estado é a educação. Sendo uma região que almejava o desenvolvimento, a educação e formação profissional de crianças, jovens e adultos passou a ser entendida como modo privilegiado para a geração de mão-de-obra qualificada e preparada para atuar no processo de crescimento do Estado, buscando recursos para investimentos nesse setor. Com esses recursos, ampliam-se o número de escolas e professores, além de possibilitar aos docentes, oportunidades de qualificação. As mensagens de governo produzidas no período apontam que os investimentos feitos possibilitaram que, no ano de 1960, o ensino primário do Estado contasse com 47.900 matrículas e o ensino secundário com 3.052, números, que em 1979 chegaram a 450.424 e 26.728 matrículas, respectivamente, no ensino de primeiro e segundo graus.²⁴

No contexto de valorização da educação a partir de investimentos estatais, esta é apontada como instrumento de superação do atraso da região e também como modo de ascensão social da família e do indivíduo. Nessas discussões foram inseridas, gradativamente, o problema da ampliação do ensino superior no Estado, constituído à época principalmente por instituições particulares, que contavam com incentivos públicos. Nesse sentido, tornaram-se importantes as discussões em torno da implantação de uma universidade no Piauí, projeto que seria efetivado em 1971.²⁵

Instituição de destaque no ensino superior do período é a Faculdade de Filosofia (FAFI), criada em 1957 por Dom Avelar Brandão Vilela,²⁶ contando com parcerias do poder público, para impulsionar o ensino no Piauí como um todo, ao formar profissionais qualificados, especialmente, para atuação no campo educacional. Segundo Felipe Mendes, a

²⁴ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1961*. Teresina, 1961. p. 55-68; ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Djalma Martins Veloso em 1979*. Teresina, 1979. p. 24.

²⁵ Os incentivos estatais nas instituições particulares de ensino superior eram feitos sob forma de repasses de recursos financeiros e pagamento de aluguel do espaço físico, bem como a cessão de servidores para seu funcionamento. Além disso, a partir do início de processo de criação de uma universidade no Estado, o poder público oficializou algumas das instituições existentes. Sobre os debates em torno do projeto de criação da Universidade do Piauí, atual Universidade Federal do Piauí, cf.: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. *A organização universitária e suas interfaces com as estruturas de poder no Piauí*. 1998. 173f. Dissertação (Mestrado em Gestão Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.

²⁶ Nasceu em Viçosa (AL) em 1912 e faleceu em Salvador (BA) em 1986. Dirigiu a Arquidiocese de Teresina de 1956 a 1971, sendo elevado posteriormente a condição de Cardeal-Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. Sua atividade pastoral mesclava a atuação religiosa com atividade de conscientização social, sobretudo a partir da educação. Em Teresina funda a Faculdade de Filosofia, a Ação Social Arquidiocesana, a Rádio Pioneira, entre outras iniciativas. Membro da Academia Piauiense de Letras. Entre suas obras podemos citar *Filosofia e desenvolvimento*.

atuação de Dom Avelar no processo desenvolvimentista do Estado foi decisiva, ultrapassando sua atividade missionária, acabando por influenciar o processo econômico e social através da ação educacional. Segundo o autor, a ação do bispo no Piauí foi positiva, pois “trazia uma visão dos problemas sociais e econômicos sintonizada com a pobreza do Nordeste, logo percebendo que sua ação pastoral deveria ter responsabilidade com os destinos do Estado.”²⁷

Embora fosse uma instituição particular, a FAFI contava com o auxílio financeiro do Estado, o que possibilitou a muitos jovens o acesso a cursos superiores destinados ao magistério, como História, Filosofia, Geografia, Letras Neolatinas e Matemática, o que oportunizou a melhoria do ensino dessas disciplinas. Convém ressaltar que na década de 1950 o Piauí já contava com outras faculdades, como a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, em Teresina e a Faculdade de Administração, localizada em Parnaíba, centros educacionais, que além de formar profissionais para atuação nessas áreas, se tornaram espaços onde jovens conscientes da situação de dependência do Estado discutiam formas de intervenção nos destinos econômicos e sociais do Piauí, além disso, se tornaram locais de convívio social, de circulação e discussão cultural.

As atividades educacionais realizadas nesse período, sobretudo as ligadas ao ensino superior, também favoreceram o processo de desenvolvimento estadual, ao possibilitar espaços onde os jovens estudantes, professores e intelectuais pudessem reunir-se, discutir, traçar estratégias e elaborar projetos de interferência na situação de estagnação econômica do Piauí. Para tanto, alguns intelectuais fundam em 1957 a revista *Econômica Piauiense*, que possibilitou, no início dos anos 1960, a criação do Movimento de Renovação Cultural (MRC).²⁸ Além de discussões sobre os caminhos econômicos do Piauí, este grupo composto por intelectuais de variadas formações atuou no estímulo cultural do Estado, como as tentativas de seus membros de criar gráficas e editoras para publicação de livros e revistas que discutissem a história e a economia do Piauí. O grupo atuou também no incentivo à realização de palestras e encontros versando sobre a cultura piauiense e os meios de utilizá-la na discussão da realidade social e econômica do Estado.

Nesse cenário desenvolvimentista, a produção cultural passará a relacionar-se ao debate político narrando a história do Estado e dos processos políticos e econômicos que aqui se firmaram, apontando mazelas, sugerindo ações, favorecendo e legitimando, em muitos

²⁷ MENDES, 2003, p. 182.

²⁸ O Movimento de Renovação Cultural (MRC) possuía como principais integrantes os bacharéis em Direito e professores Manoel Paulo Nunes e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, o juiz e literato Fontes Ibiapina e os historiadores Odilon Nunes, Artur Passos e Nerina Castelo Branco.

casos, uma postura otimista para as mudanças econômicas que se iniciam. Tal postura associa-se às estratégias políticas de Juscelino Kubitschek, que, em seu governo, contou com o auxílio dos estudos e análises do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que acabaram se tornando úteis para as ações do Estado que desejava legitimação ideológica junto a determinados grupos de intelectuais. A partir desse momento, intelectuais em todo o Brasil, preocupados com os destinos do país e a superação das dificuldades de suas regiões, como os que, no Piauí, se organizaram no Movimento de Renovação Cultural, discutem e sugerem políticas para a superação da difícil situação econômica na qual o Brasil se encontrava, e que possibilitassem o seu crescimento e a sua modernização.

Sobre os investimentos em educação no Piauí, convém ressaltar que apenas em 1968 inicia-se a implantação da Universidade do Piauí, iniciativa que mobilizou a classe política estadual e que acabou por reunir as faculdades até então existentes. O anseio por essa instituição coincidia com o desejo de formação e qualificação de pessoas com consciência crítica para atuação nas atividades relativas à modernização do Estado. O governador Helvídio Nunes de Barros²⁹ sintetiza a expectativa da administração piauiense em relação à universidade, segundo ele, esperava-se que, com a implantação da Universidade do Piauí, ela agisse de maneira “autêntica, refletindo nossos anseios e aspirações, realizando estudos e pesquisas sobre a nossa realidade e formando os técnicos de que necessitamos para promover o desenvolvimento do Piauí.”³⁰

Os discursos que associam a educação aos destinos econômicos do Estado, ao serem capturado pelo poder público, fortalecem a tomada de medidas visando ao combate do subdesenvolvimento. Cada vez mais a educação e a cultura serão vistas pelos políticos como importantes mecanismos a serem utilizados por homens instruídos e sensíveis à realidade no combate às mazelas históricas do Estado e para garantir a elevação das condições de vida da população.

Associados aos processos de mudança econômica do Estado, os desejos de ampla modernização estrutural das cidades, bem como dos costumes e das relações políticas ganham impulso. Os anos 1960 no Brasil serão caracterizados pela emergência de uma mentalidade reformista nas relações políticas, pelo questionamento do conservadorismo nas ações públicas, especialmente nos setores agrários e tributários e que atinge, sobretudo, o governo

²⁹ Governou o Piauí no período 1966-1970 eleito sob a sigla do Partido Social Democrático. Nasceu em Picos em 1925 e faleceu em 2000 tendo sido advogado e exercido os cargos públicos de prefeito e senador. É autor de obras como *Problemas e figuras do Nordeste*.

³⁰ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1969*. Teresina, 1969. p. 64.

João Goulart (1961-1964) cujo projeto político visava reformar a sociedade como um todo, possibilitando meios para que regiões menos favorecidas de recursos e investimentos também pudessem alcançar o progresso e a modernização. Para os aliados de suas propostas, as ações do governo eram vistas como promotoras de rompimento com a situação de dependência e estagnação econômica do país através de investimentos efetivos que proporcionariam melhor distribuição de renda, diminuição do desemprego e, conseqüentemente, melhores condições de vida para a população.

O Piauí chegou à década de 1960 também interessado nesses projetos e práticas de feição modernizadora, incitado, sobretudo, pelos desejos da incipiente classe média que passa a reivindicar cada vez mais do Estado ações efetivas visando romper com a situação de atraso. Por todo o Brasil, as classes médias passam a defender reformas estruturais e investimentos em educação e cultura que possibilitem o desenvolvimento social e econômico do país. Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo em *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*,³¹ ao tratar da realidade paulista, ressalta que nesse período, as classes médias, em variados recantos do país, sob forma de discursos e com práticas efetivas, pressionavam o poder público para a realização de investimentos que favorecessem seus interesses. Segundo a autora, durante as décadas de 1950 e 1960, as classes médias agiam buscando criar em toda sociedade.

[...] um consenso [...] ao redor de seu projeto de industrialização, tendo em vista pressionar o Estado para que ele dirigisse suas ações naquele sentido, assumindo, entre outras coisas, o compromisso de gerar as condições de infraestrutura necessárias à instalação de empresas estrangeiras no Brasil.³²

A fim de barrar esse processo, visto como prejudicial aos seus interesses, os setores econômicos estabelecidos fortalecem o apoio às iniciativas do Exército que, à época, temia a perda da soberania brasileira com a aproximação do país de nações e sistemas econômicos estrangeiros. Segundo análises de Thomas Skidmore, as motivações dos militares decorriam, também, da crença destes de que estavam sendo desprestigiados nas tomadas de decisões sobre o futuro do Brasil, bem como dos riscos do avanço das práticas socialistas.³³ Sob estes

³¹ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

³² FIGUEIREDO, O progresso chega ao fim do mundo. In: FIGUEIREDO, 1998, p. 42.

³³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 a 1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

argumentos, as forças armadas e as classes médias uniram-se e deram início ao processo que culminou com a implantação do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, que concretizou um processo de ditadura restritiva dos direitos políticos e liberdades de indivíduos identificados como perigosos para a soberania e desenvolvimento do país.

A vigência desse sistema político baseou-se inicialmente nas medidas de afastamento de políticos, jornalistas e artistas, considerados subversivos de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Essas medidas variavam de cassações de mandatos e direitos políticos a prisões, torturas, censuras, expurgos e exílios forçados.³⁴ Se, por um lado, as liberdades individuais estavam sendo diminuídas, uma das estratégias adotadas pelo novo governo para legitimar-se junto à sociedade era atender ao maior número de solicitações de melhorias na infraestrutura e de pedidos de auxílios econômicos vindos dos Estados, em especial, dos mais carentes de investimentos. A partir da década de 1960, o Brasil adota um modelo de desenvolvimento fortemente atrelado às iniciativas federais, com o permanente repasse de recursos, o que, no caso do Piauí, contribuiriam para maior desenvolvimento das cidades e para a ampliação das possibilidades de consumo de novos equipamentos e produtos.

Com o advento do modelo político implantado pós-1964, o Piauí não sofreu fortes modificações em seu cenário administrativo e nas suas bases políticas de sustentação. Enquanto em outros Estados muitos líderes políticos foram afastados de suas funções ou forçados a fazer coalizões para não serem depostos, no Piauí houve apenas algumas cassações de mandatos de vereadores e deputados.³⁵ Num primeiro momento, o Piauí chegou a beneficiar-se das mudanças, pois o governador Petrônio Portella Nunes³⁶ teceu boas relações com as novas forças governistas, conseguindo, com isso, alocar recursos financeiros que favoreceriam o desenvolvimento do Estado, reforçando as atividades de órgãos como a CEPISA, AGESPISA e TELEPISA.

No mandato de Petrônio Portella Nunes (1963-1966) iniciam-se as captações de recursos para a construção da Barragem de Boa Esperança, continuadas pelos governadores

³⁴ Para maiores informações sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

³⁵ Para informações sobre as ações que caracterizam a implementação do governo ditatorial no Piauí, bem como os processos de cassação de mandatos e perseguições a alguns personagens ver: DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: [s.n.], 2008.

³⁶ Governou o Piauí entre 1963 e 1966 sob a sigla da UDN. Durante sua administração, foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí, contribuindo para a existência de uma administração pública voltada para o desenvolvimento efetivo do Estado. Nasceu no município de Valença em 1925 e faleceu em Brasília em 1980. Bacharel em Direito, teve intensa vida pública exercendo cargos de prefeito de Teresina (1958-1963), deputado estadual, senador e ministro da Justiça (1979). Membro da Academia Piauiense de Letras, é autor de *Tempos de Congresso*.

que o sucederam, por entenderem ser esta obra o grande sonho dos piauienses, ao permitir maior autonomia energética para o Estado e segurança para os futuros investimentos visando à industrialização do Estado.³⁷ Nesse contexto também são reforçadas as discussões para a implantação de uma universidade no Piauí, empreendimento que fomentaria a área educacional e cultural.³⁸

Entretanto, a despeito dos incentivos estatais visando ao desenvolvimento e em que pese a gradual propagação de novos modos de comportamento e de consumo, o Piauí dos anos 1960 permanece como um local em que as inovações chegavam com certa dificuldade. Marylu Oliveira, ao analisar as disputas em torno de projetos políticos no período, contribuiu para a compreensão do vigor das desigualdades e das formas de intervenção planejadas. Ao tomar como pretexto a análise das condições urbanas da capital, a autora considera:

[...] Estado com modos provincianos, era visto assim o Piauí. Sua capital, Teresina, na década de 1960 contava apenas com uma única banca de revistas, que, para os habitantes da cidade, era uma loja de revistas. As famosas inovações tecnológicas que fizeram parte das características da década de 1960 em todo o mundo, no Piauí, chegavam através de revistas, dos jornais e do rádio, sendo este último o maior veículo na propagação de notícias no Estado. As revistas davam conta do panorama nacional e mundial, também traziam o colorido das fotos e as reportagens dos grandes astros e estrelas do cinema nacional e internacional, mas sempre chegavam as bancas com grande atraso, devido a sua vinda do Sul do País. Os jornais, apesar de grande parte produzido na capital piauiense, tinham falhas periódicas nas suas publicações e pelos mais variados motivos: os constantes cortes de energia na cidade, restrições financeiras, falta de papel, entre tantos outros motivos que conseguimos visualizar nas páginas dos noticiosos [...] A notícia do golpe militar de 1964, por exemplo, foi escutada por muitos

³⁷ “[...] A Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança demos todo o apoio pedido, e muita vez, antecipamo-nos às solicitações, convencidos da magnitude da obra e da necessidade do cumprimento do cronograma de trabalhos [...]. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1967*. Teresina, 1967. p. 3.

³⁸ “[...] Em face da lei que autorizou a instituição da Universidade Federal do Piauí, o Governo do Estado houve por bem designar uma comissão de estudos, composta de educadores e representantes de entidades diretamente ligadas ao problema educacional, a qual, sob a coordenação desta Presidência, apresentou estudo preliminar para a elaboração do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí. [...] Em 12 de outubro do ano findo, foi oficialmente instituída a Fundação Universidade Federal do Piauí, coroando os esforços do poder público estadual que se empenhou arduamente no último quadriênio em dotar o Piauí de sua Universidade, sonho de várias gerações [...]”. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1970*. Teresina, 1970. p. 59-60.

através do rádio, e boca a boca se espalhou rápido, principalmente na capital do Estado.³⁹

O Piauí nos anos 1970 encontrava-se permeado de discursos que apresentavam o desejo de rompimento com a situação de dependência que ainda o caracterizava. Esta situação cada vez mais incomodava os políticos, sobretudo os de oposição ao governo constituído, bem como as parcelas da sociedade que apresentavam críticas nos jornais locais, sendo estas permeadas por ironias quanto aos rumos do desenvolvimento que se delineava e expondo, sobretudo, o fato de as novidades aqui chegarem de modo lento. Variados discursos revelam o desejo por ações efetivas para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os governantes piauienses, também desejosos de que o país se desenvolvesse e se modernizasse, o que colaboraria positivamente para a imagem e a legitimação do governo ditatorial instalado no país, e para a continuidade das ações federais desenvolvidas no Estado, agem a partir de inúmeras intervenções administrativas, para que, em consonância com o restante do Brasil, o Piauí crescesse no ritmo acelerado do milagre econômico, superando sua realidade econômica e social de subdesenvolvimento.

As imagens dessa busca de crescimento do Estado serão mais expostas a partir da administração de Alberto Tavares Silva⁴⁰ (1971-1974), governador eleito por votação indireta. Ao ser escolhido para administrar o Piauí, o engenheiro transmuta-se em político, destacando-se na elaboração de projetos para o desenvolvimento do Estado, com vistas à sua modernização. Contando com a parceria do ministro de planejamento, o piauiense João Paulo dos Reis Veloso,⁴¹ o governador granjeia recursos para o Piauí, iniciando um processo que, se não rompe com as características da política oligárquica, procura adotar modos alternativos de conciliação entre as várias forças políticas, numa postura que marcou a história política do

³⁹ OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha: democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960*. 2008. 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2008. f. 38-39.

⁴⁰ Governou o Piauí durante dois mandatos: 1971-1975 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e 1987-1991 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nasceu em Parnaíba em 1918 e faleceu em 2009. Engenheiro, exerceu os cargos de prefeito de Parnaíba, deputado estadual e senador. Suas passagens pela administração estadual são marcadas pelo incentivo aos setores educacionais e culturais como a elaboração do Plano Editorial do Estado em 1972, motivo de análise posterior deste trabalho, bem como a construção de obras públicas como o “Albertão”, PIEMTUR e Maternidade Dona Evangelina Rosa. É membro da Academia Piauiense de Letras e autor de obras como *Três Momentos Culturais*.

⁴¹ Nasceu em Parnaíba em 1931 e formou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Atuou como economista, professor e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. É membro da Academia Piauiense de Letras.

Estado no início da década de 1970. O seu governo passou a ser associado, sobretudo na capital, Teresina, ao processo de modernização consubstanciado na construção de obras públicas, com os recursos destinados à educação, com reformas no setor administrativo e com a construção de espaços de lazer, bem como reformas em equipamentos públicos já existentes.

As mudanças verificadas no Estado durante a primeira administração de Alberto Silva apresentam duas vertentes: inicialmente percebe-se o esforço do governador e de sua equipe para dinamizar a vida econômica e cultural dos piauienses, a fim de gerar emprego, renda e lazer. De acordo com estes, somente conhecendo sua história e sua cultura, o Piauí poderia reagir à situação de dependência em que se encontrava, conscientizando-se de sua História e das potencialidades econômicas do Estado.

Por outro lado, os esforços empreendidos pelos administradores no sentido de promoção do crescimento não foram tão efetivos e não conseguiram abandonar de todo os modos tradicionais de fazer política no Piauí, gerando expectativas nem sempre concretizadas. As críticas na imprensa local ressaltam as dificuldades de se alcançar o desenvolvimento no Estado. Deusdeth Nunes,⁴² em sua coluna semanal no jornal *O Dia*, denominada Folha da Mãe Ana, trata do assunto em tom irônico:

[...] Então como diríamos, tudo acontece tão devagar, tão devagar que no dia em que o mundo acabar aí por fora, nós ainda vamos ter um mês para aproveitar a vida. Porque, podem crer, o Piauí vai ser o último a acabar o mundo. Esta é a vantagem do subdesenvolvimento...⁴³

Embora, a partir de fins da década de 1950, os gestores políticos e administrativos buscassem saídas para o subdesenvolvimento tais iniciativas eram pouco eficientes. O progresso do Piauí parecia ligado à criação de órgãos públicos, a tomada de empréstimos pelo governo federal, e aparecia, sobretudo, nas formas de melhoria das condições infraestruturais e na remodelação das cidades. De fato, com as medidas tomadas por seus administradores, o Estado alcançou um determinado tipo de transformação que gerou expectativas na sociedade

⁴² Cearense nascido em 1938, o Garrincha – como é popularmente conhecido – é importante protagonista da imprensa piauiense atuando como cronista esportivo, radialista e também como escritor. Durante as décadas de 1960 e 1970 manteve aos domingos no jornal *O Dia* o caderno alternativo Folha da Mãe Ana, espaço onde os problemas da cidade eram discutidos utilizando, muitas vezes, tom crítico bem humorado. É autor de obras como *Prego na chuteira e Crônicas da cidade amada*.

⁴³ FOLHA da mãe Ana. *O Dia*, Teresina, 1 mar. 1977. p. 16.

por meio da melhoria educacional e do incentivo cultural, mas que possibilitaria a superação das dificuldades apenas a longo prazo. No contexto de agravamento das condições de existência na zona rural devido à decadência da agricultura tradicional, grandes parcelas populacionais migram para os centros urbanos em busca de emprego e de maior acesso à educação. Teresina emergiu como importante centro econômico e cultural piauiense, sendo alvo privilegiado de projetos modernizantes, que caracterizavam o período analisado, tornando-se uma cidade com grandes atrativos:

2.2 Teresina, de “aldeia grande” a moderno cartão-postal do Piauí

A cidade de Teresina, planejada em fins da primeira metade do século XIX para tornar-se capital do Piauí, o que ocorreu em 1852, vem, ao longo de sua história, sendo o palco privilegiado para a emergência de projetos políticos e econômicos que interferem diretamente na realidade social da região. Além do papel de capital do Estado, ao concentrar o eixo das decisões políticas, possui também o papel de centro irradiador de cultura, espaço em que grande parte dos projetos são pensados, efetivados e posteriormente reproduzidos nos municípios.

A transferência da capital de Oeiras, situada na região sul do Estado, para Teresina impactou fortemente o imaginário piauiense acerca dos destinos e das atribuições da nova capital, haja vista esta possuir posição geográfica favorável ao comércio, próxima ao curso navegável do rio Parnaíba, o que permitiria a concorrência com os produtos distribuídos pela cidade maranhense de Caxias. Teresina ao beneficiar-se desta condição, aos poucos deveria transformar-se em uma cidade-modelo, sobretudo em relação à vivência de hábitos e costumes sociais considerados civilizados. Por sua posição política e geográfica, Teresina, a partir da segunda metade do século XIX, favorece-se, segundo Teresinha Queiroz, por ser “capital e pela localização, [e] se beneficia das mudanças conjunturais do Estado e também por ser capital é privilegiada como cenário para as mudanças e exibições sociais.”⁴⁴

Teresina desenvolveu no século XIX e início do século XX, atividades culturais restritas em sua maioria ao âmbito doméstico, sendo estas patrocinadas por algumas famílias. Devido à quase ausência de espaços públicos destinados ao lazer e também como reflexo do tipo de

⁴⁴ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998. p. 20.

política que aqui se desenvolvia, baseadas em relações de poder interligadas por laços familiares, as manifestações culturais da cidade ficavam restritas à intimidade das famílias de elite que viam nos saraus, jantares, bailes, recitais de poesia e piano, além das novenas e festejos religiosos os necessários espaços de sociabilidades e discussões políticas.⁴⁵

Por muito tempo o Teatro de Santa Teresa, teatro de propriedade particular, adquirido pelo presidente da província em 1858, possuiu isoladamente múltiplas atribuições e serviu a variados usos, como local de encenação de peças, exibição de musicais e exibição de películas cinematográficas. As atividades de lazer da cidade transmutavam-se, na maioria dos casos, em eventos culturais particulares e em alguns casos, utilizando-se espaços públicos, situação típica de uma cidade recém construída, que, no limiar do século XX não possuía nem mesmo um eficiente e acessível sistema de abastecimento de água, energia, telefonia e calçamento público.

Dependendo dos investimentos resultantes dos ciclos econômicos extrativistas da carnaúba, do babaçu e da maniçoba, em especial, as atividades de melhoria de infraestrutura e desenvolvimento cultural da capital patrocinadas pelo Estado, ficaram ainda mais restritas, a partir do momento em que esses produtos entraram em declínio. Entretanto, no auge desses ciclos econômicos, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, a cidade viu se multiplicarem as exibições teatrais e musicais, montadas por grupos locais ou visitantes, além de películas cinematográficas. Evento marcante na cultura desse período foi a fundação em 30 de dezembro de 1917 da Academia Piauiense de Letras (APL), agremiação, que, desde seu início, interferiu na cultura escrita no Estado, promovendo reuniões e debates em torno dos rumos da produção literária, dinamizando assim o cenário cultural.

A APL reuniu em torno de si escritores de variados gêneros - contistas, poetas, romancistas, cronistas, jornalistas, historiadores, bem como políticos e bacharéis em Direito que em suas produções escritas apresentaram quase sempre o Piauí como seu foco de interesse. Enquanto fomentadora da produção literária, originária de um lugar social privilegiado, haja vista o respeito e a visibilidade que confere à figura do escritor, a APL nesse período reverberou e, de certo modo, cristalizou as posições políticas dos grupos que ocuparam o poder, pois alguns de seus membros exerciam cargos públicos ou eram beneficiados, quando o Estado investia na área cultural. Nas produções de seus membros percebe-se a construção da imagem de uma região pobre e atrasada, extremamente

⁴⁵ QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

dependente de uma economia exportadora frágil, mas também emerge a ideia de que este dá passos largos rumo ao desenvolvimento.

Essa instituição cultural representa desde o início do século XX um espaço onde se discute e produz cultura na capital. À época de sua fundação essa instituição buscava reproduzir no Piauí as discussões realizadas por alguns de seus fundadores quando de sua formação superior na Faculdade de Direito do Recife, espaço de onde emergiam, em sua maioria, os bacharéis piauienses, no início daquele século XX, como Higino Cunha, Abdias Neves e Clodoaldo Freitas, devido à inexistência de cursos superiores no Piauí no período.

As iniciativas culturais teresinenses no contexto de fundação da APL são promovidas, sobretudo por particulares, haja vista a escassez de recursos econômicos no Estado, o que, de certa maneira, impedia a criação de espaços públicos destinados à produção e consumo cultural. Todavia, a partir do final da década de 1950, período em que os piauienses já começam a manifestar o desejo de modificação do imaginário sobre o Estado, fugindo das caracterizações de atraso a atividade cultural será entendida como instrumento privilegiado para contribuir com a ruptura do isolamento cultural. Esse desejo repercute não apenas entre políticos e administradores, mas apresenta-se em toda a cidade na voz de seus narradores cotidianos como cronistas e articulistas dos periódicos que em seus textos descrevem as condições da cidade, desejando-a limpa e moderna, superando a sujeira e falta de organização, imagem esta que não corresponderia à de uma capital.

Os recursos públicos que chegam ao Piauí, a partir dos anos 1960, associados aos recursos dos particulares possibilitaram um maior investimento em Teresina e buscavam transformá-la num cartão-postal do Estado. A partir desses investimentos projetava-se afastar a cidade de caracterizações que a significavam como um lugar atrasado e pacato, haja vista o desejo de transformá-la em centro cultural moderno e ativo. Embora essas transformações provocassem inquietações em muitos de seus habitantes, devido ao impacto das mudanças nas relações sociais costumeiras, os registros feitos da cidade à época da comemoração de seu primeiro centenário apresentam situações que deviam ser superadas, por não se aproximarem dos símbolos de modernidade.

O literato H. Dobal,⁴⁶ em *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina*,⁴⁷ assim descreve a cidade em 1952:

⁴⁶ Hindemburgo Dobal Teixeira (H. Dobal), poeta piauiense nascido em Teresina em 1927, faleceu em 2008. Bacharel em Direito, cursou pós-graduação na Escola de Economia da Universidade de Londres. Atuou como auditor fiscal do Tesouro Nacional e professor da Escola de Administração Fazendária. Foi um dos fundadores do Movimento Meridiano nos anos 1950. Membro da Academia Piauiense de

[...] É uma cidade, sem dúvida. Tem um comércio muito barulhento e uma indústria muito modesta ... O carnaval é fraco. Também o futebol. A luz elétrica é boa, a água é melhor. O céu é imenso para os aviões e os urubus e nele um barbeiro da Rua Grande já viu o disco voador. A cidade completa cem anos... A vida é calma⁴⁸.

Embora H. Dobal apresente certo receio quanto ao impacto da chegada dos símbolos de modernização sobre a sociedade piauiense, esta perspectiva distanciava-se do posicionamento de alguns cronistas que clamavam pelo desenvolvimento da cidade, reivindicando melhorias na prestação de serviços públicos de limpeza das ruas, fornecimento de energia, água e alimentos. A despeito de ser uma cidade descrita como bela em variados escritos, as fontes hemerográficas analisadas nos permitem entender como a cidade era vista por alguns de seus narradores, possibilitando ainda a percepção dos jogos discursivos utilizados para representá-la em seus variados temas e tramas.⁴⁹

Os jornais que circulavam em Teresina nos anos 1960 apontavam o discurso modernizante e o reforçavam, ao apresentar em suas páginas uma cidade maltratada pelos administradores, tendo que contar, em muitos casos, com a iniciativa particular para seu desenvolvimento. Segundo um cronistas do período:

[...] Teresina é uma cidade bonita, de ruas retilíneas com lindas praças e belos edifícios, se não fosse o calor, a falta de energia e d'água. Teresina seria uma grande cidade com uma população triplicada. A falta grave da nossa capital é o problema dos transportes coletivos, é a sujeira que reina nela, é o seu mau calçamento. A iniciativa particular tem muitíssimo mais interesse pelo progresso de Teresina que a administração pública.⁵⁰

Letras, é autor de obras como *O dia sem presságios*, *Um homem particular* e *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*.

⁴⁷ TEIXEIRA, Hindemburgo Dobal Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. In: *Prosa reunida*: edição comemorativa dos 80 anos do poeta. Teresina: PLUG, 2007. p. 51-52.

⁴⁸ TEIXEIRA, 2007. p. 51-52.

⁴⁹ A obra *Polifonia Urbana* de Célio Losnak apresenta uma metodologia de pesquisa que auxilia o entendimento das cidades por meio dos variados discursos que a dizem e constroem tomando como um de seus conjuntos de fontes as fontes hemerográficas. Conferir: LOSNAK, Célio José. *Polifonia urbana: imagens e representações: Bauru 1950-1980*. São Paulo: EDUSC, 2004.

⁵⁰ TERESINA. *O Dia*, Teresina, 23 maio 1965, p. 6.

As narrativas da cidade nos anos 1960 mostram uma Teresina em transformação, mesmo que avançando lentamente rumo aos ideais de modernização dos hábitos, costumes e condições de vida imaginadas nos grandes centros, onde as facilidades oriundas da utilização de novas tecnologias de uso doméstico e no mundo do trabalho já se faziam presentes.⁵¹ As narrativas chamam a atenção para as necessidades da cidade que busca mudanças, e as páginas dos jornais se tornam espaços propícios para a solicitação de medidas que modificassem a situação de atraso da capital, reforçando as atividades existentes e pressionando os administradores para uma atuação mais efetiva, em especial nos setores de infraestrutura, comunicação e lazer. Ressaltando a lentidão das transformações e apresentando o cenário da cidade, um cronista assim a narra:

[...] Enquanto tudo no mundo toma um ritmo novo e acelerado, e vai do bom para o melhor, nossa cidade-verde não toma nenhum impulso rumo ao progresso, a uma vida nova. Pelo contrário. Permanece cada vez mais atrasada. Estamos marchando...para trás. Para focalizar o atraso de Teresina, tomemos como exemplos os meios de entretenimento. Tudo quanto possuímos é de medíocre para baixo. Nosso futebol é fraquinho. O rádio sobressai-se um pouco... O teresinense, entretanto, é um povo pacato que aceita tudo sem fazer reclamações, conformando-se até com as injustiças, abafando qualquer grito de protesto. Isto é uma virtude ou um erro, mas revela benevolência. Um povo assim merece o melhor.⁵²

Em suas críticas, os cronistas citavam exemplos de outras regiões onde as melhorias das condições de vida dos habitantes estariam relacionados aos investimentos públicos e privados. Ao lado das críticas que verberam os posicionamentos políticos dos proprietários dos jornais, editores e colaboradores também expressam suas posições contrárias ou favoráveis aos jovens intelectuais estabelecidos e agregam comentários aos eventos e reuniões culturais realizadas em grêmios literários, nos centros de ensino superior e no contato diário com a população da cidade.

Em muitos casos a insatisfação de grupos intelectuais com as condições da cidade será mostrada de maneira irônica. Cronistas e articulistas locais tratam, entre outros temas, da

⁵¹ Para informações sobre os hábitos e comportamentos que emergem a partir dos anos 1960 no Brasil, cf.: MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

⁵² WALTER, José. Bossa Velha. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 784, 26 jun. 1960, p. 6.

precariedade do abastecimento de energia, inúmeras vezes exposta e criticada na imprensa. A.Tito Filho⁵³ vê o problema da seguinte maneira:

[...] Começo esta escritura às 23 horas, dia 11, 2º feira. Luz boa, no momento, o que dá para desconfiança. Abasteci-me cedo: dois pacotes de vela. Cada vela tem um palmo. Sei que daqui a pouco viro defunto vivo. Cr\$ 40,00 o pacote, cada pacote de 6 velas. Errei a profissão: poderia estar rico fabricando vela, ou falido se fosse fabricante de vela. Rico porque o IAEE ajudaria com a escuridão; falido porque o IAEE não permitiria que minha indústria *fabricasse* ... Sim, sou pobre porque não fabrico velas e pobre seria se velas fabricasse eu⁵⁴. [Grifo do autor]

Por esse fragmento, percebemos uma Teresina diferente da narrada por H. Dobal à época de seu centenário. Teresina aparece enfrentando sérias dificuldades estruturais como das redes de abastecimento básico insuficiente, sujeira nas ruas, aumento do número de mendigos e até os precários modos de comportamento de seus habitantes. Para aparecer como centro civilizado, e se acreditar nas políticas desenvolvimentistas do Estado, os cronistas da cidade apontavam a necessidade primordial de limpeza de suas ruas e logradouros. Esse problema é assim descrito:

[...] O sr. Prefeito Municipal bem podia cooperar com o povo e ajudar a manter um melhor aspecto da cidade, inclusive não deixando demorar o recolhimento do lixo, por cujo serviço o povo paga uma taxa bem crescida. Uma varredura completa das ruas calçadas, pelo menos uma vez por semana, arrastando-se toda a terra e lavando-se depois o trecho limpo seria o ideal. Mas cadê a água? Não a temos sequer para o banho diário e por vezes o precioso líquido passa quatro dias sem pingar nas torneiras de uma parte da cidade ... Já que não temos água, precisamos ao menos diminuir a terra acumulada nas ruas da capital, para que Teresina não continue a ser conhecida como a cidade da poeira [...]⁵⁵

⁵³ José de Arimathéa Tito Filho nasceu em Barras em 1924 e faleceu em Teresina em 1992. Bacharel em Direito destacou-se no exercício do magistério, além de manter colunas em jornais da capital, em especial o jornal *O Dia e Folha da Manhã* a partir dos anos 1960. Exerceu cargos públicos relacionados ao cenário cultural sendo presidente do Conselho Estadual de Cultura, secretário de cultura e importante membro da comissão julgadora do Plano Editorial do Estado por também acumular a função de presidente da Academia Piauiense de Letras (este a presidiu de 1972 a 1992). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, escreveu obras como *Teresina, meu amor*, *Sermões aos peixes*, *Viagem ao dicionário*.

⁵⁴ TITO FILHO, A. Prosa Enxuta. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 763, 14 abr. 1960, p. 1.

⁵⁵ SUJEIRA e falta d'água. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 797, 11 ago. 1960, p. 1-2.

[...] De sorte que aí estão problemas seríssimos a atormentar a vida do teresinense: de abastecimento; de elevação do custo de vida em todos os setores; de perigosa escuridão nas ruas; de telefones que não falam; de reservatórios d'água que permanecem secos; de tantos outros, a cada um dos quais dedicaremos atenção especial [...]⁵⁶

Permeada por variados problemas considerados urgentes como a necessidade de infraestrutura básica cuja ausência causava impacto na vida cotidiana de seus habitantes, a falta de incentivos às produções culturais em Teresina não era algo a ser prontamente atacado pelos gestores do Estado, ficando assim, em plano secundário. Entretanto, para setores intelectualizados, o incentivo a essas manifestações culturais era considerado essencial por trazer novas feições aos lazeres, contribuir para a emergência e reconhecimento de novos artistas, possibilitando - em nível simbólico - uma maior distinção social de seus produtores e consumidores.

A cobrança dos intelectuais por incentivos no campo cultural estava ligada também ao fato de que, para esses artistas, sua atividade era considerada algo incerto e, em alguns casos destinadas aos momentos de lazer. Somente a consolidação do público leitor justificaria na cidade a implantação de livrarias, de um calendário de exposições e exhibições artísticas. Em Teresina, quando existiam atividades de fomento literário, essas eram realizadas por setores ligados à Igreja, por pequenos empresários da cidade, ou por grupos restritos que se reuniam, mas que necessitavam do apoio, inclusive financeiro, que o poder público poderia ofertar.

Os grupos culturais e uma parcela da população ansiavam pela conquista de incentivos públicos e privados, da mesma forma que a imprensa local, a qual também passou a verberar esses desejos. Em 1960, a pretexto da realização do I Congresso Eucarístico de Teresina, sob a coordenação do arcebispo D. Avelar Brandão Vilela, o articulista José Walter, do jornal *O Dia*, sugere as melhorias culturais que seriam oriundas da inauguração, durante aquele evento, de uma exposição de livros e revistas. Para o cronista, evento como este, além de trazer mensagens de fé e maior adesão a atividades pastorais, possibilitaria aos teresinenses um estímulo ao hábito da leitura. Segundo o articulista:

[...] em nossa terra é muito bom termos a oportunidade de ver uma exposição de livros, se fosse possível até uma tarde de autógrafos. Tudo para fluir em nosso meio o gosto pela literatura. Assim haveria maior motivo para o

⁵⁶ PROBLEMAS. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1150, 12 jan. 1964 p. 1.

público ir a uma livraria o que conseqüentemente aumentaria o comércio do livro.⁵⁷

O universo da cultura no Estado encontrava-se assim centrado em ações particulares ou de instituições religiosas, e em poucos casos, recebia o apoio estatal, seja municipal ou estadual. Exemplo disso é a realização em 1959 de um Concurso Literário da Prefeitura de Teresina, que visava estimular a emergência e reconhecer o trabalho de produtores literários. Decorrido o período de inscrições e entrega de trabalhos, a imprensa passa a dar voz aos inscritos que questionam os resultados do concurso que tardavam a ser divulgados, prova de que alguns setores, em especial, os inscritos, viam neste uma oportunidade de valorização da cultura e de terem suas obras reconhecidas e referendadas pela crítica, após sua publicação. Tais iniciativas eram escassas, o que levava os escritores a disputarem as oportunidades de edição que surgiam. Por entre ataques à morosidade da comissão julgadora e pedidos de providência por parte do Sr. Prefeito, percebe-se como a atividade literária recebe destaque social. Eis alguns textos que criticam a atuação da comissão e pedem o cumprimento do edital:

[...] Não sendo preciso atirar-se, através destas colunas, aos componentes da comissão julgadora, a fim de despertá-los do estado letárgico, aversão às coisas do espírito ou simplesmente descaso, falta de interesse daqueles que vivem embalados no sono eterno [...] tais julgadores com semelhante ação, tão triste quanto macabra, concorrem para o adormecimento das inteligências novas que se despertam para a vida literária⁵⁸.

[...] Paciência, leitores! Devemos dar tempo ao tempo e aguardemos, por alguns dias, o manifesto da douta comissão, a fim de que seja evitada que se escandalize o que já se acha meio escandalizado, pois não há escândalo maior do que a não realização de um certame cuja finalidade é estimular inteligências e descobrir valores novos, ainda mais quando se trata de coisa promovida por entidade pública⁵⁹.

O articulista prossegue em sua crítica por vários dias ameaçando divulgar, o que de fato fez, os componentes da comissão julgadora. Percebe-se assim, uma insatisfação com a

⁵⁷ WALTER, José. O surto da boa leitura. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 795, 4 ago. 1960, p. 1.

⁵⁸ MILANO, Ivan. O concurso literário da prefeitura. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 828, 27 nov. 1960, p. 3.

⁵⁹ MILANO, Ivan. Não admira. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 833, 15 dez. 1960, p. 3.

lentidão com a qual a promoção cultural era praticada no momento, especialmente por se tratar de uma atividade patrocinada pelo poder público.

Segundo Renato Ortiz, em *Cultura brasileira e identidade nacional*,⁶⁰ estas situações tendem a desaparecer, com a implantação em 1964, da ditadura civil-militar, pois, ao manifestar seu interesse pela cultura, o próprio Estado passa a normatizá-la, implantando entre outras medidas “portarias regularizando o incentivo financeiro às atividades culturais,”⁶¹ o que atrai alguns intelectuais para junto da política, estratégia que legitima a ação destes e fortalece as imagens do Estado por meio do auxílio a escritores.

Como apresentado anteriormente, o cenário cultural teresinense encontrava-se profundamente marcado pelas ações particulares, que iam desde a promoção de reuniões e eventos literários até iniciativas visando à criação, em Teresina, de gráficas e editoras eficientes. Entre as ações particulares que pretendiam dotar a capital de uma editora, encontramos as tentativas de montagem e criação da Cooperativa e Editora Cultura, sob a iniciativa do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana⁶² e outros intelectuais, cuja maioria, era oriunda do Movimento de Renovação Cultural, instituição cultural que surgiu nos anos 1960.

Esse empreendimento que contava com o apoio de intelectuais, jornalistas, professores entre outros profissionais tinha como objetivo promover o desenvolvimento cultural do Piauí. Como cronograma de atividades em busca de recursos financeiros para dar início às obras de montagem de infraestrutura, o grupo edita as monografias *Súmula de história do Piauí*⁶³ e *História do comércio piauiense*,⁶⁴ de Odilon Nunes⁶⁵ e Raimundo Santana, respectivamente. Os idealizadores do empreendimento pretendiam, com a renda oriunda dessas publicações, “a aquisição do terreno do Edifício da Cultura, com a indispensável cooperação dos

⁶⁰ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶¹ ORTIZ, 1985, p. 88.

⁶² Nasceu em Campo Maior em 1926. É bacharel em Direito e diplomado em Economia Política e Sociologia pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi professor da Universidade de Brasília e da Universidade Federal do Piauí. É um dos fundadores em Teresina do Movimento de Renovação Cultural e membro da Academia Piauiense de Letras, instituição que presidiu, e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Escreveu obras como *Introdução à problemática da economia piauiense* (1957), *Evolução histórica da economia do Piauí* (1964) e *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas* (1995)

⁶³ NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. Teresina: Cultura, 1963.

⁶⁴ SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. História do comércio piauiense. *O Observador*, Rio de Janeiro, p. 52-61, maio 1961.

⁶⁵ Nasceu em Amarante em 1899 e faleceu em Teresina em 1989. Atuou como professor na Escola Normal Oficial, no Liceu Piauiense e fundou o Colégio Amarantino. Pesquisador da História do Piauí e Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Piauí, é autor de obras como *Pesquisas para a história do Piauí*, *Súmula de história do Piauí e Piauí colonial*. É membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

representantes federais, estaduais e municipais, do Rotary Club, do Lyons Club e outras sociedades.”⁶⁶ Embora tal empreendimento não tenha alcançado êxito, percebemos através desse trecho a recorrência das relações entre incentivos públicos e particulares para o desenvolvimento das atividades destinadas ao setor cultural.

Decorrentes dos maiores investimentos na economia piauiense, Teresina crescia, mesmo experimentando algumas situações próprias de cidades em vias de modernização, como a falta de um eficiente sistema de abastecimento de água e energia, com ruas sem calçamento e sujas. Contudo, as melhorias estruturais faziam-se presente com o crescimento da oferta dos meios de comunicação e transportes, embora sua implantação fosse lenta. Na década de 1990 alguns cronistas, a exemplo de A. Tito, Filho rememoram a cidade dos anos anteriores, ressaltando a mudanças das condições de vida, fazendo um paralelo entre a Teresina da época e a cidade, entre as décadas de 1950 e 1970:

[...] Ainda em 1952, época do primeiro centenário da cidade, Teresina padecia tristíssimas condições de conforto, em todos os sentidos. Péssimo calçamento das ruas, ausência de higiene, falta de escolas, mendicância generalizada. Chegaria, [com o passar do tempo] porém, o chamado progresso físico, o asfalto, os aviões a jato, o comércio de prestações, os restaurantes sofisticados, o carro financiado, a casa do BNH, a televisão, o jornal moderno, a civilização da lancheira, o supermercado onde as matronas compram frango depenado.⁶⁷

Assim como outras capitais, Teresina desejava beneficiar-se das mudanças e inserir-se no mundo da modernização e usufruir das melhores condições oriundas das novas infraestruturas. O desejo de consumir veículos, eletrodomésticos, produtos da moda como roupas, calçados, discos e informações da mídia já difundidos entre alguns grupos de brasileiros levava os piauienses a reverberarem cada vez mais contra o subdesenvolvimento e a lentidão do Estado na promoção do crescimento e da integração do Piauí no contexto econômico nacional.

Nos anos 1970, as propostas de desenvolvimento gestadas pelos governantes piauienses tornaram-se mais intensa, no sentido de proporcionar o crescimento de Teresina. Dessa maneira, o poder público agia buscando romper com a imagem de lentidão de suas medidas reformistas, visando ao desenvolvimento econômico-social, ao realizar inúmeras intervenções

⁶⁶ AGUIAR, Joaquim Castro. Editora e cultura. *O Dia*, Teresina, 3 jan. 1963.

⁶⁷ TITO FILHO, A. *Crônicas*. Teresina: Gráfica Júnior, 1990. p. 9.

na capital, como a construção de bairros, alargamento de avenidas, construção de escolas, hotéis, espaços para o lazer, além de reforma e ampliação de espaços já existentes como o Theatro 4 de Setembro. A avenida Frei Serafim, a principal da cidade, foi dotada de asfalto, de um passeio público e ornada com fontes luminosas. Tal processo visava dar novos usos a esses espaços públicos, favorecendo o surgimento de eventos sociais nesses espaços públicos. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, essas remodelações do urbano destroem “para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias urbanas para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene e da estética,”⁶⁸ ou seja, a destruição e remodelação de antigos espaços públicos alterou os usos e práticas antigas, com vistas à elaboração de algo novo, moderno, impulsionador do imaginário do desenvolvimento.

As fontes luminosas implantadas no passeio da Avenida Frei Serafim afetaram o imaginário da população. Jovens literatos atuantes na vida cultural dos anos 1970 a elas se referiam em seus textos, contos, poesias e crônicas. Um exemplo é o produzido por José Pereira Bezerra⁶⁹

[...] Ele gostava de passear pelas ruas de Teresina, sentar-se perto das fontes luminosas! Não, não gostava de andar perto delas... nunca mais se esqueceria do que aconteceu com ele numa tarde calorenta de outubro... Estava suado, com muito calor... dera uma vontade de lavar o rosto e molhar a cabeça.. Estava longe do rio... Caíra na besteira de utilizar a água da fonte luminosa, pra que!? Levou um grande choque elétrico... quase morreu...nunca se esqueceria disso...ficaria como exemplo... Fontes luminosas era como a mulher do diabo, bonita de verdade, mas matava... Concluiu ele perdido em pensamentos.⁷⁰

Esse misto de deslumbramento e susto diante dos símbolos que modernizavam Teresina, segundo Regianny Monte “é uma característica não só de modernização dependente, mas de uma modernização autoritária, na qual as mudanças são impostas por um

⁶⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 79.

⁶⁹ Nasceu em Teresina em 1954. Licenciado em História e técnico em Programação Econômica e Planejamento Administrativo é professor da rede pública de ensino. Poeta, ensaísta e letrista colaborou em revistas e coletâneas como *Vencidos* (1987). É autor de obras como *O prisioneiro da liberdade* (1978), *Sono da madrugada* (1979), em 1996 publicou *Anos 70: porque essa lâmina nas palavras?* antiestética marginal e geração mimeógrafo onde historiciza as trajetórias de representantes da Geração Mimeógrafo.

⁷⁰ BEZERRA, José Pereira. O prisioneiro da liberdade. In: BEZERRA, José Pereira. *O prisioneiro da liberdade*. Contos Populares Piauienses. Teresina: [s.n.], 1978. p. 35-36.

determinado grupo. ”⁷¹ Embora as mudanças rumo ao desenvolvimento da cidade fossem desejadas, as formas como eram implantadas geravam impactos que ficavam registrados na memória e na ficção. Além da reforma da Avenida Frei Serafim, foram feitas as intervenções no Palácio de Karnak, cujo jardim foi projetado pelo paisagista Burle Marx, no Hotel Piauí, e construídas novas avenidas como a Miguel Rosa. As intervenções urbanas colaboraram para o surgimento de conjuntos habitacionais como o Parque Piauí e a construção do Terminal Rodoviário na zona sul da cidade.

As reformas urbanas também atingiram os espaços destinados à produção e ao consumo cultural como a Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Praça da Bandeira), as praças Pedro II e Rio Branco, tendo como auge, a reforma do complexo Theatro 4 de Setembro. As alterações no Theatro 4 de Setembro incluíram não apenas a reforma da estrutura física do prédio, mas resultou na escrita de uma obra com a história do teatro, memórias e informações históricas. *Praça Aquidabã, sem número*,⁷² de A. Tito Filho, foi publicada em 1975, com incentivos do Plano Editorial do Estado, um dos mecanismos de intervenção do Estado na produção cultural. Com a reinauguração desse espaço buscava-se dotar a cidade de um local acolhedor e confortável para exposições culturais, que aproximassem as classes populares da cultura e fomentassem novas produções artísticas.

Segundo o governador Alberto Silva, no prefácio do livro de A. Tito Filho, comemorativa da reinauguração do teatro, Teresina e o Theatro 4 de Setembro teriam função de irradiadores da cultura do Estado, indicando modelos de intervenção no campo cultural. Para o referido governador :

[...] de Teresina deveria irradiar-se a política de interiorização das atividades culturais – entre estas se encontra a educação artística. Impus-me, assim, o dever de dar-lhe um centro em que se desenvolvessem processos de cultura, condizentes com as exigências dos tempos de hoje. Só de longe em longe se promoviam representações teatrais na capital. Faltava incentivo a autores e atores, que criavam e representavam por conta de extraordinário esforço próprio [...]. Renovou-se o 4 de Setembro. O meu desejo é que se renovem os métodos, constantemente. O antigo casarão da praça Pedro II deve tornar-se palco de leitura, de observação, de comunicação, sobretudo de arte, em

⁷¹ MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as transformações de uma modernização autoritária e excludente*. 2007. 116f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2007. f. 55.

⁷² TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Teresina: Artanova, 1975.

todas as suas modalidades – a arte que eduque pela expressão oral, pela cena, pelo som, pelo léxico, pela criatividade.⁷³

A efervescência econômica, cultural, política e social, vivenciada no Piauí nesse momento, também atraíam a atenção dos cronistas e articulistas de periódicos, que não deixavam de reforçar as transformações urbanas e na vida cotidiana. O progresso que chegava não era apenas físico-estrutural, sendo destacado na imprensa por valorizar a vida cultural. Dizia um cronista da época:

[...] aquela cidade de ar provinciano não existe mais. [...] A pacata cidade vive apenas nas minhas lembranças dos meus tempos de infância e adolescência, aquele feitiço de cidade atrasada e interiorana se desfez. Teresina meu berço natal de coração, me fez uma surpresa. Ofereceu-se o asfalto nas ruas, o Parque da Bandeira, as linhas de ônibus modernos, as construções suntuosas, como o Banco do Brasil e tantas outras, o Hotel Piauí modernizado, que não fica devendo nada a nenhum outro país em termos de requinte e conforto. [...] As novas avenidas, pontes, novos bairros apareceram, fazendo com que a cidade acanhada se estendesse, se ampliasse, adquirindo traços comuns de cidade civilizada. Teresina progrediu não apenas no seu aspecto arquitetônico, mais ainda no seu comércio. [...] Temos já vida noturna. Vejam as churrascarias funcionando a todo vapor. Possuímos canal de televisão. Hoje possuímos a Universidade Federal do Piauí.⁷⁴

Dessa maneira, percebemos que as mudanças estruturais pelas quais passou a cidade de Teresina estão relacionadas ao fortalecimento econômico do Estado, favorecido pela adesão ao plano político federal dominado por setores autoritários, estando em consonância com os desejos de melhoria na infraestrutura e nos acessos a bens culturais reivindicados pela população. Associada aos maiores investimentos que chegavam ao Estado, a produção cultural passou a ser entendida como um dos mecanismos favorecedores da unidade nacional e, no caso específico do Piauí, como uma maneira através da qual o imaginário em torno do desenvolvimento poderia ser construído em parceria com o poder público.

⁷³ SILVA, Alberto Tavares. Renovação. In: TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 11-12.

⁷⁴ SILVA FILHO, Francisco da Cunha e. Impressões da cidade. *Estado do Piauí*, Teresina, 25 jan 1974. p.1.

2.3 Anos 1960 e 1970: o Estado interfere na cultura

A partir dos anos 1960, em especial no momento em que se processa a implantação de um governo ditatorial baseado no autoritarismo das ações políticas, na diminuição dos princípios democráticos com a exclusão do direito ao voto para o executivo nacional e estadual, visando barrar as oposições ao novo regime político, bem como as reduções na liberdade de expressão, relacionadas, sobretudo ao setor artístico, o Estado passou a buscar mecanismos para legitimar suas práticas de intervenção em relação à sociedade brasileira.

Nesse contexto, investimentos que propiciam o desenvolvimento das regiões ganham impulso, em troca da oferta de legitimidade ao regime a partir das ações promovidas. No caso do Piauí, tal fato é caracterizado especialmente pela construção de duas grandes obras públicas, há muito desejadas, como a construção da Barragem de Boa Esperança, inaugurada em 1971 e a Universidade Federal do Piauí, inaugurada em 1968. A primeira propiciou ao Piauí uma maior autonomia em relação à produção e ao consumo energético implicando diretamente ao poder de atração de investimentos industriais que poderiam ser realizados no Estado.

A criação da Universidade Federal do Piauí possibilitou maior acesso ao ensino superior, ofertando aos jovens que desejassem a continuidade dos estudos, a oportunidade de estudar em seu próprio Estado, atitude que auxilia em especial, aqueles que não possuem condições financeiras de manter cursos em outras capitais do Nordeste e na região sul do país, locais privilegiados pela maioria dos jovens piauienses que concluíam os estudos superiores. Essa implantação significava também maior número de vagas e cursos a serem ofertados. Os investimentos nos setores educacionais eram vistos como auxiliares ao desenvolvimento do Estado, pois permitiu a muitos estudantes colocação em postos de trabalho, antes mesmo da conclusão dos cursos.

Nesse contexto, a educação é extremamente valorizada, e o Estado passou a investir na construção e reforma das escolas, no aperfeiçoamento de professores, no maior acesso a bibliotecas, contemplando também um ensino que profissionalizasse os jovens e os tornasse conscientes de suas responsabilidades para com o desenvolvimento do país. Nas mensagens governamentais escritas no período é frequente a menção ao aumento do número de matrículas e às reformas e construções de novos prédios, bem como aos investimentos na capacitação de professores, montagem de livros específicos para o estudo do Piauí e a compra

de livros didáticos, acordos como o MEC-USAID e com programas, como Cinema Educativo, Educação pelo Rádio e cursos de iniciação profissional.⁷⁵ O setor cultural diretamente relacionado à educação contava apenas com investimentos que favoreciam prioritariamente a Imprensa Oficial e o Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito,⁷⁶ situação que se modificou apenas em 1974, com a criação da Secretaria de Cultura.

Como parte dos investimentos no setor educacional, nos anos 1960, o Estado projetou a edição de livro didático sobre a História do Piauí, solicitando aos professores Odilon Nunes e Raimundo Santana que escrevessem as obras *História do Piauí* e *História econômica do Piauí*. Tal iniciativa, não concretizada, visava suprir lacuna no ensino da disciplina, pois havia “completa ausência de compêndios sobre a História do Piauí e o lamentável desconhecimento por parte de nossa juventude estudantil, dos fatos que a constituem”⁷⁷.

Os investimentos no setor educacional fazem-se também com a construção de bibliotecas montadas com livros comprados pelo governo estadual ou doados pelo governo federal por meio do Instituto Nacional do Livro (INL). As intervenções estatais no cenário cultural dos anos 1960 e 1970 contemplaram ainda órgãos como a Casa Anísio Brito, onde funcionavam a Biblioteca Pública, o Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí, com aquisição de livros, capacitação de funcionários e melhorias na estrutura do prédio. No mesmo edifício, em alguns momentos, as salas eram postas à disposição da Academia Piauiense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura, para realização de suas reuniões. Além dessas instituições, a Companhia Editora do Piauí (COMEPI) também recebeu investimentos e passou por mudanças na sua administração.

⁷⁵ Para o entendimento das ações desenvolvidas pelo poder público no setor educacional no período analisamos o conjunto das mensagens à Assembleia Legislativa durante as décadas de 1960 e 1970. Além dos projetos acima citados datados de 1961 esse conjunto documental traz informações sobre os demais projetos desenvolvidos no período. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa 1960-1979*. Teresina, 1960-1979. Na década de 1980 tais informações foram reunidas por Itamar Sousa Brito. Conferir: BRITO, Itamar Sousa. *Memória histórica da Secretaria de Educação*. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.

⁷⁶ “O Arquivo Público foi criado pela Lei nº 5333, de 08 de julho de 1909, assinada pelo então governador Anísio Auto de Abreu. A sua história está ligada à da Biblioteca Estadual e à do Museu Histórico do Estado, que durante muito tempo funcionaram num mesmo espaço, com uma única administração, passando o conjunto a chamar-se Casa Anísio Brito. [...] Seu acervo compõe-se de documentos históricos ou permanentes e documentos intermediários. A documentação está organizada de acordo com a estrutura dos poderes e é complementada pela hemeroteca, biblioteca de apoio e fototeca. [...] Os documentos intermediários são provenientes de Secretarias de Governo e de várias outras.[...]”. NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauiense de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995. p. 319.

⁷⁷ “[...] a Casa Anísio Brito [...] elevou para 23.085 [...] o número de volumes e registrou nada menos de 12.161 [...] consulentes e visitas[...]”. ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1962*. Teresina, 1962. p. 43.

Durante os anos 1960 e 1970, o Estado investiu na Casa Anísio Brito atuando, principalmente, na qualificação de seus funcionários para que melhor atendessem ao público que a frequentava. Nas mensagens dos governadores enviadas à Assembleia Legislativa encontramos discursos que afirmam um maior investimento nessa instituição, que vão desde a ampliação da quantidade de livros,⁷⁸ à melhoria das instalações físicas do local, de modo a garantir seu pleno funcionamento.⁷⁹

A COMEPI foi durante as décadas em análise um importante órgão para implantação das políticas culturais do Estado. Criada em 1910, tinha como responsabilidade veicular notícias oficiais, passando em 1930 a ser denominada Imprensa Oficial, tendo como função a divulgação dos atos do governo, além de produzir e distribuir o *Diário Oficial* do Estado. A partir de 1960 foi gradativamente dotada de melhores máquinas – embora ainda aquém dos serviços de que esta estava encarregada – e passou a atuar também como gráfica e editora não só de jornais, mas também de livros encomendados pelo governo e por particulares.

Durante o ano de 1968, a COMEPI foi transformada em sociedade de economia mista, o que possibilitou a atração de novos investimentos destinados pelo poder público, decorrendo daí uma melhoria nos equipamentos utilizados, a aquisição de novas máquinas e maior contato com atividades da esfera privada. O desenvolvimento da COMEPI foi constantemente elogiado pelos governantes, pelo fato de ter aberto seu capital a outros investidores e por não ter deixado de cumprir com pontualidade as obrigações com o poder público. A mensagem do governador Alberto Tavares Silva, datada de 1971, registra essa atuação:

[...] É do conhecimento público que meu Governo está empenhado na editoração de livros de autores piauienses ou que digam respeito ao Piauí – de autores do passado e do presente e é fora de dúvida que caberá à COMEPI a tarefa de imprimi-los, sem embargo da colaboração de outras entidades. Não obstante as deficiências atuais cumpriu a Editora suas obrigações [...] É de assinalar, ainda, a pontualidade na publicação do *Diário Oficial* do Estado e a cooperação da COMEPI à imprensa piauiense⁸⁰

⁷⁸ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1970*. Teresina, 1970. p. 10-11.

⁷⁹ “[...] determinei à Secretaria de Educação que adote as providências que forem necessárias ao perfeito funcionamento da Casa Anísio Brito[...]”. ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971. p. 11.

⁸⁰ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971. p. 11.

Em virtude da prioridade conferida a outros setores sociais, como o econômico, a infraestrutura e a educação, a abrangência das ações culturais nos estados tende a ser questionada. Constituindo-se como Estado em busca de crescimento, o governo estadual procurou romper esse isolamento, a partir da implantação de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento cultural, como no caso da criação do Conselho Estadual de Cultura, espaço onde os intelectuais podiam discutir e formular estratégias visando à discussão da História, das riquezas, das potencialidades e da identidade piauiense. A criação do Conselho Estadual de Cultura (CEC) ocorrida em 12 de outubro de 1965, pelo Decreto nº 631, durante o governo de Petrônio Portella, é entendida como importante ação para o fomento da vida cultural no Estado.

Como mencionado anteriormente, a aproximação do Estado em relação aos produtores culturais foi um meio encontrado pelos governantes para legitimar seu modelo político. Segundo Renato Ortiz, uma das principais estratégias do poder público para evitar críticas desqualificadoras e questionadoras ao governo era promover tentativas de integração nacional.⁸¹ Nesse sentido, a aproximação dos setores culturais conservadores com as práticas governamentais visava à conservação da unidade nacional por meio da escrita e das demais formas de produção cultural buscando meios para garantir que apenas um modelo cultural se legitimasse enquanto prática a ser disseminada. Essa produção cultural auxiliar ao modelo político possibilitaria receber apoio, financiamento e reconhecimento estatal, em detrimento dos demais modelos e tendências. Contudo, não deixa de causar certo estranhamento, a postura estatal marcada por práticas desenvolvimentistas ditas modernas, em associação a setores culturais tradicionais. Entretanto, compreendemos que o modelo político vigente no pós-64 foi caracterizado ao mesmo tempo, por permanências e rupturas, em relação às práticas no campo cultural.

No Piauí, um dos mecanismos encontrados para intervir no cenário foi a criação em 1965, do CEC, seguindo determinações nacionais que viam nas ações culturais mecanismos propícios para a veiculação de projetos de interesse ao novo governo. Criado para ser um órgão de assessoramento da Secretaria de Educação e Cultura, o referido conselho procurou animar a vida cultural da cidade promovendo reuniões, lançamentos de livros, muito embora, para Francisco Miguel de Moura,⁸² a fase inicial de suas ações se resumisse a “compra de

⁸¹ ORTIZ, 1985.

⁸² Nasceu na localidade Jenipapeiro no município de Picos em 1933. É poeta e crítico literário. Formado em Letras, trabalhou como bancário. É um dos co-fundadores do Círculo Literário Piauiense

livros, auxílio à publicação de autores individuais, posse de um ou outro conselheiro, comunicação de atos do Governo e da Secretaria de Cultura, de visitas oficiais, mortes, solenidades e discursos.”⁸³

As relações entre o Estado e os setores culturais, sobretudo no que tange à Academia Piauiense de Letras (APL) e ao Conselho Estadual de Cultura (CEC) reforçaram o desejo do Estado numa cultura que visava ao desenvolvimento e à integração da nação. A Academia Piauiense de Letras, durante os anos 1960 e 1970, viveu momentos de transformações e efervescência em suas atividades, decorrentes em grande parte da mudança de presidentes. Atravessando um longo período de quase inexistência de ações efetivas com a atuação de Simplício de Sousa Mendes,⁸⁴ para um contexto de intenso debate cultural atrelado à atuação de A.Tito Filho, que, após o falecimento de Simplício Mendes, ocupou a presidência da instituição até 1992. Durante sua atuação na presidência do sodalício, A. Tito Filho fortaleceu a relação da APL com os financiamentos estatais, fato que deu novo ânimo às atividades da instituição. Sua administração que durou 21 anos, sendo marcada por vitórias sucessivas e disputadas eleições, foi caracterizada como renovadora para a vida da APL, posto que sua atuação foi efetiva e ocorreu em todos os níveis da instituição. Segundo o noticiário da academia:

[...] Em 1972 e 1973, a nova diretoria concebeu programas, anotou necessidades, estudou perspectivas. Iniciaram-se projetos objetivos: sede, mobiliário, edições de livro verbas, servidores – e a 1.1.1974 inaugurava-se a fase definitiva de conquistas para a Casa de Lucídio Freitas, bem assim circulou o primeiro boletim mensal da Academia – informativo com o registro, mês a mês de todos os acontecimentos socioculturais de que participa a instituição ou que esta realizava.⁸⁵

(CLIP) e da revista *Cirandinha*. Membro da Academia Piauiense de Letras é autor da obras como *Bar Carnaúba e Estigmas*.

⁸³ MOURA, Francisco Miguel de. Pequena história de um grande conselho. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 161.

⁸⁴ Nasceu no município de Miguel Alves em 1882 e faleceu em Teresina em 1971. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Pernambuco, atuou como magistrado, jornalista de periódicos como *O Piauí*, *O Dia* e *Diário do Piauí*, professor da Faculdade de Direito do Piauí, sendo também um de seus fundadores, além de escritor de obras como *Os homens, a sociedade e direito*. Membro da Academia Piauiense de Letras.

⁸⁵ COMENTÁRIO. *Notícias acadêmicas*: órgão da Academia Piauiense de Letras. Teresina, n. 1, p. 1, jan. 1986.

Entretanto, a ausência de sede própria para a instituição foi algo que sempre acompanhou e revoltou seus presidentes e integrantes, provocando inúmeras críticas em relação ao descaso do poder público com uma instituição consolidada no cenário literário do Estado, e que em sua trajetória, tinha como modelo de conduta, a Academia Brasileira de Letras, criada em 1897, instituição que sempre contou com auxílio e subvenção estatal para seu funcionamento.⁸⁶ No que diz respeito à APL, esta se reunia, desde sua fundação no ano de 1917, em vários espaços de Teresina, ocupando salas alugadas e espaços cedidos por outras entidades e instituições como a Casa Anísio Brito.⁸⁷ Segundo o presidente A. Tito Filho, até 1986, ano em que a instituição recebeu do Estado a sede definitiva, esta “funcionou em casas particulares, em prédios oficiais ou alugados pelo Governo, viveu sem tostão, aqui e ali auxiliada por governantes decentes que lhe publicavam a revista e obra literárias dos acadêmicos.”⁸⁸

Ainda na década de 1970, o governo Alberto Silva interveio na Academia Piauiense de Letras doando-lhe sede provisória para seu funcionamento, a fim de que os acadêmicos pudessem se reunir de modo mais confortável e efetivo no cenário cultural do Estado. Segundo este governador, “não me passou despercebida a necessidade de apoiar e estimular as atividades dos intelectuais piauienses, prestigiando-os, pois importante é a missão que desempenham. Resolvi, por isto, assegurar sede, ainda que provisória, à Academia Piauiense de Letras.”⁸⁹

A ação do governador ocorreu justamente no momento em que órgãos de assessoria do Governo do Estado como o CEC e instituições como a APL e a Universidade Federal do Piauí eram convocados para auxiliar na elaboração e julgamento de uma política editorial para edição e reedição de obras relacionadas à cultura e a história piauiense, denominada Plano Editorial do Estado. A. Tito Filho foi importante personagem nesse momento, seu prestígio pessoal e a prestação de serviços ao poder público, sem dúvida, conseguiram arregimentar apoios e melhorias para a Academia Piauiense de Letras. Além de obras de intelectuais

⁸⁶ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A danças das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: UNICAMP, 2001.

⁸⁷ O número 4 do *Notícias Acadêmicas* apresenta trechos de momentos marcantes da luta da Academia Piauiense de Letras por uma sede própria, entre estes podemos destacar o proferido por José de Arimathéa Tito, orador oficial dos 25º aniversário do sodalício: “Não tem teto, mas vive! Encontra almas generosas que lhe dão agasalho, compadecidas de sua humildade”. Há também a fala de Martins Napoleão proferida em 1970 quando os acadêmicos lhe prestavam homenagens: “Dói que continuemos nas sedes de empréstimos”. Ver: COMENTÁRIO. *Notícias acadêmicas: órgão da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, n. 4, p. 1, abr. 1986.

⁸⁸ TITO FILHO, 1990, p. 20.

⁸⁹ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971. Não paginado.

vinculados à instituição, em especial dos já falecidos, serem indicadas para a edição no Plano Editorial do Estado de 1972, na medida do possível as publicações internas da APL também eram editadas pela COMEPI.

Nesse sentido, sendo um dos grupos de apoio da política editorial estabelecida pelo governo Alberto Silva, a APL, ou apenas alguns de seus membros, passaram a gozar de alguns privilégios para edição de suas obras, além de outros incentivos ofertados às atividades da instituição. De acordo com Celso Barros Coelho,⁹⁰ durante a presidência de A. Tito Filho:

[...] com regularidade foram publicadas a Revista da Academia, Notícias Acadêmicas através de cujas páginas se podem acompanhar as atividades mensais da instituição e editados livros de muitos autores piauienses como estímulo às novas vocações literárias. A renovação dos quadros acadêmicos com as solenidades de posse era bem preparada, tudo isso e muita coisa mais refletiam o espírito de iniciativa e sacerdócio de quem, como o Presidente Arimathéa, elevava o nome de nosso grêmio e projetava na fidelidade ao compromisso inicial que era a cultura da língua e o desenvolvimento da literatura piauiense.⁹¹

Os investimentos públicos não ocorriam apenas nas áreas da cultura letrada com projetos editoriais e nas artes cênicas, com a reforma do Theatro 4 de Setembro, como já mencionado. Delineavam-se também o auxílio às iniciativas particulares que beneficiavam o desenvolvimento da cultura no Estado. Nesse contexto, foi implantada a TV Clube, primeiro canal de televisão instalado no Piauí, sob a iniciativa de Valter Alencar,⁹² em conjunto com a sociedade local que comprava ações e participava dos eventos visando angariar recursos para a implantação da televisão no Estado.⁹³ Um canal televisivo próprio era algo há muito tempo desejado pelos piauienses, muito embora, desde 1969, houvesse transmissões feitas em

⁹⁰ Nasceu em Pastos Bons (MA) em 1922. Bacharel em Direito pela Universidade de Direito do Piauí. Professor da Universidade Federal do Piauí atuou também como deputado estadual e federal. Membro da Academia Piauiense de Letras, do Instituto de Advogados Piauienses e da União Brasileira de Escritores publicou as obras *O Direito como razão e como história, Câmara dos deputados e Academia Piauiense de Letras – 75anos*.

⁹¹ COELHO, Celso Barros. Academia Piauiense de Letras. In: SANTANA, 2003, p. 177-178.

⁹² Nasceu em União em 1913 e faleceu em Teresina em 1972. Bacharel em Direito atuou também como jornalista, além de promotor público, chefe de polícia, presidente do Tribunal de Contas do Estado e presidente da Ordem dos Advogados do Piauí. Sob sua iniciativa foi fundada em 1972 a TV Clube. É autor de obras como *Sociedade comercial entre marido e mulher*.

⁹³ Sobre as histórias em torno do processo de implantação da televisão no Piauí, conferir: SANTOS, Maria Lindalva Silva. *A força de um ideal: história e memória da primeira TV piauiense*. 2010. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010.

parceria com emissoras do Ceará. Os cronistas reverberam nas páginas dos jornais o desejo pela instalação da TV piauiense, identificada como mais um dos símbolos do moderno:

[...] já é tempo de haver em Teresina, pelo menos, uma estação de televisão, que os nossos capitalistas e homens de negócios tomem a peito tão importante iniciativa. O progresso de Teresina não pode consistir apenas em construção de prédios e residências particulares, muitas das quais são realmente suntuosas e ricas⁹⁴

Para compreendermos o significado que a televisão teve ao difundir-se entre os brasileiros, convém ressaltar que, nesse período, esta foi responsável pelo fortalecimento de um tipo de cultura que não apenas divertia, mas que alimentava o processo de desenvolvimento econômico nacional, ao exibir e fazer de produtos industrializados, objetos de desejo de consumo da população, bem como favorecia a unidade cultural do país através da transmissão de novelas, propagandas, programas de auditório que sugeriam novas formas de comportamento e sociabilidades. Esther Hamburger ao analisar o poder da televisão nesse período para a construção de uma identidade nacional assim afirmou:

[...] justamente nos anos 70, sob censura e contando com infraestrutura técnica fornecida pelo regime militar, a televisão se viabiliza como atividade econômica lucrativa, umbilicalmente ligada ao desenvolvimento de ramos econômicos relacionados, como a publicidade e a pesquisa de mercado, e de mercado consumidor forte. A emergência de uma teleficção específica, com linguagem e estilo próprios, *capta e expressa as injunções políticas, econômicas e culturais do momento* e contribui para a viabilização comercial da televisão[...]. [grifo nosso]⁹⁵

Associado ao incentivo da cultura considerada mais erudita alocada no Theatro 4 de Setembro, no CEC, na formulação do Plano Editorial do Estado e na concessão da sede provisória da APL, o governo estadual também investiu na ampliação de atividades de lazer para a população. Dois modos de manifestação da cultura de massa foram fortificados no Estado nesse período. Como já mencionamos, em 1972 o Piauí passou a contar com emissora

⁹⁴ *O Dia*, Teresina, 27 ago. 1965, p. 6.

⁹⁵ HAMBURGER, Esther. Teleficção nos anos 70: interpretação da nação. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras – Itaú Cultural, 2005, p. 47.

própria de televisão, a TV Clube, que, além de veicular programação nacional repleta de novelas, programas jornalísticos e de auditório dava espaço a artistas do Piauí mostrarem suas produções.

Em conjunto com o advento da televisão, e de certo modo, popularizada por esta a partir das transmissões futebolísticas do final da Copa do Mundo de 1970, o futebol passou a despontar como lazer valorizado. Observando o apelo causado por este esporte junto aos piauienses, o governo estadual propõe a construção de um estádio no Piauí, o Albertão, no segundo semestre de 1973, que foi recebido pela população “com o entusiasmo de quem adquire para si um título de propriedade.”⁹⁶

Gradativamente surgem na cidade espaços destinados ao lazer, lugares de onde “deveria irradiar-se a política de interiorização das atividades culturais.”⁹⁷ A cidade encontra-se nesse período deslumbrada com a chegada da tão desejada modernidade que ora assustava, ora encantava, por propiciar e tornar-se símbolo de um Estado bem organizado e em rumo ao desenvolvimento. Na memória de um dos habitantes da cidade, a capital do Estado chega à década de 1970:

[...] mais iluminada, feérica, mais agitada com a chegada da TV em rede e em cores, inclusive com uma emissora local, de já encontrar-se funcionando a universidade e o asfalto se espalhando por avenidas e praças, a cidade está mais medrosa e silenciosa... Rumores que atingem sobretudo a juventude estudantil, aliás, alvo preferencial da repressão da ditadura. Teresina é, há muito tempo, uma cidade para a qual ocorrem levas e levas de jovens estudantes, em sua ampla maioria, são secundaristas, existindo, também, em nível superior, um local de interessante agitação política: a Faculdade Católica de Filosofia, então transmutando-se em universidade federal⁹⁸.

Segundo Alberto Silva, o conjunto das ações realizadas em sua administração, seja no campo econômico, como no âmbito cultural, propiciava o desenvolvimento do Estado em todos os sentidos. Para este, o apoio à cultura, além de legitimar as práticas do seu governo, propiciava:

⁹⁶ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1975*. Teresina, 1975. p. 10

⁹⁷ SILVA, Alberto Tavares. Renovação. In: TITO FILHO, 1975, p. 11.

⁹⁸ FONSECA NETO, Antônio dos Santos. Teresina 70: café da manhã com cuscuz ideal; picolé amazonas à tarde. *O Dia*. Encarte Comemorativo aos 150 Anos de Teresina. Teresina, p. 205.

[...] nova dimensão no Piauí, arrancando-o do pessimismo e colocando-o no lugar que é legitimamente o seu na região Nordeste e no País – lugar de Estado que não tem razões para descreer no poder de criação dos seus filhos e do seu futuro. Nosso Piauí, hoje, não vive de lamúrias, mas de trabalho e sabe o que quer. E o Brasil todo não ignora mais o que somos e aonde vamos. O Brasil sabe que não paramos e o nosso povo realizará os seus sonhos de progresso.⁹⁹

Os governos posteriores ao de Alberto Silva, em especial o de Dirceu Mendes Arcoverde¹⁰⁰ (1975-1977), agiram de modo a dar continuidade às ações já implementadas, imprimindo a estas, as marcas de um novo projeto político, com o incentivo à cultura literária e também a outras manifestações, como as artes plásticas, além da construção de novos centros de lazer, a exemplo, do Centro de Convenções, inaugurado em 1976.

Convém ressaltar que, a partir da presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil experimentou um processo de abertura no cenário político, possibilitando maior espaço para manifestações de crítica e resistência ao regime militar. O presidente Ernesto Geisel, ao permitir maior liberdade de expressão, possibilitou também o aumento da produção cultural, pois,

[...] a trégua dada pela censura, no governo Geisel, possibilitaria críticas a situação sociopolítica não só por meio de canções. Tanto que pequenos jornais se multiplicaram em todo país e a edição de livros também aumentou, a imprensa começou a divulgar os escândalos financeiros, envolvendo o governo e diversas empresas privadas.¹⁰¹

Segundo Renato Ortiz, essa atitude dos governos militares pode ser entendida como uma tentativa de rearranjo de forças no âmbito político nacional depois de fracassadas ações no plano econômico e político. O crescente incentivo aos letrados e a uma produção cultural mais popularizada tem como objetivo não apenas a valorização da cultura, mas também

⁹⁹ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva 1972*. Teresina, 1972.

¹⁰⁰ Governou o Piauí durante o período 1975-1977. Nasceu em Amarante em 1925 e faleceu em Brasília em 1979. Formou-se em Medicina e atuou como professor da Universidade Federal do Piauí. Assumiu cargos públicos como o de secretário da saúde e senador. É autor da obra *Anatomia regimentar dos pulmões e sua nomenclatura*.

¹⁰¹ CABELLO, Ana Rosa. Contexto sócio-político-cultural da década de 1970 e a canção de João Bosco & Aldir Blanc. *Uniletras*, Ponta Grossa (PR), n. 21, p. 109-120, dez. 1999.

minimizar o desgaste do regime. Para o autor, ações como a elaboração, em 1975, do I Plano Nacional de Cultura revelam que:

[...] o interesse do Estado pela cultura derivaria de um desgaste político; ao adotar uma estratégia cultural o Estado estaria se aproximando mais das classes médias e consolidando uma nova base de apoio [...] é provável que exista em 1975 um cálculo político que busque um reequilíbrio das forças políticas através do mundo da cultura [...]¹⁰²

Os governantes piauienses desse período, continuavam apoiando às ações desenvolvidas nas décadas anteriores, porém buscando ampliar sua margem de atuação. Atentas às mudanças no cenário cultural a equipe de governo de Dirceu Mendes Arcoverde atuou em prol da difusão da cultura piauiense, sobretudo na produção mais popular. Na mensagem governamental de 1975, o referido governador assim discorre sobre suas ações:

[...] ampliação da biblioteca pública; a avaliação e recuperação do patrimônio histórico; o desvelo especial com as artes, nas suas diferentes modalidades, destacando-se a pintura, a música, o canto e o teatro; a conclusão das obras do Teatro 4 de Setembro; conclusão e inauguração da Galeria de Artes a ele anexa e o seu permanente funcionamento; o início da construção do Centro de Convenções e a restauração da Casa Anísio Brito. Voltou a funcionar o Plano Editorial do Estado, com a edição de nove livros pela Companhia Editora do Piauí, cujas publicações em nada deixam a desejar ao que se edita em centros mais desenvolvidos. [...] A preocupação, contudo, não se restringe à área artística propriamente dita; vai, inclusive, ao que se convencionou chamar de arte popular, com destaque para o artesanato nos seus mais variados aspectos. Um grande esforço tem sido despendido em levar a arte até o homem do povo. Nesse sentido inúmeros incentivos foram encetados na promoção de shows, peças teatrais e apresentações artísticas diversas, com o objetivo de colocar a arte e a cultura ao alcance de todas as classes.¹⁰³

O Plano Editorial do Estado, executado na administração anterior, e que ficou sob a tutela da Secretaria de Cultura, foi levado adiante, sendo que foram publicados em 1976 “4 livros de escritores piauienses, e [realizados] 10 cursos, 3 seminários e 13 círculos de

¹⁰² ORTIZ, 1985, p. 85.

¹⁰³ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Dirceu Mendes Arcoverde em 1975*. Teresina, 1975. p. 10.

palestras. »¹⁰⁴ O CEC permaneceu com sua atividade de assessoria a órgãos culturais do Estado, promovendo concursos, colaborando com os números da revista *Presença*, além de apreciar obras a serem compradas pelo Estado. Temos ainda a criação da Fundação Cultural do Estado, por meio da lei nº 3320 de 4 de abril de 1975, órgão, que, com o auxílio do CEC e da Secretaria de Cultura, deveria “executar a política cultural do governo e preservar o patrimônio natural e cultural do Piauí. »¹⁰⁵

No final da década de 1970, as ações culturais do Estado sistematizadas no *Plano de Governo 1975-1979* abaixo relacionadas, apontavam para uma compreensão mais ampla de cultura, seja quanto a seus produtores, seja quanto a seus consumidores objetivando:

- [...] a) defesa e promoção do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico do Estado;
- b) estímulo à ação criadora e à arte como meio de obter uma base social que bem alicerce as conquistas do progresso técnico;
- c) difundir e divulgar a cultura promovendo publicamente suas manifestações;
- d) realizar levantamentos e pesquisas sobre o acervo histórico e folclórico do Estado;
- e) implantar um centro integrado de cultura com vistas ao estímulo e difusão de atividades culturais. ¹⁰⁶

Dessa maneira, percebemos que, no transcurso dessas duas décadas, ao investir no setor cultural, o Estado procurou propiciar uma melhoria nas condições de vida da população, com projetos que incentivassem não apenas o cenário educacional, mas também práticas de lazer e consumo cultural, como exposições teatrais e cinematográficas. Além de propiciar a legitimação do grupo político estabelecido, o investimento em literatura, cinema, teatro e artes plásticas, fomentavam e incentivavam a produção destas, sobretudo daquelas relacionadas a temáticas e aspectos que estavam em consonância com as práticas e ideias de valorização do homem e da identidade nacional e regional.

Nesse contexto de produção cultural, fortemente atrelada e dependente de incentivos públicos, se passou a produzir, em Teresina, e em outras cidades piauienses, como Parnaíba, um tipo de produção cultural que revelava uma forma artística considerada mais livre e que

¹⁰⁴ ESTADO DO PIAUÍ, 1977, p. 112.

¹⁰⁵ BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 156.

¹⁰⁶ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Djalma Martins Veloso em 1979*. Teresina, 1979. p. 47.

trazia em si as experiências de jovens produtores da Geração Marginal, ligados às novidades no campo literário, bem como às transformações que a modernização e o progresso material podiam propiciar às sociedades, à produção literária e aos modos de comportamento.

2.4 Cultura nos tempos de ditadura: a cidade e a cultura desejada e produzida pelos jovens

Durante os anos 1960 e 1970 o poder público interferiu na dinâmica de produção e fomento à produção cultural, com ações que buscaram promover um determinado tipo de cultura, atrelado aos interesses políticos e com objetivos definidos como a constituição do homem piauiense consciente da realidade social em que estava inserido. Para atingir esse desenvolvimento social e econômico, pressupunha-se a formação de jovens cultos e responsáveis, afastados das ideias contestatórias acerca da trajetória do país, fossem essas de contestação política, cultural ou comportamental.

Ao analisarmos a forma como esses investimentos foram postos em prática, percebemos, conforme as análises feitas por Alexandre Barbalho sobre os investimentos do poder público na área cultural, que “a sistematização das políticas culturais não implica que o Estado tenha alcançado o pleno controle sobre a produção cultural, ou muito menos imposto sua ótica a esta.”¹⁰⁷ Nesse contexto, analisamos como os grupos de jovens escritores, com suas propostas mais heterogêneas para a produção cultural, sobretudo literária, agiam propondo novos projetos culturais. Foi na interface entre a produção juvenil e os produtores já consolidados e beneficiados pelos incentivos estatais que se forjou um rico quadro, para disputas e a criação cultural na cidade de Teresina, permeado de jogos de interesses variáveis segundo o posicionamento político, o tipo de literatura produzida e a proposta dos grupos.

Emergem na cidade, portanto, grupos heterogêneos compostos por artistas com posturas literárias voltadas para o sentido prático e para as mudanças que as ações culturais podem oportunizar para o conjunto da cidade, o que levou esses jovens produtores culturais a buscarem formas variadas de interferência no cenário cultural, sendo patrocinados ou não pelo Estado e por iniciativas particulares.

¹⁰⁷ BARBALHO, Alexandre. O Estado pós-1964: intervenção planejada na cultura. *Política e Trabalho*, João Pessoa (PB), n. 15, p. 63-78, set. 1999, p. 1.

Na década de 1960, diante de certo descaso da administração pública com a cultura, cujos investimentos são priorizados para o setor educacional, e pela ausência de projetos culturais em torno da APL, alguns escritores, sobretudo jovens, passaram a discutir literatura, procurando meios para difundi-la entre os piauienses. Temos ainda grupos formados não necessariamente por escritores e produtores jovens, que manifestaram o desejo de criar novas agremiações culturais que fugissem ao rigor e conservadorismo de instituições como a APL.

Entre os grupos culturais alternativos ao modelo da APL que floresceram no Piauí, existiam propostas variadas que iam desde a defesa de um rompimento total com instituições tradicionais e com o apoio financeiro ofertado pelo Estado, bem como aquelas que propunham a criação de modelos alternativos a essas influências. Cada uma dessas propostas variava de acordo com os personagens que compunham os grupos, bem como com a situação política e de incentivo à cultura em execução. Destacam-se nesse contexto o Círculo Literário Piauiense (CLIP), que no final da década de 1960, objetivava romper com a falta de eventos culturais na cidade, a União Brasileira de Escritores – Secção Piauí (UBE-PI), que ofertava aos intelectuais a possibilidade de uma agremiação aos literatos fora dos exclusivos padrões de acesso da APL.

Os escritores que giravam em torno da chamada Geração Marginal, nos anos 1970, apresentavam, à época, um modelo de rompimento definitivo com os padrões acadêmicos, criticando e propondo novas alternativas literárias, desde o momento de criação até o momento em que esta obra encontre o leitor. Em virtude de suas posturas estarem atreladas às práticas contraculturais,¹⁰⁸ estes produtores culturais rejeitavam, devido à sua postura crítica, e de liberdade de expressão manifestada em suas obras e produções artísticas, os financiamentos e auxílios ofertados para edição, circulação e consumo das obras. Estes também poderiam ser marginalizados pela iniciativa estatal, que os excluía das políticas públicas, ao buscar o fomento de um determinado tipo de cultura, colocando-os à margem de incentivos à produção cultural.

A intensidade com que se discute cultura no Piauí permite-nos observar alguns interesses que motivaram a ação política no âmbito cultural no Estado durante as décadas de 1960 e 1970, como o investimento na produção de obras que legitimavam o modelo político vigente e corroborassem com os projetos de integração nacional. Contudo, embora o Estado

¹⁰⁸ As mudanças de hábitos que se operam desde os anos 1960 em grande parcela da juventude de todo o mundo como “cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo, um tipo de música, drogas... significava também novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas”. Essas características são consideradas manifestações da contracultura. Ver: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.8.

traçasse diretrizes e aplicasse recursos no desenvolvimento das manifestações culturais, este priorizava um determinado tipo de produção, excluindo e marginalizando, o que se manifestava na ausência de apoio à edição, financiamento, circulação e compra.

A emergência de novos projetos culturais no Estado e o desenrolar das atividades de grupos, como o CLIP, a UBE- PI e a heterogênea Geração Marginal, ao serem associados à trajetória da APL possibilitam outra compreensão, no Piauí, do que é cultura, de como esta pode e foi efetivamente produzida e consumida, e de como o desenrolar dessas ações levavam alguns sujeitos que nelas atuavam a, posteriormente, desejar compor os quadros burocráticos do governo relacionados à cultura e a disputar posições em instituições promotoras de um tipo de cultura tradicional.

As formas de comportamentos na cidade começaram a alterar-se nos anos 1960, influenciando os modos de consumir e produzir cultura, a partir do incremento na circulação de revistas e jornais. Existiam também outras formas de contato com as mudanças que ocorriam fora do Estado, por exemplo, o retorno de jovens que iam estudar em outras capitais do Nordeste e do eixo Rio - São Paulo, onde ocorria gradativa reivindicação por liberdade no uso dos corpos relacionados às novas modas, às práticas de sexualidade e às novas atitudes em relação à questão política, sobretudo a resistência à política ditatorial. Os costumes dos jovens teresinenses foram modificados, exercendo uma postura, que, para muitos, sobretudo para os pais e os agentes públicos, beirava à rebeldia inconsequente. Nesse momento, de acordo com Teresinha Queiroz:

[...] a rebeldia juvenil exercita-se amplamente nos espaços domésticos e os filhos ameaçam pôr de ponta-cabeça o estilo de vida, os costumes e os modos de seus estupefatos pais, colocando as relações familiares como indiscutíveis espaços de imposição de novas relações. Os conflitos no âmbito doméstico centram-se na inaceitação da moda escandalosa e exibidora do corpo que desnuda moças e rapazes, na extravagância dos acessórios, na energia excessiva catalisada para os espaços públicos e para o lazer, no consumo visto com exarcebado de bebidas, de cigarros e de outras drogas e que alcança com extraordinária rapidez também as mulheres. Essa verdadeira multidão de jovens desconfinados também se transforma em ameaça ao sossego público e mais adiante passa a ser vista como representando perigos para a estabilidade das instituições.¹⁰⁹

¹⁰⁹ QUEIROZ, Teresinha. Juventude anos sessenta no Brasil. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006. p. 281-282.

Esse novo modo de comportamento da juventude teve influência significativa na produção e no consumo cultural do período. Praças, bares, lanchonetes, cinemas e as residências eram utilizados como espaços de criação e discussão cultural, que buscavam fugir das práticas consideradas conservadoras, identificadas com a APL e com o CEC. Os grupos culturais emergentes nos anos 1960 e 1970 criticavam essas instituições, não simplesmente, por serem compostas de membros com posturas literárias consideradas conservadoras. As críticas eram formuladas porque estes eram identificados com um tipo de cultura beletrista, onde “vates (vates?) [...] fazem versos como ‘alígera jaçanã do teu jaez’ [...]”,¹¹⁰ o que não possibilitava espaço para novas formas de produzir literatura, sejam romances, contos ou poesias.

A partir desse tipo de produção e de consumo que se constrói nos anos 1960, emerge a defesa de um projeto cultural a ser posto em prática, visando modernizar o setor literário do Estado. Contudo, nesse momento o termo projeto não é significado como algo pré-definido e pronto, a espera de ser posto em execução, mas entendido, assim como expressa Gilberto Velho, como um campo de possibilidades, em que seus proponentes não sabem como suas ideias se desenrolarão ou serão recebidas. As ações dos indivíduos em torno desse projeto, tanto as de seus formuladores quanto as daqueles que as rejeitam, serão travadas no momento em que estas ocorrem, numa “dialética onde os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias individuais.”¹¹¹

Nesse sentido, o Estado ou os grupos conservadores, de acordo com as formulações de Michel de Certeau, traçam estratégias manipulando um sistema de forças e relações sociais, ao procurar minimizar o surgimento de novos projetos e reafirmar seu lugar social, inibindo o surgimento de novas lideranças culturais.¹¹² O interesse manifestado pelo poder público, durante o período em estudo, no que diz respeito aos rumos cultura, era eliminar ou pelo menos controlar, os novos projetos culturais, bem como aquilo que era produzido pelos artistas e intelectuais, no que teriam de inovador e contestador, por meio das temáticas e linguagens utilizadas em suas produções, mais próximas das vivências cotidianas, que se distanciavam dos padrões rígidos e formais de produção e circulação, então, dominantes no Estado.

¹¹⁰ *Gramma*, Teresina, n. 2, 1972.

¹¹¹ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 8.

¹¹² Sobre o conceito certeuriano de estratégia, conferir: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Exemplo de grupo cultural que surgiu em Teresina na década de 1960, e que, segundo as falas de seus componentes, animou a vida cultural, foi o CLIP. Com a proposta de buscar novos espaços e meios para produzir literatura, além de incentivar outras manifestações culturais, como criações teatrais, musicais, mostras de artes, o grupo, cujos principais representantes foram Francisco Miguel de Moura, Herculano Moraes¹¹³ e Hardi Filho¹¹⁴ reuniu-se, por volta do ano de 1964, inicialmente nas residências de seus membros, em sessões que passaram posteriormente a ser frequentadas por outros artistas tributários de variadas concepções sobre o fazer artístico. Para apresentar suas produções, seus membros afirmavam que realizavam “tertúlias literárias, saraus e rodas de leituras promovidas pelo grupo [...] declamavam poesias, mostraram textos em prosa (contos, crônicas, artigos, pensamentos) escritos recentemente e davam sugestões sobre o desenvolvimento do Piauí.”¹¹⁵

Na visão dos membros do CLIP, suas ações visavam romper com a mornidão¹¹⁶ existente na cultura no Estado, decorrente, sobretudo, da inoperância da APL, durante os anos 1960. Embora eles não se considerassem críticos desta instituição, suas posturas identificavam uma reação à falta de projetos culturais formulados pela APL. Segundo Francisco Miguel de Moura, “não eram contra a Academia, éramos contra esse estado de coisas. Não havia contra quem e o que protestar. Havia um vazio nas letras. Éramos jovens escritores querendo mostrar nossos livros.”¹¹⁷ De fato, durante os anos 1960, a APL, enquanto instituição, pouco interferiu na produção cultural do Piauí, inclusive em relação às publicações internas do próprio sodalício, pois apenas dois números da *Revista da Academia* circularam nessa década, em virtude de parceria com o poder público e o privado.

¹¹³ Nasceu em São Raimundo Nonato em 1945. Jornalista, escritor e crítico literário ocupou cargos na administração pública relacionados a área cultural, como Diretor do Theatro 4 de Setembro, além de ter sido vereador de Teresina na década de 1970. Co-fundador do Círculo Literário Piauiense e membro da Academia Piauiense de Letras é autor de *Murmúrios ao vento*, além de *Nova literatura piauiense* e *Visão histórica da literatura piauiense*.

¹¹⁴ Nasceu em Fortaleza (CE) em 1934, é poeta e jornalista. Ocupou cargos públicos como secretário executivo do Projeto Petrônio Portela. É membro da Academia Piauiense de Letras. Autor de obras como *Cinzas e orvalhos* e *Suicídio do tempo*.

¹¹⁵ MORAES, Herculano. Círculo literário piauiense – memória. In: MORAES, Herculano (org). *CLIP – 40 anos de resistência: memória histórica*. Teresina: [s.n.] 2007, p. 11.

¹¹⁶ Expressão utilizada por Francisco Miguel de Moura ao referir-se a atuação da Academia Piauiense de Letras durante a década de 1960. Segundo o autor, “[...] Assim, os anos de 1965 foram de preparação para a fundação do movimento [pois estava] a Academia Piauiense de Letras praticamente parada, na mornidão de uma presidência sem projetos, a cargo do Des. Simplicio Mendes [...]”. MORAES, 2007, p. 47.

¹¹⁷ MOURA, Francisco Miguel de. A Geração do “CLIP” – Anos 1960. In: MORAES, 2007, p. 47.

De encontros inicialmente restritos a ambientes domésticos, que depois se estenderam a teatros, bares e a outros espaços culturais, que surgiam na cidade, os membros do CLIP mantinham nas emissoras de rádio da cidade, Rádio Clube e Rádio Pioneira, programas de cunho educativo e cultural. As emissoras de rádio eram outra forma eficiente de comunicação, através do qual os piauienses acompanhavam o desenrolar da vida política e cultural do Estado. Com o tempo, os clipianos passaram a manter colunas culturais nos jornais impressos, além de realizarem visitas a escolas, a fim de divulgarem suas produções culturais e incentivar futuros agentes culturais. Ao narrar as ações realizadas durante o ano de 1966, Francisco Miguel de Moura assim se manifesta:

[...] Apenas no tempo em que se reuniu oficialmente – um ano – no Teatro de Arena, fizemos lançamentos de livros, realizamos peças teatrais, recital de poemas e as reuniões de todos os domingos, onde discutíamos o rumo de nossa cultura, de nossa arte. Além disto, cada qual por seu meio, antes e depois da existência oficial mencionada, fazia programa de rádio (naquele tempo aqui ainda não existia canal de tevê), escrevia nos jornais, estava presente a todos os lançamentos, todas as festas da cultura, das artes e das letras.¹¹⁸

[...] o ano de 1966 transcorreu na mesma linha de reuniões literárias, mas um pouco mais soltos e mais comprometidos com o meio, integrantes do grupo passaram a visitar salas de aulas, onde declamavam poemas e falavam de planos. Todavia, inúmeras vezes essas visitas deixaram de ser permitidas por intolerância dos diretores das escolas, que os expulsavam do recinto¹¹⁹

A intolerância mencionada no trecho acima não era praticada apenas por diretores de escolas. Na verdade, expressava a reação de setores culturais já estabelecidos e considerados conservadores, como a APL, diante da emergência de formas alternativas de produção. Nesse contexto, APL foi a instituição literária que mais recebeu críticas dos novos intelectuais do Piauí. Os questionamentos, entretanto, não buscavam apenas desqualificar seus membros, mas refletir sobre como ela podia intervir no fomento à cultura do Estado, desde que abandonasse o modo restrito como ela entendia a produção literária. O exemplo do CLIP era evidenciado por seus membros que demonstravam por meio de programações alternativas a possibilidade de movimentar o cenário cultural do Estado, que, até então, encontrava-se marcado apenas pelas cerimônias de posse de membros eleitos para a APL.

¹¹⁸ MOURA, 2007, 49-50.

¹¹⁹ MOURA, 2007, p. 12.

Para os membros do CLIP, mais que criticar as ações da APL, ou a falta destas, a solução para romper com o isolamento cultural do Estado era a união dos agentes culturais. A proposta de parceria aparecia na própria composição da mesa de oficialização do grupo.¹²⁰ Herculano Moraes na obra *CLIP – 40 anos de resistência: memória histórica*, buscou instituir uma memória histórica para o grupo, afirmando que mesmo quando deixaram de reunir-se oficialmente, os clipianos não abandonaram seu projeto cultural, permanecendo no imaginário de seus membros a defesa da revitalização da cultura piauiense, sendo estes (co) responsáveis pelas conquistas na área cultural das décadas posteriores. Para Herculano Moraes:

[...] Na década de 1970 a luta permaneceria com a campanha para a criação da Secretaria de Cultura, instalada no Governo Alberto Silva. A União Brasileira de Escritores – UBE-PI nasceu pelo esforço e a visão futurista dos membros do CLIP, do mesmo modo que partiu desse grupo a campanha para inserir na Constituição do Estado a obrigatoriedade do ensino de Literatura Piauiense.¹²¹

Além do CLIP, surgiu, em outubro de 1973, como proposta para a ampliação do espectro cultural piauiense, a União Brasileira de Escritores – secção do Piauí (UBE-PI), sob a iniciativa de José Magalhães da Costa.¹²² Idealizada para ser um espaço de amplas discussões sobre a cultura, esta agremiação, assim como a APL, não fazia distinção quanto à atividade escriturística desenvolvida por seus membros, reunindo poetas, romancistas, contistas, juristas, historiadores. Contudo, diferenciava-se da APL, ao manter um número ilimitado de sócios, e por ser mais flexível em torno da adesão de novos produtores culturais. Segundo o escritor Adrião Neto, para ser sócio da UBE-PI, “ao contrário das demais instituições literárias do Estado, a UBE/PI tem um número ilimitado de sócios, cuja admissão se fará por proposta do interessado, em requerimento simples, aprovado pela diretoria”¹²³.

¹²⁰ “[...] O escritor J. Miguel de Matos presidiu a solenidade de instalação [do CLIP] e {a} posse dos dirigentes. [...] Nerina Castelo Branco representou a Academia Piauiense de Letras. Presentes na mesa o delegado Regional do Trabalho Pedro Lemos, o Prefeito de Teresina, Joffre Castelo Branco, o gerente do Banco do Brasil, Lucimar Sobral [...]”. MORAES, 2007, p. 13.

¹²¹ MORAES, 2007, p. 19.

¹²² Nasceu em Piracuruca em 1937 e faleceu em 2002 em Teresina. Bacharel em Direito foi juiz em várias comarcas no interior do Piauí. Dirigiu o suplemento literário de jornais em Teresina como *O Dia* e *Jornal do Piauí*. Sócio fundador e primeiro presidente da União Brasileira de Escritores – secção do Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras é autor dos livros de contos *Casos contados e outros contos*.

¹²³ NETO, 1995, p. 352.

Dessa forma, não era necessária, como na APL, a vacância de cadeiras, após o falecimento de algum membro, sendo requisito básico que o proponente:

[...] a) tenha publicado livros como autor ou coautor; b) publique regularmente, em jornais ou revistas, artigos ou qualquer outra peça de natureza literária, jornalística ou científica; c) seja tradutor de obras literárias; d) seja autor ou coautor de peça teatral ou trabalho cênico equiparado, roteiro de rádio, televisão, cinema; e) seja autor de qualquer trabalho nos gêneros mencionados, mesmo inédito, que haja merecido prêmio ou menção honrosa em concurso público ou aprovação como obra de arte, por parte da UBE/PI.¹²⁴

A UBE-PI incentivava o setor cultural do Estado, sobretudo, da capital onde realizava periodicamente encontros de escritores, mesas de discussão, lançamento de coletâneas, palestras, seminários e premiação dos Intelectuais do Ano. Entretanto, a entidade também conta com momentos de pouca atuação, em virtude da falta de projetos a serem executados pela diretoria e também pela ausência de recursos para a realização de eventos. Tendo como membros importantes personagens da cultura e da sociedade piauiense, como por exemplo, os acadêmicos imortais, a instituição tinha um amplo espaço de divulgação nos jornais da cidade. Dessa forma, a imprensa registrava os desejos e projetos de seus membros, como pode ser percebido pela fala do poeta Rubervan do Nascimento¹²⁵:

[...] eu, o Chico Miguel, o Hardy Filho e o Herculano Moraes, estamos tencionando para este mês de julho, botar pra frente a União Brasileira de Escritores – seção do Piauí – que embora existindo está em estruturação, etc. O Herculano está tentando trazer o Carlos Nejar pra ver se o negócio será bem movimentado, aí convocaremos antes a turma da pesada e botaremos a coisa nos eixos. Que acham da ideia, vale a pena realmente? Esperamos contar com a ajuda de vocês.¹²⁶

A UBE-PI buscava articulações com variados agentes, inclusive com os clipianos, visando promoções culturais no Estado, sobretudo, na segunda metade da década de 1970. Em

¹²⁴ NETO, 1995, p. 352.

¹²⁵ Nasceu em São Luís (MA) em 1954. É poeta e formado em Direito. Participou do Conselho Editorial do Projeto Petrônio Portella e dirigiu a União Brasileira de Escritores. É autor de *A profissão dos peixes*.

¹²⁶ ESCRITORES do Piauí, uni-vos. *O Dia*, Teresina, 26-27 jun. 1977, p. 15.

decorrência do processo de abertura política em curso, discutia-se em eventos, a situação de dependência da cultura piauiense, identificando os motivos da lentidão nos investimentos culturais e sugerindo medidas fomentadoras. A falta de apoio público e os critérios seletivos de acesso ao Plano Editorial do Estado eram apontados como prejudiciais ao desenvolvimento da cultura no Piauí. Em umas dessas avaliações, considerava-se que:

[...] os novos escritores – como os novos teatrólogos, de modo geral – se queixaram da total falta de apoio que recebem do Plano Editorial do Estado, que desde a sua fundação nunca se preocupou em publicar autores novos, inéditos. Quando não fica na publicação dos autores mais antigos, publica livros de receita de bolo e outros alimentos mais sofisticados. Enfim, as dificuldades são tantas. Mas todos os trabalhadores da cultura no Piauí tiveram a confirmação de que ninguém está sozinho: os problemas de um, de modo geral, são de todos.¹²⁷

Outras propostas culturais emergiam nesse momento em Teresina, como as de jovens escritores e poetas que vieram a compor a chamada Geração Marginal, cujas produções eram marcadas, sobretudo, pelo “antitecnicismo, antiintelectualismo e politização do cotidiano.”¹²⁸ Esses novos grupos apresentavam não apenas modelos de ação cultural alternativa, mas, sobretudo, criticavam os modelos culturais existentes no Estado, desejosos de romper com os padrões de produção patrocinados pelos poder público. Por serem excluídos do financiamento público, foi verberado pelos grupos, dando a eles grande visibilidade.

Os grupos de escritores de tendências artísticas heterogêneas interferiram no cenário cultural teresinense a partir de 1972,¹²⁹ com o lançamento do jornal *Gamma*, e de modo mais efetivo a partir de 1974, com a organização de coletâneas e outras publicações. A realização de reuniões e a realização de atividades desses grupos valorizaram os espaços de lazer da cidade, sendo esses, ressignificados, adicionando outros usos, o que diferia do perfil da APL e outras de instituições, que geralmente se reuniam em ambiente fechado. Para estes

¹²⁷ IMESA de arte. *O Dia*, Teresina, 30-31 jan. 1977, p. 3

¹²⁸ Conceito utilizado por Carlos Alberto Messeder Pereira, ver: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A hora e a vez dos anos 1970: Literatura e cultura no Brasil*. In: *Anos 1970: Trajetórias*. 2005, p. 94.

¹²⁹ O movimento marginal e a imprensa alternativa que é uma de suas facetas tem manifestações no Piauí não apenas em Teresina, mas também na cidade de Parnaíba, segundo maior centro urbano do Estado. Nomes como Alcenor Candeira e Elmar Carvalho são representativos da produção marginal nessa cidade, editando, por exemplo, o jornal *Linguinha*. Sobre a imprensa alternativa em Parnaíba conferir: MASCARENHAS, Fábio Nadson Bezerra. *Inovadores parnaibanos: a produção do jornal inovação em Parnaíba de 1977 a 1982*. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2009.

grupos alternativos, bares como o Nós e Elis e o Bar do Chicão, os cinemas Royal e Rex, os teatros 4 de Setembro e o teatro de Arena, a praça Pedro II, os jardins de igrejas, como a de São Benedito e as residências de seus membros, eram ambientes propícios para a produção de uma arte mais livre, voltada para temáticas do cotidiano e para a crítica dos padrões culturais já estabelecidos. De modo geral, para os escritores participantes do movimento de literatura marginal no Brasil, “ser marginal [era] não sentar-se em fúnebres academias para molhar o biscoitinho.”¹³⁰

As propostas dos grupos marginais emergem no Brasil, sobretudo, nos anos 1970, valorizando propostas e tendências variadas. Nesse sentido, o conceito de geração ou movimento, pode induzir a equívocos, quanto as suas motivações, porém esses múltiplos projetos possuíam como característica unificadora, a resistência aos modelos rígidos de produção cultural, no tocante à produção, à edição e à venda das obras. Os grupos possuíam modos de agir próprios e, segundo Jean-François Sirinelli, em estudo que aponta restrições e obstáculos ao entendimento do conceito de geração, a análise das gerações, literárias ou não, exige a observação de alguns critérios como autonomia, identidade e acontecimento inaugurador.¹³¹ Esses critérios definidores, certamente estavam presentes nas ações desses grupos, porém podiam trazer consigo a ideia de um movimento fechado com propostas determinadas e definidas, o que não ocorre nas ações desses grupos, seja no Piauí, seja em outras regiões. Apenas as inquietações decorrentes do momento político e o desejo de inovar as formas de produzir cultura dão unidade a essas produções. De acordo com um de seus mais destacados poetas, a geração marginal:

[...] Ao contrário da última corrente de vanguarda (o poema processo) e de seus antecedentes concretos, fundamentais, a poesia marginal não apresenta qualquer homogeneidade, prática ou teórica. Não há um trabalho coletivo ou grupal orientado e posicionado contra ou a favor de determinados conceitos. Se existem traços em comum à maioria dos autores da década, são eles a desorganização, a desorientação e a desinformação. E mais: a despreocupação com o próprio conceito de poesia e o descompromisso com qualquer diretriz estética resultaram numa espécie de displicência, de certo modo saudável [...] e, como consequência, tal conceito ou tais diretrizes podem ser indiferentemente observados ou não, consciente ou inconscientemente, na obra poética desses autores.¹³²

¹³⁰ CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995. p. 42.

¹³¹ SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 131-137.

¹³² MATTOSO, Glauco. *O que é poesia marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 29.

A postura dos literatos marginais caracterizava-se pela busca de modos alternativos de expressão, sobretudo, ao valorizar a poesia – território quase sagrado para os produtores tradicionais – indo contra alguns pressupostos, como a arte elitista, que, para Glauco Mattoso, assumiria “um papel centralizador, de autoridade intelectual, ao impor de maneira dogmática o que seriam as únicas fórmulas válidas para se fazer poesia, ”¹³³ pela ruptura com os processos formais de edição, em que as grandes editoras exigiam um tipo de forma e conteúdo para o material a ser publicado e pelo desenvolvimento de temáticas ligadas ao cotidiano político e cultural. De acordo com Carlos Alberto Messeder Pereira, as atividades desse grupo podem ser assim descritas:

[...] Trata-se de um circuito de produção que se denominava alternativo, *marginal*, que ocorria nas fronteiras do sistema econômico formal e gerava produtos de aspecto marcadamente artesanal, muito diferente daquele das mercadorias que circulavam nos mercados e pelos canais tradicionais - diferença que se remetia tanto a uma dinâmica produtiva especial quanto a um resultado um tanto bizarro: *mercadorias romântico-artesanais*, poderia-se dizer.¹³⁴ [grifos do autor]

As tomadas de posição por parte desses escritores refletiam a emergência de um novo comportamento juvenil, em especial aqueles vinculados aos movimentos artísticos que ressignificavam o ato de produzir, ao elaborar textos e obras mais próximas do cotidiano, o que representava uma postura contrária ao modelo de intelectual priorizado pelo poder público, pelos editores e por representantes do conservadorismo literário, acarretando uma série de críticas a estes escritores, que serão rotulados e desqualificados publicamente, como veremos a seguir. Exemplo da má receptividade dessas produções juvenis é a agressão física destinada a eles, posto que não eram reconhecidos como legítimos representantes da produção cultural piauiense. Um desses episódios de violência foi relatado em 1975 no jornal *O Estado*:

[...] Os ventos estão mudando: já se discute literatura piauiense; já se fala de arte piauiense; já se agride o artista piauiense, como ocorreu com Albert Piauí, cartunista, e Menezes de Moraes, poeta e jornalista, que foram

¹³³ MATTOSO, 1982, p. 32.

¹³⁴ PEREIRA, 2005, p. 92.

espancados em plena Avenida Frei Serafim, por não rezarem no catecismo do grande chefe, mas isso já é outra história...¹³⁵

Situação de violência como a que foi descrita é indicativa da repercussão das propostas desses jovens, que passavam a incomodar e a chamar a atenção de demais movimentos culturais e de agentes políticos do período, seja para a exaltação de suas ações, seja para o confronto de ideias e projetos. A rotulação desses jovens escritores como marginais é reveladora das estratégias promovidas pelo poder público e, especialmente, por instituições já estabelecidas no espaço cultural, a fim de diminuir e desqualificar as práticas emergentes. No entanto, essas rotulações impostas a esses literatos são assim utilizadas por estes, com o fim de produzir e divulgar seu produto, ao tempo em que seu posicionamento artístico estava em constante metamorfose. Essa resignificação das críticas a eles destinadas pode ser entendida como táticas, concebidas por Michel de Certeau, como astúcias que visam utilizar-se das brechas das ações do poder constituído para fortalecer-se e adquirir visibilidade, ao passo que “apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder.”¹³⁶ O produtor marginal utilizava-se astutamente das polêmicas em que eram inseridos, para chamar a atenção sobre si e comercializar seu produto, transformando-se em seguida, caso houvesse necessidade.¹³⁷

No número 1 do jornal *Gamma*, os produtores tratavam da maneira como suas práticas culturais repercutiam na sociedade teresinense, sobretudo, no meio acadêmico, os quais passavam a se preocupar com os destinos dessa nova produção e com sua influência sobre o *status quo*. Dirigindo-se à “patota da APL”, diziam “procuram eles agora descobrir algo a respeito dos beberrões e faladores, pessimistas e insociáveis.”¹³⁸

As atividades do movimento marginal em Teresina são iniciadas em 1972, sob a forma de imprensa alternativa, com a publicação e a divulgação de duas edições do jornal *Gamma*. A efervescência cultural que seguiu à sua produção foi continuada com a edição, nos anos seguintes, de obras coletivas desses escritores. Em Teresina, os projetos culturais denominados alternativos, contraculturais ou marginais, incluíam a revisão dos usos da cidade, que deixava de ser apenas objeto de escrita - tematizada sob o aspecto saudosista ou

¹³⁵ UMA SAÍDA? *O Estado*, Teresina, 4-5 maio 1975, p. 10.

¹³⁶ CERTEAU, 1994, p. 102.

¹³⁷ Sobre a questão da rotulação desses escritores, ver: MATTOSO, 1982; MONTEIRO, André. A poesia marginal como potência do espontâneo. *Etcetera: Revista Eletrônica de Arte e Cultura*. n. 17, nov-dez. 2004.

¹³⁸ PEREIRA. O grupo. *Gamma*, Teresina, n. 1, 1972.

elogioso de sua modernização - para ser revitalizada como espaço privilegiado de vida e de produção. Mal-vistos por muitos e até mesmo considerados suspeitos pela polícia, os jovens cabeludos movimentavam a cidade, ao vender o jornal *Gamma*, com sua linguagem inovadora e crítica aos conservadorismos artísticos.

Os redatores do *Gamma* afirmam na capa dos dois números que “fazer jornal no Piauí é desdobrar fibra por fibra o coração”. Sobre o impacto do jornal na vida cultural, diziam “[...] este jornal pode não ter futuro, mas que ele tem uma presença legal isso tem!”¹³⁹ Além de provocar burburinho com suas reuniões e táticas de venda, que se davam, principalmente de mão-em-mão, em bares e em escolas, os jovens também movimentavam Teresina na busca de meios para financiar a produção do jornal, pois o primeiro número saiu sem publicidade. O editorial do primeiro número do *Gamma* narra as seguintes dificuldades para a criação deste jornal:

[...] a mãe da gente falava porque a gente não estava na hora do almoço. as minas do pessoal fizeram um levante, mas esse treco tinha de ser feito. a redação passou de casa em casa dos amigos, e depois de muitas brigas entre a turma, até rifa de livros, aparelhos de barbear e outros bregueços pessoais (para arranjar o tutu), mandamos a papelada pra Brasília. lá foi feito e aqui está, como vocês estão lendo. Se cr\$ 1,00 custa muito pra vocês, saibam que custou muito mais pra gente. Terra de antares, carnaval de setenta e dois. amém.¹⁴⁰

Além de viabilizar novas formas para a edição de jornais na cidade, os produtores do *Gamma* investiam na utilização de linguagens e de estéticas diferenciadas, na tentativa de aproximar cotidiano, vida e arte. Para isso, o jornal era composto por textos de escrita simples, com a utilização de gírias, como patota, tudo legal, alô, etc. Muitos textos datilografados ou mesmo manuscritos rompiam com o padrão linguístico ao utilizar letras minúsculas, mesmo quando a gramática não o permitia. Outro diferencial de o *Gamma* era a montagem das páginas com textos e recortes de jornais e revistas, fotografias e imagens, trechos de entrevistas e matérias consideradas importantes. Tratava-se de um produto elaborado por jovens para ser consumido por jovens, em especial aqueles que, de algum modo, procuravam resistir às críticas aos novos comportamentos juvenis. Interessante

¹³⁹VIANA, Chico. O grupo. *Gamma*, Teresina, n. 1, 1972.

¹⁴⁰EXPEDIENTE. *Gamma*. Teresina, n. 1, 1972.

destacar, que, no segundo número do jornal, veio inserida uma página descartável para ser usada como marcador de página, com a expressão “manquem-se”.

Além de informar aos leitores acerca do cenário político e cultural do país e do Piauí, comentar músicas, discos e a atuação de artistas, como Roberto Carlos e Caetano Veloso, resenhar livros e discutir, em especial, o das vanguardas, o *Gramma* também buscava formar opinião sobre o que ocorria na cidade. De certo modo, o jornal procurava formar uma identidade juvenil, a partir da sugestão de livros e músicas a serem consumidas, dos comportamentos e atitudes a serem evitadas ou assumidas. No tocante às práticas que indicavam o que deveria ser lido, visto nos cinemas e escutado nas rádios, havia a coluna Leitura, com as secções Leia e Não Leia, no primeiro número, e no segundo número, o Gramma-Som, com as secções Ouça e Não Ouça.

Na secção Leitura indicava-se *Somos todos inocentes*, de O.G.Rêgo de Carvalho,¹⁴¹ sugestão acrescida do comentário “vamos dar valor à verdadeira literatura piauiense”¹⁴² e fazia-se a defesa da leitura do próprio jornal. Romances, como *Love Story*, eram criticados por serem produtos da indústria do livro, mas que nada teriam de positivo a acrescentar aos leitores. Algumas obras piauienses eram desaconselhadas como “*Tombador* - Fontes Ibiapina, um tombo na literatura da terra de Antares / J. Miguel (intelectual) de Matos - obras completas.”¹⁴³ É evidente e frequente as críticas, no que diz respeito às produções dos membros da APL, existentes nos dois únicos números do jornal.

Na coluna Gramma-Som sugere-se a escuta de Chico Buarque, Lena Rios, Caetano Veloso e de programas na Rádio Pioneira como o de Ary Sherlock, ao tempo em que são criticados “THE FEVERS - péssimas versões / DON e RAVEL - ufanismo exagerado / JOÃO SÓ - famigerado ‘baiano’ da ladeira / AL LEBRE - demagogia ao alcance de todos / AUDIÇÕES TITO FILHO - sem comentários.”¹⁴⁴

Em relação à publicidade de o *Gramma*, temos o primeiro número do jornal sem patrocinadores, o que foi criticado por seus produtores, os quais afirmaram, “este número do

¹⁴¹ Orlando Geraldo Rego de Carvalho nasceu em Oeiras em 1930. Formou-se bacharel em Direito e lecionou Língua Portuguesa no Colégio Estadual Zacarias de Góis. Participou ativamente do cenário cultural do Estado durante os anos 1950 atuando junto a denominada Geração Meridiano. Romancista de destaque no cenário nacional é autor de *Ulisses entre o amor e a morte*, *Somos todos inocentes* e *Rio Subterrâneo*. Durante a década de 1950 este envolveu-se em acirrada disputa com intelectuais do Estado ao questionar a existência de literatos e intelectuais no Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras.

¹⁴² LEIA. *Gramma*, Teresina, n 1, 1972.

¹⁴³ NÃO leia. *Gramma*, Teresina, n. 1, 1972.

¹⁴⁴ NÃO ouça. *Gramma*, Teresina, n. 2, 1972.

jornal, destá. Mas no próximo não tem perdão: queremos propaganda pro dito cujo.”¹⁴⁵ No segundo número, o periódico recebeu apoio de uma indústria de laticínios do Estado, a PLAC e apresentou também um editorial marcante, que pode ser entendido como um desabafo do grupo:

[...] Aonde já civil? Pois é: o GRAMMA-2 veio. Para perpetuar a passagem de uma geração (quase uma espécie) a ser extinta. [...] Mas ainda nos resta um pouco de prata, um pouco de brilho, de brilhantina. O GRAMMA é uma homenagem a nós mesmos. É um teste vital, pois é vital que resistamos aos riscos por que passa a nossa sanidade. [...] Negamos nosso passadinho de crise, quebramos a crosta. É o GRAMMA que vem. Você está pegando na obra. Abra mais e continue.¹⁴⁶

Para os produtores do *Gramma*, eles eram a resposta aos argumentos correntes de que era impossível produzir cultura desvinculada do apoio estatal, afirmando que mesmo com dificuldades e improvisos, o Piauí podia produzir. Pela repercussão que atingiu, o *Gramma* foi associado às práticas do movimento underground que marcavam o restante do país. Essa filiação foi negada por seus produtores, sendo considerada um equívoco, posto que, para seus produtores, o isolamento cultural do Estado, permitia apenas que se reproduzisse aquilo que vinha do eixo Rio - São Paulo. A identificação com esse movimento foi negada no editorial do segundo número, sendo considerada:

[...] um lapso. Isso porque nossa paisagem é outra, nós somos do Piauí e nunca tivemos a menor responsabilidade por tudo mais que acontece neste país [...] recebemos os reflexos destas todas crises existenciais, existimos em função do já feito (ou quase feito) [...] nossa formação vem mesclada de terço, reza, padre, céu e inferno e os nossos cabelos custaram muito a perder a inibição presa à nuca. E isso, afinal, é começo de uma manifestação? Pois é, é mesmo¹⁴⁷

Os produtores do *Gramma* rejeitavam a identificação com a cena underground, entretanto, sua postura não era de crítica a este movimento, mas sim, ao atraso do Piauí, que impedia o acesso a essas discussões.

¹⁴⁵ DURVALINO. O grupo. *Gramma*, Teresina, n. 1, 1972.

¹⁴⁶ AONDE... *Gramma*, Teresina, n. 2, 1972.

¹⁴⁷ *Gramma*, Teresina, n. 2, 1972.

Como consequência das propostas do *Gamma*, outros jornais alternativos surgiram, sendo encadernados como os jornais de circulação diária, como: *Estado Interessante*, *Boquitas Rouges* e *Hora Fatal*, que tinham, inclusive, alguns produtores em comum. Ainda nos anos 1970, proliferaram filmes em formato Super-8 como *O terror da Vermelha*, *Davi vai guiar*, *Adão e Eva do paraíso ao consumo*, produções caseiras, que prezando pela espontaneidade, apresentavam os locais vivenciados pela juventude, bem como suas vestimentas, cuidados com o corpo, mobiliário e modos de relacionamentos com os pais.¹⁴⁸

O grupo marginal que atuou em Teresina, na segunda metade da década de 1970, possuía como características de suas produções, a discussão de novas temáticas, em obras que abordavam os comportamentos sociais e sexuais, o afastamento do sistema formal de edição com o caráter quase artesanal de confecção das obras, em geral rodadas ou montadas, com stêncil e álcool na forma de mimeógrafos, sendo posteriormente, copiadas em máquinas de xérox. O tipo de circulação dessas, era por vendas de mão-em-mão, ou pela troca entre seus produtores, nos variados espaços da cidade. Movimentos similares ocorria em outras regiões do país, e no Piauí, tendo sua trajetória no Estado, narrada pelo contista José Pereira Bezerra, que a apresenta como:

[...] uma antiestética, que inclui envolvimento e postura (fator geracional), tematização comprometida com o aqui e o agora, materialidade predominantemente em mimeo. Daí a denominação geração mimeógrafo, produção autofinanciada e venda pessoalizada.¹⁴⁹

Outros representantes do grupo marginal, como os que compõem a denominada Geração Pós-69, representada de modo exemplar por Cineas Santos,¹⁵⁰ tem na revista *Tudo é Melhor que Nada*, editada em 1974, e nas publicações de obras coletivas, como *Ciranda* (1976) e *Ô de Casa* (1977), um esforço de dar visibilidade aos literatos afastados do sistema formal de edição, fossem eles atrelados ou não, ao movimento marginal.¹⁵¹ As coletâneas

¹⁴⁸ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

¹⁴⁹ BEZERRA, José Pereira. *Anos 70: porque essa lâmina nas palavras? antiestética marginal e geração mimeógrafo*. Teresina: FRCMC, 1973. p. 12.

¹⁵⁰ Nasceu em Caracol em 1948. É professor, escritor e editor de livros. É membro da União Brasileira de Escritores – secção do Piauí e exerce atualmente a presidência da Fundação Cultural do Piauí, sendo também membro do Conselho Estadual de Cultura.

¹⁵¹ Segundo José Pereira Bezerra, “[...] em 1974, foi publicado o livro/apostila “Tudo é Melhor Que Nada”, coletânea de poemas, contos e crônicas, com a participação de Cineas Santos, Meneses e

produzidas em editoras pequenas, criadas às vezes, para atender as necessidades do momento, caracterizavam esses grupos culturais. Para superar as dificuldades financeiras, decorrentes dos custos advindos das edições de suas produções, os autores uniam-se para fazer circular suas obras. Segundo escritores dessa geração, a exemplo de Rosângela Santos, a edição de obras coletâneas, era um fato que por si “[...] nos damos por satisfeitos em apresentar estes [...] jovens, num único volume, como prova de solidariedade da juventude nos seus planos e sonhos, um volume que consideramos válido e necessário.”¹⁵²

As propostas desses grupos eram bastante heterogêneas e tinham similaridades com os projetos juvenis, que agregavam prosadores, poetas, cronistas de variadas idades, gêneros e concepções diferenciadas de arte, produzindo assim, um novo tipo de cultura na cidade, distante de apoio público, o que também contribuía para dar a essas obras o formato marginal. Segundo Gilberto Velho, embora esses projetos não sejam vividos de modo igualitário por todos os seus membros, apresentam como pontos de contato a resistência à exclusão das políticas oficiais e negação a um tipo de produção cultural.

As coletâneas e as produções mimeografadas representavam táticas de superação da falta de apoio à edição das obras de autores novos, em virtude das exigências temáticas e formais das produções financiadas pelo Estado. A postura de resistência ao *status quo*, promovida por esses grupos foi alvo não apenas da censura do Estado e dos agentes a este relacionados, mas igualmente de integrantes mais conservadores da UBE-PI, que desqualificaram na imprensa local, a ação desses produtores culturais. A crítica do cronista Pompílio Santos, em sua coluna n’*O Estado*, é um exemplo, pois, para ele:

[...] A cidade está sendo inundada de textos (poesia, prosa, o diabo) mimeografados. Aproveitando o clima inflacionário, “os autores” invadem os escritórios e os lares e cobram cem, duzentos cruzeiros por volumezinhos de poesia chinfrim ou prosa de baixa cotação. A chamada ‘poesia moderna’ facilita a produção de versos que não passam de tolices em fileira. O governo devia baixar um decreto: ‘a partir de hoje, todo poeta fica obrigado a só escrever soneto’ com rimas ricas, sem pés quebrados, dentro da estética bilaquiana. Fica proibida a chamada poesia moderna. Alguém já chamou

Morais, Tarciso Prado, Geraldo Borges, Eulino Martins, Chico Miguel de Moura e Chico Viana. Apesar do sabor eclético e pré-marginal de alguns textos, o editor Cineas Santos percebeu o clima cultural e político do momento [...] Ressalte-se a participação nesse trabalho de elementos da geração anterior (Clip), revelando a transitividade inicial desses autores no limiar da produção marginal.. Essa publicação, não só por ser cronologicamente a primeira, mas por apresentar, gráfica e tematicamente, aproximação com as publicações que se iniciaram a partir de 1977, é um importante marco da geração mimeógrafo. Conferir: BEZERRA, 1993. p.15-16.

¹⁵² SANTOS, Rosângela et.al. *Quando a vida fere*. Teresina: Cirandinha, 1982. p. 9.

esta gente de ‘a geração do mimeógrafo’. Depois dessa maquinazinha infernal, a literatura em Teresina está sendo vendida na rua, nos escritórios, pelos preços da inflação. Parece até a invasão americana no Irã. Cada leitor agora vai ter que bancar o aiatolá para expulsar os poetinhas e poetastros do mimeógrafo.¹⁵³

Outra iniciativa dos membros da Geração Marginal foi o jornal semestral *Distanteresina*, que circulou no ano de 1977. Este se caracterizou pela discussão e crítica cultural, apresentando seções específicas para a publicação de contos, poesias e trechos de obras de seus colaboradores. Essa efervescência cultural tanto repercutiu na imprensa, que os jornalistas manifestavam que Teresina estava crescendo e que sua produção cultural estava rompendo, cada vez mais com a tutela estatal. Em uma dessas matérias, afirmava-se que, “para uma cidade como Teresina, que até os anos 70 não acontecia nada, ou quase nada, hoje já se vê aquilo que se pode chamar de sinal dos tempos [...] O segundo número de DISTANTERESINA não tardará. Graças à La vida.”¹⁵⁴

Apesar das propostas culturais e dos períodos de atuação diferenciados, os escritores do jornal alternativo *Gamma*, dos grupos marginais e os da geração do CLIP, compartilhavam os espaços que surgiam, numa postura de transitividade de ideias e influências. Assim como os integrantes do Movimento de Renovação Cultural dos anos 1960, os escritores queixavam-se da falta de gráficas e de editoras eficazes no Piauí. No ano de 1976, foi criada a Editora Nossa, pelo fato de seus autores não contarem com o apoio estatal para edição via COMEPI, publicando desta forma, o livro-apostila *Ciranda*. Sobre a experiência dessa empresa, Cineas Santos, um de seus fundadores, afirmou que:

[...] de posse dos originais, me dei conta de que a editora que lançaria o livro simplesmente não existia. A toque de caixa, registrei, na Junta Comercial do Piauí, uma minúscula empresa (sem capital algum) com a marca de fantasia EDITORA NOSSA. Na verdade, a tal editora não passava de um rótulo pomposo, uma velha máquina de escrever e uma resma de papel sem pauta. Não dispondo de recursos para imprimir o livro numa das tipografias da cidade, recorri ao mimeógrafo de um dos colégios onde lecionava... arregaçamos as mangas e fizemos os 800 exemplares de livrinho. A capa, por absoluta falta de recursos, foi colada com ‘grude’. Nada de extraordinário: à época, no país inteiro, proliferavam as edições mimeografadas. Era a hora e a vez dos ‘marginais’... Livro pronto mais um problema: onde lançá-lo? As livrarias (apenas duas) da cidade não tinham o

¹⁵³ *O Estado*, Teresina, 4 dez. 1979 apud: BEZERRA, 1993, p. 32.

¹⁵⁴ DISTANTERESINA, todos juntos. *O Dia*. Teresina, 3 abr. 1977, p. 15.

menor interesse pelo meu projeto. Mais uma vez, recorri ao Paulo Machado (continuo recorrendo) e bolamos um show, que contou com a cumplicidade de poetas, músicos, ecologistas, atores... a primeira edição esgotou-se na noite do lançamento. Melhor começo, impossível. Apesar do sucesso, percebemos que a 'receita' não funcionaria eternamente. Era preciso viabilizar um sistema de distribuição e vendas permanentes. Bancas de jornal? Nem pensar... Tentamos a venda nos colégios, bares, ruas e becos de Teresina. Não deu certo: não tínhamos nenhum controle sobre o esquema¹⁵⁵.

Foram várias as tentativas dos jovens produtores culturais dos anos 1960 e 1970 para fortalecer o consumo cultural no Piauí, muito embora estas fossem efetivas por apenas um curto período. Ao analisarmos o cenário político nacional, podemos inicialmente responsabilizar a censura pelos incertos rumos dos projetos culturais formulados, entretanto, ao percebermos o investimento estatal no campo artístico, bem como a produção que escapava daquilo que era normatizado, podemos perceber que o mecanismo mais efetivo de impedimento à publicação e circulação de obras no período era a falta de meios técnicos e financeiros para sua edição e estratégias de venda, tendo em vista que a principal editora do Estado era ligada ao financiamento estatal.

Embora o aparelho estatal agisse fortemente, incentivando o desenvolvimento de certas práticas de consumo e de produção cultural, além de comportamentos sociais em detrimento de outros, tal ação não intimidava de modo abrangente os setores culturais do período, e estes produziam cultura dentro das possibilidades que iam construindo, fugindo dos modelos e condutas desejadas por membros de governos e instituições. Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*¹⁵⁶ nos estimula a pensar como são astuciosas estas práticas que foram levadas a cabo pelos produtores culturais do período, ao agirem, utilizando-se dos espaços da cidade, espaços estes, planejados como propícios para a produção de um determinado tipo de cultura, mas que acabaram ganhando novos sentidos, ao serem apropriados e consumidos por agentes culturais emergentes.

As práticas culturais significativas formuladas por piauienses entre os anos 1960 e 1970 foram apresentadas neste capítulo. Contudo, cumpre destacar, que as ações da UBE-PI e da Geração Marginal, em suas múltiplas facetas, não são tomadas como objeto central das análises desta dissertação, haja vista a dificuldade de acesso a fontes que possibilitem narrar suas trajetórias a partir de discursos formulados à época.

¹⁵⁵ SANTOS, Cineas. A errática trajetória de um editor de província. In: SANTANA, 2003, p. 288-289.

¹⁵⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Evidenciamos, por meio do exposto, a variedade de projetos que perpassaram o cenário cultural do período em estudo, que são entendidos como bases para uma série de lutas, que foram travadas em torno da produção literária do Estado, pois os literatos e demais agentes culturais disputavam visibilidade e legitimidade, a fim de terem possibilidade de participação nas políticas públicas destinadas à cultura nos anos 1960 e 1970.

3 POLÍTICAS CULTURAIS NO PIAUÍ NOS ANOS 1960 E 1970

Este capítulo apresenta a relação do poder público com o setor cultural nas décadas de 1960 e 1970, a partir da criação de instituições como Conselho Estadual de Cultura e a Secretaria de Cultura e da execução de políticas públicas de fomento à produção e editoração literária mais especificamente, do Plano Editorial do Estado. Identificamos aspectos do cotidiano dessas instituições e as disputas entre intelectuais e grupos culturais para conseguir a edição de suas obras, bem como os limites de atuação dessas políticas públicas de fomento à cultura.

Inicialmente fizemos uma breve análise histórica das relações entre Estado e Cultura no Brasil, em especial durante os anos 1960 e 1970, a fim de percebermos como os investimentos no setor cultural foram realizados em alguns períodos da História brasileira, bem como as reações da sociedade a esses investimentos. Em seguida, para mostrar as formas efetivas de investimentos no setor cultural, apresentamos as instituições e os projetos acima citados.

As interfaces entre os objetivos do Estado autoritário e as ações praticadas por grupos e instituições ligados ou não a financiamentos estatais são discutidas neste capítulo. Analisamos como se processaram as relações entre Estado e Cultura no Brasil, observando os objetivos que permearam a criação, no Piauí, de órgãos como o Conselho Estadual de Cultura (CEC), de políticas editoriais como o Plano Editorial do Estado, e como se processaram as relações com a Academia Piauiense de Letras (APL), destacando as formas de atuação, limites e possibilidades abertas no cenário cultural piauiense nos anos 1960 e 1970.

3.1 Relações entre Estado e cultura

Os estudos da relação do Estado com os agentes literários não são recentes no Brasil, sobretudo, se considerarmos que esta aproximação vem abandonando a discussão metodológica para adentrar na percepção da obra como indicativo das potencialidades de uma época. Essa compreensão atenta não apenas para a dimensão social da produção literária, mas

também para os jogos de poder que configuram uma obra literária como instrumento político de intervenção e entendimento de uma sociedade.

Há muito tempo, os produtores culturais vêm sendo recrutados pelos gestores públicos para apoiar projetos político-culturais, assumir cargos vinculados à educação, comunicação e cultura, e até mesmo para a atividade de escrever discursos. A cultura liga-se, assim, ao cotidiano de uma sociedade, ao apresentar por meio de várias linguagens, o universo no qual esta se encontra inserida. Convém ressaltar, entretanto, que o produto cultural não deve ser pensado como seu espelho, mas enquanto possibilidade de sua existência.

Dentre as manifestações culturais conhecidas nas sociedades contemporâneas, a literatura encontra lugar privilegiado. Diferente das demais produções culturais, a literatura carrega em si, jogos simbólicos que revelam outros olhares sobre os acontecimentos. Muito embora o literato considere “os possíveis da história, os possíveis até mesmo irrealizáveis,”¹⁵⁷ sua escrita acaba por revelar muito da trama social em que está inserido. Dessa forma, torna-se reducionista analisar uma obra literária, sem compreender os posicionamentos sociais de seu autor, suas possibilidades de atuação e as maneiras como essa obra foi produzida. Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, ao discutir as relações entre escritores e a sociedade afirma que:

[...] o escritor tem a liberdade de criação, mas seus temas são sugeridos pela sua sociedade e pelo seu tempo, e é destes que eles falam: a literatura é antes de mais nada um produto artístico destinado a agradar e comover, mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes.¹⁵⁸

A literatura constitui, assim, uma fonte privilegiada de acesso “às sensibilidades e às formas de ver a realidade de outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam.”¹⁵⁹ Para este trabalho, a literatura será útil para a compreensão histórica, não pela análise de suas temáticas, da estética e dos estilos utilizados nas obras literárias, mas pela possibilidade de fazer compreender como os literatos e suas obras foram apropriados pelo aparato estatal nos anos 1960 e 1970. A

¹⁵⁷ QUEIROZ, Teresinha. História e literatura. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006. p. 81.

¹⁵⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 20.

¹⁵⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e literatura: uma velha-nova história*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em: 1 dez. 2007.

aproximação dos escritores com o poder público revela não apenas o mecanismo repressivo do Estado, haja vista, nesse período, o Brasil estar marcado pela vigência de uma ditadura militar, mas possibilita entender o poder que a cultura literária teria para a difusão de um projeto político para o país.

O modo pelo qual os escritores se aproximam ou se afastam das políticas culturais, permite-nos observar também os processos que permeiam a elaboração, a edição, a distribuição e a crítica das obras literárias piauienses, assim como o reconhecimento social que pode ofertar aos escritores e, por conseguinte à instituição, entidade ou grupo cultural do qual faziam parte.

Pesquisadores como Sérgio Miceli, Antônio Cândido e Flora Sussekind discutem as relações entre a produção cultural, em especial a literária, e suas interfaces com o aparato estatal. Sérgio Miceli afirma que esta relação não é nova no Brasil e situa o período do Estado Novo (1937-1945) como significativo para a aproximação entre literatos e políticas públicas, haja vista a utilização pelo governo Getúlio Vargas dos meios de comunicação populares, como rádio, revistas e textos literários, para construir a imagem de um Brasil forte e em desenvolvimento.

Sérgio Miceli, em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920 e 1945*,¹⁶⁰ afirma que os intelectuais do período possuíam três formas de atuação, pois poderiam atuar em organizações partidárias e culturais, favorecendo o fomento e desenvolvimento das relações culturais; no mercado do livro enquanto editores e livreiros; ou serem cooptados para o serviço público, exercendo cargos de assessoria ou coordenação de atividades culturais.¹⁶¹ Todavia, deve-se perceber que essa adesão dos intelectuais ao projeto estatal, que, para Sérgio Miceli, é considerada uma cooptação, sendo em muitos casos, desejada por alguns escritores e agentes culturais, devido às necessidades de sobrevivência, e de visibilidade em torno de suas produções.

A associação entre Estado e produção cultural se fortaleceu no Brasil desde fins dos anos 1950, impulsionada pelas ações do presidente Juscelino Kubitschek, quando a arte passa a ser vista, a partir de uma postura de compromisso com o desenvolvimento social do país. O crítico literário Antonio Candido,¹⁶² ao discutir as relações entre literatura e vida social questiona em que medida o meio social e a produção artística se influenciam mutuamente,

¹⁶⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

¹⁶¹ MICELI, 1979.

¹⁶² CANDIDO, Antonio. Literatura e a vida social. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1980.

afirmando que a compreensão de uma obra deve atentar para as dimensões do autor, da obra e do público, bem como para seu processo de produção e repercussão. Para o intelectual,

[...] a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.¹⁶³

Na década de 1960, alguns setores intelectuais passaram a defender a arte como um instrumento de ação social, capaz de auxiliar na conscientização dos brasileiros acerca das dificuldades da nação, e entendendo-a como aspecto fundamental para a superação das limitações sociais, políticas e econômicas do país. Nessa década, entende-se que o desenvolvimento e a modernização, somente serão efetivados, se houver agentes conscientes dos rumos da história nacional, agindo de maneira direcionada e engajada. Segundo análises de Luis Carlos Maciel:

[...] os últimos anos da década dos 50 foram um momento histórico decisivo, pois marcaram o início de uma decidida tomada de consciência do povo brasileiro de si mesmo e a caracterização nítida de uma arrancada dialética, em nossa História, pela qual ele passava a sentir a necessidade de tomá-la efetivamente em suas próprias mãos. Em tais circunstâncias históricas, uma omissão completa por parte de nossos artistas e escritores seria um verdadeiro suicídio cultural. Naturalmente, eles não poderiam cometê-lo. E a preocupação principal passou a ser a de empenhar a arte brasileira, a comprometê-la nesse processo comum do povo brasileiro pelo qual ele procura, como sujeito ativo, cumprir o seu destino.¹⁶⁴

Ao ser compreendido como um fenômeno social e político, a cultura se torna, especialmente nos anos 1960 e 1970, um lugar de disputa pelo poder. Nesse sentido, havia uma preocupação de intelectuais e governantes em torno da cultura, pois, por meio dela, os variados projetos políticos poderiam ser legitimados. Ao analisar a relevância das práticas culturais e as tentativas de seu controle social, José Luiz dos Santos afirma que:

¹⁶³ CANDIDO, 1980, p. 20-21.

¹⁶⁴ MACIEL, Luís Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 32.

[...] os centros de poder da sociedade se preocupam com a cultura, procuram defini-la, entendê-la, controlá-la, agir sobre seu desenvolvimento. Há instituições públicas encarregadas disso; da mesma forma, a cultura é uma esfera de atuação econômica, com empresas diretamente voltadas para ela. Assim, as preocupações com a cultura são institucionalizadas, fazem parte da própria organização social. Expressam seus conflitos e interesses, e nelas os interesses dominantes da sociedade manifestam sua força.¹⁶⁵

Ao observarmos as instituições que discutiam a cultura, percebemos que nos anos 1950 os questionamentos e as reflexões sobre a produção artística nacional passavam pelas ações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em um período caracterizado pelo desejo de modernização da estrutura social do país, a cultura foi um dos meios pelo qual a unidade nacional iria ser consolidada. Economistas, sociólogos e historiadores que constituíam o ISEB concebiam “o domínio da cultura como elemento de transformação socioeconômica”¹⁶⁶ e passaram a produzir textos, obras e artigos, defendendo mudanças no país a partir da superação da alienação e da situação colonial.

Ao discutir a necessidade de uma literatura de caráter quase missionário que revisite temáticas como o subdesenvolvimento e a mestiçagem, para buscar a conscientização e a superação da situação sociopolítica e cultural, Renato Ortiz afirmou que,

[...] para os isebianos os intelectuais têm um papel fundamental na elaboração e na concretização de uma ideologia do desenvolvimento; são eles que devem explicitar o processo de tomada de consciência, e, por conseguinte, viabilizar o projeto de transformação do país.¹⁶⁷

Entretanto, os isebianos acabaram por construir uma arte-cultura considerada elitista, possibilitando que grupos com posturas diferentes, rompessem com esse projeto e criassem os Centros Populares de Cultura (CPC's), que propunham uma arte engajada com os acontecimentos cotidianos. Datados do início dos anos 1960, os CPC's buscavam a ação dos intelectuais junto a grupos populares, construindo uma arte revolucionária que unisse povo e intelectuais na efetivação das mudanças sociais que o país necessitava. Atente-se que, nesse período, o imaginário social e político da população vislumbrava a possibilidade de uma

¹⁶⁵ SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 82.

¹⁶⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 46.

¹⁶⁷ ORTIZ, 1985, p. 68.

revolução social, o que levava a cultura e algumas de suas manifestações artísticas a servirem de instrumentos de conscientização da sociedade.

A produção cultural vinculada ao CPC propunha amplos mecanismos de discussão, utilizando o teatro, a música, o cinema, em especial o produzido pelo Cinema Novo, para refletir sobre a realidade social e, por meio desta, formular meios efetivos para a ação. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, os pontos básicos da ideologia cepecista apresentavam

[...] a ideia de que a arte é tanto mais expressiva quanto mais tenha uma opinião, ou seja, quanto mais se faça instrumento para a divulgação de conteúdos políticos; a idealização, um tanto problemática, de uma aliança do artista com o povo, concebida como a autêntica fonte da cultura, e um certo nacionalismo, explícito na referência de indisfarçável sotaque populista às tradições de unidade e integração nacionais.¹⁶⁸

Desse modo, a literatura produzida, a partir dos anos 1960 no Brasil, encontra-se tensionada entre duas propostas: a adequação a uma ideologia que se encontrava no poder e que acabava por possibilitar a visibilidade das ações de seu produtor, posto que convergentes com os objetivos estatais, ou uma literatura engajada que buscava a partir de novos temas, formas e discussões, provocar a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento do país. Com o golpe civil-militar de 1964, o Estado procurou cada vez mais, aproximar-se do campo cultural, recrutando intelectuais que podiam auxiliá-lo no projeto de legitimação de uma imagem do país, e segregando, por meio de estratégias, como a censura, a repressão e a falta de apoio, àqueles que se posicionassem contrário aos seus interesses.

A necessidade de integração nacional formulada pela Doutrina de Segurança Nacional surgiu como um problema a ser discutido, devido à necessidade de consolidação do poder político implantado em 1964, que ocorreu sem a aprovação do sistema de voto popular. Em que pese o realce maior da historiografia quanto ao papel repressor do Estado, em especial a partir de 1968, com a formulação e execução do Ato Institucional número cinco (AI-5), que restringiu as liberdades políticas e sociais dos indivíduos, pode-se perceber, segundo Renato Ortiz, que “no Estado de Segurança Nacional, não apenas o poder conferido pela cultura não é reprimido, mas é desenvolvido e plenamente utilizado. A única condição é que esse poder seja

¹⁶⁸ HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1985, [n.p].

submisso ao Poder Nacional, com vistas à Segurança Nacional. »¹⁶⁹ Ocorre assim a defesa de uma produção cultural, que tivesse finalidade prática e, no caso em questão, que auxiliasse a manutenção de um projeto político.

Flora Sussekind em *Literatura e vida literária*,¹⁷⁰ analisa que de 1964 a 1968 houve certa liberdade para os intelectuais brasileiros, seja ligado ao Estado, seja os atrelados às instituições de esquerda. Em muitos casos, a censura explícita não era praticada, pois o Estado buscava formular estratégias e práticas que visassem restringir o poder de ação de grupos divergentes, minimizando a influência da cultura escrita.¹⁷¹ Este caso pode ser exemplificado por meio do apoio ofertado ao poder público para o fortalecimento da mídia televisiva, em especial, com programações de novelas, transmissões de jogos de futebol e programas de auditório, que serviam como mecanismo de alienação e acomodação dos espectadores, que priorizavam o lazer, em detrimento da conscientização política, num momento em que algumas obras de denúncia à situação política do Brasil estavam sendo impressas e postas em circulação. Agindo dessa maneira, o Estado não entrava em conflito direto com os intelectuais, forjando situações em que não permitia que formulassem denúncias e protestos, traçando estratégias, a fim de que o público não tivesse acesso às críticas.¹⁷²

A autora em questão afirma que, neste período, as políticas culturais passaram por fases distintas, caracterizadas tanto, por uma maior, quanto por uma menor ação repressiva. Os estudos mostram que o aparato repressivo e a cooptação de artistas eram priorizados, sobretudo, nos momentos em que a imagem do governo encontrava-se desgastada, em virtude, por exemplo, dos excessos de violência praticados por causa de manifestações contrárias a estes, e dos resultados negativos dos projetos econômicos. Partindo dessa reflexão, Flora Sussekind afirma que:

[...] seria possível estabelecer ao menos três períodos diferentes, três estratégias diversas adotadas ao longo destes anos. E que incluem o

¹⁶⁹ ORTIZ, 1985, p. 82.

¹⁷⁰ SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

¹⁷¹ Segundo Michel de Certeau as estratégias podem ser entendidas como atitudes calculadas promovidas por variados grupos a fim de não ter seu poder de influência social diminuído. Certeau chama de estratégia “o cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 99.

¹⁷² SUSSEKIND, 1985.

desenvolvimento de uma estética do espetáculo, uma estratégia repressiva ladeada pela determinação de uma política nacional de cultura, e um hábil jogo de incentivos e cooptações, mais fácil à medida que as opções de trabalho intelectual se tornam ainda mais restritas diante da situação de desemprego generalizado no país.¹⁷³

As estratégias adotadas pelo Estado pretendiam utilizar a influência social e o poder de escrita dos intelectuais, como forma de legitimar suas práticas, sobretudo, a partir dos anos 1970, período em que as ações realizadas pelos militares no setor econômico não alcançaram o sucesso pretendido. O poder público, ao aproximar-se da intelectualidade, promovia não somente sua imagem, como também reduzia ou controlava o campo de atuação dos intelectuais, em virtude das trocas de favores, onde o Estado colocava o literato em contato com os mecanismos de edição e circulação, exigindo, por seu turno, uma produção que realçasse o fortalecimento de um determinado projeto político.

Os anos 1960 foram um dos momentos em que o Estado mais interferiu na área cultural, burocratizando-a, formulando projetos e ações que possibilitaram o surgimento de agremiações que objetivavam viabilizar o desenvolvimento cultural. Assim, em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), que tinha a finalidade de coordenar as atividades culturais, bem como desenvolver uma política nacional de cultura, favorecendo a unidade nacional, por meio do campo cultural e artístico. A subsequente criação dos conselhos estaduais possibilitava a existência de rede de debates entre o Estado e cenário federal, para o fomento da a cultura em nível regional e nacional, além de ampliar as discussões sobre a cultura brasileira.

Ao chamar os intelectuais, a partir de 1964, para atuar em sua esfera de atuação, o Estado buscava valorizar a cultura e legitimar o governo, através da elaboração de discursos, fazendo aquilo que Michel Foucault chamou de reverberação de uma verdade¹⁷⁴, em que, atrelados à observação do quadro nacional, afirmava-se a necessidade de valorização da memória nacional e de sua identidade. A ação dos intelectuais a serviço do Estado deveria “acima de todas as divergências de orientação... [buscar] a construção da nação e da civilização brasileira.”¹⁷⁵

¹⁷³ SUSSEKIND, 1985, p. 13.

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 49.

¹⁷⁵ MELLO, João Manuel Cardoso, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4. p. 616.

Contudo, deve-se perceber que nem todos os artistas e intelectuais aderiram ao projeto estatal, sendo alvos de censura e outras formas de silenciamento, como a dificuldade de acesso aos investimentos públicos que propiciassem a edição e a circulação de suas obras. Não eram apenas os artistas com propostas novas e alternativas os alvos desses impedimentos, mas, também, escritores reconhecidos e representativos da elite intelectual do país. Essa prática foi objeto de contestação de intelectuais, que promoveram ações coletivas visando à revogação dos atos de censura, como pode ser visto no trecho transcrito a seguir:

[...] Os escritores Hélio Silva, Nélida Piñon, Lygia Fagundes Telles, Jefferson Ribeiro de Andrade estiveram ontem pela manhã no Ministério da Justiça e entregaram ao chefe do Gabinete do Ministro Armando Falcão, Alberto Resende Rocha, um memorial assinado por mais de mil intelectuais que solicitam a revogação dos atos que impedem a circulação de livros, a apresentação de peças e filmes, a difusão de músicas e reprimem a liberdade de pensamento e de criação no país [...] argumentando que não existe livro bom ou ruim: Não nos compete dizer ou escolher o que os outros vão ler, assistir. O livre arbítrio é um direito de cada um e à posteridade cabe o julgamento¹⁷⁶.

Aqueles que não se adequavam aos projetos culturais estabelecidos utilizavam-se de táticas,¹⁷⁷ que visavam contestar – e com isto dar a perceber – as práticas autoritárias, por meio de passeatas, manifestos, abaixo-assinados. Essas posturas astuciosas possibilitaram que estes produtores culturais caíssem gradativamente na marginalidade cultural, sendo agredidos publicamente, por meio de críticas, e excluídos dos mecanismos legais de transmissão de suas opiniões, a partir da prática da censura, e mesmo da autocensura, do não-financiamento de edições e publicações. Por outro lado, os intelectuais que, por posicionamentos ideológicos ou atraídos pela possibilidade de reconhecimento de suas produções, passam a difundir em suas produções culturais os ideais das instituições ao qual se filiavam eram recompensados por estas, com apoio e visibilidade.

Essas ações repressoras continuaram nos anos 1970, porém, devido a mudanças na percepção da sociedade sobre os limites da atuação do poder militar, algumas ideias de apoio às práticas autoritárias necessitavam de reformulação ou de uma atuação mais expressiva por

¹⁷⁶ MEMORIAL pede a revogação dos atos de censura. *O Dia*, Teresina, 27 jan. 1977, p. 13.

¹⁷⁷ “[...] Chamo de tática a ação calculadas que é determinada pela ausência de um próprio [...] A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo [...] no espaço por ele controlado. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 100.

parte do Estado. Renato Ortiz, ao refletir sobre esse contexto político-cultural, afirmou que essa ação estatal buscava angariar prestígio e legitimidade. Nesse momento de crise social, a área cultural foi beneficiada com a elaboração, em 1975, do Plano Nacional de Cultura. A cultura passava a ser favorecida com investimentos e projetos, ao tempo em que permanecia o modelo político-cultural vigente, pois “o período do milagre abre novas possibilidades para as realizações e os empreendimentos culturais [...]... com o advento da crise econômica [...] uma mudança ocorre no discurso e no incentivo das ações culturais.”¹⁷⁸

Como exposto no capítulo anterior, a década de 1970 assistiu à emergência de novas posturas culturais, em especial no setor literário, com produções ligadas à Geração Marginal, questionadora dos *status quo* e da arte, enquanto forma de engajamento social. Estas produções foram caracterizadas inicialmente pelo não recebimento do auxílio estatal, seja pela recusa de seus produtores em limitarem sua produção aos interesses estatais, seja pela negativa do Estado em financiá-las devido às críticas à atuação nos campos político e econômico. Essas produções apresentavam inovações na produção e circulação de obras, discutindo temas alternativos, como comportamentos, sexualidade e ecologia, colocando-se marginalmente no mercado cultural, chegando, em alguns casos, a gerar atritos entre seus produtores e os membros da burocracia cultural.

A abrangência das ações culturais nos estados tende a ser questionada segundo as dificuldades particulares de cada região. No Piauí, o governo buscou romper esse isolamento, com a implantação de políticas públicas que apoiassem o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado, sendo este último entendido como *lócus* privilegiado para a discussão da História, das riquezas e da identidade piauiense. Poucas obras no Piauí se propuseram a refletir sobre as relações entre o poder estatal e a cultura literária no período em análise, entretanto, intelectuais que participaram do desenrolar de determinadas ações culturais, produziram textos permeados por fragmentos de memória sobre a época, privilegiando aspectos do período em que atuaram ou foram afastados das políticas públicas¹⁷⁹.

Os governantes piauienses também chamaram “para si a função de julgar as novidades que interessam ou não, o que é excessivo, apontar os ‘males’, estimular o que julga de ‘qualidade,’”¹⁸⁰ e assim como nas demais regiões do país, recrutar o aparato humano para

¹⁷⁸ ORTIZ, 1985, p. 87.

¹⁷⁹ Entre esses conjuntos de textos podemos citar: MOURA, Francisco Miguel de. *Pequena história de um grande conselho*. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 159-172; MORAES, Herculano. *Mecenato: governo, empresa e cultura do Piauí*. In: SANTANA, 2003, p. 275-284.

¹⁸⁰ SUSSEKIND, 1985, p. 51.

viabilizar os processos culturais junto a setores intelectuais e instituições já consolidadas, como as academias de letras e institutos históricos. A participação dessas instituições nas políticas públicas reforça a atuação de alguns intelectuais que ao agirem próximos do poder políticos promovem a satisfação de alguns interesses e benefícios pessoais.

Análise das relações entre Estado e Cultura no Piauí encontra-se no artigo, *Mecenato: governo, empresa e cultura do Piauí*,¹⁸¹ de Herculano Moraes, que trata das formas pelas quais o mecenato estatal atuava desde os anos 1960 no campo cultural, sob forma de prêmios, projetos de incentivo editorial e fundação de entidades culturais no tocante à valorização da cultura piauiense. Segundo o autor, é característica da produção cultural piauiense o situar-se “entre a bênção e a perda do prato”, e em virtude da inexistência de um público-leitor consolidado, o Estado auxiliava os escritores na compra dos exemplares de seus livros, para distribuição em bibliotecas públicas ou mesmo para presentear aqueles que visitavam o Estado. Em virtude da ausência de recursos próprios, a saída encontrada por muitos escritores era associar-se ao poder público. Nesse sentido, para Herculano Moraes, “o mecenato foi, no percurso de toda a história do Piauí, o instrumento através do quais escritores e produtores culturais conseguiram editar obras e montar espetáculos.”¹⁸²

Ao analisar as relações entre Estado e Cultura, percebe-se que por detrás da construção de um texto ou de um regime de governo, estratégias, táticas e resistências são praticadas por administradores e produtores culturais, visando à reafirmação de interesses individuais ou de grupos. Havia, porém, escritores que se afastavam do mecenato estatal, investindo em formas alternativas de produção e edição.

No período da ditadura militar, os produtos culturais formulados em torno do governo traziam em seu cerne a tentativa de valorização de uma identidade nacional, conforme o estabelecido pela Doutrina de Segurança Nacional. Michel de Certeau entende que nessas relações entre a produção histórica e o lugar social dos indivíduos, pode-se perceber íntimas relações entre as instituições e as produções desenvolvidas sob o financiamento estatal, principalmente em relação às temáticas abordadas e a posição ocupada por seus produtores no contexto político-cultural. Nesse sentido, “a instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível, e sub-repticiamente, a determina.”¹⁸³

¹⁸¹ MORAES, Herculano. *Mecenato: governo, empresa e cultura do Piauí*. In: SANTANA, 2003, p. 275-284.

¹⁸² MORAES, 2003, p. 276.

¹⁸³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 70.

Dessa forma, a aproximação entre os literatos e as políticas públicas, nos anos 1960 a 1970, permitiram o entendimento de como os lugares sociais legitimam as ações dos sujeitos que a ocupam, os quais adquirem visibilidade cultural que lhes permite a defesa ou a crítica às demais produções de seus contemporâneos. As instituições culturais atuantes nesse momento possibilitaram a construção de determinado tipo de produto, o que, por seu turno, favoreceu o acesso de seus membros às políticas públicas de editoração postas em execução pelos governantes locais. Por meio de discursos desqualificadores, o poder público proibia ou interditava obras que criticavam o lugar social por este ocupado, e em contrapartida, ao defender este lugar, os escritores adquiriam maior visibilidade. São as estratégias e táticas realizadas por criadores e membros do Conselho Estadual de Cultura e do Plano Editorial do Estado que analisaremos a seguir.

3.2 Conselho Estadual de Cultura: ações de um órgão consultivo

A partir dos anos 1960, o poder público passou a interferir de modo mais efetivo no setor cultural, criando instituições que, a despeito de atuarem na promoção de atividades culturais, acabavam por burocratizar estas ações, constituindo-se um lugar social em que o discurso sobre a produção cultural era legitimado. Entre as variadas instituições criadas nesse período, ressaltamos o Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, que possibilitou um maior diálogo com as regiões do país, ao estabelecer redes de discussão e promoção cultural. A criação do CFC reforçava a noção de que o Estado autoritário não agia apenas de maneira repressora, pois atuava “na área da cultura, como forma de colocá-la sob sua orientação, justamente por perceber a dimensão e a força política da produção simbólica.”¹⁸⁴

No Piauí, o governador Petrônio Portela instituiu, por meio do Decreto nº 631, o Conselho Estadual de Cultura (CEC). O artigo II do decreto dispõe sobre as finalidades do órgão: “a) estudo e proposição de estudos relacionados com a defesa do patrimônio cultural do Estado; b) promoção e defesa da cultura e aperfeiçoamento cultural do povo piauiense.”¹⁸⁵ O referido conselho atua como promotor de ações no âmbito cultural, sobretudo, visando à

¹⁸⁴ BARBALHO, Alexandre. O Estado pós-1964: intervenção planejada na cultura. *Política e Trabalho*, João Pessoa (PB), n. 15, p. 63-78, set. 1999.

¹⁸⁵ Decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Cultura.

valorização da história e da literatura produzida no Estado. Sob a competência deste órgão estavam a promoção de múltiplas atividades culturais, como exposições artísticas, programas semanais nas emissoras de rádio locais, a publicação de artigos e/ou comentários em jornais, e assessoramento na “edição de livros de autores contemporâneos [...], afora obras literárias de reconhecido mérito.”¹⁸⁶

Em seus primeiros anos de existência, o CEC não realizou ações que de fato interferissem na realidade cultural do Piauí, devido à falta de recursos e à ausência de projetos. Contudo, em 1967, o Conselho Federal de Cultura – provavelmente desconhecendo a existência do Conselho no Estado – através de ofício,¹⁸⁷ solicitou ao governador do Estado que criasse no Piauí um Conselho Estadual de Cultura, para que ações em conjunto fossem traçadas e postas em prática.

A criação do Conselho Federal de Cultura tinha em vista a defesa da valorização da integração nacional. A instituição dos Conselhos nos Estados brasileiros era defendida por facilitar o diálogo e a troca de experiência em relação às políticas culturais. Tal fato possibilitou ao Conselho Estadual de Cultura, até então inoperante, o início de ações efetivas, passando a contar com recursos financeiros e com formulação de projetos a serem executados em parceria com as instituições nacionais.

O CEC do Piauí, embora existente e devidamente regulamentado, encontrava nos primeiros anos de sua implantação, dificuldades para atuar efetivamente. Em documentação avulsa localizada em caixas no Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito, encontramos um constante fazer e refazer de estatutos e regulamentos para o Conselho Estadual de Cultura, no final dos anos 1960, além de atas de reuniões, correspondências diversas, memorandos e ofícios trocados entre secretarias e órgãos do governo, prestações de contas, bem como planos de ação datados de vários períodos, nos quais podemos observar o andamento de suas atividades.

¹⁸⁶ “O Conselho Estadual de Cultura promoveu a edição de livros de autores conterrâneos, destacando-se os três primeiros volumes da *História geral do Piauí*, de autoria do Prof. Odilon Nunes, afora obras literárias de reconhecido mérito...” Ver: ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1967*. Teresina, 1967. p. 19.

¹⁸⁷ “[...] Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência a fim de solicitar sua especial atenção para a sugestão de ser criado em seu Estado um Conselho Estadual de Cultura, facultando assim a difusão cultural, em seus vários aspectos, seja racionalizada e sistematizada dentro de um plano global pré-estabelecido, o que permitiria a integração nacional no campo da cultura. [...] Esclareço a Vossa Excelência que a formulação do Plano Nacional de Cultura, em seus aspectos regionais, terá por base as informações pelos Conselhos Estaduais e sua execução, ainda no aspecto regional, será fiscalizada pelos referidos Conselhos”. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Ofício 96/97 de 31 de maio de 1967*. Brasília, 1967. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

Em 1968, o CEC mesmo não possuindo sede, realizava suas atividades em um prédio da rua General Osório, até fixar residência em um dos espaços da Casa Anísio Brito, em meados da década de 1980. Os documentos relacionados aos projetos do CEC destacavam que um dos objetivos do órgão, era realizar concursos literários, instrumentos pelos quais o Estado incentivava a produção literária, além de outros planos de ação que deixavam entrever as dificuldades de atuação enfrentadas. Entre esses documentos, localizamos informações sobre atividades a serem realizadas:

[...] as atividades relativas à cultura, em nosso Estado, não vêm obedecendo a sua verdadeira finalidade quer a promoção, de coordenação e a proteção das ciências e das artes. Este ano, O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, organizará concursos, com o fim de descobrir valores novos de nossa Literatura. Para tal, serão ofertados prêmios e a publicação das obras vencedoras. Promoverá ainda, a reedição de obras esgotadas de escritores piauienses. Auxiliará as obras que se destinem ao melhoramento do nível cultural de nosso Estado realizará cursos de arte, exposições teatrais e shows.¹⁸⁸

Não é possível assegurar se tais ações foram implementadas ou não, pois não há outro tipo de documentação para ser analisada no período, como atas ou livros de registros. Entretanto, o ex-conselheiro Francisco Miguel de Moura, em estudo sobre a trajetória da instituição,¹⁸⁹ nos dá pistas para o entendimento das ações do CEC nesse contexto. Segundo ele, o referido conselho passou por três fases distintas: a burocrática, que compreende as ações de 1965 a 1973, marcada pela ausência de atividades efetivas, onde se promoviam “compras de livros, auxílio à publicação de autores individuais, posse de um ou outro conselheiro, comunicações de atos do Governo e da Secretaria de Cultura, de visitas oficiais, mortes, solenidades, discursos.”¹⁹⁰ As demais fases são a solene, a partir de 1973, com a criação da Secretaria de Cultura, e a democrática, em 1989, com a promulgação da nova Constituição Estadual.

Embora fosse um órgão atrelado ao poder público, o CEC sofria com a carência de recursos e realizava poucas ações, também em virtude do seu caráter consultivo. A análise da documentação avulsa, como relatórios de ações, mensagens, memorandos e ofícios, mostram que, apesar da valorização da cultura ser um dos objetivos do poder público, algumas

¹⁸⁸ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

¹⁸⁹ MOURA, 2003, p. 159-172.

¹⁹⁰ MOURA, 2003, p. 161.

práticas que viabilizassem esse processo deixavam a desejar no Piauí. Nessa documentação, são inúmeros os pedidos do presidente Simplício de Sousa Mendes feitos ao governador e a seus secretários, por recursos para viagens, material de escritório e até mesmo para compra de lanches a serem servidos durante as reuniões. Eis alguns exemplos:

[...] Senhor Diretor, solicito a V.S. que se digne autorizar a entrega do material de limpeza e higiene, objeto de toalete, mobiliário em geral e máquinas, motores e aparelhos, conforme requisição anexa de acordo com o orçamento.¹⁹¹

[...] Tenho honra de solicitar a V. Excia que se digne autorizar o depósito no Banco do desenvolvimento do Estado a quantia de Ncr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros novos), referente às despesas da Presidência durante o mês de março com transporte, gasolina, viagem.¹⁹²

[...] Venho a presença de V. Excia solicitar a autorização de 02 (duas) passagens de ida e volta para o Rio de Janeiro pelo Electro II da Varig, dos senhores A. Tito Filho e João Nonon Fontes Ibiapina, pela rubrica do Palácio, por estar a verba esgotada deste Conselho.¹⁹³

[...] Tenho a honra de solicitar a V. Excia que se digne autorizar o adiantamento de Ncr\$ 200 (duzentos cruzeiros novos), referente às divulgações da Rádio Clube de Teresina a este Conselho.¹⁹⁴

Vemos nesses fragmentos as solicitações do CEC junto aos administradores, a fim de que liberassem recursos, assegurados no orçamento estadual, para a realização das ações propostas, bem como conferir maior visibilidade às atividades do órgão.

As atuações do CEC foram marcadas nos anos 1970 por um desejo de fortalecimento e efetivação. Para compreendermos suas ações durante esse período, utilizamos como fonte os livros de atas, sendo que a primeira é datada de 2 de fevereiro de 1970. Esses livros, embora não possuam registros regulares, constituem meio de acesso a pautas e discussões sobre os rumos da cultura piauiense que passavam pela interferência do CEC. Entre as atribuições do Conselho no período, apresentadas em seus planos de atuação, destacamos a divulgação da

¹⁹¹ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 18 de março de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

¹⁹² CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 24 de março de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

¹⁹³ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 18 de novembro de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

¹⁹⁴ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 2 de dezembro de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

cultura produzida no Piauí. Para atingir tal finalidade, alguns conselheiros realizavam programas semanais no rádio, como aparece exposto no seguinte trecho: “de acordo com o Plano de Cultura do ano em curso, está programada uma palestra semanal, pela Rádio Clube de Teresina, por um dos membros deste Conselho, debatendo sobre um tema da atualidade de cunho educativo e cultural.”¹⁹⁵ O CEC também detinha a assinatura de coluna cultural semanal em jornais locais, a exemplo da subscrita por A. Tito Filho e de Simplício de Sousa Mendes, em *O Estado do Piauí*.

Outra atividade sob a responsabilidade do CEC era a organização de centros culturais, incluindo a definição de espaços e solicitação destes ao governo estadual para a criação de bibliotecas públicas nos bairros. Essas bibliotecas seriam montadas a partir de volumes doados pelo Instituto Nacional do Livro, a fim de que a oferta de livros e demais produtos culturais estivesse mais próxima da população. Este era um aspecto que preocupava os conselheiros, os quais procuravam meios de criar e manter bibliotecas em locais acessíveis à comunidade:

[...] O conselheiro José Gayoso de Almendra Freitas pedindo a palavra solicita do sr. Presidente que seja ampliada a Biblioteca Pública com aquisição de novos livros didáticos para os estudantes do ensino médio. O conselheiro Deoclécio Dantas, aproveitando a oportunidade da solicitação do colega, solicita ao sr. Presidente, como Diretor da Casa Anísio Brito que organize ‘anexos’ da biblioteca em diversos bairros de nossa capital. Será um trabalho em vanguarda para maior rendimento da classe estudiosa de Teresina.¹⁹⁶

[...] A seguir o conselheiro Capitão Aurino Nunes Filho pediu a palavra para sugerir em face do que ouviu da leitura da ata da sessão anterior, ao Conselho a criação de bibliotecas em anexos, nos lugares onde houverem Centros Sociais, com o aproveitamento do pessoal destes Centros. Ouvido o Conselho a sugestão foi aceita unanimemente, mas sujeita a estudos, a fim de serem tomadas as providências necessárias.¹⁹⁷

[...] foi comunicada aos conselheiros que o Instituto Nacional do Livro remeteu 500 volumes para a biblioteca ambulante de responsabilidade do sr.

¹⁹⁵ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 2 de fevereiro de 1970*. Teresina, 1970. p. 1.

¹⁹⁶ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 41ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 4 de maio de 1970*. Teresina, 1970. p. 4.

¹⁹⁷ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 36ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 25 de maio de 1970*. Teresina, 1970. p. 6.

Walter Morais, funcionário do 2º B.C sob a supervisão do Conselho que está sendo organizada.¹⁹⁸

Sendo um órgão de assessoria do governo, o CEC legitimava as ações da administração pública. Nesse sentido, os conselheiros eram permanentemente convidados a comparecer a solenidades de inauguração de obras públicas, como a da Barragem de Boa Esperança (1970), do Monumento aos Heróis do Jenipapo (1974), além da inauguração de estradas e prédios públicos. Tais convites destinados aos conselheiros visavam reforçar a unidade que o governo procurava transparecer em cerimônias e atos públicos, ao reunir políticos, representantes de classes, instituições e intelectuais, estes, com sua presença, auxiliariam na legitimação do papel desenvolvimentista do governo.

Além do comparecimento a essas solenidades, a posição política dos membros do CEC era destacada em suas reuniões e discussões, onde se exaltava os méritos dos governos estabelecidos, após a derrubada do presidente João Goulart em 1964. Exemplo de adesão dos conselheiros às ações políticas apareceu na ata de 30 de março de 1970, que elogiava o aniversário e a atuação do governo revolucionário,

[...] o conselheiro José Gayoso de Almendra Freitas apresenta comunicação aos demais conselheiros referente ao ensejo do VI aniversário da Revolução do trinta e um de março, cujo evento é brilhantemente ressaltado pela razão (sic) do conselheiro Celso Barros Coelho, destacando os relevantes serviços que os governos revolucionários tem feito em prol do povo brasileiro onde a certa altura da palestra o referido conselheiro enfatiza o importante papel que a Revolução Vitoriosa vem desempenhando no sentido de integrar o Brasil entre as nações desenvolvidas.¹⁹⁹

Nesse trecho percebemos como alguns conselheiros entendiam os acontecimentos que deram origem à ditadura no país, que mesmo restringindo liberdades individuais dos cidadãos foi apresentada positivamente pelos conselheiros, posto que possibilitava a mudança e o desenvolvimento do país.

¹⁹⁸ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 16 de fevereiro de 1970*. Teresina, 1970. p. 1-2.

¹⁹⁹ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 30 de março de 1970*. Teresina, 1970. p. 2.

Ainda no exercício de suas atividades burocráticas, o CEC tinha como função a elaboração de pareceres sobre obras, cujos autores solicitavam ao governo a compra de alguns exemplares. A partir da leitura das atas, percebe-se a frequência das ações do referido órgão, na tentativa de adquirir visibilidade diante da elaboração desses pareceres para a Secretaria de Educação e Cultura, solicitando ao Estado o apoio para a edição e compra de livros. As solicitações de intervenção feitas ao CEC foram muitas, passando pela aprovação da compra de livros de novos autores ou por escritores já reconhecidos, a solicitação de julgamentos de pedidos formulados pelos próprios conselheiros que desejavam publicar suas obras inéditas ou vencedoras de concursos literários passados e que se encontravam com processos parados. As aquisições se destinavam à montagem de bibliotecas de escolas e de centros de cultura. A influência que o CEC tinha em torno do poder público permitia a formulação desses pedidos.

As dificuldades ao dar cumprimento aos compromissos resultantes dos editais públicos, devia-se não apenas ao descaso com o setor cultural, mas às dificuldades financeiras para a edição e o lançamento de obras, como foi o caso do pedido de auxílio do escritor Fontes Ibiapina,²⁰⁰ para que 1500 exemplares da obra *Tombador*,²⁰¹ - que já fora aprovado pelo CEC - fosse publicada pelo Estado. O pedido de intervenção ocorreu no momento em que Fontes Ibiapina foi solicitado a dar parecer sobre o pedido de publicação da obra *Rosa da lama*,²⁰² de Menezes de Moraes.²⁰³ O autor passou a utilizar-se da estrutura do Conselho e do poder simbólico de seus membros, para pressionar o governo em favor da publicação de sua obra. Na tentativa de resolver a questão, formou-se uma comissão para solicitar, diretamente ao governador, o andamento do processo:

[...] Constando ainda do expediente da sessão uma comissão foi organizada composta pelos conselheiros Emília Castelo Branco de Carvalho, Desembargador Luiz Lopes Sobrinho, Dr. Fontes Ibiapina e Desemb. Felício Pinto com a finalidade de ir ao Karnak e junto ao governador do Estado

²⁰⁰ João Nonon de Moura Fontes Ibiapina nasceu em Picos em 1921 e faleceu em Parnaíba em 1986. Bacharel em Direito foi juiz em várias comarcas do interior do Piauí, além de exercer a função de professor. Membro da Academia Piauiense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura. É autor de *Palha de arroz*, *Vida gemida em Sambaíba* e *Lorotas e Pabulagens de Zé Rotinho*.

²⁰¹ IBIAPINA, Fontes. *Tombador*. Teresina: COMEPI, 1971.

²⁰² MORAES, Menezes de. *Rosa da lama*. [S.l.: s.n], [1970?]

²⁰³ José Menezes de Moraes nasceu em Altos em 1951, atualmente reside em Brasília. É jornalista e professor. Em 1977 assina a página cultural do jornal *O Dia*, espaço onde muitos autores marginais e alternativos puderam apresentar seus trabalhos.

reforçar o pedido no andamento do processo referente a publicação do livro *Tombador* de autoria do escritor Fontes Ibiapina²⁰⁴.

As táticas postas em prática por membros do CEC, no tocante à solicitação para a publicação do livro de Menezes de Moraes, o qual teve parecer favorável, contando com o auxílio de Cr\$ 1.5000, 00,²⁰⁵ mostra que havia certa liberdade no julgamento das obras a serem editadas, considerando-se que o autor em questão mantinha relações estreitas com os jovens que compunham o Grupo Marginal. Além do parecer favorável à obra, cabe ressaltar que foram feitos inúmeros elogios ao poeta, porém, ao analisarmos as atas seguintes, não localizamos outra destinação de recursos a novos escritores.

Conscientes de seu poder opinativo, os conselheiros desejavam aumentar seu papel de julgadores, haja vista serem eles que emitiam ou não pareceres favoráveis às obras cujos pedidos de publicação fossem dirigidos ao Conselho e às secretarias relacionadas ao setor educacional e cultural. Buscando aumentar esse poder, decidiu-se, em reunião, e registrou-se em ata que, sem exceção, “qualquer obra a ser publicada pelo Governo do Estado devia receber parecer do Conselho Estadual de Cultura, antes da publicação.”²⁰⁶ Entretanto, nos casos em que ocorriam divergências entre os conselheiros, ou mesmo falta de recursos do órgão para compra de exemplares, esse poder de escolha e seleção era novamente entregue à Secretaria de Educação e Cultura.

Exemplo desse jogo tateante de afirmação de poderes, e que expressa a quantidade limitada de recursos para as ações de órgãos culturais no Estado, fazendo com que os recursos disponíveis fossem usados, somente para casos especiais, certos casos, como o da promoção de obras dos próprios conselheiros ou de pessoas a eles ligados, afastando os demais escritores do processo de edição. O episódio da solicitação da poetisa Judith Santana²⁰⁷ à Secretaria de Educação e Cultura, para que sua obra *Salmos do meu destino*,²⁰⁸ fosse

²⁰⁴ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 49ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 10 de maio de 1970*. Teresina, 1970. p. 22.

²⁰⁵ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 50ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 24 de maio de 1971*. Teresina, 1971. p. 23; ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 51ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 27 de maio de 1971*. Teresina, 1971. p. 23.

²⁰⁶ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 41ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 3 de agosto de 1970*. Teresina, 1970. p. 13.

²⁰⁷ Nasceu em 1924 e faleceu em 1988 no município de Piripiri, sendo professora, poetisa e contista. Pertenceu às Academias de Letras do Vale do Longá e à Academia Parnaibana de Letras, além de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. É autora de *Salmos do meu destino* e *História alegre de nossa gente*.

²⁰⁸ SANTANA, Judith. *Salmos do meu destino*. [S.l.: s.n], 1969.

publicada é um dos exemplos. O processo com o pedido de aquisição de duzentos exemplares do livro foi enviado ao CEC e o parecer foi lido na reunião de 3 de agosto de 1970. Entretanto, o julgamento e a decisão foram adiados para a sessão seguinte, ficando a conselheira Emília Castelo Branco de Carvalho²⁰⁹ responsável pela elaboração do parecer. No caso,

[...] resolveu o Conselho, aprovando o parecer daquela Conselheira, deixar ao inteiro critério da referida Secretaria, a aquisição dos exemplares do mencionado livro, contra o qual nada tendo a se manifestar, uma vez que o Conselho não dispõe de recursos financeiros, no momento para chamar a si a aquisição de exemplares da mencionada obra.²¹⁰

O CEC foi colocado como destinatário privilegiado, para avaliar e reconhecer as obras a serem publicadas ou adquiridas pelo Estado. A ata de 3 de agosto de 1970 é sugestiva ao destacar o pedido de compra de exemplares de *O dia sem presságios*,²¹¹ de H. Dobal e *Força humana*,²¹² de Álvaro Pacheco²¹³. Sobre a compra de livros o conselheiro Deoclécio Dantas²¹⁴ propõe que:

[...] o Conselho fixasse em 50 (cinquenta), no máximo, o número de exemplares de obras cuja aquisição fosse solicitado pelos respectivos autores, desde que as mesmas o fossem sob o pagamento pelo Conselho, proposta que fazia atendendo à força financeira do mesmo Conselho.²¹⁵

²⁰⁹ Nasceu no Rio de Janeiro em 1919 e faleceu em Teresina em 1980. É conhecida como Lilizinha. Foi romancista, cronista e contista. Dirigiu a Casa Anísio Brito e o Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. É membro da Academia Piauiense de Letras e autora de obras como *A sinhazinha de Karnak* e *A mendiga do Amparo*.

²¹⁰ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 5 de agosto de 1970*. Teresina, 1970. p. 14.

²¹¹ DOBAL, Hindemburgo Teixeira. *O dia sem presságios*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

²¹² PACHÊCO, Álvaro. *Força humana*. [S.l.:s.n.], 1970.

²¹³ Álvaro dos Santos Pacheco nasceu em Jaicós em 1933 e reside no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito e poeta colabora com a imprensa carioca, paulista e piauiense por meio de artigos e crítica literária. É proprietário da Editora Artenova e da Artenova Filmes. É autor de obras como *O sonho dos cavalos selvagens*, *O homem de pedra* e *Balada do nadador do infinito*.

²¹⁴ Nasceu em Teresina em 1938 e exerceu funções públicas como vereador, deputado estadual e vice-prefeito de Teresina. No setor cultural, atuou como presidente da COMEPI e do Conselho Estadual de Cultura. E membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Recentemente lançou a obra *Marcas da ditadura no Piauí*.

²¹⁵ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 41ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 2 de fevereiro de 1970*. Teresina, 1970. p. 13.

Contudo, as dificuldades financeiras do CEC, reforçadas quando houve a solicitação de Judith Santana, são minimizadas quando a escritora Emília Castelo Branco de Carvalho solicitou, ainda no mês de outubro, a compra de trezentos exemplares de seu romance *A mendiga do Amparo*,²¹⁶ nos seguintes termos:

[...] aos 15º dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta reuniram-se em sessão extraordinária os membros do Conselho Estadual de Cultura, que com quorum suficiente para apreciar o pedido de informação de Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado, a respeito do romance *A Mendiga do Amparo*, da escritora Lilizinha C. B. de Carvalho. Com a palavra o conselheiro des. Manuel Felício Pinto, além de votar favoravelmente ao pedido, ainda pedindo a palavra congratulou-se com a notável escritora Lilizinha C. B. de Carvalho tendo as mais encomiosas referências ao empolgante romance da mencionada escritora. Pediu ainda que o Conselho fizesse constar em ata dos trabalhos um voto de louvor, pela brilhante produção literária em apreço. Logo em seguida pediu a palavra o des. Simplício de Sousa Mendes que presidiu a sessão, fez seu voto de louvor dando seu voto amplo e espontâneo, e disse que os 300 exemplares a serem adquiridos seriam distribuídos em todos os grupos escolares do Piauí.²¹⁷

O trecho acima, embora longo, apresenta o modo como os conselheiros procediam ao julgar os pedidos de auxílio feitos aos órgãos estatais. Embora sem recursos, e havendo a decisão da compra de apenas cinquenta livros, por autor ou obra, feito ao CEC, a autora de *A mendiga do Amparo*, conseguiu a compra de seu livro numa quantidade superior ao decidido. Assim, podemos concluir que os membros do Conselho não procediam apenas de maneira imparcial, mas utilizavam de práticas de corporativismo e de proteção para com seus membros.

A leitura das atas mostrou a existência de um CEC com poucos recursos e com um número amplo de atividades a desempenhar. Essa situação era percebida pelos conselheiros, que solicitaram ao governo maior investimento financeiro, para que o CEC abandonasse o aspecto meramente consultivo, e atuasse de forma mais efetiva. Neste momento, o CEC foi

²¹⁶ CARVALHO, Emília Castelo Branco de. *A mendiga do Amparo*. [S.l.:s.n.], [1970?]

²¹⁷ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 15 de outubro de 1970*. Teresina, 1970. p. 16.

constantemente solicitado a formular pareceres sobre o teatro, o patrimônio público, além do apoio às ações desenvolvidas no complexo Casa Anísio Brito.

O gradativo acréscimo nas funções do CEC ocorreu a partir do início da década de 1970, quando seu presidente A. Tito Filho, foi solicitado, em 1972, para compor a comissão que julgaria as obras do Plano Editorial do Estado. Devido ao acúmulo de funções atribuídas ao presidente, que, por sua vez, também estava à frente da APL durante o ano de 1972, não houve reuniões semanais e eventos que contassem efetivamente com a presença do CEC.

Essa situação só foi normalizada em 1974, quando o Secretário de Cultura do Estado empossou Armando Madeira Basto²¹⁸ na presidência do CEC. Durante a presidência deste, a instituição intensificou suas relações com o governo estadual, posto que seu presidente era assessor do governador Alberto Silva. Em virtude das providências a serem tomadas para a efetivação do Plano Editorial do Estado, como a escolha de obras e autores, contatos com editoras e empresas de divulgação e distribuição de obras, o CEC beneficiou-se bastante pela proximidade com o governador, participando de todos os momentos culturais importantes do governo. Esta relação permitiu a execução de projetos antigos, como a colaboração para a revista *Presença*,²¹⁹ cujo primeiro número circulou em 1974, e embora fosse órgão da Secretaria de Cultura, foi planejada e elaborada no interior do CEC, através das colaborações dos conselheiros.

A publicação da revista *Presença* animou o cenário cultural do período, por concretizar projetos há muito tempo acalentados e que derivavam, inclusive, de recomendações do Conselho Federal de Cultura, sobre a criação de uma revista cultural no Estado, que discutisse sua realidade cultural e patrimonial. O governador Alberto Silva e seus assessores também, objetivavam produzir uma revista cultural denominada inicialmente *Caderno Cultural do Piauí*, iniciativa que objetivava animar o setor, contribuindo:

[...] para que se cheguem aos centros culturais do nosso Estado e contribuir para que cheguem aos centros culturais do Brasil os frutos do labor dos

²¹⁸ Nasceu em Parnaíba em 1915 e faleceu em Teresina em 1988. Bacharel em Direito, atuou como jornalista e assessor de comunicação nos dois governos de Alberto Silva. Exerceu forte atividade na concretização dos objetivos do Plano Editorial do Estado a partir de 1972. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e da Academia Piauiense de Letras.

²¹⁹ Seu primeiro número data de 1974, sob a coordenação da Secretaria de Cultura e a partir de 1986 passa a ser órgão do Conselho Estadual de Cultura. Embora tenha passado alguns períodos sem ser editada, hoje encontra-se no nº 43 e suas páginas trazem discussões variadas, sobretudo no tocante à crítica literária e à fortuna crítica de literatos e historiadores. Apresenta também textos versando sobre o patrimônio histórico piauiense e sobre produções artísticas atuais.

nossos pesquisadores, escritores, poetas, compositores, professores, tribunos, pintores, jornalistas, enfim de todos os que se dedicam a atividades intelectuais de nossa terra.²²⁰

A publicação referida teve seu primeiro número posto em circulação em 1974, com o título modificado para *Presença*, com o intuito de se tornar um espaço onde os variados agentes culturais pudessem expor seus artigos, resumos, resenhas e comentários. Para a montagem dos números da revista, os membros do CEC foram solicitados a enviar seus textos e produções, tendo os editores encontrado certas dificuldades para a obtenção de materiais. Sobre isso, encontramos alguns registros nas atas do Conselho:

[...] falou-se sobre a elaboração do próximo número da Revista *Presença* que é uma das principais atividades do Conselho Estadual de Cultura, e como sugestão do sr. Presidente cada membro do Conselho Estadual de Cultura deve apresentar um trabalho para colaboração da Revista²²¹.

[...] falou, em seguida, o Sr. Secretário de Cultura de sua preocupação com [...] a Revista *Presença*, da Secretaria de Cultura, que será lançada no dia 5 de novembro que é o Dia da Cultura, renovando o pedido de colaboração de cada Conselheiro [...] Como os demais Conselheiros não apresentaram seus trabalhos, ficou deliberado que serão entregues na próxima reunião²²²

Sendo uma das últimas ações da primeira administração de Alberto Silva no campo literário, a revista *Presença* visava despertar a consciência crítica do povo piauiense, valorizando também o patrimônio cultural. No número inicial, o governador afirmava estar satisfeito com as ações de sua administração em prol da valorização e da preservação da cultura, do patrimônio histórico e da identidade piauiense. No editorial, o governador Alberto Silva afirmou que a revista:

[...] é fruto da preocupação governamental a que aludi, pois nasce do fato de existir, em nossa terra, a Secretaria de Cultura e de haver o governador do

²²⁰ SILVA, Alberto Tavares. Plano editorial do estado. In: TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: COMEPI, 1973, [n.p].

²²¹ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 2ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 12 de setembro de 1974*. Teresina, 1974. p. 38.

²²² ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 9ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 7 de outubro de 1974*. Teresina, 1974. p. 53.

Estado convidado para organizá-la e dirigi-la o professor Wilson Brandão [...] Presença é, antes de tudo iniciativa que visa a preservar o patrimônio cultural do Piauí, a animar o seu desenvolvimento e a divulgá-lo em caráter permanente²²³

A atuação do CEC durante as décadas de 1960 e 1970 foi extremamente vulnerável em relação aos investimentos para atuação efetiva no cenário cultural do Estado, dependendo da existência ou não de outros projetos culturais no Estado. Além disso, ficou evidente que, quando havia projetos a serem desenvolvidos, nem todos os seus membros participavam, chegando a se reunirem, poucas vezes, para desenvolver suas próprias atividades. Como foi destacado, um dos momentos em que esse órgão pouco atuou, ficando, inclusive, sem se reunir, foi durante o período de elaboração do Plano Editorial do Estado, que teve nos conselheiros A. Tito Filho e em Armando Madeira Basto, nomes de destaque.

Devido à política editorial do governo, posta em execução a partir de 1972, o Conselho Estadual de Cultura voltou a reunir-se, sendo seus membros solicitados a colaborar com a produção de artigos, resenhas e comentários a serem publicados na revista *Presença*. Sobre os objetivos e as ações decorrentes da existência do Plano Editorial do Estado trataremos a seguir.

3.3 Plano Editorial do Estado: por um imperativo de civismo e brasilidade

O Plano Editorial do Estado, instituído em janeiro de 1972, foi o mais efetivo instrumento de intervenção pública no âmbito cultural durante os anos 1960 e 1970. Formulado e instituído no governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), engenheiro indicado para o cargo de governador pelos representantes do governo ditatorial, o projeto buscava incentivar produções escritas sobre a cultura piauiense, enfatizando, sobretudo a literatura, o folclore, a história, a economia, a sociologia e as letras jurídicas. Segundo o governador, o Estado investia “no desenvolvimento global e não parcial do Piauí, e que dispens[ava] aos intelectuais do [...] Estado o apreço que lhes é devido.”²²⁴

²²³ SILVA, Alberto Tavares. Endosso em preto. *Presença*, Teresina, n. 1, p. 3, maio 1974.

²²⁴ SILVA, Alberto Tavares. Plano Editorial do Estado do Piauí. In: BRANCO, Hermínio Castelo. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972, não paginado.

Como apresentado na fala do governador, suas ações buscavam estimular o intelectual e o seu trabalho de criação e divulgação, rompendo com barreiras históricas, como a falta de editoras, de livrarias e de público leitor consolidado que impediam o grande público de conhecer as obras produzidas no Estado. O desconhecimento da produção intelectual piauiense suscitou inúmeras críticas dos literatos, estando amplamente embasado e verberado nas falas desses produtores para os quais “nossa história perdia-se na ignorância e na pobreza.”²²⁵

Os intelectuais do período ressentiam-se da falta de apoio para suas publicações e buscavam a todo custo inserir-se nas políticas públicas de edição de livros, seja participando de concursos, seja procurando concorrer aos editais que eram lançados. Em um estado com poucas possibilidades editoriais, onde os produtores não gozavam de prestígio que permitisse a sobrevivência apenas da atividade escriturística, a ação de fomento promovida pelo governo visava eliminar a hibernação de obras nas gavetas dos autores, por falta de recursos para sua publicação. Na concorrência por esses recursos públicos, uma das práticas utilizadas era a desqualificação das produções dos jovens escritores.

O Plano Editorial do Estado, projeto que empreendeu uma análise sobre a produção cultural, em especial, histórica e literária, produzida no Estado, visava suprir a carência, não de autores e obras, mas do trabalho de edição e reedição, tornando as produções disponíveis ao público, em especial à juventude estudantil. Uma das justificativas para a escolha de determinada obra, era o seu cunho educativo, o que se relacionava à valorização da educação, tão característica desse momento. A publicação das obras direcionadas ao público jovem objetivava que esses pudessem conhecer e valorizar a história do Estado, conforme estabelecido pela Doutrina de Segurança Nacional, a fim de elaborar uma identidade nacional, a partir do conhecimento e respeito pela história regional. Nesse sentido, destacamos as análises de Renato Ortiz, quando aborda as discussões sobre a memória nacional e a mestiçagem como componentes básicos da política cultural do país. Na mesma direção atuava o governo do Estado, considerando que, somente assim, o povo e a história piauiense seriam conhecidos, contribuindo para a integração nacional.

O Plano Editorial do Estado, criado pelo Decreto nº 1416, de 17 de janeiro de 1972, buscava valorizar a produção literária nos mais variados aspectos, bem como a figura do artista e do intelectual, além de ensinar funções educativas para a população. Por meio da publicação, divulgação e circulação de obras consideradas significativas para a cultura do

²²⁵ OLÍMPIO, Matias. Prefácio. In: PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 9.

Estado, o poder público possibilitava aos piauienses romper com a ideia de isolamento cultural que caracterizava sua trajetória. O decreto que criou a comissão para elaboração do Plano Editorial e dá outras providências, elucida os objetivos do Plano:

[...] O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 n^o I, da Constituição do Piauí, e

Considerando Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura;

Considerando que um dos objetivos do Governo no setor educacional é o de dinamizar as atividades culturais do Estado, incentivando o desenvolvimento da ação criadora de nosso povo no campo da cultura;

Considerando que o acervo bibliográfico de autores piauienses e de obras relativas ao Estado do Piauí está ameaçado de irreparável perda; e

Considerando que se faz mister maior estudo e preservação dos bens de valor cultural, por um imperativo de civismo e brasilidade.

DECRETA

Art. 1^o- Fica criada Comissão Especial para, no prazo de 40 (quarenta) dias, realizar o levantamento do acervo bibliográfico de autores piauienses, ou de obras relativas ao Piauí, selecionando, justificadamente, os que deverão ser incluídos no Plano Editorial do Estado do Piauí

§1^o- A Comissão, depois de realizada a tarefa de que trata este artigo, selecionará, também obras inéditas de autores piauienses, para inclusão no Plano Editorial do Estado do Piauí.

§2^o- A Comissão Especial, a que presidirá o Secretário de Educação e Cultura, será constituída de um representante ou membro das entidades e órgãos a seguir enumerados, livremente escolhidos pelo Governador do Estado:

Academia Piauiense de Letras

Conselho Estadual de Cultura

Companhia Editora do Piauí

Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo

Fundação Universidade Federal do Piauí

Art. 2^o- A Secretaria da Educação, através do Departamento Estadual de Cultura, dará o apoio financeiro e humano necessários aos trabalhos da Comissão ora criada.

Art. 3^o- Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 17 de janeiro de 1972.

Alberto Tavares Silva

Darcy Araújo

Raimundo Wall Ferraz.²²⁶

²²⁶ DECRETO 1416. *Diário Oficial*, Teresina, 28 jan. 1972. p. 2.

A formulação de um plano editorial no Piauí, nos moldes acima descritos, procurava impactar no universo cultural, sobretudo, se considerarmos que este permitia amplo apoio aos mais variados setores literários, e pelo menos, inicialmente, não fazia restrições à maturidade intelectual e ao estilo adotado pelo autor escolhido, haja vista que o apoio seria destinado a antigos e novos produtores, observando a qualidade, a temática e a linguagem da obra a ser editada.

Tornou-se prática dos governos de 1964 a 1985, a utilização de intelectuais no desenvolvimento dos projetos culturais. Ao mesmo tempo, a publicação de obras de autores que fossem produtores atuantes no cenário cultural ou que fossem membros de entidades tradicionalmente identificadas com a cultura do Estado, era uma constante. Quanto aos intelectuais convocados para a atividade de seleção das obras a serem editadas no Plano Editorial do Estado, estes também atendiam a critérios de escolhas semelhantes aos que ocorriam em outras regiões do país, sendo em especial:

[...] membros de um grupo de produtores de conhecimento que pode ser caracterizado como de intelectuais tradicionais. Recrutados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Academias de Letras [...]. A origem e ideologia desses intelectuais não deixará de criar problemas para o desenvolvimento dos objetivos a que se propõem, pois suas ideias não tem mais a força da necessidade histórica.²²⁷

Proveniente de setores conservadores da produção cultural e deliberadamente alheios às novas tendências culturais, como as manifestações contraculturais, a poesia concreta e a literatura marginal, baseados na recomendação de que as obras deveriam ser selecionadas justificadamente, os intelectuais ligados à APL, ao CEC e demais representantes do governo, promoveram a exclusão de autores atrelados aos novos movimentos culturais, buscando de maneira nem sempre sutil, evitar a emergência e circulação das obras desses novos intelectuais.

As obras editadas foram selecionadas por uma Comissão Especial, instituída no decreto de criação do Plano Editorial do Estado. Os intelectuais escolhidos para fazer parte da comissão julgadora foram encontrados nos quadros de instituições, como Academia Piauiense de Letras, Conselho Estadual de Cultura, Companhia Editora do Piauí, Assessoria de

²²⁷ ORTIZ, 1985, p. 91.

Imprensa do Palácio do Governo (AGE), Fundação Universidade Federal do Piauí, estas representadas pelos seguintes agentes culturais: Dr. Raimundo Wall Ferraz,²²⁸ Prof. Odilon Nunes,²²⁹ Prof. Noé Mendes de Oliveira,²³⁰ jornalista Deoclécio Dantas Ferreira, Prof. Casimiro Távora Ramos Filho,²³¹ Des. Manoel Felício Pinto²³² e Dr. Armando Madeira Basto.

Tanto as instituições que representavam, como os próprios avaliadores receberam ao longo da vigência do Plano Editorial do Estado, visibilidade e incentivos especiais, embora, em alguns casos, esse apoio não fosse diretamente ofertado à instituição como um todo, e sim a alguns de seus membros. Como exemplo, apontamos o fato de que a *Revista da APL* só teve circulação durante os anos 1970, em apenas três números, referentes aos anos de 1974, 1978 e 1979, enquanto os acadêmicos e intelectuais relacionados à APL receberam amplo apoio às suas publicações, direta ou indiretamente relacionado ao Plano Editorial do Estado. Para corroborar essa informação, basta consultar as páginas finais da referida revista, onde foram registrados os títulos e autores publicados durante estes anos.²³³

No decreto nº 1416, que institui o Plano Editorial do Estado, está manifestado a preocupação do governo estadual com a valorização dos bens culturais do Estado, sobretudo, ao considerar que “o acervo bibliográfico de autores piauienses e de obras relativas ao Estado do Piauí está ameaçado de irreparável perda”. Segundo discursos do governo, os estudantes piauienses não podiam contar com um acervo de obras que narrassem a história do Estado, haja vista as obras importantes referentes ao Piauí estarem esgotadas, estando, assim, fora do

²²⁸ Nasceu em Teresina em 1932 e faleceu em São Paulo em 1995. Bacharel em Direito foi promotor público. Licenciado em História e Geografia foi professor de curso de História na Universidade Federal do Piauí. Foi vereador e prefeito de Teresina, além de secretário de educação do Estado do Piauí. É autor de obras, como *45 anos depois: tudo o que vi, li e ouvi*.

²²⁹ Nasceu em Amarante em 1899 e faleceu em Teresina em 1989. Professor e historiador, foi diretor da Instrução Pública do Estado. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e ao Movimento de Renovação Cultural. Produziu e publicou extensa bibliografia sobre a História do Piauí merecendo destaque *Pesquisas para a História do Piauí e Devassamento e conquista do Piauí*.

²³⁰ Nasceu em Simplício Mendes em 1940 e faleceu em 1990 em Teresina. Formou-se em Direito e exerceu os cargos públicos de vereador de Teresina, presidente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMC) e da Casa Anísio Brito. Destacou-se como professor da Universidade Federal do Piauí e como folclorista. É autor de *Folclore piauiense*.

²³¹ Nasceu em Caucaia (CE) em 1939. Professor e crítico literário. Membro da União Brasileira de Escritores – Secção do Piauí.

²³² Nasceu em Codó (MA) em 1896 e faleceu em Teresina em 1989. Bacharel em Direito, foi juiz em vários Estados. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral e foi desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura.

²³³ Para conferir o movimento editorial de intelectuais relacionados à Academia Piauiense de Letras durante as décadas de 1960 e 1970 ver o Anexo A elaborado a partir de informações contidas nas revistas da instituição de 1974 e de junho e dezembro de 1978.

alcance do público leitor, o que acarretaria uma deficiência na formação humana desses jovens.

Nesse período, o governo defendia a ideia de que, através da educação e de incentivos ao setor cultural, o civismo e o amor às coisas da nação se desenvolveriam, ao tempo que reconhecia a ação positiva do governo. A função do poder público seria contribuir para a difusão da cultura, pois assim o “governo do Estado cumpr[ia] as suas obrigações cívicas constitucionais, uma vez que lhe cab[ia] o zelo da cultura, em todas as modalidades.”²³⁴

É possível perceber, nas obras e nos discursos sobre o Plano Editorial do Estado, aquilo que José Reginaldo Santos Gonçalves denomina de “retórica da perda”, entendida como uma série de discursos elaborados por intelectuais e pelo poder público, ao identificar que o patrimônio do Estado, seja arquitetônico, seja de bens simbólicos, encontrava-se ameaçado de destruição, justificando, por meio dessa retórica, a implantação de políticas públicas destinadas ao setor cultural. Na obra *A retórica da perda*,²³⁵ este autor estuda as estratégias estatais, para a defesa do patrimônio cultural arquitetônico do país e afirma que, a partir dos anos 1930, com a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), os discursos de valorização dos bens culturais materiais passaram a ser constantes, considerando-se, porém, que os alvos iniciais desse interesse eram prédios públicos e sua arquitetura, esculturas e obras de arte. Essa visão foi alargada nos anos 1970, para uma compreensão diversa do patrimônio cultural, que passava a abranger a culinária, os monumentos e as manifestações religiosas, além da cultura escrita.²³⁶ Observando as iniciativas piauienses, percebemos ligações com essas ideias de defesa do patrimônio, relacionadas ao caso do Plano Editorial do Estado, com o patrimônio literário em seus variados aspectos.

Percebemos que, no Piauí dos anos 1960 e 1970, o poder público traçava estratégias, ou seja, planejava e executava ações no intuito de valorizar a cultura piauiense como instrumento de auxílio ao crescimento do Estado. Com a colaboração de intelectuais pertencentes à APL e ao CEC, bem como de órgãos ligados à educação e burocracia, promoveu-se a localização e a edição de obras clássicas da História e Literatura do Piauí, lançando-se, inicialmente, dentro

²³⁴ SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 10.

²³⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996, p. 32.

²³⁶ GONÇALVES, 1996, p. 32.

do Plano Editorial do Estado, a coleção Monografias do Piauí, com as séries Histórica e Literária.²³⁷

Iniciou-se, assim, o trabalho de seleção das obras a serem editadas com a revisão e atualização ortográfica, e com a negociação, junto aos autores ou aos familiares, dos direitos autorais, muitos dos quais foram doados ao Estado. Algumas das obras selecionadas foram vencedoras de concursos literários, por isso, havia o direito de publicação a ser realizado pelo Estado. Na valorização dos novos autores partia-se do mesmo princípio que norteava a seleção de obras antigas, ou seja, a escolha de obras relativas a aspectos gerais da história, da geografia e da cultura literária consideradas representativas do Estado.

Em relação às escolhas dos títulos a serem publicadas pelo referido plano, a Comissão buscou selecionar inicialmente aquelas consideradas fundamentais, para a cultura do Estado e, em muitos casos, a escolha recaiu sobre autores já falecidos, cujas obras estavam esgotadas. Essa estratégia visou também “acalmar os ânimos” de produtores culturais do período, que desejavam a inserção nesse projeto, evitando provocações ou acirrando disputas entre grupos e escritores. Ao lembrar o momento em que foi consultado para opinar sobre quais obras seriam postas em julgamento para posterior edição, A. Tito Filho afirmou como se posicionou, diante da existência de disputas entre os produtores culturais locais:

[...] Sugerimos que se começasse pelos mortos, porque com os vivos, se provocariam ciúmes, pedidos de apadrinhamento, o que seria negativo para o Plano. Fizemos ver que muitos tinham livro pronto, engatilhado, e cada qual desejava publicá-lo com prioridade. Adiantamos que as exceções poderiam ser feitas com os que estavam empenhados em escrever a História do Piauí. Houve aprovação. Dos vivos se editaram obras de Odilon Nunes, Moisés Castelo Branco Filho, Carlos Porto, Padre Chaves, historiadores. Dos mortos, umas trinta e seis obras.²³⁸

A preferência e o respeito pela memória dos mortos foi apenas um dos aspectos dessa postura política de escolha, cuja pretensão era evitar as disputas entre os literatos. O critério para seleção de obras de autores vivos foi o da relevância da discussão proposta pelo autor,

²³⁷ A primeira obra editada pelo Plano Editorial do Estado em 1972 é *Lira sertaneja* de Hermínio Castelo Branco. Das obras que compõem o conjunto Monografias do Piauí, temos como seus primeiros lançamentos na Série Histórica as obras *Devassamento e conquista do Piauí* e *Os primeiros currais*, ambas de Odilon Nunes e na Série Literária *Lima Rebelo, o homem e a substância*, organizada por A.Tito Filho.

²³⁸ ENTREVISTA A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983, p. 18-22.

evitando, contudo, a consolidação de autores associados às novas práticas literárias. Havia, também, um esforço para reunir textos esparsos de literatos já falecidos, em obras de compilação e apresentação crítica ao público mais amplo, da trajetória e bibliografia destes, valorizando, sobretudo a sensibilidade e a inteligência do escritor. Em termos quantitativos, podemos afirmar que o Plano Editorial do Estado editou cerca de 40 livros versando sobre História, Literatura e crítica literária.²³⁹ Da análise das obras consultadas, podemos montar a seguinte divisão:

Em um primeiro grupo, situamos as obras relativas à valorização da História e Geografia e obras preocupadas com a construção da memória nacional. A preparação dos originais e reedição dessas produções possuíam o intuito de salvar do esquecimento obras históricas importantes e de impulsionar o conhecimento das temáticas piauienses, com a edição dos seguintes títulos: *Pesquisas para a História do Piauí*,²⁴⁰ de Odilon Nunes; *História da Independência no Piauí*,²⁴¹ de Wilson de Andrade Brandão; *Geografia física do Piauí*,²⁴² de João Gabriel Baptista; *O Piauí na História*,²⁴³ *Devassamento e conquista do Piauí*,²⁴⁴ *Os primeiros currais*,²⁴⁵ *Economia e finanças: Piauí colonial*,²⁴⁶ *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*,²⁴⁷ escritas por Odilon Nunes, *Roteiro do Piauí*,²⁴⁸ de Carlos Eugênio Porto; *Cronologia histórica do estado do Piauí*,²⁴⁹ de F. A. Pereira da Costa; *Governos do Piauí: capitania, província e estado*,²⁵⁰ de A. Tito Filho; *Soldados de Tiradentes*,²⁵¹ de Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro; *A guerra do Fidié*,²⁵² de Abdias Neves;

²³⁹ Embora em algumas obras publicadas pelo Plano Editorial do Estado houvesse forte propaganda estatal no tocante a apresentar relações de obras lançadas e as que se encontravam no prelo, não se pode definir com exatidão o que de fato foi colocado em circulação, pois algumas obras que se afirmam editadas e prontas para serem entregues ao público, segundo literatos como Emilia Castelo Branco de Carvalho tiveram seus originais perdidos.

²⁴⁰ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 4 v.

²⁴¹ BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1974.

²⁴² BAPTISTA, João Gabriel. *Geografia física do Piauí*. Teresina: [s.n.], 1975.

²⁴³ NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. Teresina: COMEPI, 1975.

²⁴⁴ NUNES, Odilon. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972. Compõe a série histórica das Monografias do Piauí.

²⁴⁵ NUNES, Odilon. *Os primeiros currais*. Teresina: COMEPI, 1972. Compõe a série histórica das Monografias do Piauí.

²⁴⁶ NUNES, Odilon. *Economia e finanças: Piauí colonial*. Teresina: COMEPI, 1974.

²⁴⁷ NUNES, Odilon. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁴⁸ PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁴⁹ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁵⁰ TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí: capitania, província e estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁵¹ PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO FILHO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes*. 1975.

²⁵² NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Nas ribas do Gurguéia,²⁵³ de Arthur Passos; *História da imprensa no Piauí*,²⁵⁴ de Celso Pinheiro Filho e *Depoimentos para a história da revolução no Piauí*,²⁵⁵ de Moisés Castelo Branco Filho.

Nessas obras, percebemos o esforço do Estado em apresentar e tornar conhecidas do público leitor, as produções relativas à formação histórica do Piauí, sendo que algumas delas eram diretamente destinadas ao uso de professores e estudantes. Nos prefácios assinados pelo governador – muito embora se subentenda que esta função recaia sobre seus assessores – vislumbra-se a noção de que a História é a mestra da vida e além de responsável pela recordação de fatos e valores passados, seria um microscópio da sociedade, demonstrando a visão que este tinha da ciência histórica no período, como uma produção que valorizava o uso do documento, posto que se considerava que sem esse era impossível produzir o conhecimento histórico.

A História era defendida como um saber capaz de contribuir para a formação da consciência nacional, associada à ação do Estado. A cada solenidade de lançamento afirmava-se que “o Governo do Estado cumpr[ia] mais uma vez o grato dever de entregar aos brasileiros o presente livro [...] que oferece à coletividade o exemplo da grande função da História: a formação da consciência nacional.”²⁵⁶ Ao valorizar o método interpretativo que consideravam às informações dos documentos como o depósito da verdade, estas obras históricas terminavam reforçando a referida ideologia. Assim, pesquisadores como Odilon Nunes, afeitos à uma investigação primorosa dos acervos documentais, acabavam por se tornar valorizados em seu ofício e sua escrita. Sobre as produções desse historiador, tem-se a seguinte informação:

[...] busca o arquivo e o documento, confronta as informações que nessas fontes se encontram, para dizer do que leu e do que considera verdadeiro [...] tornando-se assim, o Professor Odilon Nunes, merecidamente, o autor mais divulgado pelo Plano Editorial do Piauí, criado em nossa administração.²⁵⁷

Nesse sentido, selecionavam-se textos que exaltassem o processo de colonização, e a participação em lutas históricas, com descrições cronológicas de eventos e governos, enfim,

²⁵³ PASSOS, Arthur. *Nas ribas do Gurguéia*. Teresina: COMEPI, 1973.

²⁵⁴ PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 1972.

²⁵⁵ CASTELO BRANCO FILHO, Moisés. *Depoimentos para a história da revolução no Piauí*. São Paulo: [s.n.], 1975.

²⁵⁶ SILVA, Alberto Tavares. Ressurreição. In: BRANDÃO, Wilson. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1974. p. 5.

²⁵⁷ SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, 1974, p. 9.

obras que utilizem farta pesquisa documental, objetivando conhecer a formação histórica do Piauí. A temática da independência originou a instituição de concurso literário, premiando, com dinheiro e com publicação, obras que discutiam a importância do Piauí nas lutas de independência, ação governamental que ocorreu paralela a inauguração do Monumento do Jenipapo, comemorativo dos 150 anos das lutas em Campo Maior. Dessa forma, o governo tomava para si a tarefa educadora e de valorização de estudos sobre a sociedade piauiense. Para o governador Alberto Silva, tal concepção era baseada na ideia de que:

[...] Só ao governo pertence realizar o grande trabalho de uma publicação geral de nossos materiais importantes e ainda inéditos sobre a história de nossa pátria. Só o governo possui os recursos de toda ordem que tão vasta empresa exige. Não falo já nos meios de subvencionar as despesas que ela deve ocasionar: mas como guarda e depositário deste legado precioso os séculos passados, o governo pode enriquecer tal publicação com uma grandeza de informações que simples particulares em vão tentariam obter.²⁵⁸

Um segundo conjunto de produções contemplou obras ligadas à criação e à crítica literária, homenagens a literatos e estudos linguísticos. Dentre as obras que compõem esse conjunto estão as pertencentes à Série Literária das Monografias do Piauí, além de antologias e pequenos estudos críticos: *Lima Rebelo: o homem e a substância*,²⁵⁹ *Deus e a natureza em José Coriolano*,²⁶⁰ *Zito Baptista: o poeta e o prosador*,²⁶¹ *Esmaraldo de Freitas: homens e episódios*,²⁶² organizadas por A. Tito Filho; *Lira sertaneja*,²⁶³ de Hermínio Castelo Branco; *Antologia poética piauiense*,²⁶⁴ de J. Miguel de Matos; *Antologia de sonetos piauienses*,²⁶⁵ de Félix Aires; *Cem anos depois: o centenário de Fenelon Castelo Branco*,²⁶⁶ de José Carlos

²⁵⁸ SILVA, Alberto Tavares. Documento e história. In: COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 7.

²⁵⁹ TITO FILHO, Arimathéa. (Org.) *Lima Rebelo: o homem e a substância*. Teresina: COMEPI, 1973. Compõe a série literária Monografias do Piauí.

²⁶⁰ TITO FILHO, Arimathéa. (Org.) *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973. Compõe a série literária Monografias do Piauí.

²⁶¹ TITO FILHO, Arimathéa. (Org.) *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: COMEPI, 1973.

²⁶² TITO FILHO, Arimathéa. (Org.) *Esmaraldo de Freitas: homens e episódios*. Teresina: COMEPI, 1974.

²⁶³ CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁶⁴ MATOS, J. Miguel de. *Antologia poética piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁶⁵ AIRES, Félix. *Antologia de sonetos piauienses*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁶⁶ CRUZ, José Carlos de Santana; LEITE, Margarida. *Cem anos depois: o centenário de Fenelon Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

de Santana Cruz e Margarida Leite; *A casa de Lucídio Freitas*,²⁶⁷ de J. Miguel de Matos; *Seara humilde*,²⁶⁸ de Maria Izabel Gonçalves de Vilhena; *A província deserta*,²⁶⁹ de H. Dobal. *Praça Aquidabã, sem número*,²⁷⁰ *Teresina, meu amor*,²⁷¹ *Sermões aos peixes*,²⁷² *Viagem ao dicionário*,²⁷³ de autoria de A.Tito Filho; *O Piauí no folclore nacional*,²⁷⁴ de Pedro Silva; *Poesias*,²⁷⁵ de R. Petit; *Perfis*,²⁷⁶ de J. Miguel de Matos; *Epopéia camoniana*,²⁷⁷ de Martins Napoleão; *Tombador*,²⁷⁸ de Fontes Ibiapina; *Canções de hoje, canções de outrora*,²⁷⁹ de Cristina Leite; *Deslumbrado*,²⁸⁰ de José Newton de Freitas e *Sinhazinha de Karnak*,²⁸¹ de Emília Castelo Branco de Carvalho.

No tocante às obras literárias, ficcionais ou de cunho crítico literário, a justificativa das edições estava na valorização do trabalho de literatos que, por anos a fio, viam suas obras permanecerem engavetadas, por falta de recursos e incentivos, além de buscar ressaltar a existência e o valor da literatura piauiense. Com essas publicações, destacava-se o caráter de resistência do literato piauiense, que produzia, mesmo sem perspectivas de publicação, desejando a definição de uma literatura piauiense, que apesar de sofrer variadas interferências regionais, constituía e representava o Estado por “termos o homem piauiense na elaboração do processo literário num espaço geograficamente piauiense.”²⁸²

Os literatos eram considerados sujeitos úteis à sociedade e ao Estado, por expressarem em seus textos o valor e a sensibilidade do homem piauiense. Longe de serem relegados ao esquecimento, aqueles que através de seus textos buscavam engrandecer a cultura literária do Piauí, não se perdendo em modismos e sabendo distinguir literatura de pornografia, teriam suas obras relacionadas ao Estado, por serem “eficazes colaboradores do processo da vida.”

²⁶⁷ MATOS, J. Miguel de. *A casa de Lucídio Freitas*. [S.l.: s.n], 1974?

²⁶⁸ VILHENA, Maria Izabel Gonçalves de. *Seara humilde*. [S.l.: s.n], 1975.

²⁶⁹ DOBAL, H. *A província deserta*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁷⁰ TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁷¹ TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina, meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁷² TITO FILHO, Arimathéa. *Sermões aos peixes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁷³ TITO FILHO, Arimathéa. *Viagem ao dicionário*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁷⁴ SILVA, Pedro. *O Piauí no folclore nacional*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

²⁷⁵ PETIT, R. *Poesias*. [S.l.: s.n], 1974?

²⁷⁶ MATOS, J. Miguel. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

²⁷⁷ NAPOLEÃO, Martins. *Epopéia camoniana*. [S.l.: s.n], 1974?

²⁷⁸ IBIAPINA, Fontes. *Tombador*. Teresina: COMEPI, 1971.

²⁷⁹ LEITE, Cristina. *Canções de hoje, canções de outrora*. Teresina: COMEPI, 1968.

²⁸⁰ FREITAS, José Newton de. *Deslumbrado*. [S.l.: s.n], 1974?

²⁸¹ CARVALHO, Emília Castelo Branco de. *Sinhazinha de Karnak*. [S.l.: s.n], 1974?

²⁸² TITO FILHO, A. Esclarecimento. In: TITO FILHO, A. *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973, não paginado.

²⁸³ Dessa forma, essas ações representariam a vontade do poder público de “reviver aqueles que pela inteligência e pelo esforço artístico, contribuíram de fato para a grandeza literária da terra piauiense.” ²⁸⁴

Um dos processos de divulgação dessas obras correspondia ao seu lançamento em outras capitais brasileiras, a fim de que a cultura piauiense fosse cada vez mais reconhecida. Para viabilizar essa promoção, um contrato de divulgação foi posto em discussão, durante reunião do CEC, sendo a Editora Tora, do Estado da Guanabara, a escolhida para promover o lançamento de livros piauienses, dentro e fora do Estado, inclusive, na cerimônia de inauguração do Museu do Jenipapo em Campo Maior, em 19 de outubro de 1974.

Segundo o contrato firmado com a Editora Tora, cabia a ela o lançamento de livros e a promoção cultural do Estado, conforme pode ser visto na ata da reunião de 30 de setembro de 1974:

[...] programa de promoção dos valores culturais do Piauí, nos campos da História e da Literatura, com respaldo do Plano Editorial do Estado, conforme cláusulas e condições que se seguem.

Cláusula I – do objeto do contrato

O presente contrato tem por objetivo promover os valores culturais do Piauí, nos campos da História e da Literatura, de modo a obter para estes mesmos valores, tirando partido da maior aproximação das diferentes comunidades que realizam a unidade nacional – aproximação decorrente do amplo sistema de comunicações hoje vigente no País – a repercussão que aqueles valores culturais inadequadamente não tiveram no passado.

Cláusula II – das Capitais onde se realizarão as promoções

As promoções serão realizadas em Teresina, Brasília, Guanabara, Fortaleza e São Paulo, em datas que deverão ser fixadas pela Secretaria, podendo a ordem cronológica das ocorrências nestas cidades, ser a mesma, ou não, daqui seguida na citação das ditas capitais, exceto no tocante a Teresina, que em qualquer hipótese deverá ser a primeira. ²⁸⁵

O aparato montado em torno da edição e da divulgação das obras pelo Plano Editorial do Estado mostra como este foi um importante mobilizador da cultura piauiense no período, o que gerou disputas por parte dos autores acerca dos trabalhos a serem selecionados. Esse momento da história cultural do Estado é prenhe de críticas em torno do processo que envolve

²⁸³ SILVA, Alberto Tavares. Caracterização. In: TITO FILHO, A. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. 1973. não paginado.

²⁸⁴ SILVA, 1973. não paginado

²⁸⁵ ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 7ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 30 de setembro de 1974*. Teresina, 1974. p. 49.

a produção, seleção, edição e circulação das obras. Alguns escritores e intelectuais utilizando-se da imprensa teciam comentários sobre os limites de atuação do referido plano, destacando seu caráter seletivo – isto quando não estavam nele inseridos – tratavam das promessas de edição não cumpridas, do desaparecimento de exemplares e originais e da não entrega de volumes que pertenceriam por direito ao escritor.

Essas críticas encontravam espaço privilegiado na imprensa, que, por sua vez, alimentava inúmeras polêmicas em torno desses acontecimentos, reforçando o debate, ao dar espaço àqueles que se julgavam injustiçados. Entre as disputas do período, destacou-se a suposta espoliação feita ao professor Odilon Nunes, o autor mais editado pelo Plano Editorial do Estado e que cedeu ao poder público o direito de editar os quatro volumes de *Pesquisas para a História do Piauí*. Segundo matérias da imprensa local, este não teria recebido do governo estadual os 10% do valor da obra, e nem sequer os exemplares que lhe eram devidos. Diante da visibilidade e do respeito de que gozava o autor no cenário intelectual do Estado, os jornais incitavam o debate, ao destacar que Odilon Nunes havia sido esbulhado, como aponta a referida nota:

[...] O professor Odilon Nunes, autor de excelente obra PESQUISAS PARA A HISTÓRIA DO PIAUÍ, em quatro volumes recém-editada pelo Governo do Piauí, não teve sequer o privilégio de ver a capa da obra, depois de impressa, apesar de que o Palácio de Karnak tenha distribuído diversas coleções, dentro e fora do Estado. [...] tem o professor Odilon Nunes direito a percepção de dez por cento do preço de capa de exemplar vendido, ou não havendo venda, como é o caso, a dez por cento dos exemplares impressos. Mas nada disso ocorreu: nem pagamento, nem entrega, como de direito, de décimo da edição.²⁸⁶

A nota foi dirigida aos representantes do governo, sobretudo à Secretaria de Cultura. Neste mesmo jornal foi esclarecido que os motivos pelos quais tal fato possa ter ocorrido, adveio com a nova administração do médico Dirceu Arcoverde (1975-1979). Com a posse deste, o Plano Editorial do Estado passou da alçada da AGE para a Secretaria da Cultura, o que acarretara contratempos sobre a localização das obras. A nota afirmou que:

[...] A respeito da notícia segundo a qual o pesquisador Odilon Nunes foi esbulhado pelo Plano Editorial do Estado, fonte da Secretaria da Cultura informou a O ESTADO que só agora o Plano Editorial passou para a órbita

²⁸⁶ ODILON Nunes esbulhado. *O Estado*, Teresina, 25 mar. 1975, p. 10.

da Secretaria, pois antes esteve sob o comando direto da AGE. Com a mudança do Governo, as obras do Plano foram transferidas para a Secretaria da Cultura e agora o seu titular, prof. Luiz Gonzaga Pires estuda todos os problemas ligados ao assunto para posterior encaminhamento das soluções²⁸⁷

A polêmica delineou-se ao ponto de A. Tito Filho, responsável direto pela publicação dos livros durante o governo Alberto Silva, enviar correspondência ao editor do jornal, a fim de esclarecer o possível esbulho de Odilon Nunes. No texto, A. Tito Filho considera injustas as acusações e afirma ter entregado um exemplar de cada obra ao autor. Além disso, o texto deixa transparecer que ele fizera um esforço pessoal,²⁸⁸ para que a obra fosse editada, dando a entender que, somados aos critérios de qualidade da obra, estavam os da amizade entre ele e Odilon Nunes. Ainda segundo a nota, a cota do pesquisador seria entregue com brevidade.

Na esteira dessas críticas, a escritora Lilizinha Castelo Branco de Carvalho também apontou os limites da atuação do Plano Editorial do Estado. Segundo ela, foram feitas promessas de edição de sua obra *Sinhazinha de Karnak*, que entrou inclusive nas listas de propaganda de obras editadas pelo plano, sendo que, ao final, desapareceu o único exemplar que a autora possuía. Em nota no jornal *O Estado*, a autora expressou o seu descontentamento:

[...] A escritora Lilizinha Castelo Branco de Carvalho anda revoltada com o que lhe fez a direção do Plano Editorial do Piauí, no governo passado. A direção do Plano prometeu reeditar seu romance *Sinhazinha de Karnak* e deu fim até ao único exemplar que a escritora possuía da citada obra literária.²⁸⁹

Outro exemplo dos limites da atuação do Plano Editorial do Estado ocorreu quando da publicação em 1978 da obra *Tá pronto, seu lobo?*,²⁹⁰ do escritor Paulo Machado,²⁹¹ pertencente à denominada Geração Pós-69. No prefácio escrito por Cineas Santos, este destaca o valor da obra e chama a atenção para os destinos de um livro anterior de Paulo Machado, que a despeito de possuir linguagem e temática distantes daqueles modelos estatais

²⁸⁷ ODILON Nunes não foi esbulhado. *O Estado*. Teresina, 26 mar. 1975, p. 10.

²⁸⁸ TITO Filho e Odilon Nunes. *O Estado*, Teresina, 27 mar. 1975, p. 13.

²⁸⁹ ROMANCE de Lilizinha. *O Estado*, Teresina, 26 mar. 1975, p. 9.

²⁹⁰ MACHADO, Paulo. *Tá pronto, seu lobo: poesias*. Teresina: Corisco, 1978.

²⁹¹ Paulo Henrique Couto Machado nasceu em Teresina em 1955. Bacharel em Direito é defensor público. Poeta, contista e cronista é autor de *Tá pronto, seu lobo?* (1978). Participou da produção de jornais alternativos e de coletâneas como “*Ciranda*” (1976) e “*Ô de casa*” (1977).

desejados para as produções literárias do período, foi entregue à Secretaria de Cultura do Piauí e lá teve o seguinte fim:

[...] Paulo Machado não é precisamente aquele tipo de moço que os *padrinhos* anunciam como uma promessa, e não creio que venha a ser o *poeta oficial da província*. Aliás, o seu primeiro e único contato com o *mundo oficial* custou-lhe nada menos que a perda dos originais de TRAVESSIA, livro extraviado na Secretaria de Cultura do Piauí, que assumira o compromisso de publicá-lo pelo Plano Editorial do Estado.²⁹²[Grifos do autor]

Comentários como este, chamam a atenção, posto que, nesses limites de atuação dos projetos públicos, traçavam-se as táticas dos grupos culturais emergentes dos anos 1960 e 1970, que adquiriam visibilidade social não apenas pelo modo diferente de produzir e expor seus produtos, mas, sobretudo por destacar na imprensa, em panfletos e livros, as falhas na efetivação de projetos editoriais do Estado, de modo a chamar a atenção da sociedade para as atividades por eles executadas.

Embora buscasse superar as exclusões que teriam marcado a etapa inicial de execução do Plano Editorial do Estado, posto em prática no governo de Alberto Silva, a equipe administrativa do novo governador Dirceu Arcoverde deu continuidade ao projeto, prometendo desconsiderar o caráter de amizade e compadrio das escolhas anteriores, oferecendo oportunidades efetivas aos jovens produtores culturais. Apesar de haver descontinuidades em relação às ações do governo anterior, com a participação, no Plano Editorial do Estado, de autores que fugiam das propostas anteriormente privilegiadas, existiam também continuidades a respeito da falta de zelo com as obras que lhes eram confiadas.

Em entrevista concedida ao Caderno de Divulgação Cultural, encarte semanal da Secretaria de Cultura no jornal *O Estado* entre 1974 e 1975, que ficava sob a responsabilidade de Cineas Santos e Adala Carnib, o professor Luís Pires que assumiu a função de Secretário de Cultura manifestou-se sobre o projeto e sobre a valorização dos novos escritores:

²⁹² SANTOS, Cineas. Nada de novo. In: MACHADO, Paulo. *Tá pronto, seu lobo: poesias*. Teresina: Corisco, 1978, p. 9

[...] O Plano será mantido, posso assegurar, e temos duas proposições a fazer: uma será abrir as portas do Plano aos novos, dando-lhes oportunidade de participar do processo cultural do Piauí. Os jovens autores precisam de um público, precisam de críticas para que se possa aferir o verdadeiro valor de suas obras. É evidente que a Secretaria de Cultura deve ter um cuidado muito sério no critério de publicação dessas obras: não podemos publicar qualquer livro que se apresente aqui. Temos de fazer com essa obra passe por um crivo de julgamento, e a Secretaria de Cultura possui o Conselho de Cultura que trabalhará em consonância com a nossa secretaria. O professor A. Tito Filho, atual presidente do Conselho, tem estado em permanente contato conosco trabalhando na estruturação do Plano Editorial.²⁹³

O novo governo se propunha a dar continuidade às boas relações mantidas com os demais órgãos culturais, reforçando programas que já existiam, como o Panorama, na Rádio Pioneira e a revista *Presença*. Além disso, a modificação feita na Secretaria de Cultura, transformando-a em Fundação Cultural, possibilitou a abertura aos investimentos e as parcerias privadas, a fim de obter recursos para o campo cultural do Estado. A Fundação Cultural do Piauí criada em 1975, por Lei nº 3320 de 4 de abril de 1975, contou com o auxílio do CEC e procurou “executar a política cultural do governo e preservar o patrimônio natural e cultural do Piauí.”²⁹⁴

O Plano Editorial do Estado efetivado durante a administração de Dirceu Arcoverde, a despeito de dar visibilidade aos jovens produtores, permaneceu com dificuldades de várias ordens, no que diz respeito ao acesso e à edição de obras dos novos escritores. O objetivo do governo era enviar livros editadas no Estado para pessoas de destaque no cenário intelectual e da imprensa nacional – e não apenas aos visitantes que passavam pelo Estado, como era prática no governo anterior – para que estas lessem e criticassem positivamente a região. Estes leitores, ao utilizar seu poder de formadores de opinião, deveriam divulgar e indicar a leitura das produções piauienses.

Dessa maneira, percebemos como o secretário encontrava-se disposto a negociar e apresentar os escritores das novas gerações, contudo, segundo ele, não se podia desperdiçar dinheiro público com obras que não contribuíssem para o real conhecimento dos valores do Piauí. A fala de Luís Pires revela a posição da Secretaria de Cultura e do governo:

²⁹³ PROF. Luis Pires: pronto para o diálogo. *O Estado*, Teresina, 23-24 mar. 1975, p. 7.

²⁹⁴ BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: FCMC, 1994. p. 156.

[...] Reafirmamos: os novos terão oportunidade, a nova geração estará presente em nossas realizações, todavia não poderia deixar de haver uma seleção dos textos a serem publicados, pois é enorme a responsabilidade dessa Secretaria ao colocar seu timbre numa determinada obra. Temos a responsabilidade de lançar o que é bom, não o medíocre, não lançar o que possa servir de crítica depreciativa contra nosso Estado.²⁹⁵

Embora o Plano Editorial do Estado tenha propiciado a publicação de muitas obras, foi bastante criticado, por não atender a um conjunto maior de manifestações literárias, em especial no período em que foi criado. Escritores de grupos alternativos reclamavam da postura segregadora do projeto, pedindo explicações mais claras quanto aos critérios de seleção, bem como as mudanças nos critérios de escolha. Inclusive, os membros de grupos e entidades ligadas ao governo também o criticavam, devido à morosidade para a publicação, a má qualidade de algumas obras, ao não recebimento por parte do autor da quantidade de livros garantidas pelo contrato, e ainda, pelo desaparecimento de originais ou cópias de obras.

Criou-se ainda em torno desse projeto editorial, variadas disputas e jogos de poder entre literatos piauienses em busca da visibilidade cultural, capaz de possibilitar seu acesso às políticas públicas de edição de livros e às instituições já existentes no Piauí. Em meio ao anseio por recursos financeiros e legitimidade, surgem conjuntos de falas em que os literatos procuravam construir e defender imagens de si e das instituições e agremiações literárias a que estavam filiados, posturas estas que favoreciam variadas disputas entre literatos dos anos 1960 e 1970, das quais trataremos no capítulo a seguir.

²⁹⁵ PROF. Luis Pires: pronto para o diálogo. *O Estado*, Teresina, 23-24 mar. 1975, p. 7.

4 DISPUTAS LITERÁRIAS EM TERESINA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Este capítulo apresenta as disputas em torno da literatura piauiense, relacionadas às definições em torno desse objeto formuladas por instituições e grupos culturais que atuavam no Piauí nos anos 1960 e 1970, em especial, a Academia Piauiense de Letras, como (APL) e o Círculo Literário Piauiense (CLIP). Analisamos como, nesse período, os produtores culturais produziam e o que defendiam como literatura piauiense. Em torno dessas disputas, apresentamos como se portavam os literatos em vista do acesso a políticas públicas destinadas a editoração de livros e à construção de representações sobre suas práticas, expostas em jogos discursivos de qualificação e desqualificação de obras, escritores e instituições, reveladoras de variadas disputas literárias.

4.1 Existe Literatura Piauiense?

Em trecho de entrevista concedida no início dos anos 1980 ao escritor Alcenor Candeira Filho,²⁹⁶ para a revista *Presença*, o escritor Fontes Ibiapina foi levado a posicionar-se diante de uma disputa recorrente no cenário cultural piauiense a respeito do que define a Literatura Piauiense. Temos, nesta entrevista, um diálogo entre literatos participantes de movimentos culturais divergentes, inclusive, quanto aos posicionamentos sobre a literatura e suas formas de produção no Estado. Da citada entrevista destacamos:

ALCENOR – O senhor, que é um dos grandes nomes da literatura feita no Piauí, acredita na existência de uma Literatura Piauiense?

IBIAPINA – Pra começo de conversa, Alcenor, uma pergunta que já se tornou lugar-comum. Amassada que nem banana em boca de velho. Ultimamente, em toda entrevista com nossos vultos de letras, sempre é a primeira. Ademais, quase sofisticada. Ora... só em você estar entrevistando um escritor piauiense, é claro que a Literatura existe.²⁹⁷

²⁹⁶ Nasceu em Parnaíba em 1947. Bacharel em Direito é professor universitário e crítico literário. Pertence à Academia Parnaibana de Letras e a União Brasileira de Escritores – Seção Piauí. É um dos representantes da geração mimeógrafo em Parnaíba, onde editou ainda na década de 1970 o jornal *Inovação*. Entre suas obras estão *Sombras entre ruínas* e *Aspectos da literatura piauiense*.

²⁹⁷ ENTREVISTA. *Presença* – órgão da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. Teresina, n. 10, p. 10, jan.-mar. 1984.

A recorrência a essa pergunta, que acabou por impacientar o entrevistado e, sem dúvida, alguns intelectuais do período, expressa o tipo de discussão sobre o tema. Demonstrando impaciência, o entrevistado utilizou uma premissa lógica, afirmando que não iria discutir algo banal, já considerado definido, em especial para os escritores acadêmicos.

A discussão sobre a existência da Literatura Piauiense, nos anos 1960 e 1970, baseou-se na defesa de uma produção que aglutinasse em torno de si os anseios, as aspirações, os temas e projetos culturais representativos do Estado como algo sólido e definido. Para os literatos ligados aos investimentos públicos, somente a existência de uma literatura própria aos piauienses que colaborasse com a identificação do homem nascido no Piauí, com os rumos de seu desenvolvimento justificaria o apoio estatal para a edição, circulação e consumo das obras produzidas.

A fala do acadêmico Fontes Ibiapina revelava uma entre as várias posições diante da discussão travada em torno da literatura piauiense, posição esta que se diferenciava das definições de outros grupos literários atuantes nos anos 1960 e 1970, especialmente dos ligados ao Círculo Literário Piauiense (CLIP) e à Geração Marginal, para os quais não era simplesmente a existência de um literato nascido no Piauí que escrevia e publicava dentro do Estado, o princípio definidor se a produção era ou não autêntica. Em muitos casos, tais debates não chegavam nem mesmo a discutir o que seria de fato a literatura, quais seus limites, qual sua função social e qual o papel de seu autor, partindo a discussão para os modos como se produzia, quais temas seriam tratados, que formas eram corretas e condizentes com uma postura literária, enfim, discutiam-se projetos e estilos literários e não, necessariamente, aquilo que seria literatura.

Esses posicionamentos apresentavam produções literárias variadas, nas quais os grupos atuantes revelavam um uso, uma função própria para a literatura, em que esta produção podia ser entendidas como mecanismo de expressão de ideias e reflexões acerca da realidade do autor, uma atividade de deleite e fruição e, até mesmo, mecanismo de ascensão social de seu produtor, ao possibilitar o acesso a atividades relacionadas à escrita. No Brasil dos anos 1960, a variedade dos usos e das concepções para a literatura configurava um debate em que a suposta homogeneidade da produção literária era questionada por novos grupos literários, como os atuantes nos movimentos denominados de poesia concreta e poesia marginal, com suas posturas contraculturais e alternativas para a literatura. Longe de ser algo fechado com padrões e regras a serem seguidas no momento da escrita, para alguns literatos dos anos 1960 e 1970, a literatura deveria ser entendida como algo livre e que expressasse o mais claro possível as emoções e ideias de seu produtor. Desse modo, a literatura – e

especialmente a poesia -não perderia o caráter sagrado que possuía para alguns, mas certamente passava gradativamente a ser entendida como uma experiência humana no cotidiano.

As influências dessas novas propostas de se entender e produzir literatura foram expostas nos debates literários no Estado, onde de um lado a Academia Piauiense de Letras (APL) apresentava-se como repositório de tradições literárias que visavam salvaguardar a cultura mais erudita e a linguagem padrão, e de outro, apresentam-se as propostas alternativas que buscavam romper com a sisudez da produção acadêmica, fazendo a literatura chegar o mais próximo possível do público leitor. Como já se destacou, nos meios culturais do Estado, em vários momentos, discutia-se não exatamente o que era a literatura piauiense e como esta devia ser produzida, mas sobretudo como deviam atuar socialmente seus produtores.

Mudanças no cenário cultural do Piauí relacionavam-se com as experiências dos jovens que iam residir em outros centros do país e que, no retorno, questionavam as ideias mais rígidas dominantes no território da literatura. A presença juvenil e a maior circulação de jornais e revistas influenciavam na cultura produzida nos anos 1960, e o Piauí ganhava força e expressão, adequando-se aos modelos de outros centros culturais. Para Carlos Alberto Messeder Pereira

[...] termos como independente, alternativo, underground, afirmados na esteira da contracultura dos anos 60, ganhavam projeção cada vez maior e anunciavam atitudes diferentes e no mínimo surpreendentes para aqueles mais habituados a práticas de contestação. Havia uma revolução do comportamento em processo, a qual implicava o abandono de padrões rígidos de conduta e estilo – a expressão sem lenço e sem documento ganhava ares cada vez mais críticos. Testemunhava-se a invenção de formas de contestação que partiam da crença em um espaço *alternativo* ao sistema, espaço este que se constituía verdadeira trincheira de luta contra a dominação de uma direita encarada criticamente, cada vez mais, de um ângulo não apenas político mas também cultural e comportamental.²⁹⁸
[Grifos do autor]

O abandono de modelos rígidos a que se refere Carlos Alberto Messeder Pereira pode ser notado no Piauí, em especial em Teresina, a partir da contestação aos valores considerados conservadores da APL, promovidos por jovens poetas e produtores de jornais alternativos e

²⁹⁸ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. A hora e a vez dos anos 1970: literatura e cultura no Brasil. In: *Anos 70: Trajetórias*. São Paulo: Iluminuras – Itaú Cultural, 2005. p. 77.

por aqueles que se inseriam, paulatinamente, no cenário cultural sejam como críticos, editores ou articulistas. As disputas entre as instituições em torno de projetos que melhor definissem a literatura produzida no Estado refletiam não apenas a emergência de novos modos de se entender a cultura literária, mas também como modo de se perceber e ter acesso aos financiamentos do poder público.

Por sua vez, a APL, objeto das críticas dos literatos emergentes não apresentava projetos consistentes para a cultura literária no Piauí. Durante a década de 1960 sua contribuição para a cultura piauiense foi muito reduzida, seja pelo desinteresse dos acadêmicos, seja pela falta de apoio público e particular para o financiamento das propostas da presidência. Nesse período, os membros do movimento CLIP afirmavam ser a APL marcada por uma mornidão cultural promovendo apenas ações simbólicas de eleições e posses de novos membros, pronunciamentos e discursos de homenagens. Mesmo a tradicional *Revista da Academia Piauiense de Letras* teve apenas dois números postos em circulação.

Os variados grupos culturais esqueciam-se, contudo, de afirmar, de maneira consistente o que seria literatura. Ao contrário de definirem a literatura piauiense como “o conjunto de obras de escritores que nasceram no Piauí”,²⁹⁹ ou o escritor piauiense como “quem faz literatura no Estado, seja aqui nascido ou não, mas também aquele que, aqui nascido e criado, por uma contingência qualquer emigrou – se continuar escrevendo sobre temas ligados à terra, aos costumes e fazeres piauienses”,³⁰⁰ alguns escritores preferiram fixar-se nas discussões sobre os meios de fomentar o meio cultural com a realização de palestras, entrevistas, escrita de artigos e lançamento das obras que iam sendo gradativamente publicadas.³⁰¹

²⁹⁹ MORAES, Herculano. *A nova literatura piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 12.

³⁰⁰ MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 18.

³⁰¹ Sobre textos que apresentam definições e polêmicas sobre a literatura piauiense e seu fazer-se destacamos uma entrevista como o escritor O.G.Rêgo de Carvalho em que este afirma a não existência de uma literatura tipicamente piauiense, haja vista a influência de valores europeus ou do eixo Rio-São Paulo que impediam o desenvolvimento de uma literatura própria, segundo o autor: “[...] quanto ao julgamento da literatura piauiense, continuo com o mesmo ponto de vista: eu acho que não temos, no Piauí, nada, absolutamente nada de que possamos nos orgulhar em termos de literatura piauiense, falo de um conjunto de obras que represente o Piauí [...]”. In: ENTREVISTA: O. G. Rêgo de Carvalho. *Presença*, Teresina, n. 5, p. 19-22, set.-nov. 1982. Outros posicionamentos em torno da existência da literatura piauiense, conferir: BRASIL, Assis. *A poesia parnaibana no século XX*. Rio de Janeiro/Teresina: Imago/ Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; MORAES, Herculano. *Visão histórica da literatura piauiense*. Teresina: COMEPI, 1976; MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001; CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Aspectos da literatura piauiense*. Teresina: EDUFPI, 1993.

O questionamento do CLIP acerca da definição da literatura piauiense foi levado ao extremo pelos jovens literatos, que, na década de 1970, vieram a constituir a denominada Geração Marginal. Para esses literatos, todos os meios e suportes eram válidos para produzir e apresentar ao público seus textos. Se nos anos 1960 a discussão em torno da literatura incluía a invenção de táticas para fazê-la conhecida, a Geração Marginal, atuante a partir de 1974, buscava não apenas que ela fosse consumida, mas igualmente que estivesse próxima daquilo que os leitores, sobretudo os jovens, desejassem ler e que estivesse relacionado com sua realidade.

Convêm destacar que esses grupos marginais defendiam a máxima proximidade entre o autor e o leitor, distribuindo, trocando ou vendendo as obras, em geral coletivas, diretamente ao consumidor e a preços de custo. Se para os literatos do período não havia grande preocupação com a formulação de um conceito rígido de literatura, existia por parte desses uma árdua defesa pelo modo como ela devia ser produzida, a fim de que a obra propiciasse a discussão da realidade de maneira menos rígida e formal. Para José Pereira Bezerra:

[...] a adoção de um verbalismo que transitava do coloquial solene ao escrachado, com a conseqüente valorização da palavra não só como veículo, embora precário, para um necessário questionamento da própria realidade. Nessa trilha, a compulsão em fazer poemas ou contos era algo real, uma busca de comunicabilidade, dentro de um sentido de urgência, em que é realçado o papel do poeta como arauto de uma realidade que se mostrava intolerável.³⁰²

Preocupados com uma discussão literária que apontasse os rumos de uma ação libertadora quanto aos modos de produzir, e que incentivasse o consumo de obras relacionadas ao cotidiano dos leitores, esses poetas, cronistas, contistas e romancistas foram representados por José Pereira Bezerra também por sua feição política e pelas preocupações com a vida cotidiana:

[...] sentimento de mundo que pairava no ar, particularizando a ideia de sentir num momento amargamente particular da política nacional, em que o autor marginal (sobretudo o poeta) não era apenas as antenas da crise, mas o

³⁰² BEZERRA, José Pereira. *Anos 70: porque essa lâmina nas palavras? antiestética marginal e geração mimeógrafo*. Teresina: FRCMC, 1973. p. 39.

repórter mal-dito das mazelas produzidas pelo momento histórico marcado pela repressão, censura, televisão, alienação, pelos altos piques de audiência da música popular, pelo cinema nacional agudamente erotizado, pelo surto das discotecas, pela rearticulação e mobilização da sociedade civil na abertura política e, finalmente, pelo espreitar de um fantasma que se ameaçava no final da década de 70 – a inflação.³⁰³

O texto marginal dos anos 1970 apresentou, assim, aspectos da realidade cultural do país, realçando e tomando como base de sua escrita, os sentimentos decorrentes da observação dos acontecimentos do âmbito político e econômico. Para esses jovens escritores, a literatura deveria ser utilizada como mecanismo de resistência cultural e o novo modo de produção literária deveria confrontar as formas padronizadas de escrita e apresentação das obras, indo de encontro às opiniões dos literatos mais conservadores e que detinham poder social para desqualificar os projetos emergentes. Para os produtores do *Gamma*, a solução para fazer cultura no Piauí era resistir e também fechar olhos e ouvidos para as críticas feitas aos novos projetos. Conforme aparece no fragmento:

[...] a resistência não é o recado. a curtição geral, total brutal, mal dosada e levada às últimas consequências é que deve ser a jogada para a apreciação inteligente de qualquer baboseira que neste país transe e se faça à luz. nada de choros, gritos ou molotoves. a jogada quentilegal é ver, ouvir e curtir, nunca, mas nunca mesmo dar uma de pseudismoculturália e ficar à distância com olhos arimatheicos. Talvez, nada dê mais hoje. Provavelmente, nada demais amanhã.³⁰⁴

Uma das formas de resistência utilizada pelos literatos marginais foi a tematização do cotidiano, que, juntamente com o abandono do formalismos na produção literária, constituía-se como ponto central da crítica a eles dirigidas por membros da APL, por parte daqueles que aspiravam à imortalidade ou ainda dos simpatizantes e defensores das propostas da instituição. Quando o jornalista Pompílio Santos afirma que “a cidade [estava] sendo inundada de textos mimeografados [...] por volumezinhos de poesia chinfrim ou prosa de baixa cotação”,³⁰⁵ é possível ver a defesa por parte de alguns membros da imprensa, de uma literatura de feição mais formal, bem como o desejo de eliminar ou minimizar a importância

³⁰³ BEZERRA, 1973, p. 44.

³⁰⁴ PÊ JOSÉ. Ruídos. *Gamma*, Teresina, n. 2, 1972.

³⁰⁵ *O Estado*, Teresina, 4 dez. 1979. Citado em: BEZERRA, 1973, p. 32.

no contexto piauiense de produções feitas de qualquer modo, sem técnica e preocupação com a linguagem.

O presidente da APL, A. Tito Filho, defendia a existência de uma literatura piauiense, “porque temos o *homem piauiense* na elaboração de processo literário num *espaço geograficamente piauiense*”.³⁰⁶ Em outra manifestação sobre o mesmo tema, A Tito Filho considerava que não seriam os fatores biológicos e espaciais que definiam a literatura piauiense, e sim a postura do produtor literário comprometido com a salvaguarda da cultura local e regional, afirmando que este deveria ser um “autêntico homem de letras num *mundo cão* em que os imbecis não sabem distinguir literatura de pornografia”.³⁰⁷ A posição do presidente da APL se aproximava, portanto, da fala de Fontes Ibiapina, indicando talvez um alinhamento dos acadêmicos em torno do tema.

Ainda de acordo com A. Tito Filho, os movimentos literários oriundos da década de 1960 descaracterizavam a literatura pelo abandono da técnica e da qualidade da escrita, muitas vezes, em favor da quantidade de obras. Para o presidente da APL, a facilidade com que os textos mimeografados chegavam às mãos do leitor, sem passar pelo crivo de editoras, pela avaliação dos críticos e pelas possíveis intervenções e censuras do governo, retirava desses textos a qualidade, podendo seus produtores apresentar ideias, críticas e projetos literários que insultassem a inteligência humana, devido à falta de técnica e de zelo com a palavra.³⁰⁸ Segundo A. Tito Filho, no Piauí escrever e publicar era uma dificuldade a ser superada, e para muitos escritores o fato de escrever livros e publicá-los poderia promover status social ao seu produtor. Dessa forma, ao facilitar a existência de formas alternativas de edição, ampliar-se-ia o “perigo de uma subliteratura”.³⁰⁹

³⁰⁶ TITO FILHO, A. Esclarecimento. In: *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973, não paginado.

³⁰⁷ TITO FILHO, A. In: AIRES, Félix. *O Piauí na poesia popular*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, não paginado.

³⁰⁸ O escritor e crítico literário Assis Brasil na obra *A poesia piauiense no século XX* analisa a produção literária marginal piauiense e defende a ideia de que estas produções devem ser consideradas dentro do contexto político e cultural em que foram produzidas e pela falta de maturidade dos seus produtores que em virtude da rebeldia e da pressa em contestar escritores já reconhecidos no meio literário do Estado criticavam a realidade em que estavam inseridos e divulgavam textos inacabados. Segundo o autor, “[...] os grupos tidos como marginais do sistema – o fenômeno foi em todo Brasil – são vistos hoje mais sob uma perspectiva sociológica do que mesmo estética, pois muitos poetas acabaram abortando poemas imaturos sob a perspectiva de uma pseudo-renovação. A intenção, do ponto de vista genérico, era boa, mas o sistema, muito mais forte e eficiente, acabou envolvendo-os, pois até a roupa que vestiam foi industrializada [...]”. BRASIL, 1995, p.26-27.

³⁰⁹ ENTREVISTA A. Tito. *Presença*, Teresina, ano 3, n. 6, p. 19, maio 1974.

Outros acadêmicos no período publicaram textos em que advogam um perfil literário próximo ao defendido pelo presidente da APL. J. Miguel de Matos,³¹⁰ como articulista, procurava alertar em seus textos jornalísticos, quase diários, acerca do destino das gerações literárias piauienses, se a crítica às produções não fossem feitas de modo sério, haja vista a consideração de que os pseudo-críticos literários preferiam não desagradar alguns autores, mostrando seus deslizes e as imperfeições técnicas dos textos. Segundo o articulista:

[...] a literatura piauiense, cada dia que passa, vai entrando mais para o abismo, sem que possamos saber, atirando a vista para frente, quais os valores desta geração, que vão substituir um A.Tito Filho, um Edison Cunha, um Raimundo Santana, um Odilon Nunes, um Martins Napoleão, um Cristino Castelo Branco, um Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, um Hindemburgo Dobal Teixeira, um Esdras do Nascimento, um Álvaro Pachêco. E a grande dúvida, sem que se vislumbre a promessa de um sol nas manhãs literárias do Piauí de hoje, está seivada pela complacência do louvor fácil, responsável muita vez pela morte de um talento promissor, que abandona o trato da cultura, esquece a imagem da palavra, foge da técnica literária como o diabo da cruz.³¹¹

Percebe-se, no fragmento, a listagem dos escritores que, para o autor, eram representativos da literatura piauiense, no passado e no presente, merecendo esses serem editados, bem como valorizados a partir de um correto exercício da crítica produzida sobre a literatura produzida no Estado. Para que ela não entrasse em declínio, a solução seria o despertar de uma consciência do valor da boa e legítima literatura, descartando aqueles que se comportassem de modo a insultar a memória dos que já produziram no Piauí.

As estratégias para evitar a propagação da chamada sublitteratura eram variadas. Além da publicação em jornais de textos contrários às ações dos literatos marginais, promoviam-se também repressões a essas produções no espaço doméstico, ao criticarem as posturas “intelectuais” dos jovens escritores, que provavelmente faziam parte das relações sociais dos filhos, netos, sobrinhos daqueles que escreviam as críticas. Esses posicionamentos buscavam induzir a prática de comportamentos contrários aos destes jovens produtores.

³¹⁰ Nasceu em Floriano em 1923 e faleceu em 2000. Poeta, jornalista e antologista. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Participou do Movimento de Renovação Cultural, fundador da revista *Mafrense*. Entre suas obras estão *Brás de Santinha*, *Antologia poética piauiense* e *Perfis*. As ações deste autor no cenário cultural piauiense serão analisadas no tópico seguinte.

³¹¹ MATOS, J. Miguel de. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974. p. 141.

Ao referir-se a esses acontecimentos, o escritor Rubervan Du Nascimento, em entrevista à revista *Cadernos de Teresina*, rememora as condições de produzir no Piauí no contexto da ditadura militar, os desafios e as pressões enfrentadas para a elaboração e circulação de uma literatura fora dos padrões desejados por grupos conservadores. Parte de sua narrativa exemplifica as posturas contrárias aos novos produtos culturais:

[...] lembro que em outro momento desses anos, ocorreu um episódio, no mínimo, ridículo, envolvendo uma família tradicional da província: o guardião da família resolveu trancar num cofre a antologia *Ô de Casa*, encontrada nas mãos da filha alegando tratar-se de material pornográfico.³¹²

Nos comentários dos intelectuais que recebiam apoio estatal, a exemplo dos acadêmicos, dos que deles eram afastados, como os clipeanos e marginais, os ataques e as críticas mútuas são constantes. Adjetivos como conservadores *versus* pornográficos, tradicionais *versus* poetas chinfrins são utilizados como táticas de desqualificação entre os grupos em suas disputas. Por trás desse debate, o problema da existência ou não de uma literatura representativa do Estado aparecia como figurante.

Essas disputas utilizando as palavras como armas constroem representações do cenário literário piauiense, buscando a valorização de alguns autores em detrimento de outros. A publicação das obras literárias, que serviam como símbolos e instrumentos de poder, permitia aos literatos, através das disputas pelos recursos públicos adquirirem visibilidade, utilizando-se também dos espaços dos jornais, sendo valorizadas à medida que são disputadas pelos literatos e intelectuais do período. Personagens representativos de variadas vertentes literárias dos anos 1960 e 1970 utilizavam os espaços que então se abriam para mostrar suas posições, forjar identidades e disputar legitimidades, num contexto em que os recursos e possibilidades de visibilidade eram limitados.

4.2 Jogos de Palavras, Jogos de Poder

O cenário político e econômico do Piauí e, conseqüentemente, de Teresina nos anos 1960 e 1970 foi marcado pela carência de recursos e pelo desejo de modernização das instituições e da infraestrutura. As ações e os recursos públicos destinadas ao setor cultural

³¹² ENTREVISTA. *Cadernos de Teresina*, Teresina, n. 13, abr. 1993, p. 50.

priorizavam um determinado modelo de produto cultural que tornasse legítima a política da época. Essas políticas eram postas em prática não apenas pelo silenciamento através das censuras e perseguições variadas, mas por meio da oferta de benefícios materiais e editoriais, bem como através da visibilidade cultural àqueles que, de algum modo, contribuíssem para a preservação de valores, como a História e Literatura do Piauí.

As estratégias estatais possibilitaram que entre os próprios escritores fossem elaborados critérios e definidos os valores que deveriam ser reconhecidos em suas obras e em intelectuais, a fim de que estes alcançassem o apoio do Estado. O atendimento a esses critérios resultou em inúmeras disputas literárias, envolvendo escritores e instituições que procuravam construir e solidificar sua imagem no campo literário

Nesse sentido, os literatos e seus grupos de pertencimento³¹³ passavam, paulatinamente, a construir e buscar meios de fortalecer e legitimar posturas no espaço cultural e literário do Piauí, utilizando estratégias e táticas, ao propor ações objetivas ou astuciosas que demonstrassem suas posições e as justificativas para que esses fossem entendidos como significativos para a literatura piauiense. No território literário desse período foi possível identificar disputas pela primazia e legitimidade do fazer literário no Piauí, numa busca de visibilidade que possibilitaria inclusões, exclusões e novas hierarquias.

Entre os discursos produzidos no período, identificamos, em especial, os relacionados à APL, ao CLIP e à Geração Marginal, com o predomínio das falas das duas primeiras instituições.³¹⁴ A escolha desses discursos ocorreu em virtude das tentativas de projeção,

³¹³ Nesse trabalho, grupos não são entendidos como espaços fechados e produtores de sentido único para as práticas neles desenvolvidas, mas como reveladores de características variadas que são postas em comum em virtude das aproximações entre as práticas, produções e posicionamentos de seus membros.

³¹⁴ Embora o cenário literário do Piauí nos anos 1960 e 1970 esteja caracterizado pela atuação da Academia Piauiense de Letras, do Círculo Literário Piauiense e da Geração Marginal, a justificativa para a análise centrada nos dois primeiros grupos e instituições deve-se às dificuldades de acesso a fontes sobre a Literatura Marginal datadas do período recortado. É importante frisar que a Geração Marginal devido à sua heterogeneidade de membros e projetos, subdivide-se em, pelo menos, três grupos: o primeiro grupo refere-se à produção alternativa parnaibana, sobretudo vinculada aos jornais *Linguinha* e *Inovação*, ligados ao escritor Alcenor Candeira Filho; os demais grupos atuaram especialmente em Teresina, sendo que a Geração Pós-69 está relacionada à figura do editor Cineas Santos, cujos membros buscam por meio de recursos próprios divulgar suas produções, criando editoras, mas também atuando junto ao poder público a partir da ocupação de funções burocráticas; já o grupo ligado ao escritor José Pereira Bezerra, que denomina-se de Geração Mimeógrafo, possuem ações baseadas no uso do mimeógrafo como mecanismo básico de edição de suas obras. Esses grupos atuaram Piauí durante os anos 1970 e ao longo de suas trajetórias publicaram por meio do mimeógrafo ou de coletâneas, variados textos de seus integrantes. Contudo, como o objeto desta escrita não é a produção literária destes, mas sim os discursos por estes formulados em jornais, revistas e prefácios em torno da produção literária em suas relações com os incentivos públicos, a não localização desses

alcançadas ou não, terem se tornado lutas de representações que ainda hoje repercutem em torno da literatura piauiense. O conjunto de discursos formulados em torno da APL agregava também o discurso do CEC, haja vista possuírem elementos em comum, sendo que esta instituição foi presidida em todo o período pesquisado por membros da APL. Em seguida, observamos as posições assumidas pelos componentes do CLIP, que procuravam modificar o cenário cultural do Estado, sobretudo na década de 1960, quando a APL encontrava-se quase desativada. O CLIP propunha ações que não afrontavam diretamente a produção acadêmica e seus membros, porém oferecia alternativas à situação de carência de ações efetivas e de projetos culturais. Os discursos do CLIP evidenciavam tentativas de valorização de nomes já consagrados da literatura piauiense, apresentação de novos escritores, bem como apresentava as interferências do grupo, para que seus componentes fossem divulgados e reconhecidos.

Os discursos dos literatos marginais, utilizados em menor número, nesta dissertação, funcionaram como coadjuvantes na discussão em torno das disputas por recursos e visibilidades, sendo utilizados como modo de apresentar os limites das ações da APL e do CLIP, apresentando os jogos de poder que caracterizavam as disputas entre esses dois grupos, e como ambos identificavam a produção dos jovens nos anos 1970. Esses jovens produtores literários preocupavam-se em demonstrar suas vivências e sensibilidades diante das mudanças no mundo, entretanto, por comportar novos produtores de variadas tendências, forma nomeados de múltiplas maneiras, nomeações que se relacionam aos posicionamentos e posturas adotadas, acarretando, entre os produtores, afastamentos, aproximações e disputas que tiveram início nas décadas em estudo.

Nos tópicos a seguir, essas disputas serão tratadas no interior dos próprios grupos, a fim de dar visibilidade aos critérios de seleção e às justificativas, para a permanência ou exclusão dos indivíduos nos grupos, além do acesso ou não aos incentivos públicos. Selecionamos, nesses grupos, alguns escritores que, por meio de suas produções na imprensa, em livros, revistas e panfletos, produziram falas que auxiliam a compreensão do complexo quadro cultural e literário do Estado.

4.2.1 Discursos Institucionalizados: Arimathéa Tito Filho e José Miguel de Matos

Criada no Piauí em 1917, a APL ou Casa de Lucídio Freitas – denominação que homenageia seu idealizador – pode ser identificada como uma instituição que em sua trajetória alia aquilo que o acadêmico Manoel Paulo Nunes³¹⁵ chamou de tradição e invenção. Ao mesmo tempo em que esta preza pela preservação da cultura letrada produzida por literatos, bacharéis, historiadores, políticos, entre outros, deve oportunizar a abertura de espaço para a emergência de novos valores literários. Segundo M. Paulo Nunes, “evidentemente que as academias são o repositório da tradição [...] elas são, ao mesmo tempo, repositórios da tradição e propulsoras do espírito de invenção, ou seja, de renovação, sem a qual o espírito se esclerosa.”³¹⁶

A trajetória da Academia Piauiense de Letras, nos anos 1960 e 1970, mostra a relação entre tradição e invenção, e revela jogos de representação que visavam solidificar o poder legitimador da instituição no cenário literário do Piauí, poder que procurava controlar e formular sentidos até mesmo para as novas produções.³¹⁷ A falta de organização interna da instituição, associada à ausência de projetos a serem desenvolvidos junto à sociedade, visando ao fomento da cultura, pode ser visto como uma das justificativas para a sensação de mornidão cultural que foi apontada por literatos do período. Em virtude dos limites da documentação da instituição relativa aos anos 1960, centramos a discussão na trajetória da APL e de alguns de seus membros durante os anos 1970, período significativo para a sua história, quando essa alcança maior visibilidade com a presidência de A. Tito Filho, e com a intervenção direta nas políticas públicas de editoração de obras a partir de 1972.

³¹⁵ Manoel Paulo Nunes nasceu em Regeneração em 1925. Bacharel em Direito, professor de Português de escolas públicas e particulares e da Faculdade Católica de Filosofia de Teresina e na Universidade Federal do Piauí. Atua também como colaborador da imprensa e crítico literário. Presidiu a Fundação do Ensino Superior do Estado, a Fundação Cultural do Piauí e foi Secretário de Cultura no início da década de 1980. Membro da Academia Piauiense de Letras, da qual foi presidente, é o atual presidente do Conselho Estadual de Cultura. Autor de obras como *A geração perdida*, *A província restituída* e *Tradição e invenção*.

³¹⁶ ENTREVISTA. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ago. 1993, p. 40-41.

³¹⁷ A escassez de fontes para a análise de sua história, nos anos 1960, como atas e jornais internos, permite a construção de um *corpus* documental que situa-se em torno de apenas dois números da *Revista da APL*, que circulou nos anos de 1963 e 1965, sendo a última em homenagem ao governador Petrônio Portella, e que contou com a cooperação financeira do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e do Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP) para sua confecção, num indicativo da carência de recursos da instituição no período. Ainda sobre a *Revista da APL* de 1965 cumpre destacar que este número reforça os objetivos da escrita desta publicação que buscava informar sobre a vida da instituição destacando discursos de posse e recepção, textos de acadêmicos e colaboradores, bem como a exposição do quadro de integrantes da instituição a fim de evitar que sua memória se perdesse.

Durante a presidência de A. Tito Filho (1971-1992), a APL impulsionou sua escrita institucional e passou a registrar em livro de atas as discussões de suas reuniões. Esta fonte, embora limitada, pelo fato de ser escrita pelo próprio presidente e por não conter o registro semanal das sessões, mas uma espécie de resumo dos principais eventos ocorridos, em cada ano, apresentando as formas utilizadas para manter as posições sociais da instituição, bem como construir sua própria imagem. A escrita desse livro de atas, ao tempo em que nos informa sobre os eventos da instituição (posses, falecimentos, visitas, reuniões) deixa entrever aspectos da memória de seu redator, o qual selecionava aquilo que ia narrar, buscando construir uma memória de suas atuações de maneira positiva.³¹⁸

Dois conjuntos de discursos de acadêmicos serão analisados: os do presidente A. Tito Filho e os do acadêmico J. Miguel de Matos, polêmico articulista de periódicos locais, cujos discursos eram marcados por seus interesses de reconhecimento artístico e pessoal. Esses discursos sofrem alterações visíveis, antes e depois de sua eleição para compor os quadros da instituição e permitem ver os formas e limites do olhar institucionalizado de produtores críticos e atuantes.

Caracterizado como “latifundiário da cultura piauiense”³¹⁹ ou como aquele que fiscalizava as produções culturais do Piauí com “olhos arimatéicos,”³²⁰ as posições adotadas por A. Tito Filho, enquanto presidente da APL, configuram-se como tentativas de fortalecer o papel da instituição no cenário cultural do Estado, ao aproximar-se dos interesses estatais, quando da formulação e efetivação do Plano Editorial do Estado, no qual teve papel fundamental ao dar organicidade ao projeto e auxiliar na seleção das obras.

A participação da APL no referido projeto editorial iniciou-se com a nomeação do acadêmico Manoel Felício Pinto para a comissão especial, que devia selecionar as obras a serem editadas. Contudo, a contribuição do sodalício tornou-se mais forte quando o presidente da instituição chamou para si, em parceria com o futuro acadêmico e coordenador da Assessoria de Comunicação do Governo (AGE), Armando Madeira Basto, a responsabilidade de indicar, selecionar obras, organizar notas, revisar e atualizar a linguagem dos textos a serem editados, além de elaborar monografias sobre a trajetória e a produção de literatos

³¹⁸ Michel Pollack, em Memória, esquecimento, silêncio, evidencia algumas características do ato de rememorar, a saber: a memória é seletiva, negociada, enquadrada, características estas que possuem como objetivo o favorecimento da identidade e da coesão social dos narradores e das posições e posturas por eles vivenciadas. In: POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³¹⁹ ENTREVISTA - A. Tito Filho. *Presença*: órgão oficial da Secretaria de Cultura do Piauí, ano 3, n. 6, dez-fev.1983, p. 18.

³²⁰ PÊ JOSÉ. Ruídos. *Gamma*, Teresina, n.2, 1972.

piauienses. À época, Armando Madeira Basto havia sido nomeado pelo governador Alberto Silva para a presidência do Conselho Estadual de Cultura.

A partir de sua atuação no Plano Editorial do Estado, a APL ganhou maior visibilidade e significativo apoio estatal, passando a influenciar na publicação de livros de seus membros, tanto no âmbito do referido plano, como através dos serviços da Companhia Editora do Estado (COMEPI), atentando para a formulação de convênios com outras instituições.³²¹ As atas do período registram a forma como o sodalício adquiriu do poder público, sua sede provisória,³²² e subvenções orçamentárias.³²³ A APL não se mantinha apenas com investimentos do Estado, pois, em alguns momentos, estabeleceu parcerias com outras instituições, assinando convênios destinados à edição de obras, além de receber doações em dinheiro de órgãos federais, como o registrado em ata do ano de 1978, onde “em sessão, o presidente deu conhecimento de haver o Ministro Reis Velloso concedido a APL um milhão de cruzeiros para manutenção da entidade.”³²⁴

A presença de A. Tito Filho durante a década de 1970 na condição de Secretário de Cultura e de presidente da APL fez com que ele fosse inúmeras vezes mencionado em matérias de teor literário ou cultural, que tratavam de suas contribuições, da solicitação de esclarecimentos ou criticando sua postura centralizadora, no que se refere a sua atuação nas instituições culturais. As entrevistas concedidas por A. Tito Filho, em jornais e revistas, os prefácios e outros textos por eles escritos ao longo de sua trajetória, em que pese esses escritos e falas extrapolarem os limites temporais selecionados para a construção desta dissertação, são significativos pelo modo como ele entende os rumos da cultura no Estado, como constrói uma imagem de si e das instituições que representava.

Como literato, A. Tito Filho preocupava-se com a difusão da produção literária entre grupos e instituições, o que, segundo ele, revelaria não a qualidade das obras, e sim as tentativas de burlar padrões literários já estabelecidos. Nos anos 1990, ao comentar as transformações no contexto literário do país e do Estado, afirmou que:

³²¹ Para conferir o movimento editorial da Academia Piauiense de Letras durante as décadas de 1960 e 1970 ver o Anexo A elaborado a partir de informações contidas nas revistas da instituição de 1974 e de junho e dezembro de 1978.

³²² “[...] em sessões acadêmicas, registraram-se os seguintes fatos: a) o presidente comunicou que a APL passou a ter sede própria, em imóvel alugado pelo governo do Estado[...]”. ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Livro de atas da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, 1974, p. 3.

³²³ “[...] nas diversas sessões do ano de 1973, registraram-se os seguintes fatos [...] o presidente deu conhecimento à APL da lei estadual concedendo subvenção ao sodalício, promulgada pelo governador Alberto Silva [...]”. ACADEMIA, 1978, p. 4; “[...] em sessão o presidente comunicou o aumento da subvenção para dez mil cruzeiros[...]” ACADEMIA, 1978, p. 4.

³²⁴ ACADEMIA, 1978, p. 4.

[...] estamos no país das vaidades tolas, das projeções intelectuais e dos valiosos trabalhos prestados. Inaugurou-se nestes brasis imensos a máquina de fabricação de poetas e prosadores e de personagens ilustríssimas [...] de uns vinte anos a esta parte, porém, a excessiva vaidade humana iniciou o processo de parir academias, grêmios e sociedades literárias por tudo quanto biboca haja neste Brasil de asnicas internas, dívidas externas e besteiras permanentes. Existem academias de letras por todos os lugares, clubes de poesias, agremiações de oratória, ateneus, institutos, com seus quadros de sócios nos quais figuram os mais variados tipos de analfabetos e alfabetizados. Dá acima do meio da canela a quantidade de sócios, sócios beneméritos, sócios honorários e correspondentes [...] não se condenam as instituições culturais dos municípios brasileiros que realmente possuem objetivos sérios e honestos, mas os falsos centros literários em que se comercializam cadeiras para IMORTAIS e respectivos diplomas.³²⁵

Para A. Tito Filho, o efeito da multiplicação de academias literárias era a criação de falsas instituições distribuidoras de glórias, e a valorização de produtos efêmeros que não se preocupavam com a qualidade, a forma e a linguagem literária. Pode-se apreender dessa crítica o temor de parcelas da intelectualidade piauiense em perder espaço no cenário literário e cultural, diante da emergência de novos produtores e de novas produções. Além de chamar a atenção para a divisão da produção literária entre vários grupos, sua fala tenta reduzir a importância cultural dos processos emergentes.

Outro aspecto da atuação de A. Tito Filho foi o seu trabalho enquanto crítico literário e prefaciador de obras. A presença de seu nome e de seu posicionamento em obras novas em forma de prefácio conferia a essas produções status literário. Um prefácio do presidente da APL, fosse curto ou longo, era motivo de engrandecimento para aquele que o recebia. Por outro lado, o próprio prefaciador, às vezes, recebia críticas vindas daqueles que julgavam que ele fazia elogios a pessoas e a obras não merecedoras de apreciação. Respondendo a elas, A. Tito Filho alegava sua condição de fomentador da produção literária no Estado e justificava: “a literatura no Piauí não é pobre nem rica: ela é o que é, não poderia ser diferente do que é, uma vez que não tivemos no passado, condições no Piauí para que surgissem grandes documentos literários.”³²⁶ A postura de A. Tito Filho, ao elaborar elogios aos escritores, foi um dos objetos da entrevista concedida à revista *Presença*, em 1983. O entrevistador Cineas Santos, literato oriundo dos movimentos de vanguarda de fins da década de 1960 o instigou a

³²⁵ TITO FILHO, Arimathéa. *Temas atuais*. Teresina: EDUFPI, 1992. p. 26-28.

³²⁶ ENTREVISTA – A. Tito Filho. *Presença*: órgão oficial da Secretaria de Cultura do Piauí, Teresina, ano 3, n. 6, dez-fev.1983, p. 21.

esclarecer e a explicar as posturas adotadas em sua atuação no Plano Editorial do Estado e como prefaciador. O presidente da APL posiciona-se da seguinte maneira:

[...] Cineas - Mas isso não deve ocorrer com o senhor que, pelo que tenho lido, costuma ser até excessivamente generoso com os escritores que lhe pedem prefácio. O senhor não acha nocivo esse tipo de incentivo, uma vez que alimenta a vaidade de escritores medíocres? A.Tito Filho – É verdade. O que acontece é o seguinte: isto é terra tão sem estímulos que nos sentimos desencorajados a desestimular quem se inicia. Um livro, uma poesia, um pensamento que se escreve vale um filho espiritual muito terno. Então, qual o pai que gostaria de ter um filho chamado de feio, de aleijado? Procuramos, pois, incentivar a quem escreve alguma coisa. Não fazemos elogios derramados, tanto que acontece uma coisa que muitos não observam: quando não temos nada que dizer do livro, falamos do autor, da pessoa, dos seus traços humanos, dos seus sentimentos, no final, alguma referência ao livro, acentuando o esforço do autor, a sua simplicidade, sem que destruamos os seus desejos e pretensões. Achamos que o melhor caminho para educar é o caminho do afeto, do querer bem.³²⁷

Por esse posicionamento percebemos que nem sempre a crítica literária feita no Piauí expressava de fato a relevância da obra. O poder de crítica e legitimidade adquirido por A.Tito Filho no período decorria também dessas práticas de afetos que concentrava ao seu redor, indivíduos que se ajudavam mutuamente, inclusive, através de textos de crítica. Por outro lado, a desqualificação a esse tipo de comportamento também compunha esse universo de interesses que apareciam sob a forma de discursos excludentes.

A Tito Filho foi o acadêmico que mais contribuiu para a implementação do Plano Editorial do Estado, posto que auxiliou na seleção das obras, na elaboração de notas, correção ortográfica e elaboração de prefácios. Na entrevista acima, afirmou ter sugerido como critério para a seleção das obras, que a publicação iniciasse por livros de autores mortos, numa tentativa de valorizar e instituir uma tradição e preservar a memória daqueles que contribuíram para o vigor das letras e da cultura do Estado e que se encontravam no esquecimento. Essa prática também buscou, de maneira tática, evitar pedidos de apadrinhamentos e a pressão para publicar autores novos.

Ao referir-se às suas produções editadas pelo Plano Editorial do Estado, afirmou que: “[...] fizemos ainda inúmeras correções no mapa histórico dos governos republicanos. Escrevemos um livrinho de registro, sem comentários, dos governantes do Piauí, e não

³²⁷ ENTREVISTA - A. Tito Filho. *Presença*: órgão oficial da Secretaria de Cultura do Piauí, Teresina, ano 3, n. 6, dez-fev.1983, p. 20.

quisemos direitos autorais.”³²⁸ Essa atitude, que poderia indicar apenas desapego a honrarias e ao possível lucro que a publicação de uma obra poderia trazer, não correspondia, contudo, inteiramente à verdade, pois entre coletâneas, organizações, livros de crônicas e relatos de pesquisas, significativo número de obras foram editadas.³²⁹

Seu trabalho e seu prestígio possibilitavam que ele fosse um dos autores mais editados no período, o que o fez ser considerado não só o latifundiário da cultura piauiense, mas “o monumento vivo da cultura oficial do Piauí.”³³⁰ Dessa forma, A.Tito Filho capitalizou inúmeras críticas vindas dos jovens produtores culturais, que associavam sua postura a uma rígida vigilância sobre a produção escrita, à desqualificação do novo e à farta distribuição de elogios fáceis, falsos e sem grande credibilidade.

A fragilidade da crítica produzida no Piauí foi alvo do interesse de J. Miguel de Matos, literato, que durante os anos 1970, se envolveu em acirradas polêmicas com escritores e intelectuais. Suas falas podem ser analisadas em dois momentos distintos: antes e depois da sua eleição para a cadeira número cinco da APL. Empreendendo esforços em três campanhas sucessivas para o ingresso no sodalício, sua trajetória nos auxilia no entendimento do que significava, à época, ser um imortal, como se comportavam os acadêmicos e, sobretudo, que tipo de distinção se alcançava ou se poderia alcançar com a imortalidade.³³¹

Sua narrativa antes da entrada na Casa de Lucídio Freitas são de crítica à instituição, sugerindo que a posse do canudo, o pergaminho, o anel e a toga eram os requisitos necessários para fazer parte de seus quadros. Contudo, apesar das críticas dirigidas à APL, em especial, após suas duas derrotas iniciais, J. Miguel de Matos não pode ser identificado como adepto do grupo que propõe a renovação do cenário cultural local, mas sim com aqueles que desejavam oficializar e legitimar seu discurso, a partir do acesso a uma instituição de reconhecido poder de atuação e legitimação dos escritores e de suas práticas.

³²⁸ ENTREVISTA – A. Tito Filho. *Presença*: órgão oficial da Secretaria de Cultura do Piauí, Teresina, ano 3, n. 6, dez-fev.1983, p. 22.

³²⁹ Conferir Anexo A que contém o movimento editorial da Academia Piauiense de Letras.

³³⁰ ENTREVISTA A. Tito Filho. *Presença*: órgão oficial da Secretaria de Cultura do Piauí, Teresina, ano 3, n. 6, dez-fev.1983, p. 18.

³³¹ Em virtude da inexistência dos arquivos da Academia Piauiense de Letras referentes à década de 1960 e também do fato de que o autor, por meio de seus textos relacionados a essas campanhas não foi possível localizar os períodos das campanhas anteriores empreendidas por J. Miguel de Matos para o ingresso na instituição. Sabemos, no entanto, que este tomou posse em 1973, em solenidade no Auditório Herbert Parentes Fortes, na cadeira nº 5 ocupada anteriormente por Edison Cunha. ACADEMIA, 1973, p. 2.

Na obra *Perfis*,³³² J. Miguel de Matos biografou nomes da literatura nacional e regional,³³³ e reuniu escritos reveladores das disputas da época, na quais aparecem os seus ressentimentos, tendo em vista sua entrada na APL. A obra traz os discursos e os posicionamentos do autor acerca do cenário cultural, apontando desejos, tecendo críticas, expondo ressentimentos e, também, fazendo elogios, revelando sua vontade em inserir-se no mundo literário oficial. Em vários trechos da obra reforçam-se essas características, com a finalidade de chamar a atenção para si, ao criticar ou elogiar determinados escritores. A produção de inúmeras dedicatórias da obra apontava aquelas pessoas que, em sua opinião, contribuíram para o desenvolvimento cultural, social e econômico do Piauí, buscando com isso, uma aproximação com os elogiados, a fim de conquistar simpatia e apoio.

As dedicatórias e elogios contemplaram: Armando Madeira Basto, coordenador da Assessoria de Comunicação do Governo; A. Tito Filho, presidente da Academia Piauiense de Letras; Júlio Lopes Lima, presidente da Companhia Energética do Piauí S.A; tenente-coronel William Serrão Tupinambá, comandante da Guarnição Federal de Teresina; coronel Canuto Tupy Caldas, comandante geral da Polícia Militar do Piauí; major Joel da Silva Ribeiro, prefeito de Teresina entre 1971-1975; Valter Alencar, diretor da TV Rádio Clube; jornalista Helder Feitosa, diretor do jornal *O Estado*; Raimundo Barbosa Marques, antigo colega do autor dos tempos do Liceu Piauiense e Raimundo Wall Ferraz, Secretário de Educação e Cultura do Piauí.

As escritas indicam, não apenas reconhecimento das ações desses homens, mas também o desejo de associar sua imagem à imagem desses homens, fazendo com que os citados o reconheçam como pessoa próxima. No caso deste livro, como nas demais obras de antologias, a referência aos escritores citados não ocorre apenas em virtude da sua significação para a literatura piauiense, mas como uma tentativa do escritor de forjar uma tradição literária, formando um grupo de escritores que, ao se citarem mutuamente valorizam suas trajetórias e práticas em comum, em detrimentos de demais posturas e intelectuais, promovendo, por meio da escrita, a identidade de escritores e instituições.

³³² MATOS, José Miguel de. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

³³³ Em *Perfis*, J. Miguel de Matos foram produzidos textos biográficos sobre os seguintes escritores: Joaquim Maria Machado de Assis, Alberto Tavares Silva, Álvaro Alves Ferreira, Artur de Araújo Passos, D. Avelar Brandão Vilela, Álvaro Pacheco, Armando Madeira Basto, Antônio Veras de Holanda, Antônio Bugyja de Sousa Britto, Celso Barros Coelho, Cristina Leite, Cromwell Barbosa de Carvalho, Deoclécio Dantas Ferreira, Edison da Paz Cunha, Francisca da Cunha e Silva, Fernando Lopes Sobrinho, Gerardo Majela Fortes Vasconcelos, Helvídio Nunes de Barros, José Maria Barros Pinho, Josias Clarence Carneiro da Silva, José de Arimathéa Tito Filho, Pe. Joaquim Ferreira Chaves, Lilizinha Carvalho, Mário Faustino dos Santos e Silva, Odilon Nunes, Robert Wall de Carvalho, Raimundo da Costa Machado, Raimundo Rodrigues dos Santos.

Os textos reunidos em *Perfis* foram escritos em momentos diferentes e embora não datados, permitem perceber que foram produzidos entre o final dos anos 1960 e os meados de 1973, e registram os posicionamentos do autor sobre os rumos da cultura local bem como suas desilusões com as derrotas nas tentativas de ingresso na APL. Em inúmeras passagens, J. Miguel de Matos afirma que o objetivo dos textos era propor uma apreciação crítica da obra de escritores piauienses e de outras regiões, servindo, contudo, em muitos casos, como retribuição aos votos recebidos nas candidaturas à APL, crítica àqueles que lhe negaram votos ou a quem criticava suas ações, bem como pedido de desculpas a pessoas com as quais havia se desentendido. O autor tinha clareza do poder da escrita e dos elogios num cenário cultural carente de visibilidade e apoios a suas publicações, em que as obras, falas, elogios e críticas dão suporte à construção de imagens e representações sobre o fazer literário.

Em cenário marcado por acontecimentos e disputas por espaço e legitimação, o autor de *Perfis* continuamente recusa-se a identificar sua obra com as tensões desse processo de legitimação e visibilidade no campo literário. Ao defender uma possível imparcialidade de sua obra, J. Miguel de Matos afirma:

[...] esta obra não tem por escopo dizer quem deve ou não deve alcançar a imortalidade acadêmica, pretendendo apenas mostrar, pelo estudo crítico honesto, para julgamento geral ou em particular dos officiantes da literatura entre nós, a verdadeira gama cultural dos que se agitam como estetas das letras, no panorama largo e extenso do Piauí, ficando, todavia o seu autor certo de uma coisa: consolar aqueles que, marginalizados, necessitam, para desafoço de suas angústias que sabem esconder tão bem, do julgamento imparcial da história literária desta província de Mafrense, mesmo para um sorriso, apenas, dentro da noite de sua solidão e de seu esquecimento.³³⁴

Mesmo negando o que fica evidente em sua escrita de estilo metafórico e em alguns momentos laudatórios, a obra de J. Miguel de Matos pode ser entendida como denúncia da realidade literária estadual, marcada pela crítica elogiosa e pelo acesso às instituições em virtude dos nomes de família e das posições ocupadas nos campos econômico e político. Embora não queira de todo desqualificar os membros da APL ao reconhecer a inteligência de seus membros e seu papel como instituição viva e aberta a escritores de variados estilos e tendências, essa avaliação não o impedem de reconhecer as injustiças praticadas pelos homens

³³⁴ MATOS, 1974, p.155.

de letras, ao permitirem o acesso ao sodalício de nomes pouco representativos. Sobre o acesso destes à Academia, afirma que:

[...] há muita injustiça na pesagem e na medida dos valores que se imortalizaram, entre nós, com o fardão da Academia Piauiense de Letras, diariamente julgados através de *informações biográficas*, que quase nada podem mostrar do que anda na cabeça dos homens de pensamento que agora se acham, depois de vencerem tantas batalhas nas lutas do espírito, no justo repouso da glória.³³⁵ [Grifos do autor]

Os ressentimentos de J. Miguel de Matos afloram, ao se reconhecer como escritor renovador e crítico coerente, especialmente pelas derrotas nas tentativas de ingresso na APL. Segundo Pierre Ansart, os sentimentos dos homens devem ser observados em suas trajetórias, cabendo aos pesquisadores não se aterem tão somente aos sentimentos ditos positivos, mas considerar também os medos, as angústias, as frustrações, os desejos de vingança e as hostilidades ocultas que se revelam através de variadas atitudes,³³⁶ pois essas emoções forjam práticas sociais, que, servindo como táticas, procuram conquistar espaço, ao serem reforçadas ou refutadas pelos indivíduos que as possuem, interferindo na construção da identidade individual e dos grupos com os quais esses se relacionam.

No caso de J. Miguel de Matos, esse literato utiliza seus ressentimentos, originários das supostas desconsiderações feitas a si e a seus escritos, para ganhar visibilidade, angariar recursos e conseguir espaços para a veiculação de suas produções. Utilizando como tática recorrente em seus discursos a referência às exclusões sofridas, o autor passa a exigir e conseguir edição para suas obras, o que auxiliaria seu acesso à imortalidade acadêmica, bem como para adquirir maior interferência no cenário político local, conforme pode ser visto na matéria a seguir:

[...] do acadêmico J. Miguel de Matos: “minhas tentativas de ingressar na vida administrativa do Piauí – meu Estado natal – não tem obtido êxito, tirando-me qualquer possibilidade de trabalhar melhor pela minha terra, ainda a mais pobre do Brasil. Assim, se continuar marginalizado terei de ingressar quanto antes na vida política para lutar bravamente por este povo

³³⁵ MATOS, 1974, p. 236.

³³⁶ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (res) sentimento*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 15-36.

que permanece desgraçadamente distante de uma vida mais digna e mais possível de tolerar. Ninguém desconhece que o meu partido, como não poderia de ser é o da oposição em que poderei achar, pela tribuna, que é a praça do político, o campo de luta capaz de levar para frente uma comunidade que continua para trás. O tempo dirá se estou com conversa fiada.³³⁷

Essas tentativas do autor de se inserir na vida pública - política ou cultural - revelam não apenas o desejo de reconhecimento, mas também as limitações da sobrevivência por meio da escrita. Aposentado no serviço militar, a projeção social por meio da atuação no cenário literário ou político, possibilitaria a J. Miguel de Matos maior visibilidade, algo crucial para um escritor que se quer reconhecido, editado e conhecido pelo público leitor. Ao reforçar por meio da escrita seus ressentimentos, esse autor investe contra o perfil da crítica, em geral elogiosa, feita aos intelectuais imortais, muitas vezes produzidas por eles mesmos, critica também o processo editorial do Estado e, sobretudo, os jovens escritores que não o reconhecem como alguém significativo para a literatura piauiense. Ao construir para si uma imagem de crítico criterioso, identifica nesta prática algo capaz de favorecer seu ingresso na APL. Segundo ele,

[...] por este comportamento que assumi perante a literatura piauiense, assistindo, no terrível dia- a- dia da nossa vida cultural, a germinação de obras que não resistem ao tempo – por fracas, inúteis e vazias – venho granjeando o ódio de uns e a antipatia de outros, que obstaculam a minha caminhada para a imortalidade acadêmica, quando deveriam se tornar maiores do que eu pela cultura, que seria a competição mais indicada por mais leal. Mesmo assim [...] continuo a minha jornada, de espada em punho como o Anjo Gabriel, decepando a cabeça das mediocridades engalanadas e cuidando, como uma sentinela indormida, das letras e das artes no Piauí.³³⁸

Em seus textos, esse literato aponta uma série de vícios na crítica produzida no Piauí, em especial pelo fato de esta ser baseada na amizade e no elogio fácil, sem critérios claros e coerentes. O fato de a crítica elogiosa não alcançar sua obra e conseqüentemente, não favorecer sua admissão às instituições, faz com que aponte falhas nos julgamentos dos críticos piauienses, citando ou não seus nomes. Contudo, por ser a obra *Perfis* escrita em momentos distintos, o cruzamento de informações permite identificar algumas pessoas a quem J. Miguel

³³⁷ J. MIGUEL de Matos. *O Estado*, Teresina, 24 abr. 1975, p. 7.

³³⁸ MATOS, 1974, p. 35-36.

de Moura critica, a exemplo de A. Tito Filho. Apesar das críticas, o presidente da APL contribuiu significativamente para sua entrada no sodalício, numa postura que também pode ser entendida como tentativa de silenciamento ou enquadramento das ferrenhas críticas proferidas por J. Miguel de Matos. Na APL, esse escritor vai atuar em parceria com A. Tito Filho desenvolvendo importante ação junto à presidência, sendo eleito primeiro-secretário, sucessivas vezes.³³⁹

A biografia do presidente da APL em *Perfis* traz o reconhecimento às suas ações no cenário cultural da cidade, mas também o critica devido à forma como elabora as críticas e prefácios:

[...] na literatura piauiense A. Tito Filho tem sido uma espécie de guia, prefaciando uma quantidade incontável de obras, conduta que apresenta duas faces positivas para os incipientes: encoraja-os a enfrentar o bicho-papão da crítica especializada ou pública e incetiva-os, nos seus primeiros passos nos meandros das Letras, cometendo apenas o pecado – segundo me parece – de se exceder em louvores, com graves prejuízos para a maioria, que se envaidece e, por isso mesmo, já pensando que está consagrado diante da valiosa opinião de um Mestre como ele, reduzindo, por isso mesmo, a produção literária ou encostando, de uma vez, a pena ou deixando empoeirar a máquina de escrever. Esse comportamento que é nato da bondade nazarena de A. Tito Filho, às vezes gera ingratidões, como uma que assistimos há pouco tempo, de um poeta camoneano que, com alguns livros fracos publicados, com o mérito apenas do sentimento poético que nele é seivoso, armou-se do direito de criticá-lo sem a prudência de ver nele, antes de mais nada, o seu antigo pai espiritual ou, pelo menos, para ser grato ao favor recebido, o generoso caminheiro que achou na estrada, que lhe estirou a mão e lhe deu, sem cobrar ou esperar a fome de luz que carregava na cabeça sonhadora. Há de se ressaltar, todavia, um outro aspecto da personalidade de A. Tito Filho, muito similar com a conduta do autor desta obra há muito reclamada pelo Piauí: a sua virulência na reação aos que lhe atiram pedras, devolvendo às vezes dez em que lhe joga apenas uma ou duas, jamais partindo de sua funda de David o primeiro petardo, ou o primeiro disparo do seu arcabuz.³⁴⁰

³³⁹ O livro de atas da Academia Piauiense de Letras do período da presidência de A. Tito Filho faz referência aos cargos e ações desenvolvidas por J. Miguel de Matos junto a presidência: “[...] 1973 - [...] i) solenidade de posse do novo acadêmico José Miguel de Matos. Presidência de Tito Filho, que fez a saudação. Auditório Herbert Parentes Fortes. [...] m) eleição para a Diretoria no biênio 1974-1975: presidente, Tito Filho; secretário geral, Edgar Nogueira; 1º secretário, José Miguel de Matos; 2º secretário, Martins Vieira; tesoureiro, José Vidal de Freitas; bibliotecário, monsenhor Joaquim Chaves. Os diretorianos assumiram na mesma data, 6 de janeiro de 1974.” ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Livro de atas da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, 1973. p. 2-3.

³⁴⁰ MATOS, 1974, p.193-194.

Ao lado das avaliações injustas, J. Miguel de Matos coloca outros vícios da produção literária do Piauí. Embora suas falas sejam localizadas na defesa de seus interesses, elas permitem observar algumas das táticas utilizadas por um escritor a fim de alcançar reconhecimento. As inclusões e exclusões que J. Miguel de Matos vivencia, no meio cultural piauiense, são significativas, possibilitadas a literatos que desejam alcançar instituições oficiais, devendo burlar a falta de apoio dos que desejam que estas sejam formadas, em geral, por pessoas abastadas financeiramente, portadores de cursos superiores, membros de famílias importantes no cenário social e autores de obras reconhecidas. Das supostas exigências que J. Miguel de Matos julgava existir para o acesso a APL, apenas o possuir obras publicadas lhe permitiria acesso a essa instituição, daí a recorrência do autor em expor seus ressentimentos, criticar os literatos ligados à APL que lhe negaram votos e em reafirmar sua origem humilde, sem muito acesso à educação formal.

Referindo-se à edição de obras no Piauí, afirma que, no Estado, os literatos vivem de pires na mão, dependendo não somente dos recursos estatais, mas, sobretudo, de elogios fáceis que seriam:

[...] a causa maior do nosso raquitismo literário [...] sempre em paga da oferta de um livro que chega às mãos do crítico especializado, do colega de ofício, do companheiro de repartição pública ou de amigo comum [...] sem passar a obra pela abertura de um estudo crítico e sem ser submetida ao crivo de opinião abalizada e honesta.³⁴¹

Desse modo, o autor afirma que publicar no Piauí é mais difícil que escrever e ainda que as poucas publicações não recebiam crítica coerente, por atingir um número restrito de consumidores. Esses entraves às aspirações dos intelectuais os faziam buscar o pertencimento a instituições, bem como o fortalecimento de amizades, o que contribuiria para a publicação de livros.

Referindo-se às dificuldades de edição, J. Miguel de Matos, ao traçar o perfil de Cristina Leite,³⁴² a aponta como excelente escritora que fez inúmeras tentativas junto a COMEPI, para publicar a obra *Canções de hoje, canções de outrora*.³⁴³ Para ser publicada, a

³⁴¹ MATOS, 1974, p. 49.

³⁴² Nasceu em Teresina em 1923 e faleceu na mesma cidade em 1968. Atuou como professora no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no Colégio Estadual Zacarias de Góis e no Instituto de Educação Antonino Freire. Presidiu o Sindicato dos Professores do Piauí. Escreveu *Canções de hoje, canções de outrora*, de edição póstuma pela COMEPI.

³⁴³ LEITE, Cristina. *Canções de hoje, canções de outrora*. Teresina: COMEPI, 1968.

obra teve que ser apadrinhada com um prefácio de A. Tito Filho e só ocorreu após a morte da autora. Sobre as tentativas de Cristina Leite, reveladoras das dificuldades de acesso à edição financiada pelo poder público, J. Miguel de Matos escreveu:

[...] não sei quantas vezes encontrei Cristina Leite carregando os originais de seu único livro – Canções de Outrora – demandando sempre, coisa que para muitos parecia um simples hábito, o velho casarão da Imprensa Oficial do Estado, tentando publicar, por obra e graça do governo do Estado, a sua obra que veio a enriquecer, depois da sua morte, em 1968, a estante cultural do Piauí.³⁴⁴

Ao traçar o esboço biográfico da autora, J. Miguel de Matos analisa ainda a trajetória da publicação de sua obra, mostrando os destinos de um livro financiado pelo poder público que seria o de ser doado a escritores, bibliotecas e visitantes do Estado, que depois, agradecem a oferta por meio de cartas e textos na imprensa. Ao denunciar a falta de apoio estatal à maioria dos autores e obras, J. Miguel de Matos considera que produções importantes serão relegadas ao esquecimento, sem ao menos terem chegado às mãos do público:

[...] certa vez cheguei a afirmar para um homem – ilustre advogado – que se considera expoente cultural (ou especificamente literária) todo aquele que edifica sua vida através do verbalismo oral, do título nobiliárquico, deixando em plano secundário as obras publicadas – cheguei a afirmar que, especialmente no Piauí ainda pobre de mão-estirada à caridade pública, refutando sua premissa, o mérito maior não está em escrever o livro, mas em publicá-lo, tal a indiferença do Estado como pessoa jurídica, à vida do escritor, que vai amontoando num canto da sua sala de trabalho, obras e mais obras [...] que vão servindo para repastar o apetite voraz das baratas e do cupim. De mim, para citar mais um exemplo, tenho, no momento que passa, dois livros inéditos: um, na posse do governo do Estado há quase dois anos, outro, na minha estante e este que, sem nenhuma dúvida, trilhando os mesmos caminhos, irá ser mastigado, muito breve, pelos comensais, silenciosos e ativos, citados acima: a barata e o cupim.³⁴⁵

A utilização da escrita como uma espécie de arma que qualifica ou desqualifica nomes da literatura produzida no Piauí sugere seu uso como instrumento vingativo, veículo dos

³⁴⁴ MATOS, 1974, p. 114.

³⁴⁵ MATOS, 1974, p.61.

ressentimentos adquiridos pelo autor nas tentativas frustradas de ingresso na APL. O livro *Perfis* relata momentos de suas três campanhas, narrando as visitas feitas em busca de votos, os apoios recebidos, as incisivas negações e os esquecimentos de quem lhe havia prometido voto. Exemplo desses esquecimentos calculados foi o de D. Avelar Brandão Vilela, visitado por dois candidatos e que, no momento da eleição, anulou seu voto, a fim de não se indispor com nenhum deles. Eis o caso relatado de modo irônico pelo autor:

[...] no dia da eleição (1º escrutínio), omitiu-se habilmente de votar em qualquer um dos candidatos, preferindo, prudente e sabiamente, que o Pastor decidisse em lugar do Acadêmico, permitindo que os derrotados, com o mesmo respeito e a mesma admiração, voltassem a beijar, reverentemente, a pedra do seu anel.³⁴⁶

Às surpresas com os votos negados adicionam-se também em *Perfis* as surpresas pelas conquistas de votos considerados perdidos, como o do professor e pesquisador Odilon Nunes:

[...] deixei a casa do acadêmico Odilon Nunes inteiramente desiludido do seu apoio à minha candidatura, recebendo no dia da eleição a surpresa que estava fora das minhas mais longínquas cogitações: ele votou no meu nome, num gesto que me pareceu mais *bondade* do que de *consciência*. Para mim, marinheiro de primeira viagem na acidentada viagem da imortalidade, foi muita válida a conduta do acadêmico Odilon Nunes que, *sem nada prometer*, dá o apoio no dia da decisão, inversamente a outros que *garantem o voto* e dão-no, sem a menor sencermônia, comprometendo a austeridade de senescência, a outro pretendente, mesmo que isso, pela volúpia do espírito, não possa ser tachado de traição ou injustiça, como vaticinam alguns, inteiramente ignorantes de que, nas academias onde se supõe um ambiente repousante para uma vida intelectual menos intensa, *otium cum dignitate* – aí onde se imagina um lago azul sem névoas nem espumas, dormem, não raras vezes, abismos dissimulados.³⁴⁷ [Grifos do autor]

Defensor de que a idade, o sobrenome e a fortuna não podiam ser critérios para o acesso à Casa de Lucídio Freitas, J. Miguel de Matos critica a fragilidade dos critérios de votação daqueles que lhes recusaram votos, a exemplo de Fontes Ibiapina. O ressentimento em vista da negativa do folclorista aparece em trecho em que o acusa, sutilmente, de incoerente:

³⁴⁶ MATOS, 1974, p. 73.

³⁴⁷ MATOS, 1974, p.232-233.

[...] parece, porém, que o ilustre ocupante da Cadeira de Alcides Freitas na Academia Piauiense de Letras, não quis pervagar a própria picada que abriu ou não quis mais a cartilha que ele mesmo escreveu, como se atirasse fora, por desfastio, a bússula que, de *motu próprio*, colocou na mão para orientar seus passos, votando, anos depois em dois candidatos que, quando muito, possuíam – e ele sabia muito bem disso – aqueles *títulos* precários, derrotando um escritor que, se não vale muito pela profundidade de suas obras, mas que, pelo menos, deveria ser respeitado pela quantidade de livros publicados com ótima aceitação pública.³⁴⁸ [Grifos do autor]

Embora o cenário literário do Piauí, durante as décadas de 1960 e 1970, possa ser caracterizado pelas disputas entre autores e instituições por visibilidade, algumas rivalidades são, momentaneamente, esquecidas ou mesmo desfeitas quando o interesse é a defesa da imagem e da posição do grupo. Após ser eleito para a APL, o discurso incisivo de J. Miguel de Matos contra membros da instituição se abrandava e as mágoas antigas, mesmo que não inteiramente dissolvidas, camuflam-se no momento em que os pares imortais são atacados na imprensa e em livros. Na obra *Mosaico*,³⁴⁹ em que J. Miguel de Matos reúne textos publicados em periódicos de Teresina, em especial no jornal *O Estado*, a defesa das produções de Fontes Ibiapina, acusado de utilizar linguagem popular e palavrões em seus textos folclóricos, foi assumida pelo autor. Ao tecer suas próprias críticas, afirma, também, o significado de Fontes Ibiapina para a cultura piauiense:

[...] tomado daquela pressa em produzir livros e mais livros, ao feitiço de Honoré de Balzac, com natural reflexo negativo para a sua obra literária, essa carreira me parece a razão mais aceitável, sem tirar dela o seu valor global, da vulnerabilidade de Fontes Ibiapina à sanha da crítica e à indiferença do leitor comum à sua vida literária, corroborada por um crítico da nossa tenda [...] Se outra não for a conclusão do mais erudito em crítica literária, com palavra mais abalizada sobre o difícil assunto, Fontes Ibiapina, na minha visão de aprendiz de ferreiro, tem uma fortíssima contribuição à cultura linguística do Piauí, como **contista**, como **romancista** e como **ensaísta** – três importantes ramos da literatura – que ele maneja com muita facilidade, fecundez e amor à terra natal.³⁵⁰ [Grifos do autor]

³⁴⁸ MATOS, 1974, p.64-65.

³⁴⁹ MATOS, José Miguel de. *Mosaico*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

³⁵⁰ MATOS, 1976, p. 119.

Entretanto, a maior polêmica em que J. Miguel de Matos se envolveu, no período em análise, trata da defesa de seu próprio nome, enredado num jogo de intrigas e desqualificações entre grupos que disputavam a legitimação da crítica. A polêmica inicia-se com o lançamento da obra *A nova literatura piauiense*,³⁵¹ de Herculano Moraes, obra cujo objetivo era elencar e realçar os novos valores da literatura piauiense, apresentando aqueles que, de algum modo, tentavam inovar e modificar a literatura produzida no Piauí. A polêmica tem início e destaque na imprensa, a partir do momento em que J. Miguel de Matos contestou a ausência de seu nome na obra, haja vista ter publicado, em 1953, o livro *Brás de Santinha* e participado do Movimento de Renovação Cultural, que atuou até meados da década de 1960. A disputa tornou-se mais visível quando Cineas Santos lançou nota em *O Estado*, em que elogiou a iniciativa de Herculano Moraes, considerando que a obra, apesar de carecer de análises mais aprofundadas “[...] trata-se de um excelente trabalho, opinião que está em consonância com a do IMORTAL J. Miguel de Matos que brevemente externará o que pensa sobre a ‘A Nova Literatura do Piauí’ de Herculano Moraes.”³⁵²

A partir desse episódio, a imprensa piauiense, ávida por notícias, ofertou espaços para os posicionamentos de Herculano Moraes e de J. Miguel de Matos. No *Caderno de divulgação cultural*, dirigido por Cineas Santos, ao entrevistar Herculano Moraes, solicitou que ele explicasse por que marginalizou J. Miguel de Matos. O entrevistado ofereceu duas justificativas: a obra apontada como ausente pelo autor de *Perfis* é de 1953, estando fora do recorte temporal do seu trabalho que estava fixado em 1965 e também porque pouca renovava o curso da literatura piauiense, sendo por isso desconhecida do público.

O entrevistador não considerou a justificativa convincente, ao que Herculano Moraes acrescentou:

[...] quando procurei selecionar os novos, reli a obra de J. Miguel de Matos, desde Brás da Santinha até *Perfis*, recentemente publicado, e confesso que nada encontrei de renovador em sua obra. Ele diz fazer memórias, mas, em verdade, fez autobiografia e a literatura, hoje, não admite que se procure apenas traçar biografias pessoais... Isso, parece-me pouco construtivo. J. Miguel de Matos tem o seu estilo, mas não é o estilo renovador que se reclama para a mudança de estruturas na ficção. Em *Visão Histórica da Literatura Piauiense* terei o prazer de considerar o seu trabalho.³⁵³

³⁵¹ MORAES, Herculano. *A nova literatura piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

³⁵² A NOVA literatura do Piauí. *O Estado*, Teresina, 25 mar. 1975, p. 8.

³⁵³ ENTREVISTA: Herculano Moraes. *O Estado*, Teresina, 6-7 abr. 1975, p. 7.

Tais afirmações receberam rápidas respostas de J. Miguel de Matos, que entre os dias 8 e 18 de abril de 1975, publicou cinco artigos denominados Em torno de uma entrevista, e que posteriormente compuseram o livro *Mosaico*. Nos textos, procurou demonstrar “a aula de burrice e crassa ignorância”³⁵⁴ de Herculano Moraes, bem como a injustiça a nomes reconhecidos da literatura local, bem como a si próprio. A fim de fortalecer e legitimar sua posição, o acadêmico passa a destacar, após sua assinatura no artigo, a identificação “Da Academia Piauiense de Letras”, para reforçar e legitimar seu lugar de fala.³⁵⁵ A série de críticas à obra e, principalmente ao seu escritor, posteriormente envolverá outros indivíduos do meio literário e jornalístico. De início J. Miguel de Matos afirma:

[...] não reclamei, pelas barbas do profeta, minha presença no livro do poeta Herculano Moraes (A Nova Literatura Piauiense), como anda assoalhando, exatamente quando anda bebendo água que passarinho não, um certo intelectual da terra, porque jamais tentei entrar na casa alheia à força. Estranhei como muita gente, foi que ele tivesse considerado, no seu livro, que a literatura piauiense, assim definida objetivamente, tenha o seu marco renovador na obra de O. G. Rego de Carvalho (1965), pois antes dele outros nomes luminosos surgiram nas nossas letras.³⁵⁶

Para J. Miguel de Matos, Herculano Moraes fazia parte de um grupo que procurava legitimar suas atuações ao desqualificar a APL pretendendo, em contrapartida, legitimar as produções do literato O. G. Rêgo de Carvalho e construir sua imagem de renovador da literatura piauiense, no momento em que O. G. Rêgo de Carvalho estava sendo reconhecido pela crítica nacional. Tais afirmações originam a entrada do escritor de Oeiras na polêmica, defendendo a si e, por extensão, Herculano Moraes. O. G. Rêgo de Carvalho sugere a J. Miguel de Matos que leia a obra de Herculano Moraes com atenção antes de criticá-la, pois

³⁵⁴ EM TORNO de uma entrevista (II). *O Estado*, Teresina, 9 abr. 1975, p. 9.

³⁵⁵ A prática adotada por J. Miguel de Matos possibilita o entendimento de como este interpreta o lugar social por ele ocupado enquanto membro da Academia Piauiense de Letras. O pertencimento a essa instituição além de possibilitar maior visibilidade no cenário cultural do Estado, permite que o autor utilize-se desse pertencimento para reforçar seu lugar de fala, legitimando-a. De acordo com Michel de Certeau, o lugar social ocupado pelos indivíduos submete-se “[...] a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 66.

³⁵⁶ A NOVA literatura piauiense. *O Estado*. Teresina, 08 abr. 1975, p. 7

ele apontou Assis Brasil ³⁵⁷ como maior inovador da literatura piauiense. Diz O. G. Rêgo de Carvalho:

[...] já não tenho o gosto de polêmicas. Mas é preciso pôr os pontos nos is. O beletrista J. Miguel de Matos irou-se porque, segundo imagina, o Sr. Herculano Moraes cita a mim como iniciador da nova Literatura piauiense, em 1965. E diz que antes de mim houve ele; J. Miguel de Matos, 1953, Fontes Ibiapina; 1958, e Mário Faustino, 1955. Há dois erros capitais na afirmativa. Primeiro não sou eu o autor citado como inovador, mas Assis Brasil. Segundo, meu livro *Ulisses entre o amor e a morte* é de 1953 – repito: 1953 – e já é posterior ao movimento literário aqui desencadeado pelo Caderno de Letras Meridiano, que H. Dobal, M. Paulo Nunes e eu fizemos circular em Teresina por volta de 1950. [...] No entanto, nada estou reivindicando. Somente colocando a verdade no devido lugar, em respeito às futuras gerações. Quem se equivocou foi o apressado Sr. J. Miguel de Matos, criticando, no escuro, sem ler, a obra de Herculano Moraes. Ele, que está fora do tempo e da literatura.³⁵⁸

A polêmica alimentada pela imprensa faz com que a obra se esgote rapidamente³⁵⁹ e o desenrolar das discussões e trocas de acusações alcança rumo inesperado quando o criticado ameaça usar a violência para conter as críticas de O. G. Rêgo de Carvalho, Cineas Santos, Pompílio Santos e Ribamar Nunes ³⁶⁰ veiculadas nas páginas dos jornais da cidade. Não sendo possível solucionar a disputa por meio da palavra, este afirma que:

[...] em face das últimas provocações que tem recebido pela imprensa local, o escritor J. Miguel de Matos resolveu assumir atitude radical: Não responderei a esses fedelhos pelos jornais. Agora vou partir para a prática, pois a teoria não resolveu. Comigo agora vai ser no bíceps.³⁶¹

³⁵⁷ Francisco de Assis Almeida Brasil nasceu em Parnaíba em 1932. Romancista, jornalista e professor. Atua como crítico literário em jornais de circulação nacional como o *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Escreveu entre romances históricos e obras para o público infanto-juvenil a Tetralogia Piauiense (*Beira rio, beira vida, A filha do meio quilo, O salto do cavalo cobridor e Pacamão*). Ganhou o Prêmio Walmap com *Os que bebem como os cães*. Membro da Academia Piauiense de Letras.

³⁵⁸ A NOVA literatura piauiense. *O Estado*. Teresina, 9 abr. 1975, p. 7

³⁵⁹ “Ontem, ao meio dia o livro mais vendido inclusive já esgotado, era o mais recente livro do jornalista e escritor Herculano Moraes, editado pela Artenova do Rio de Janeiro, *A Nova Literatura Piauiense*[...]”. ESGOTOU. *O Estado*. Teresina, 19 abr 1975, p. 4.

³⁶⁰ José Ribamar de Barros Nunes nasceu em Eliseu Martins em 1936. Bacharel em Direito e Letras, atuou como professor, contista, jornalista e assessor de imprensa. Foi membro ao Conselho Estadual de Cultura. É autor de *Crônicas vividas*.

³⁶¹ J. MIGUEL de Matos radical. *O Estado*, Teresina, 18-19 abr. 1975, p. 15.

Convêm destacar que Herculano Moraes não recua de suas posições ou pede desculpas a J. Miguel de Matos pela exclusão do seu nome, mas afirma a intenção de citá-lo em obra que estava produzindo, na qual pretende esboçar a história literária do Piauí desde os seus primórdios. Contudo, em *Visão histórica da literatura piauiense*,³⁶² ao traçar biografia de J. Miguel de Matos inseriu no texto uma série de representações visando desqualificar o escritor.

[...] registrou-se em Timon “por quebradeira”, porque naquela cidade era mais barato o registro. Oficial do Exército, jornalista polêmico, memorialista, biógrafo, editor. Novelistas. Poeta bissexto. Membro da Associação dos Jornalistas de Teresina, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, do Instituto de Cultura Americana. Não chegou a concluir o ginásio, abandonando-o pela metade quando estudava no Colégio Estadual Zacarias de Góes. Fundou e dirigiu as revistas Mafrense e Destaque. Delegado Regional do ICA pertenceu ao Movimento de Renovação Cultural, à Academia Piauiense de Letras, registrando uma das maiores lutas de um intelectual para ingressar naquele sodalício. Estreou em 1953 com a novela Brás da Santinha. Não conseguiu atingir, com outros livros, o mesmo nível literário da novela de estréia.³⁶³

Em sequência a esta polêmica, temos o posicionamento de J. Miguel de Matos sobre a candidatura de Ribamar Nunes a uma vaga na Academia Piauiense de Letras. Ao saber da intenção de candidatura, J. Miguel de Matos apressa-se em declarar que “Ribamar não tem bagagem para entrar no Sodalício.”³⁶⁴

Tal declaração era uma resposta à crítica favorável que Ribamar Nunes fizera à obra de Herculano Moraes, na qual afirmara:

[...] gostei do livro. Não vou dizer que seja completo sem falhas. Seria exagero. Entretanto, não há dúvida de que tem o autor condições de numa edição futura, sanar as omissões. O mérito da obra é indiscutível. Destaca-se pelo cunho didático e pioneirismo. Não conheço trabalho semelhante. Sem dúvida estudos especializados sobre determinados autores e gêneros literários. Mas o livro de Herculano tem a vantagem de abordar toda a literatura piauiense da fase contemporânea moderna, atual. Pode ser

³⁶² MORAES, Herculano. *Visão histórica da literatura piauiense*. Teresina: COMEPI, 1976.

³⁶³ MORAES, 1976, p. 101.

³⁶⁴ CANDIDATO. *O Estado*. Teresina, 13-14 abr. 1975, p. 13.

incompleta, mas não se limita a poucos autores e obras. Fornece a professores e alunos importantes subsídios. Está de parabéns a literatura mafrense. Está de parabéns o Herculano pela contribuição oportuna e prática que vem de oferecer às letras brasileiras.³⁶⁵

A avaliação de Ribamar Nunes é respondida por J. Miguel de Matos, que se declara publicamente contrário à imortalidade do referido professor. Em virtude das relações de amizade com familiares de Ribamar Nunes e também por serem confrades de escrita no jornal *O Estado*, J. Miguel de Matos vê-se na obrigação de explicar melhor sua posição. Os textos permitem entender os critérios impostos por J. Miguel de Matos para o alcance da imortalidade:

[...] li, neste jornal, que alguns intelectuais declararam que não aceitam a Academia Piauiense de Letras. Parece-me, como acadêmico que muito lutei para ingressar no seu venerável quadro, que a coisa tem sentido inverso: a Academia é que deve dizer se aceita ou não o aspirante a candidato. Disseram também, que eu, alegando falta de condições culturais no Professor Ribamar Nunes, estou contra sua entrada na Casa de Lucídio Freitas. Não é verdade. O que eu disse ao professor Ribamar – e ele não pode contestar isso – é que ele ainda não possui as condições culturais compatíveis com a imortalidade, diante dos Estatutos do sodalício. Quando ele amadurecer mais, estou pronto para dar-lhe o meu voto, que não é ilustre como ele mesmo disse, e até trabalhar pela sua candidatura. Na família do professor Ribamar Nunes tenho grandes amigos, que saberão entender minha posição.³⁶⁶

Em defesa do jornalista candidato, entra em cena Pompílio Santos, arguto observador da vida cultural do Piauí, que passa a escrever textos em defesa de alguns intelectuais e as razões pelos quais alguns não mereceriam a imortalidade. As motivações de sua escrita seria estimular candidaturas, mas igualmente acirrar disputas num meio jornalístico carente de grandes notícias:

[...] com esse volume Ribamar Nunes candidata-se a uma vaga na Academia Piauiense de Letras. Se o José Sarney entrou para a Academia de Letras do Maranhão com 22 anos, ou 20 e poucos anos, porque Ribamar não pode entrar com seus 30 e poucos janeiros? Um só livro publicado, gritou de lá o

³⁶⁵ LITERATURA piauiense. *O Estado*. Teresina, 5 abr. 1975, p. 9.

³⁶⁶ INTELECTUAIS. *O Estado*. Teresina, 18 abr. 1975, p. 8.

Jota. Mas, paciência, seu Jota: tem acadêmico que não publicou sequer a história do pavão misterioso. E se quantidade fosse argumento, Coelho Neto era o maior com seus 100 livros do que Raul Pompéia com apenas O Ateneu e as Canções sem metro. Entra, Ribamar, pode entrar. Ora bola, seu Jota!³⁶⁷

Os fragmentos de discursos com as variadas posições de J. Miguel de Matos, antes e depois da entrada na APL, mostra que as posturas de qualificação e desqualificação adotadas antes de seu ingresso na instituição não se amenizam com sua entrada no sodalício, porém ganham novos sentidos. Agora, para legitimar suas falas e atitudes utiliza-se do argumento de que é imortal. A imortalidade para o autor não significou apenas o reconhecimento de seus atributos literários, mas um meio para estabelecer contatos com intelectuais buscando construir e defender uma imagem de si. O reforço de sua imagem serviria como instrumento para o alcance de maior visibilidade no cenário político e cultural do Estado.³⁶⁸

Por meio da análise dessas falas institucionalizadas ou em busca de institucionalização e visibilidade, percebemos que a produção literária dos anos 1960 e 1970 encontrava-se permeada por jogos de interesses sutis ou declarados. Utilizava-se a palavra escrita para produzir textos elogiosos, a fim de conquistar parcerias literárias, bem como a formulação de crítica, visando afastar do meio cultural, ideias contrárias às estabelecidas. Essas escritas possuíam objetivos práticos como reconhecimento pessoal, edição de obras, salários e outras fontes de renda, imortalidade, visibilidade, legitimidade, enfim, uma série de privilégios que o reconhecimento literário poderia possibilitar, mesmo que, para tal fim, atuassem de maneira estratégica e também astuciosa com a desqualificação de pessoas e grupos emergentes no cenário cultural local, como veremos a seguir.

4.2.2 Os Discursos Alternativos do Círculo Literário Piauiense (CLIP)

Este subitem abriga as discussões e posturas do Círculo Literário Piauiense (CLIP) que a partir dos anos 1960 atua no meio cultural teresinense através da proposição e execução de projetos que pretendiam romper com o tradicionalismo, com o academicismo e a contínua

³⁶⁷ O MELHOR tema é a falta de assunto. *O Estado*. Teresina, 24 abr 1975, p. 3.

³⁶⁸ Convêm destacar que nos períodos em que as disputas se deram não se localizou nos jornais a escrita de nenhum acadêmico em defesa ou crítica às declarações de J. Miguel de Matos numa demonstração da posição conservadora do sodalício em não envolver com disputas “menores” entre escritores e também para não atrair para si críticas, ao reverberar discursos em favor das posições em conflito.

dependência do financiamento estatal para realização de projetos culturais. A análise das atividades e dos discursos pronunciados pelo CLIP se deu a partir da visibilidade que seus principais membros, Herculano Moraes, Hardi Filho e Francisco Miguel de Moura alcançaram com suas propostas, atuações e produções. Nesse caso, em particular, não pesquisamos suas obras literárias, e sim artigos, entrevistas, prefácios e outros comentários divulgados em livros e revistas que se referem ao fazer e ao fazer-se literato no Piauí nos anos 1960 e 1970.

As trajetórias e falas de representantes do CLIP foram escolhidos em virtude da maior presença destes no cenário cultural do Piauí de fins dos anos 1960. Os clipianos procuravam interferir na produção cultural através da promoção de eventos como palestras, rodas de leitura, recitais de poesias, reuniões, saraus, lançamentos de livros. Seus membros entendiam que a cultura literária piauiense estava inerte devido à pouca efetividade de ações desenvolvidas pela APL e pelo poder público. A falta de ações no campo cultural era justificada por representantes do CLIP, em vista da não continuidade das ações de grupos culturais que atuaram no Piauí, durante os anos 1950, compostos por jovens estudantes e por egressos da Faculdade de Direito do Piauí e da Faculdade Católica de Filosofia. As críticas eram dirigidas ao Movimento de Renovação Cultural (MRC) e ao Movimento Meridiano. Esses grupos atuaram no Estado e agregaram professores, estudantes e intelectuais que buscavam por meio da escrita, não apenas superar os desafios na esfera cultural, mas igualmente contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico da região.

Herculano Moraes, a fim de reforçar a fragilidade da atuação das instituições culturais existentes no Piauí retoma as iniciativas emergentes nos fins dos anos 1940. Ao falar sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens intelectuais do Grupo Meridiano lembrava que esses chegaram a editar a revista literária *Caderno de Letras Meridiano*, que circulou até o número três. Segundo M. Paulo Nunes, a preocupação deste grupo “era com a literatura, o debate das ideias, os problemas da cultura. Então posso dizer que a política quase não impregnou esta geração.”³⁶⁹ Herculano Moraes afirma que o movimento se enfraqueceu no Piauí diante da necessidade de crescimento profissional e sobrevivência material de seus participantes, que se mudaram para outras cidades impedindo a continuidade das ações.

Ao referir-se ao MRC, que atuou no Piauí no início dos anos 1960, Herculano Moraes considera que a atuação de seus membros em prol do desenvolvimento literário do Piauí também foi reduzida, posto que, em determinados momentos de suas trajetórias de vida, seus

³⁶⁹ NUNES, Manoel Paulo Nunes. *As solidões justapostas*. Teresina: Edições da APL, [1998?], p. 21.

membros passaram a se dedicar, principalmente, ao seu crescimento profissional, cada um assumindo cargos públicos e outras funções, dispersando-se o grupo, não realizando, portanto, as ações propostas. Para ele:

[...] foi uma geração que nasceu no século XX, viveu os mais tensos instantes de afirmação política e social do mundo, se integrou definitivamente na luta diária pela mudança das coisas desgastadas, pela renovação dos valores já envelhecidos, pela preservação da liberdade, por um modelo literário que refletisse, antes de tudo, a presença do homem no organismo social. Uma literatura que fosse a fotografia do homem moderno e suas implicações, com suas máquinas, suas cidades, sua vida, sua luta, suas conquistas e seus fracassos. Alcançou o que queria. Atingiu seus objetivos. E sua contribuição só não foi maior devido à própria corrida humana pela sobrevivência diária. Os advogados tomaram assento nas tribunas jurídicas, os dentistas foram tratar os dentes de sua clientela, os médicos foram curar seus doentes. E já não existiam vagas para a boêmia no novo mundo que se afirmava.³⁷⁰

A partir da constatação de que os grupos culturais que emergiram no Piauí antes da segunda metade dos anos 1960 não mais existiam, os clipeanos apontam que as possibilidades de desenvolver a cultura no Piauí recaíam, no período, sobre a APL que, por seu turno, pouco atuava nas promoções culturais do Estado, por se ter transformado, ao longo dos anos, numa associação de juristas que pouco produzia.

Ao rememorarem as ações do CLIP, especialmente em textos de análise da trajetória histórica da literatura piauiense, obras que podem ser entendidas como suportes para a veiculação de memórias acerca da atuação de indivíduos ou do grupo, os escritores ligados ao CLIP procuram apresentar a imagem de um movimento cultural, que, mesmo sem organicidade nas suas primeiras atuações, buscou o ressurgimento da cultura piauiense. As atuações do CLIP são tomadas como tentativas de seus membros de convencer “a outros que ler e escrever seria tão válido para o desenvolvimento da sociedade quanto fazer política ou mesmo fortuna nos negócios.”³⁷¹ A construção de uma imagem positiva do grupo passava também pelo silenciamento e pela redução da importância das ações de grupos que atuaram anteriormente no meio literário visando acentuar a carência de ações e políticas públicas destinadas ao fomento cultural.

³⁷⁰ MORAES, Herculano. *Visão histórica da Literatura piauiense*. Teresina: COMEPI, 1976. p.81.

³⁷¹ MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 185.

Textos produzidos em períodos próximos ou afastados do momento inicial de atuação do CLIP nos auxiliam a identificar como componentes do grupo percebiam suas ações. Ao publicarem em jornais, conceder entrevistas e escreverem livros, a imagem construída pelo CLIP era de que o movimento teria surgido para renovar a literatura produzida no Estado.

Esses textos podem ser entendidos como lugares de memória,³⁷² por perpetuarem uma imagem do grupo e de suas práticas. A construção na sociedade contemporânea de lugares, materiais ou não, que visam à preservação de memórias é entendida por Pierre Nora como tentativa de conferir sentido a memórias tradicionais, bem como impedir a passagem do tempo. Essa estratégia é adotada devido ao ritmo acelerado das mudanças, que transformavam as construções em fragmentos de uma história, que, se não conhecida pela sociedade que os detêm acabam por se transformar em restos. Dessa maneira, os monumentos, os textos escritos e as falas produzidas em momentos de ruptura com os padrões anteriormente reconhecidos buscam direcionar as análises de seus formuladores, bem como construir suportes visando barrar o esquecimento e produzir sentidos legítimos para os acontecimentos. Pierre Nora afirma que “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.”

373

Embora como instituição cultural o CLIP logo se tenha dissolvido, seus membros continuaram atuando na produção e divulgação cultural no Estado. A partir dos anos 1980, começaram a ingressar na APL³⁷⁴ e a ocupar cargos públicos relacionados à produção cultural como conselheiros, membros de comissões julgadoras e assessores de imprensa e cultura. A escritura dos clipianos reforça suas atuações de maneira a apresentar suas práticas e garantir visibilidade tanto no passado quanto no presente. Seus três membros, ao citarem o grupo e ao fazerem referências uns aos outros, alimentam a memória do CLIP e de si mesmos, reforçando seu pioneirismo e ineditismo. Em 2008, Francisco Miguel de Moura, ao reunir em sua fortuna crítica os textos espalhados sobre suas atuações e as do grupo afirma:

³⁷² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

³⁷³ NORA, 1993, p. 22.

³⁷⁴ Em informações do livro de atas da Academia Piauiense de Letras localizamos dados sobre as posses dos principais representantes do Círculo Literário Piauiense: Herculano Moraes foi eleito para a cadeira nº 18 em janeiro e empossado em maio de 1980 no Auditório Herbert Parentes Fortes; Francisco Hardi Filho foi eleito em 24.06.1989 e empossado em 07.08.1989 para a cadeira nº 21 em solenidade no Rio Poti Hotel; Francisco Miguel de Moura foi eleito em 29. 09.1990 e tomou posse na cadeira nº 8 em 30.10.1990 no Auditório do SESI. Ver: ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Livro de atas da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p. 4-6.

[...] somos três a abrir as cortinas da história cultural do Piauí quatro décadas atrás. Logo depois éramos quatro, com a chegada de Tarciso Prado; e logo mais cinco com Osvaldo Lemos, seis, dez, centenas. Muitos se engajaram nesse sonho. Tantos outros caminharam conosco nesta jornada nebulosa, enfrentando os riscos de um regime autoritário, a censura... O fantasma do comunismo na cabeça dos generais, o arbítrio, a perseguição, a tortura moral, a violência contra as ideias, a proibição do direito de dizer e pensar. Mas fomos pensando e fomos dizendo, às vezes no silêncio dos quartos iluminados a lamparinas; às vezes nos debates clandestinos no quintal de nossas casas, onde líamos o que havíamos produzido. Depois levamos para as salas de aula, inúmeras vezes expulsos pelos diretores de escolas que não queriam problemas com a redentora. Logo depois estávamos promovendo a literatura nas emissoras de rádio, nos auditórios e nos livros. A Polícia Federal proibiu a circulação de *Meus poemas teus*, mas a vingança veio através do Hardi Filho, que criou um pseudônimo denominado Pipinela. O sobrenome era uma metáfora. Era preciso fazer pipi sobre o regime. Mas os militares não conseguiram decifrar este enigma. Somos uma família. Sempre fomos uma enorme família. Une-nos o ideal de construir. Tragédias pessoais, acontecimentos infaustos, desvios, nada disto interfere em nossos sonhos, pois somos uma família que se alegra com as vitórias de cada um. Não nos move a inveja, nem o ressentimento, nem a tristeza.³⁷⁵

A citação apresenta as representações que seus membros constroem e desejam consolidar para suas trajetórias e aventuras. Também revela as táticas, as tentativas miúdas, as astúcias utilizadas para fomentar, desenvolver e divulgar a cultura literária no Piauí. A memória revela o processo de construção da identidade do grupo através da reafirmação dos reveses vividos como censuras, perseguições, expulsões, a seleção de nomes e integrantes, bem como informa sobre o cenário político e cultural do Estado e sobre a presença do CLIP, entendido como um grande sonho posto em prática por meio de muito esforço.

A feição alternativa que o grupo assume e a imagem que constrói sobre si passa a ser questionada, quando seus líderes candidatam-se e são eleitos para a APL, em especial Herculano Moraes, escritor mais identificado com a juventude literária. Por ser importante agitador cultural, com grande poder de congregação de intelectuais, através da escrita jornalística, de seus livros e antologias e também por declarações em artigos e revistas que, de certo modo, confrontavam os padrões academicistas. Com o recebimento de críticas pelo acesso à APL, consideradas por intelectuais do momento como mudanças de posicionamento e falta de identidade do grupo com as práticas já executadas, os clipianos buscaram, a partir de suas eleições, a elaborar novos discursos, rompendo ou recriando suas atuações no passado, construindo novos sentidos ao vivido.

³⁷⁵ MOURA, Francisco Miguel de. *Fortuna crítica de Francisco Miguel de Moura*. Teresina: Cirandinha, 2008. p.46-47.

Com essa estratégia os clipianos ressignificam suas práticas, ao afirmar que nos tempos de atuação do CLIP, a proposta não era romper com a APL, mas procurar meios de divulgar obras e valores literários num cenário cultural inerte. Dessa forma, suas entradas para a APL eram legítimas e seriam resultado do reconhecimento às práticas que estes assumiram. Em muitos casos, há o cuidado de renunciar e negar as posturas anteriormente adotadas como desqualificadoras das ações dos membros da Casa de Lucídio Freitas.

Dotado de personalidade batalhadora e posicionando-se como crítico dos destinos da literatura piauiense, Herculano Moraes ganhava destaque no meio cultural do Piauí não apenas por sua participação nas atividades do CLIP, mas igualmente por sua atuação na imprensa como editor e como articulista. A publicação de *A nova literatura piauiense* o traz para o centro de uma série de polêmicas sobre a literatura, ao apontar os nomes mais importantes para esta e por diminuir a atuação dos nomes mais consolidados do cânone acadêmico e, de certo modo, “macular” a imagem de escritores que buscavam se consolidar, a exemplo de J. Miguel de Matos.

Herculano Moraes, a fim de dar a conhecer a literatura piauiense, publica na década de 1970 duas antologias contemplando os escritores novos em *A nova literatura piauiense* (1975) e os já reconhecidos em *Visão histórica da literatura piauiense* (1976), obras que agregam pequenas biografias de literatos, comentários críticos de seus textos, bem como trechos de suas produções. *A nova literatura piauiense* foi recebida no meio literário de maneiras variadas: ora se ressaltava a ousadia e a coragem do autor em elaborar uma obra vigorosa de pesquisa, ora o que chamava a atenção era a exclusão de nomes consagrados das letras piauienses como Da Costa e Silva, Fontes Ibiapina, Félix Pachêco e Celso Pinheiro, entre outros. O autor justificava as exclusões com o fato de os autores não se enquadrarem no recorte cronológico e nos critérios de renovação da escrita literária no Piauí.

As polêmicas em torno do livro refletem as disputas de memórias em torno da literatura, com a possível emergência de novas explicações e de novos critérios de avaliação para a literatura produzida, bem como a atuação de novos autores, com suas táticas de silenciamento e esquecimento de nomes consagrados, com o vigor das polêmicas, as disputas e os questionamentos acerca da cultura do Estado. No desenrolar desses fatos, os críticos de Herculano Moraes desqualificam não apenas o livro, e adentram na vida privada do autor apresentando argumentos para justificar as exclusões promovidas e assim revelar suas parcialidades.

A despeito de Herculano Moraes afirmar que o objetivo de *Visão histórica da literatura piauiense* era “situar os novos valores da Literatura Piauiense dentro do quadro

atual, para que não permaneçam desconhecidos da geração a que pertencem e das próximas”,³⁷⁶ seus críticos chamam a atenção para o direcionamento do autor, no sentido de consolidar alguns nomes da literatura piauiense, como Francisco Miguel de Moura, Álvaro Pachêco e José Lopes dos Santos. Neste caso, a escritura da obra não tinha apenas o objetivo exposto por seu formulador, mas escondia outras intenções, alguns jogos de interesses utilizando-se da tática de elogiar através da escrita com o objetivo de conferir destaque aos membros do CLIP, a fim de reforçar possíveis aspectos inovadores das práticas do grupo. A crítica afirmava à época que o texto elogiava o editor do livro, Álvaro Pacheco, a fim de viabilizar novas edições, e elogiava o Secretário de Cultura do Estado do período, José Lopes dos Santos, embora este fosse apenas personagem de uma das crônicas de A. Tito Filho citado na obra.

O sentido político dessa produção, visando reforçar laços identitários entre produtores culturais e também viabilizar novas edições foi contradito por Herculano Moraes. Em suas declarações e justificativas afirmava que não pretendia alterar o corpo do texto para uma possível reedição, mas que os erros e omissões da primeira edição seriam solucionados em um texto mais abrangente que estava escrevendo. Em sua segunda incursão pela história da literatura do Piauí denominada *Visão histórica da literatura piauiense*, o autor apresenta os nomes mais significativos da literatura do Piauí, classificando-os em vertentes literárias e reproduzindo trechos das obras. Esse livro respondia àqueles que foram omitidos no primeiro, a despeito dessa inserção de nomes não corresponder necessariamente a elogios ou significar valorização da atuação desses literatos. A introdução do livro dá pistas para o entendimento das disputas entre os grupos intelectuais e as omissões contidas no texto, colaborando, de maneira tática, para que ocorressem futuras edições e para a conquista de lugares e visibilidade por meio das críticas pronunciadas. Na primeira edição da obra, assim se manifesta Herculano Moraes:

[...] são estas etapas que procuro mostrar neste livro, dentro de uma estrutura essencialmente cronológica. Como não é uma obra definitiva, muitas falhas e omissões poderão ser anotadas no decorrer da leitura, de cujas anotações eu gostaria imensamente de tomar conhecimento para suprir numa futura revisão. [...] Creio que o recado inicial é este. Agora é abrir o livro, analisar tudo o que está dito aí, comparar e julgar. Para isto é que escrevemos. Para o julgamento, para a pesquisa, para a análise, para o conhecimento.³⁷⁷

³⁷⁶ ENTREVISTA: Herculano Moraes. O *Estado*, Teresina, 6-7 abr. 1975, p. 7.

³⁷⁷ MORAES, 1976, p. 13-14.

Neste livro Herculano Moraes não aprofunda a discussão sobre os escritores vanguardistas que, em sua leitura atuavam em Teresina desde 1965. Apenas afirma que “todos os detalhes dessa mudança e da afirmação dos *Novos* no panorama e na História da Literatura Piauiense estão [revelados] no livro *A nova literatura piauiense* editado pela ARTENOVA em 1975.”³⁷⁸ Este posicionamento sugere ao leitor interessado em maiores informações que consulte a obra. Herculano Moraes conclui sua escrita afirmando ainda que há muito trabalho a ser feito para recuperar a trajetória da produção literária no Estado e acredita “[...] que, com estes nomes, estamos realmente oferecendo ao leitor e a todo o Brasil uma *visão histórica da literatura piauiense*, esperando que estes dois livros possam suprir uma necessidade secular dos alunos e pesquisadores da Literatura Piauiense.”³⁷⁹ [grifos do autor]

Outro aspecto a ser analisado na trajetória de Herculano Moraes durante os anos 1970 foi sua atuação na Academia de Letras do Vale do Longá (ALVAL), instituição fundada em 1978 e regulamentada em 1984 e que conta com a participação em seus quadros de literatos, juízes, comerciantes e funcionários públicos que se reúnem em municípios em torno do vale do rio Longá, região norte do Estado, lançando projetos alternativos para a divulgação da cultura neles produzida. Embora de iniciativa inovadora por estar situada fora da capital do Estado e por reunir membros de produções variadas, a ALVAL, ao promover a escolha de seus membros acaba por referendar muitos nomes já consolidados da literatura no Piauí, em virtude de alguns destes serem advindos da região de atuação da agremiação.³⁸⁰ Destaque-se, ainda, que durante a década de 1970, Herculano Moraes atuou nas tentativas de implantação e fortalecimento, em Teresina, da União Brasileira de Escritores – Secção do Piauí (UBE-PI). Este é chamado a colaborar devido a sua atuação como fomentador cultural, muito embora as tentativas para vitalizar essa instituição nem sempre tenham sido bem sucedidas.

³⁷⁸ MORAES, 1976, p. 114.

³⁷⁹ MORAES, 1976, p. 115.

³⁸⁰ A participação de Herculano Moraes na criação da Academia de Letras do Vale do Longá foi reconhecida com a ocupação de cargos e funções na administração da instituição. Este literato a presidiu entre 1978-1983 e 1986-1988, exercendo entre esses dois mandatos a função de Secretário Geral, tendo posto em prática, nesses, projetos culturais como o Projeto Raízes, o que reforçava sua imagem junto à intelectualidade e à sociedade como um todo alcançando assim visibilidade social e legitimidade enquanto produtor cultural. Assim como outras instituições culturais, a ALVAL passa pelos mesmos percalços das demais espalhadas pelo Piauí, com pouca atuação efetiva de seus sócios, a defesa de interesses pessoais, falta de auxílio público e ausência de sede própria que foi doada pelo prefeito municipal apenas em 1995. Para maiores informações sobre a Academia de Letras do Vale do Longá conferir: *Revista da Academia de Letras do Vale do Longá*, Barras, ano 17, n. 3, 1995.

Por suas práticas de articular grupos de discussão e fundar instituições, Herculano Moraes ao conceder entrevista ao Caderno de Divulgação Cultural encartado no jornal *O Estado*, foi chamado a posicionar-se diante da acusação de formar grupos e academias contrários à Academia Piauiense de Letras. A resposta à provocação tem o seguinte teor:

[...] CDC - é verdade que você pretende fundar uma academia que será, antes de tudo, uma tomada de posição contra a Academia Piauiense de Letras?

H. Moraes – Não se trata de uma contestação à Academia Piauiense de Letras e nem sei se será uma academia propriamente dita. Trata-se de uma tomada de posição, mas tendo por finalidade principal transformar, modificar um estado de coisas que estão a reclamar mudanças profundas. Tomemos por exemplo, o Teatro 4 de Setembro que está sendo utilizado apenas por pessoas ligadas ao teatro e que deve ser também utilizado por poetas, escritores, conferencistas, pessoas ligadas à literatura. Temos por exemplo, o Setor de Divulgação Cultural da Secretaria de Cultura do Piauí que está realizando um trabalho muito bom e que pode auxiliar nessa tarefa renovadora. Vê-se que o que pretendemos não é contestar a Academia Piauiense, onde apenas o professor A. Tito Filho vem contribuindo para mantê-la viva. O Sr. J. Miguel de Matos fez um trabalho gigantesco para entrar na Academia, mas, ao que tudo indica, acomodou-se. O que pretendemos é dinamizar os nossos valores, dando-lhes oportunidade de participação, de atuação.³⁸¹

O posicionamento de Herculano Moraes apontava as deficiências da produção cultural do Estado, mas, ao mesmo tempo, procurava valorizar parcerias com instituições e grupos já consolidados. Polêmicas à parte, Herculano Moraes torna-se importante personagem da cultura produzida no período, o que pode justificar sua entrada na APL em 1980, entrada que foi recebida não sem contestação, principalmente oriunda dos grupos juvenis emergentes. Nesta instituição, o escritor dará continuidade aos esforços para o desenvolvimento da cultura no Estado, numa troca simbólica em que esse adquire visibilidade e oferece organização às propostas a serem executadas pela instituição. No boletim *Notícias acadêmicas* as falas desse literato conclamam os acadêmicos da APL a fugir do marasmo e da acomodação e a atuar como promotores da valorização e reconhecimento da literatura piauiense.³⁸²

³⁸¹ ENTREVISTA, 1975, p. 7.

³⁸² Registro de sua atuação podemos perceber no informativo da Academia Piauiense de Letras que afirma “numa das últimas sessões da APL, o confrade Herculano Moraes sugeriu um calendário de promoções literárias, realizando-se conferências, debates e palestras sobre temas vários, oportunos e de utilidade incontestável, com início em janeiro. [...] Conceder [...] também a necessidade [...] medidas como versos de língua portuguesa e literatura piauiense, participação em programas educativos, exposições e do I Círculo de Estudos Literários, abrangendo, sobretudo autores do nosso

A presença de Herculano Moraes na APL acaba por legitimar as práticas do CLIP e por reforçar sua importância, mas também pode ser vista como uma estratégia acadêmica para silenciar suas falas alternativas e trazê-las para o centro do debate ligado à cultura oficial, bem como para utilizar seus reconhecidos esforços no sentido de promover a cultura acadêmica. Essa estratégia poderá ter contribuído para a eleição de Herculano Moraes e para o ingresso posterior, na APL, dos demais idealizadores do movimento, Hardi Filho e Francisco Miguel de Moura.

Crítico atuante, produtor cultural e fundador do CLIP, Francisco Miguel de Moura desenvolve atividades culturais em Teresina, desde a década de 1960 organizando reuniões, promovendo eventos, editando revistas literárias, participando de instituições como o CEC, sendo nomeado em 1982³⁸³ e atuando em comissões julgadoras de concursos e premiações literárias, como articulista de periódicos locais e como historiador da literatura produzida no Piauí.

Ao tomar posse na APL em 1990, Francisco Miguel de Moura reconhece este momento como divisor de águas na sua produção, posto que vem coroar os esforços empreendidos na divulgação da cultura piauiense, mesmo que, para tanto, tenha que se afastar das produções alternativas. Em seu discurso de posse, afirma “renuncio à algazarra dos grupos e movimentos contestadores jovens que, por preconceituosos, rejeitam as normas acadêmicas, reguladoras do tríptico renúncia, escolha e reconhecimento.”³⁸⁴ Sendo o último integrante do CLIP a adentrar ao sodalício, sintetiza no discurso de posse sua trajetória, sempre enredada com as atuações de Herculano Moraes e Hardi Filho. O discurso evidencia as posições assumidas pelos três literatos, desde a criação do CLIP, de não rompimento e crítica direta à APL, favorecendo a criação da imagem de um grupo que se portou como uma alternativa no cenário literário do Estado, sem, contudo, romper com a instituição em que viriam a se inserir. Além disso, o discurso mostra comprometimento com a imagem da APL, que exige um novo colocar-se socialmente.

Estado”. *Notícias Acadêmicas*: Informativo da Academia Piauiense de Letras. Teresina, ano 2, n.13, jan. 1987. p.1.

³⁸³ Em Pequena História de um grande conselho, Francisco Miguel de Moura esboça a trajetória do Conselho Estadual de Cultura a partir da análise das atas da instituição definindo a história deste conselho como burocrática (1965-1982), solene (1982-1988) e democrática a partir de 1989. Francisco Miguel de Moura atuou como conselheiro nas duas últimas fases citadas e no texto relata as dificuldades do órgão no momento de sua criação e consolidação. MOURA, Francisco Miguel de. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 159-172.

³⁸⁴ MOURA, Francisco Miguel de. *Chico Miguel na Academia: discursos acadêmicos*. Teresina: Cirandinha, 1993. p.7.

Defendendo sua imagem como produtor cultural inovador nos modos de produzir literatura sem, entretanto, significar rompimento com padrões estabelecidos para criação, edição e circulação pela APL, o novo acadêmico reforçava a construção da identidade do CLIP. Ao entendermos a escrita dos discursos como instrumento de valorização das práticas, percebemos, segundo Michel Pollack, o valor dado à memória, que pode ser apreendido como algo capaz de reforçar a construção de identidades sociais e grupais.³⁸⁵ Ao construir discursos que incluem ou excluem literatos e valorizar ou não suas posições, Francisco Miguel de Moura, ao tratar de sua atuação e do CLIP afirmava:

[...] desde 64 estabeleci-me com ânimo de permanência em Teresina e tentei realmente entrar em contato com o que se estabelecia nas letras, na cultura, nas artes. Conhecia Fontes Ibiapina, já lera alguns poemas de Da Costa e Silva. E era tudo. Travei contato com O. G. Rêgo de Carvalho, Hardi Filho, Herculano Moraes, Tarciso Prado, Geraldo Borges, Pedro Celestino de Barros, Magalhães da Costa, Miguel de Matos, Tito Filho. E depois com os mais novos: Rubervam du Nascimento, Cineas Santos, João Pinto, Jamerson Lemos, Elmar Carvalho, Alcenor Candeira e mais alguns. E fiz arte literária. Acredito que a literatura é o registro em forma de linguagem escrita da voz dos que não têm voz, é a consciência profunda do ser humano. Reduzido é o seu poder de penetração e influência, mas nem por isso desprezível. A palavra ainda tem seu valor, sua força, desde que na boca (e na pena) de quem está imbuído de uma verdade radical. E qual é essa verdade? No meu caso, essa verdade é a conversão a mim mesmo, sem ligar-me a teorias de esquerda ou de direita, de partido ou de religião, dando melhor atenção à prática, ao real.³⁸⁶

O ingresso na Academia Piauiense de Letras dos principais clipianos pode ser aproximado do que Michel Pollack chama de mecanismo de construção de identidades, quando “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”³⁸⁷ A narrativa recorrente das ações do CLIP em fins dos anos 1960 tem o sentido de legitimar as práticas do grupo mantendo seus membros coesos.

As críticas suscitadas pelo ingresso dos membros do CLIP na APL vieram sobretudo do meio cultural alternativo, pois essa instituição era considerada pelos jovens produtores como o espaço cultural mais conservador do Estado. Como resposta a essas críticas, Francisco

³⁸⁵ POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

³⁸⁶ MOURA, 1993, p.18.

³⁸⁷ POLLACK, 1992, n.p.

Miguel de Moura remete à defesa do merecimento adquirido por meio das atividades já realizadas no meio literário piauiense. Sobre esse reconhecimento, este afirma “eu mereci. Mas não basta o merecimento. É preciso lutar e eu lutei.”³⁸⁸ Posicionamentos como esses foram tomados pelos clipianos como tentativas de dar sentido aos novos lugares sociais por estes assumidos, servindo também como instrumentos de silenciamentos às vozes críticas. Anos depois, esses literatos defendiam que o CLIP aspirava movimentar o setor cultural do Estado e não contestar a posição da APL. Segundo seus discursos buscavam veicular a ideia de que a integração entre os produtores culturais deveria ocorrer sem o desprestígio de tendências, estilos e filiações. Francisco Miguel de Moura assim se expressou:

[...] foi nesse clima que nasceu o CLIP. E dali partiram seus fundadores para a integração com os que vinham, mais novos ou mais velhos, até com pessoas que aspiravam a Academia Piauiense de Letras, como J. Miguel de Matos, assunto sobre o qual os *clipianos* nem pensavam para si. Mas também não detestavam. Movimentar a cultura, tirar a literatura do marasmo a que fora relegada era a aspiração. Fazer publicar os livros que estavam engavetados. Promover concursos e lutar pela participação do poder público no setor artístico.³⁸⁹ [Grifos do autor]

A construção da memória operada por este grupo aparece ainda no discurso de recepção de Francisco Miguel de Moura, na Academia Piauiense de Letras, proferida pelo também clipiano Hardi Filho que definiu o momento como festivo e significativo, para o CLIP, destacou, sobretudo a amizade entre seus membros e as promoções culturais realizadas:

[...] esta noite, por si só já bastante significativa, tem, para mim, para Herculano Moraes e para vós, Sr. Francisco Miguel de Moura, um motivo extra de satisfação, um sabor de vitória todo especial porque, a partir de hoje integram os quadros da augusta Casa de Lucídio Freitas os três principais responsáveis pela criação do Círculo Literário Piauiense, movimento que teve vida efêmera, mas, pelo menos durante um ano agitou o ambiente cultural de Teresina, com reuniões semanais, colaboração na imprensa, recital poético, chegando a editar um jornalzinho – O CLIP – que não passou do primeiro número.³⁹⁰

³⁸⁸ MOURA, 1993, p.19.

³⁸⁹ MOURA, 2001, p.187.

³⁹⁰ MOURA, 1993, p.21.

Destacando-se no cenário literário desde os anos 1960 e mais especificamente nos anos 1970, Francisco Miguel de Moura obtém visibilidade com a publicação de obras, como *Areias* (1966), *Pedra em sobressalto* (1974) e *Universo das águas* (1979). Poeta e escritor, estreia como crítico literário em 1972, com a análise da produção de O.G. Rêgo de Carvalho, literato piauiense que na década de 1970, possuía grande relevo no cenário literário nacional sendo inclusive objeto de estudos em universidades e escolas de ensino médio. A visibilidade adquirida por O.G.Rêgo de Carvalho promove publicidade a Francisco Miguel de Moura, quando da publicação de *Linguagem e comunicação em O.G. Rêgo de Carvalho*,³⁹¹ que ganha espaço na imprensa escrita principalmente, quando é exposta em novela global. A exposição da obra repercute na imprensa local da seguinte forma:

[...] em um dos capítulos da novela O SEMIDEUS em exibição na TV Rádio Clube de Teresina, apareceu sábado último, bem visível, uma cena em que a personagem Ângela, ao sair da escola, sobraça alguns livros, tendo aparecido em primeiro plano a obra de Francisco Miguel de Moura intitulada *Linguagem e Comunicação em O. G. Rêgo de Carvalho*. Na referida cena, o nome deste último escritor aparece bem visível, o que comprova a penetração do seu nome, agora também, nos meios artísticos do Rio de Janeiro. A novela O SEMIDEUS é da Rede Globo de Televisão.³⁹²

O destaque nacional alcançado pelo autor com livro sobre O.G Rêgo de Carvalho reflete a valorização do romancista fora do Piauí, produzindo sentidos favoráveis à leitura das suas obras. Na imprensa local tal fato é significado como uma oportunidade de conhecimento dos valores do Piauí e é festejado por ofertar espaço a dois literatos que podem a partir daí alcançar fora do Estado a repercussão que aqui era de difícil acesso. Em 1976 a iniciativa de Francisco Miguel de Moura será retribuída por O. G. Rêgo de Carvalho quando este escreve o texto *Um poeta sofrido*, sobre suas impressões, a partir das leituras das obras de Francisco Miguel de Moura, publicado posteriormente como prefácio em *Universo das águas*, numa troca de elogios que serve de escopo para a construção de redes de diálogos entre os autores que passam a referenciar-se mutuamente. O comentário expressa os posicionamentos do autor acerca da obra:

³⁹¹ MOURA, Francisco Miguel de. *Linguagem e comunicação em O. G. Rêgo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

³⁹² ESCRITORES piauienses na novela O Semideus. *O Estado*. Teresina, 1 abr. 1975, p. 10.

[...] rompo o silêncio deliberado – o de não escrever sobre livros alheios por ser criador e não intelectual (termo ambíguo) – para dizer duas palavras de apreço a um Poeta de grande envergadura, sensível como poucos, o nosso muito caro Francisco Miguel de Moura [...] Nunca tive oportunidade de escrever sobre esse livro, os estudos ogerreguianos (o neologismo é dele). Nem mesmo uma carta de agradecimento. É que houve aqui quem maldasse por inveja talvez, sei lá, meu Deus, o que esconde a alma das pessoas? E eu preferi silenciar – o silêncio com dignidade de que falam os latinos. [...] Muitos me têm elogiado. Ele foi comedido nos elogios. Comedimento, franqueza, honestidade que sinto de novo nestas páginas de afirmação como artista da palavra mais que simples escritor – Artista.³⁹³

Francisco Miguel de Moura também procura consolidar visões em torno da literatura piauiense, com a publicação em 2001, da obra *Literatura do Piauí*,³⁹⁴ que, mesmo escrita fora do recorte temporal desta pesquisa, pode ser entendida como um suporte para divulgação de fragmentos de memória sobre os anos 1960 e 1970. Os fragmentos apresentam posições de desejo de consolidação da literatura piauiense, desejos presentes, desde a emergência do CLIP. Na obra, as disputas de memórias e a procura por legitimidade aparecem, quando o autor se refere aos escritores que agitaram o cenário cultural antes e depois da existência do CLIP e aos jovens escritores da década de 1970 identificados com o movimento que podemos, seguramente, sem prejuízo de suas singularidades, denominar de Geração Marginal.

A polêmica também ganha páginas em *Literatura do Piauí* que é publicada num momento em que escritores que atuaram na década de 1970 iniciam um movimento, embora não planejado e organizado, de comemoração dos vinte anos de suas atuações no cenário cultural com os lançamentos de livros e escritas de textos que valorizassem direta ou indiretamente as memórias dos grupos. A obra de Francisco Miguel de Moura deixa entrever diálogo com outros sujeitos e a procura de reafirmação do CLIP, no momento em que outros livros-memória aparecem, como *Baião de todos*³⁹⁵ comemorativo dos vinte anos de lançamento do livro-apostila *Chapada do Corisco; Anos 70: porque essa lâmina nas palavras? Antiestética marginal e geração mimeógrafo*,³⁹⁶ de José Pereira Bezerra e os comentários de Adrião Neto em *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os*

³⁹³ MOURA, Francisco Miguel de. *Universo das Águas*. Teresina: Cirandinha, 1979. p.113-114.

³⁹⁴ MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

³⁹⁵ SANTOS, Cineas. (Org). *Baião de todos*. Teresina: Corisco, 1996.

³⁹⁶ BEZERRA José Pereira. *Anos 70: porque essa lâmina nas palavras? antiestética marginal e geração mimeógrafo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

³⁹⁶ BRASIL, 1995, p.26-27.

*tempos*³⁹⁷ sobre o movimento que ele caracterizou como Geração Mimeógrafo e sua atuação em Parnaíba e em Teresina. Para Adrião Neto, “talvez – só o tempo confirmará ou não essa assertiva – a Geração Mimeógrafo venha a ser uma das maiores, quiçá a maior, geração de escritores do Piauí, em termos qualitativos e quantitativos.”³⁹⁸

Francisco Miguel de Moura registrou uma memória sobre o grupo marginal pondo em evidência conflitos de interesses onde a memória é o principal recurso utilizado para defender os posicionamentos de cada agremiação. Ao caracterizar de modo pejorativo a produção de um movimento que ele define como heterogêneo, parece desconhecer o principal diferencial do grupo marginal, atuante no período, na tentativa de silenciar calar a emergência de uma memória para esse grupo que viesse a apresentá-lo como mais renovador que o desenvolvido pelo CLIP. Francisco Miguel de Moura define assim esses jovens produtores culturais: “este grupo – sem praticamente nenhuma homogeneidade – ainda não possui história nem crítica suficiente para uma análise, mesmo que superficial, não obstante José Pereira Bezerra haver tentado juntá-los numa hipotética *geração do mimeógrafo*.”³⁹⁹ [grifo do autor].

Ao destacar, em seguida, que apenas Alcenor Candeira Filho, literato parnaibano, tinha fortuna crítica para ser reconhecido, reduzia a importância dos eventos e das realizações dos literatos próximos das manifestações de vanguarda, bem como desqualificava as tentativas de análise realizadas sobre as produções desse grupo. A publicação do livro de José Pereira Bezerra pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMC) da Prefeitura de Teresina ocorreu no período de comemoração dos vinte anos do lançamento de *Chapada do Corisco*, realizada pela editora Corisco, de propriedade de Cineas Santos. Nesse período, a literatura marginal novamente conquistou destaque no cenário local, reafirmando-se na fala de seus escritores como renovadora das letras e das formas de edição e consumo de obras no Piauí. Na impossibilidade de negar de todo a contribuição daquela geração para a divulgação cultural no Estado, membros do CLIP utilizaram a tática de inserir essas produções em seu universo de atuação. Em alguns textos, manifestou-se que os escritores e produtores marginais apenas deram continuidade ao que havia sido realizado por literatos clipianos. Segundo Francisco Miguel de Moura:

³⁹⁷ NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. Teresina: Halley S. A, 1995.

³⁹⁸ NETO, 1995, p.394.

³⁹⁹ MOURA, 2001, p.196.

[...] a geração seguinte – do mimeógrafo, marginal ou anos 70 – nos acompanhou. Não se pode dizer que ela nos contestou, nem que tenha documentos probatórios de quando começou. Neste sentido é meio aleatório. Mas é herdeira da leitura de Torquato Neto e Mário Faustino, que chegavam (seus livros) bem tarde ao Piauí. Ela também sentiu certa influência do CLIP, através dos seus cultores, os quais ainda hoje continuam, por exemplo, Francisco Miguel de Moura, Hardi Filho e Herculano Moraes. E isto foi bom. Já havia conflitos demais, os originários da situação política brasileira. A geração do mimeógrafo, ou dos anos 70 começou a publicar livros a partir da segunda metade da década. Antes era muito dispersa, sem organicidade, pagando pela dispersão em grupinhos, ou pela situação política. E a última alternativa (a ditadura) não foi privilégio dela. Nós pagamos caro isto, também.⁴⁰⁰

Os clipianos colocam-se como criadores de um movimento, que embora de existência efêmera enquanto organização, ainda atua fortemente na cultura do Piauí, buscando meios de construir uma memória de si, valorizando as práticas e iniciativas de seus idealizadores, dialogando, criticando ou reforçando as práticas de grupos que os antecederam, com tentativas de construção de discursos que os identifiquem como renovadores da cultura piauiense. Tal fato ocorre, em especial, quando do distanciamento das críticas diretas feitas pelos membros do CLIP aos vícios da cultura produzida no Estado em vista da acomodação em torno de instituições e do poder estatal, que lhes poderia garantir reconhecimento e certo poder de legitimação, além de facilidades de acesso ao campo da editoração.

O grupo marginal foi responsável pelo conjunto dos discursos sobre a literatura no Piauí, cujo teor foi a produção de crítica mais direta aos vícios do cenário político nacional, em virtude, sobretudo, das dificuldades de acesso a sistemas editoriais, o que era acentuado pelas disputas entre intelectuais do período, visando ao financiamento para suas obras, mas também visibilidade e credibilidade ao seu escritor. Os literatos marginais assumiram uma postura crítica e, em grande parte, contrária à participação em instituições culturais consolidadas e de denúncia da realidade social, cultural e ambiental. Ao mesmo tempo formularam maneiras alternativas de produzir e consumir literatura no Piauí.

Os posicionamentos desses grupos foram utilizados no período de sua emergência como contestação às dificuldades da produção literária no Piauí nos anos 1970. Ao serem postos em contato com as falas de acadêmicos e clipianos, percebe-se que seus posicionamentos são, muitas vezes, utilizadas como instrumentos para fomentar as disputas

⁴⁰⁰ MORAES, Herculano. A geração do CLIP – anos 60. In: *CLIP – 40 anos de resistência: memória histórica*. Teresina: [s.n.] 2007. p. 50-51.

literárias no Estado, auxiliando na construção ou na desqualificação da literatura piauiense, das políticas culturais, das instituições e dos próprios literatos.

A escrita deste tópico ressaltou as múltiplas formas de construção das imagens utilizadas pelos produtores culturais ligados à APL e ao CLIP, nos anos 1960 e 1970, apresentando as táticas que eles punham em prática, para alcançar visibilidade por meio de suas falas e produções. A partir de textos, livros e entrevistas, os escritores buscam, por meio de negativas ou afirmações de posições, defender ou conquistar um lugar social que legitime suas falas. Os caminhos tomados por estes literatos foram muitos e, em vários casos, culminaram com práticas que não coincidem com as formuladas inicialmente, como, por exemplo, o acesso a instituições oficiais de cultura. Para consolidar seus lugares sociais e as representações traçadas sobre suas práticas, os literatos travaram e redimensionaram práticas adotadas no passado, a ponto de não considerá-las subversivas, mas como fruto de mudanças e jogos de poder que marcam as ações desses grupos ainda nos dias atuais.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou as disputas em torno da produção literária no Piauí nos anos 1960 e 1970, buscando entender como as instituições e grupos literários atuantes no período posicionaram-se diante das oportunidades de edição, financiamento e reconhecimento social, procurando perceber como, entre eles, se travaram inúmeros jogos de poder. O período recortado foi marcado por intervenções do poder público, no sentido de valorizar um tipo de cultura, com a finalidade de promover a integração do Brasil, sobretudo, pela possibilidade de conhecimento e identificação com os valores regionais.

Essas disputas emergiram num contexto em que a falta de recursos destinados ao setor cultural do Piauí era ressaltada, quando os investimentos financeiros prioritariamente se destinavam para dotar o Estado de infraestrutura básica que possibilitasse o seu desenvolvimento. O investimento em cultura, de maneira mais sistemática, iniciou-se em 1965, quando da implantação no Piauí, do Conselho Estadual de Cultura, o qual atuou, durante seus primeiros anos, de modo pouco efetivo para o desenvolvimento cultural, só adquirindo maior importância, no governo de Alberto Silva (1971-1974), quando este relacionou o órgão à execução de projetos editoriais que pudessem contribuir para as estratégias desenvolvimentistas e modernizantes para o Estado. Tais transformações no cenário local seriam operacionalizadas em conjunto com instituições e grupos que aceitassem a utilização da Literatura e da História como mecanismo para a construção de uma consciência e identidade local que alimentasse, nos novos homens e mulheres, o desejo de também contribuir para o desenvolvimento do Estado.

O poder público interveio no cenário cultural através da construção da imagem do intelectual, utilizando-se do poder de suas escritas, a fim de atuar na busca do desenvolvimento do Piauí, com intuito de apresentar as potencialidades da região. Nesse sentido, em parceria com o poder público, alguns literatos durante os anos 1960 e 1970, tiveram suas obras lançadas e postas em circulação, ou ocuparam funções públicas relacionadas ao fomento cultural.

Contudo, tais iniciativas propiciaram disputas entre grupos, instituições e personagens sobre aquilo que definia a literatura piauiense e sobre os limites de suas práticas, que legitimariam suas ações. Essas disputas originaram jogos de representações que objetivavam chamar a atenção para a construção de um tipo de escrita e de escritor, próximo aos interesses

estatais, oportunizando o acesso aos recursos financeiros e mecanismos formais de edição, circulação e consumo das obras.

A disputa por recursos e visibilidade propiciou a formulação de vários discursos, cujos elogios e críticas construíram representações em torno da legitimidade de grupos e daquilo que seria a literatura piauiense, bem como revelavam as astúcias que buscaram diminuir ou reforçar posições conquistadas no cenário cultural local.

O desenvolvimento desta pesquisa, além de possibilitar o entendimento de como se construíram as visibilidades dentro do cenário cultural do Piauí, com a enunciação de discursos de valorização e desvalorização de práticas culturais, permitiu o reconhecimento das táticas adotadas por literatos, para superarem os limites impostos pela edição formal e pelo sistema de circulação. Literatos da época promoviam, eles mesmos, as análises sobre o período em que atuaram, formulando representações para as suas práticas, de modo a produzir textos em que o movimento da escrita reforçava e construía as memórias destes acontecimentos.

O poder público tornou-se, assim, agente central no fomento à cultura piauiense, seja pela necessidade de legitimação de determinados projetos políticos e pela falta de boas condições para o exercício da cultura na cidade, seja pela ausência de recursos dos produtores para viabilizar as suas obras. Ao constituir-se o mecenas por excelência da cultura no Piauí, o Estado acabava por moldar as produções de obras que corroborassem com a manutenção do *status quo*, em detrimento de outros grupos e instituições. Essa postura estatal associou-se às falas de literatos e intelectuais que apontavam as dificuldades para a produção cultural no Piauí, referindo-se também à necessidade de ampliação e reforma de espaços destinados ao consumo cultural, como teatros, revitalização de praças, construção de auditórios e bibliotecas, entre outros.

Colocado numa posição privilegiada no tocante ao desenvolvimento literário, cabia ao Estado e aos intelectuais a ele ligados, a formulação de projetos editoriais, assim como o julgamento das obras que seriam editadas por gráficas, dentro e fora do Estado. Essa posição favoreceu a construção de determinadas identidades e modos próprios de agir e entender a ação do poder público, das instituições, dos grupos literários e, em último caso, as posições particulares de cada autor em torno do que seria entendido como boa literatura, passando pela desvalorização verbal, através de entrevistas, palestras em programas de rádio, revistas, jornais, e prefácios de livros.

Roger Chartier, ao analisar como, no território da cultura, os sentidos construídos forjavam as práticas dos homens em sociedade, afirmou que essas representações são

importantes para o entendimento das relações sociais, assim como a análise dos acontecimentos políticos e econômicos. Nesse sentido, a utilização de discursos de exclusão e ataque a determinados grupos, bem como o elogio as instituições culturais, podem ser entendidos como símbolos, que ofertam sentido aos acontecimentos no campo cultural. As representações formuladas em torno dos literatos piauienses acabaram tornando-se construções discursivas e simbólicas interessadas em diminuir e contestar as ações de personagens específicos ou das instituições em que estes encontravam inseridos. Conforme Roger Chartier, as construções das representações auxiliam, também, na formulação das identidades dos grupos, o que gera não apenas aproximações de projetos pessoais e literários, mas tentativas de conquista e imposição de respeito e submissão dos grupos, cujos projetos tenham sido descartados. Para Chartier, a construção de representações é uma prática utilizada tanto por vencedores quanto por vencidos, produzindo constrangimentos “onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata.”⁴⁰¹

As representações construídas nos anos 1960 e 1970, pelos literatos e membros da intelectualidade piauiense, tomaram como suporte principal os discursos e posicionamentos fundamentados em jogos de palavras, em que se tornava imprescindível a identificação com um projeto literário que afirmasse, por exemplo, qual o conceito de literatura e o modo como deveria ser produzida e consumida, e que levasse em conta o processo simbólico de construção de uma identidade piauiense. Embora, para a elaboração desta dissertação, os mecanismos de construção de uma identidade piauiense por meio da divulgação de autores e obras não tenham sido discutidos de modo abrangente, cumpre destacar que, para as disputas de financiamento travadas no período, tornou-se necessário a adesão a um tipo de postura literária, em especial atrelada àquilo que o Estado julgava como importante para a manutenção da ordem social e das ações desenvolvimentistas, sob o risco de ficarem alheios aos investimentos.

Tal estratégia pública de financiamento editorial favoreceu situações variadas no cenário literário do Estado. De um lado existiam grupos, instituições e até mesmo autores centralizando bastante o poder de tomada de decisões e de execução de projetos políticos, a exemplo da Academia Piauiense de Letras, e de outro, a organização de grupos, como o Círculo Literário Piauiense e a Geração Marginal, que buscavam uma produção cultural independente do incentivo estatal, formulando parcerias com a iniciativa privada, ou mesmo

⁴⁰¹ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Difel: Lisboa, [1980?]. p. 22.

produzindo cultura de modo irreverente e marginal, não dependendo do apoio de academias e do poder público.

Dessa variedade de projetos surgiu como questão importante entre esses grupos, a discussão daquilo que definiria a literatura piauiense, pois da sua existência ou não, resultaria a valorização de seus produtores, e o processo de chegada deste às instituições oficiais ou sua adequação a grupos alternativos de produção cultural. A temática da existência ou não de uma literatura definida como piauiense e de como essa deveria ser produzida revelavam facetas da produção literária no Piauí, apontando seus limites, posições e os jogos de poder.

Esperamos, por fim, que esta análise possibilite o entendimento das lutas de representações e de práticas que constituíam o cenário cultural e literário piauiense nos anos 1960 e 1970, e que se desdobram, ainda, nos dias atuais. Consideramos a emergência desses discursos como práticas que procuravam fortalecer o lugar de fala dos personagens relacionados a esses contextos de produção com suas inalcançáveis redes políticas, econômicas, sociais e culturais num momento em que, no Brasil, o uso da palavra – ou a negação de seu uso – era visivelmente contido e controlado por antigos e por novos produtores culturais.

REFERÊNCIAS

1 FONTES

1.1 DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Livro de atas da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, 1973; 1974; 1978.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 18 de março de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 18 de novembro de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 2 de dezembro de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Memorando, 24 de março de 1969*. Teresina, 1969. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Ofício 96/97 de 31 de maio de 1967*. Brasília, 1967. Arquivo Público do Piauí. Caixa nº 340.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 2 de fevereiro de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 16 de fevereiro de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 30 de março de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 49ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 10 de maio de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 36ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 25 de maio de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 41ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 3 de agosto de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 5 de agosto de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 15 de outubro de 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 50ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 24 de maio de 1971*. Teresina, 1971.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 51ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 27 de maio de 1971*. Teresina, 1971.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 2ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 12 de setembro de 1974*. Teresina, 1974. p. 38.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 7ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 30 de setembro de 1974*. Teresina, 1974.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 9ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 7 de outubro de 1974*. Teresina, 1974.

1.2 MENSAGENS DE GOVERNO

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1961*. Teresina, 1961.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1962*. Teresina, 1962.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1967*. Teresina, 1967.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1969*. Teresina, 1969.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Djalma Martins Veloso em 1979*. Teresina, 1979.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Helvídio Nunes de Barros em 1970*. Teresina, 1970.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1972*. Teresina, 1972.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1975*. Teresina, 1975.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Dirceu Mendes Arcoverde em 1975*. Teresina, 1975.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Djalma Martins Veloso em 1979*. Teresina, 1979.

1.3 JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

Cadernos de Teresina. Teresina, 1987-2002

Diário Oficial. Teresina, 1972

Gamma. Teresina, 1972

Notícias Acadêmicas. Teresina, 1986-1987

O Dia. Teresina, 1960-1979

O Estado. Teresina, 1975

Presença. Teresina, 1974-2010

Revista da Academia de Letras do Vale do Longá. Barras, 1995

Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina, 1960-1993

1.4 ENTREVISTAS

ENTREVISTA: A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983

ENTREVISTA. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ago. 1993.

ENTREVISTA. *Cadernos de Teresina*, Teresina, n. 13, abr. 1993.

ENTREVISTA. *Presença*, Teresina, n. 10, p. 10, jan.-mar. 1984.

ENTREVISTA: Herculano Moraes. *O Estado*, Teresina, 6-7 abr. 1975.

ENTREVISTA: O. G. Rêgo de Carvalho. *Presença*, Teresina, n. 5, p. 19-22, set.-nov. 1982.

2 REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (res)sentimento*. Campinas: UNICAMP, 2004.

BARBALHO, Alexandre. O Estado pós-1964: intervenção planejada na cultura. *Política e Trabalho*, João Pessoa (PB), n. 15, set. 1999.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BEZERRA, José Pereira. *Anos 70: porque essa lâmina nas palavras? antiestética marginal e geração mimeógrafo*. Teresina: FRCMC, 1973.

BEZERRA, José Pereira. *O prisioneiro da liberdade: contos populares piauienses*. Teresina: [s.n.], 1978.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1974.

BRASIL, Assis. *A poesia parnaibana no século XX*. Rio de Janeiro/Teresina: Imago/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRITO, Itamar Sousa. *Memória histórica da Secretaria de Educação*. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.

CABELLO, Ana Rosa. Contexto sócio-político-cultural da década de 1970 e a canção de João Bosco & Aldir Blanc. *Uniletras*, Ponta Grossa (PR), n. 21, dez. 1999.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CANDIDO, Antonio. Literatura e a vida social. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1980.

CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Aspectos da literatura piauiense*. Teresina: EDUFPI, 1993.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Difel: Lisboa, [1980?].

CRUZ, José Carlos de Santana; LEITE, Margarida. *Cem anos depois: o centenário de Fenelon Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: [s.n.], 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FONSECA NETO, Antônio dos Santos. *Teresina 70: café da manhã com cuscuz ideal; picolé amazonas à tarde. O Dia*. Encarte comemorativo aos 150 Anos de Teresina. Teresina, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HAMBURGER, Esther. *Teleficação nos anos 70: interpretação da nação*. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras – Itaú Cultural, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOSNAK, Célio José. *Polifonia urbana: imagens e representações: Bauru 1950-1980*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MACHADO, Paulo. *Tá pronto, seu lobo?: poesias*. Teresina: Corisco, 1978.

MACIEL, Luís Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARTINS, Agenor de Sousa. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MASCARENHAS, Fábio Nadson Bezerra. *Inovadores parnaibanos: a produção do jornal inovação em Parnaíba de 1977 a 1982*. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2009.

MATOS, J. Miguel. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

MATOS, José Miguel de. *Mosaico*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

MATTOSO, 1982; MONTEIRO, André. *A poesia marginal como potência do espontâneo*. *Etcetera: Revista Eletrônica de Arte e Cultura*. n. 17, nov-dez. 2004.

MATTOSO, Glauco. *O que é poesia marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, João Manuel Cardoso, NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as transformações de uma modernização autoritária e excludente*. 2007. 116f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2007.

MORAES, Herculano. *Círculo literário piauiense – memória*. In: MORAES, Herculano (Org). *CLIP – 40 anos de resistência: memória histórica*. Teresina: [s.n.] 2007.

MORAES, Herculano. *A nova literatura piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

MORAES, Herculano. *Visão histórica da Literatura piauiense*. Teresina: COMEPI, 1976.

MOURA, Francisco Miguel de. *Chico Miguel na Academia: discursos acadêmicos*. Teresina: Cirandinha, 1993.

MOURA, Francisco Miguel de. *Fortuna crítica de Francisco Miguel de Moura*. Teresina: Cirandinha, 2008. p.46-47.

MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

MOURA, Francisco Miguel de. *Universo das águas*. Teresina: Cirandinha, 1979.

NETO, Adrião José. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NUNES, Manoel Paulo Nunes. *As solidões justapostas*. Teresina: Edições da APL, [1998?].

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 4 v.

OLÍMPIO, Matias. Prefácio. In: PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha: democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960*. 2008. 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. A hora e a vez dos anos 1970: literatura e cultura no Brasil. In: *Anos 1970: Trajetórias*. 2005.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e literatura: uma velha-nova história*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em: 1 dez. 2007.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: UNICAMP, 2001.

ROSNACK, Theodore. *Contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. *A organização universitária e suas interfaces com as estruturas de poder no Piauí*. 1998. 173f. Dissertação (Mestrado em Gestão Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.

SANTOS, Cineas. (Org). *Baião de todos*. Teresina: Corisco, 1996.

SANTOS, Cineas. Nada de novo. In: MACHADO, Paulo. *Tá pronto, seu lobo: poesias*. Teresina: Corisco, 1978. p. 9.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Maria Lindalva Silva. *A força de um ideal: história e memória da primeira TV piauiense*. 2010. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010.

SANTOS, Rosângela et.al. *Quando a vida fere*. Teresina: Cirandinha, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 a 1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TEIXEIRA, Hindemburgo Dobal. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. In: *Prosa reunida: edição comemorativa dos 80 anos do poeta*. Teresina: PLUG, 2007.

TITO FILHO, Arimathéa. *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973. Compõe a série literária Monografias do Piauí.

TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 11-12.

TITO FILHO, Arimathéa. *Temas atuais*. Teresina: EDUFPI, 1992.

TITO FILHO, Arimathéa. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: COMEPI, 1973.

TORRES, Gislane Cristiane Machado. *Pelas margens: geração mimeógrafo no Piauí na década de 1970*. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

Anexo A – Relação das obras referendadas pela Academia Piauiense de Letras no período de 1969 a 1979.

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Revista da Academia Piauiense de Letras*: edição especial. Teresina: COMEPI, 1974. p. 99-101. v 1.

Movimento Editorial de 1969 a 1972 (Livros publicados por escritores piauienses ou escritores não piauienses radicados no Piauí).

ANO	OBRA - TÍTULO	AUTOR
1969	<i>Planisfério</i> (poesia)	Barros Filho – Fortaleza
1969	<i>Memórias de meu pai</i>	Hélio Passos – Rio
1969	<i>A janela do céu</i> (poesia)	Renato Castelo Branco – São Paulo
1969	<i>Congresso de duendes</i> (folclore)	Fontes Ibiapina – Teresina
1969	<i>Pisando os meus caminhos</i> (memórias)	J. Miguel de Matos - Fortaleza
1969	<i>Salmos de meu destino</i> (poesia)	Judith Santana – Teresina
1969	<i>Adonias Filho</i> (crítica)	Assis Brasil – Rio
1969	<i>Pacamão</i> (romance)	Assis Brasil – Rio

ANO	OBRA - TÍTULO	AUTOR
1970	<i>O dia sem presságios</i> (poesia)	H.Dobal – Rio
1970	<i>Gruta iluminada</i> (poesia)	Hardi Filho – Teresina
1970	<i>Arias sonoras</i> (poesia)	Oliveira Neto – Fortaleza
1970	<i>Auroras perdidas</i> (poesia)	Gregório de Moraes – Rio
1970	<i>Linhas paralelas</i> (romance)	Sousa Neto – Brasília
1970	<i>Casos contados</i> (contos)	Magalhães da Costa – Teresina
1970	<i>Universidade em causa</i> (educação)	Celso Barros Coelho – Teresina
1970	<i>Dentro de mim</i> (poesia)	Altevir Alencar – Fortaleza
1970	<i>Alguma poesia</i>	Altevir Alencar – Fortaleza
1970	<i>A mendiga do Amparo</i> (romance)	Lilizinha Castelo Branco de Carvalho – Teresina
1970	<i>Colheita mística</i> (poesia)	José Ribeiro e Silva – Teresina
1970	<i>A força humana</i> (poesia)	Álvaro Pacheco
1970	<i>Quinze contos que o Diabo escreveu</i>	Alvina Gameiro – Fortaleza

ANO	OBRA - TÍTULO	AUTOR
1971	<i>Campo Maior: luta pela Independência (história)</i>	Monsenhor Joaquim Chaves – Teresina
1971	<i>Como nasceu Teresina (história)</i>	Monsenhor Joaquim Chaves – Teresina
1971	<i>A escravidão no Piauí</i>	Monsenhor Joaquim Chaves – Teresina
1971	<i>O Piauí na Guerra do Paraguai (história)</i>	Monsenhor Joaquim Chaves – Teresina
1971	<i>Pré-História Brasileira</i>	Renato Castelo Branco – São Paulo
1971	<i>Tombador (romance)</i>	Fontes Ibiapina – Teresina
1971	<i>Somos todos inocentes (romance)</i>	O.G. Rego de Carvalho – Rio
1971	<i>Um menino do mato</i>	Paes Ribeiro – Brasília
1971	<i>Chico Vaqueiro do meu Piauí (poesia)</i>	Alvina Gameiro – Fortaleza
1971	<i>A matéria do sonho (poesia)</i>	Álvaro Pacheco – Rio

ANO	OBRA - TÍTULO	AUTOR
1972	<i>Genealogia de J. Miguel de Matos</i>	Josias Clarence Carneiro da Silva – Teresina
1972	<i>No mesmo trilho (contos)</i>	Magalhães da Costa – Teresina
1972	<i>Lira sertaneja – reedição</i>	Hermínio Castelo Branco – Teresina
1972	<i>Produções jurídicas esparsas</i>	Vitalino Alencar Bezerra – Teresina
1972	<i>Directives and bases of education for first and second levels in Brazil</i>	Maria Ercília Freitas – Teresina
1972	<i>Conheça a nova ortografia</i>	Luis Ubiraci de Carvalho – Teresina
1972	<i>Ensaio cívicos</i>	Francisco de Assis Castelo Branco – Teresina
1972	<i>Ressurreição (poesia)</i>	Oliveira Neto – Fortaleza
1972	<i>Canções de hoje – canções de outrora</i>	Cristina Leite – Teresina

Observação: Hardi Filho (cearense), Celso Barros Coelho (maranhense), José Ribeiro e Silva (cearense), Paes Ribeiro (baiano) e Maria Ercília Freitas (gaúcha) incorporaram-se à vida piauiense, pelo trabalho, pelo esforço, pela dedicação.

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina: COMEPI, jun. 1979. p. 19 a 22

Publicação de livros de autores piauienses ou radicados no Piauí – 1973 a 1978.

ANO	OBRA – TÍTULO	AUTOR
1973 - 1978	<i>Nas ribas do Gurguéia</i>	Artur Passos
1973 – 1978	<i>Viagem ao dicionário – 1º vol.</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Esmaragdo de Freitas: homens e episódios</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Antologia de sonetos piauienses</i>	Félix Aires
1973 – 1978	<i>O Piauí, seu povoamento e desenvolvimento</i>	Odilon Nunes
1973 – 1978	<i>Epopéia camoniana</i>	Martins Napoleão
1973 – 1978	<i>História da imprensa no Piauí</i>	Celso Pinheiro Filho
1973 – 1978	<i>Vila de Jurema</i>	William Palha Dias
1973 – 1978	<i>Deus e a natureza em José Coriolano</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>A missão austríaca e o Serviço Geográfico do Exército</i>	Moysés Castelo Branco Filho
1973 – 1978	<i>Curvas do meu caminho</i>	Gilson Chagas
1973 – 1978	<i>Tempo de congresso</i>	Petrônio Portela Nunes
1973 – 1978	<i>Devassamento e conquista do Piauí</i>	Odilon Nunes
1973 – 1978	<i>Formação da cultura brasileira</i>	Celso Barros Coelho
1973 – 1978	<i>Sistematização</i>	Petrarca Rocha de Sá
1973 – 1978	<i>Tempo integral</i>	Álvaro Pacheco
1973 – 1978	<i>Cantigas de amor fundamental</i>	Herculano Moraes
1973 - 1978	<i>Ensaios e conferências</i>	Geraldo Vasconcelos
1973 – 1978	<i>Da revisão de proventos da aposentadoria</i>	José Eduardo Pereira
1973 – 1978	<i>Poesia e dor</i>	Hardi Filho
1973 – 1978	<i>Poemas</i>	Assis Filho
1973 – 1978	<i>O jurista na criação e evolução do Direito</i>	Fides Angélica Ommati
1973 – 1978	<i>Teresina, meu amor</i>	Arimathéa Tito Filho (2 edições)
1973 – 1978	<i>Pedra em sobressalto</i>	Francisco Miguel de Moura
1973 – 1978	<i>O aproveitamento do estado Beta em odontologia</i>	Osvaldo Monteiro Filho
1973 – 1978	<i>Antologia poética piauiense</i>	J. Miguel de Matos
1973 – 1978	<i>Zito Batista, o poeta e o prosador</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Os primeiros currais</i>	Odilon Nunes
1973 – 1978	<i>Economia e finanças: Piauí Colonial</i>	Odilon Nunes
1973 – 1978	<i>Fatos da história do Piauí</i>	Hugo Napoleão do Rego Neto
1973 – 1978	<i>Perfis</i>	J. Miguel de Matos
1973 – 1978	<i>Crônicas vividas</i>	Ribamar Nunes
1973 – 1978	<i>A guerra do Fidié</i>	Abdias Neves (2 edições)
1973 – 1978	<i>História da Independência no Piauí</i>	Wilson Brandão
1973 – 1978	<i>As pedras ficaram magras</i>	Cláudio Pacheco

1973 – 1978	<i>O negro na cultura brasileira</i>	Francelino Piauí
1973 – 1978	<i>A província deserta</i>	H. Dobał
1973 – 1978	<i>Cronologia histórica do Piauí</i> (reedição)	Pereira da Costa
1973 – 1978	<i>Roteiro do Piauí</i> (2º edição)	Carlos Porto
1973 – 1978	<i>Chão de poetas</i>	Herculano Moraes
1973 – 1978	<i>Destinos de contratempos</i>	Fontes Ibiapina
1973 – 1978	<i>Lima Rebelo, o homem e a substância</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Temas do Nordeste</i>	Helvídio Nunes
1973 – 1978	Estudos da cera de carnaúba	Antônio José de Sousa
1973 – 1978	<i>Garimpando sóis</i>	José Ribeiro e Silva
1973 – 1978	<i>Pequenos ensaios históricos</i>	J. Patrício Franco
1973 – 1978	<i>Votos e discursos</i>	José Lopes dos Santos
1973 – 1978	<i>Pesquisas para a História do Piauí</i> (2º edição – 4 volumes)	Odilon Nunes
1973 – 1978	<i>Praça Aquidabã, sem número</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Soldados de Tiradentes</i>	Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro
1973 – 1978	<i>Depoimentos para a história da revolução no Piauí</i>	Moysés Castelo Branco Filho
1973 – 1978	<i>A nova literatura piauiense</i>	Herculano Moraes
1973 – 1978	<i>O Piauí na poesia popular</i>	Félix Aires
1973 – 1978	<i>Ideologia como fator determinante</i>	Clidenor Freitas Santos
1973 – 1978	<i>Turismo no Piauí</i>	Anchieta Correia
1973 – 1978	<i>Festival de Amor</i>	Oliveira Neto
1973 – 1978	<i>Paremiologia Nordestina</i>	Fontes Ibiapina
1973 – 1978	<i>Seara humilde</i> (2º edição)	Isabel Vilhena
1973 - 1978	<i>O Piauí na História</i>	Odilon Nunes
1973 – 1978	<i>O Piauí nas lutas da Independência do Brasil</i>	Mons. Joaquim Chaves
1973 – 1978	<i>Introdução à Revolução de 1964</i>	Carlos Castelo Branco
1973 - 1978	<i>Sermões aos peixes</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Bronzes e cristais</i>	Vasques Filho
1973 – 1978	<i>Passarela de marmotas</i>	Fontes Ibiapina
1973 – 1978	<i>Geografia física do Piauí</i>	João Gabriel Baptista
1973 – 1978	<i>Piauí: realidades e perspectivas de desenvolvimento</i>	Padre Cláudio Melo
1973 – 1978	<i>A influência de Érico Veríssimo na minha formação intelectual</i>	José Lopes dos Santos
1973 – 1978	<i>Rosas e pedras</i>	Clidenor Candeira Filho
1973 – 1978	<i>Mosaico</i>	J. Miguel de Matos
1973 – 1978	<i>A mensagem humana do Tabelaio Izidro</i>	Vitalino Alencar Bezerra
1973 – 1978	<i>Vida e felicidade</i>	Francelino Piauí
1973 – 1978	<i>Campinas e sua academia</i>	Francelino Piauí
1973 – 1978	<i>Trechos do meu caminho</i>	Leônidas Mello
1973 – 1978	<i>O bardo que o Piauí perdeu</i>	Jeremias Abreu Pereira da Silva
1973 – 1978	<i>A democracia brasileira</i>	Celso Barros Coelho
1973 – 1978	<i>Harmonia mecânica de estilo</i>	Antônio Veríssimo de Castro
1973 – 1978	<i>Tratamento cirúrgico das fístulas urogenitais</i>	José de Arimathéa Santos

1973 – 1978	<i>Evocação de Abdias Neves</i>	J. Miguel de Matos
1973 – 1978	<i>Poesias completas</i> (reedição)	Da Costa e Silva
1973 – 1978	<i>Cinco séculos de reportagem econômica</i>	Francelino Piauí
1973 – 1978	<i>Teresina, ruas, praças, avenidas e roteiro turístico</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Perfis acadêmicos</i>	Vidal de Freitas
1973 – 1978	<i>Presenças</i>	Celso Barros Coelho
1973 – 1978	<i>Afrânio Peixoto: o professor e o homem de ciência</i>	Deolindo Couto
1973 – 1978	<i>Quinze anos depois</i>	Lilizinha Carvalho
1973 – 1978	<i>Atividade parlamentar: 1976-1977</i>	João Clímaco d'Almeida
1973 – 1978	<i>Do calcinado agreste do inferno verde</i>	Cândido Guerra
1973 – 1978	<i>Um grito na escuridão</i>	José Ribeiro e Silva
1973 – 1978	<i>Padre Mamede Antônio de Lima</i>	Antônio Lemos
1973 – 1978	<i>Crônica da cidade amada</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Da Costa e Silva, o poeta da saudade</i> (2 edições)	J. Miguel de Matos
1973 – 1978	<i>Direitos Humanos: conteúdo político e social</i>	Celso Barros Coelho
1973 – 1978	<i>Estudos de Direito Público Comparado</i>	Fides Angélica Ommati
1973 – 1978	<i>Sobre gente e entidades</i>	José Lopes dos Santos
1973 – 1978	<i>Narrativas autobiográficas</i> (1º vol.)	Bugyja Britto
1973 - 1978	<i>Variante Gotemburgo</i>	Esdras do Nascimento
1973 – 1978	<i>Uruçuí: sua história e sua gente</i>	J. Patrício Franco
1973 – 1978	<i>O negro: de bom escravo a mau cidadão?</i>	Clóvis Moura
1973 – 1978	<i>Deslumbrado</i> (2º edição)	José Newton de Freitas
1973 – 1978	<i>Canto da terra mártire</i>	Martins Vieira
1973 – 1978	<i>Piripiri</i>	Judith Santana
1973 – 1978	<i>Mentiras grossas de Zé Rotinho</i>	Fontes Ibiapina
1973 – 1978	<i>E o Sibarita casou</i>	William Palha Dias
1973 – 1978	<i>Estante sentimental</i>	Jeremias Abreu Pereira da Silva
1973 – 1978	<i>Gilberto Freyre</i>	Pádua Ramos
1973 – 1978	<i>O município no Piauí</i>	J. Patrício Franco
1973 – 1978	<i>O vice-prefeito e o presidente da câmara municipal</i>	José Eduardo Pereira
1973 – 1978	<i>Carnavais de Teresina</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Política nacional – 2º edição</i>	Rosmarino do Rego Monteiro
1973 – 1978	<i>Divórcio e separação Judicial</i>	Wilson Brandão
1973 – 1978	<i>A igreja do Alto da Jurubeba</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>José de Freitas: comunidade exemplar</i>	Ariamthéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Sua excelência o egrégio</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Eu, a poesia e o século</i>	Wilton Magalhães
1973 – 1978	<i>Meus sonhos meus amores</i>	Maria do Socorro Santana Ramos
1973 – 1978	<i>Manual Elementar de Direito Previdenciário</i>	Fides Angélica Ommati
1973 – 1978	<i>Poemas do meu coração</i>	Almir Leal

1973 – 1978	<i>Fascículo da literatura piauiense – I</i>	Herculano Moraes
1973 – 1978	<i>Do direito das sucessões (parecer)</i>	Celso Barros Coelho
1973 – 1978	<i>Deus, O Sol, Shakespeare</i>	Assis Brasil
1973 – 1978	<i>A cidade substituída</i>	H. Dobal
1973 – 1978	<i>A augusta casa do Piauí</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Governos do Piauí – 3º edição</i>	Arimathéa Tito Filho
1973 – 1978	<i>Piauí</i>	Expedito Resende

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: COMEPI, dez. 1979. p. 13 -14.

Publicação de livros de autores piauienses ou radicados no Piauí, 1979.

ANO	OBRA - TÍTULO	AUTOR
1979	<i>A eleição de um líder</i>	José Lopes dos Santos
1979	<i>Estudos sobre a Constituição Brasileira de 1824</i>	Fides Angélica Ommati
1979	<i>Sonetos e retalhos</i>	Gerson Campos
1979	<i>O esplendor de uma ordem livre</i>	Marienne Caminha
1979	<i>A organização</i>	Lindbergh Pirajá
1979	<i>Liceu Piauiense</i>	José Olímpio Castro
1979	<i>Minha luta por um Piauí melhor</i>	Magno Pires Alves Filho
1979	<i>Os Irmãos Quixaba</i>	William Palha Dias
1979	<i>Manuel Thomaz Ferreira: um patriarca Castelo Branco</i>	Moysés Castelo Branco Filho
1979	<i>Porto da Imaculada Conceição de Marruás</i>	José de Ribamar Oliveira
1979	<i>Lorotas e pabulagens de Zé Rotinho</i>	Fontes Ibiapina
1979	<i>Proteínas para a raça eleita</i>	Oswaldo Soares do Nascimento
1979	<i>Três movimentos</i>	Clidenor Freitas Santos
1979	<i>Variantes do berro</i>	Carvalho Neto
1979	<i>Os mistérios do Castelo</i>	Lili Castelo Branco
1979	<i>Saneamento básico</i>	Alberto de Souza Araújo
1979	<i>Meus poemas prediletos</i>	José Ribeiro e Silva
1979	<i>Memorial da cidade verde</i>	Arimathéa Tito Filho
1979	<i>Em 3 tempos</i>	K. Krueel, P. Couto e J. Elmar
1979	<i>Folclore brasileiro</i>	Noé Mendes de Oliveira
1979	<i>Carrossel do tempo</i>	Gilberto Mendes Feitosa
1979	<i>Quatro escorços biográficos</i>	Bugyja Britto
1979	<i>A cadeira n° 31</i>	J. Patrício Franco e Clidenor Freitas Santos
1979	<i>História do Serviço Geográfico do Exército</i>	Moysés Castello Branco Filho
1979	<i>Plenários e comissões</i>	Helvídio Nunes
1979	<i>Manequins corcundas</i>	Clóvis Moura
1979	<i>Tratamento preferencial para o Piauí</i>	Magno Pires Alves Filho
1979	<i>Escoamento de fluídos através de orifícios circulares</i>	Petrarca Sá
1979	<i>A cadeira n° 27</i>	Armando Basto e Arimathéa Tito Filho